

**BIBIANA WERLE**

**COM QUANTOS PASSADOS SE FAZ UM PRESENTE? POR UMA POLÍTICA DA  
JUSTA MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO MUNICÍPIO DE ESTRELA (RS) /  
1926-2018**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade do Estado de Santa Catarina  
como requisito parcial para obtenção do grau de  
Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha.

Coorientador: Prof. Dr. João Klug.

Florianópolis, SC  
2018

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da  
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Werle, Bibiana

COM QUANTOS PASSADOS SE FAZ UM PRESENTE? POR UMA POLÍTICA DA JUSTA MEMÓRIA DA  
IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO MUNICÍPIO DE ESTRELA (RS) / 1926-2018 / Bibiana Werle. -- 2018.  
263 p.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha

Coorientador: Prof. Dr. João Klug

Tese (Doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da  
Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

1. Estrela-RS. 2. História do Tempo Presente. 3. Estado Novo. 4. Imigração Alemã. 5. Memória. I. Cunha,  
Profa. Dra. Maria Teresa Santos . II. Klug, Prof. Dr. João . III. Universidade do Estado de Santa Catarina,  
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

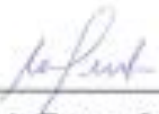
Bibiana Werle

**“Com quantos passados se faz um presente? Por uma política da justa memória da imigração alemã no município de Estrela (RS) / 1926-2018”**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor (a), no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

**Banca julgadora:**

Orientadora:

  
Doutora Maria Teresa Santos Cunha  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

  
Doutor João Klug  
Universidade Federal de Santa Catarina


Membro:

  
Doutor Luiz Felipe Falcão  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:

  
Doutora Leticia Borges Nedel  
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro:

  
Doutora Maria Helena Camara Bastos  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Membro:

  
Doutora Janice Gonçalves  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 10 de dezembro de 2018.



**Dedicatória**

Vó Laura – in memoriam

Passado presente



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos brasileiros e brasileiras que escolhem lutar por uma história que não seja única. Democracia.

Especificamente:

Família: Marino, Maria Claudete, Verônica, Diego e sobrinho(a) que vem chegando.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Santos Cunha que me proporciona momentos de aprendizado, apoio em momentos difíceis, respeito, parceria, autonomia e orientação nos caminhos tomados.

Coorientador: Prof. Dr. João Klug pelo aceite na coorientação, conversas e troca de e-mails que orientaram e ampliaram visões sobre temas da tese e, para além do trabalho, mantiveram troca de palavras lúcidas sobre nossa situação política atual. Ainda aguardo o chimarrão.

Banca avaliadora desta tese: Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão, Profa. Dra. Letícia Borges Nedel, Profa. Dra. Janice Gonçalves, Prof. Dr. Ricardo Santhiago, Profa. Dra. Viviane Trindade Borges e Profa. Dra. Maria Helena Camara Bastos. Obrigada pela leitura de meu trabalho, pelo aprendizado daqueles que foram meus professores, pelas discussões, questionamentos, dúvidas e aprendizagem que os textos escritos por vocês me ofereceram.

Universidade do Estado de Santa Catarina, instituição onde pude amadurecer como historiadora, professora, cidadã.

Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina, que me proporcionou ser beneficiada pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU) neste último ano de doutorado.

Todos estudiosos e estudiosas citados neste trabalho.

Memorialistas, pesquisadores e pessoas entrevistadas que compõem esta narrativa historiográfica.

Todos professores e professoras que passaram em minha vida.

Todos alunos e alunas que tive nos diferentes níveis de ensino por mim trabalhados. Foram vocês que mais me ensinaram.

Funcionários e funcionárias do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED). Pessoal da limpeza, da cozinha, do xerox, do bar e da segurança: sempre encontrei sorrisos e carinho em vocês.

Colegas de trabalho da FAED, aprendi e cresci muito com vocês. Nunca me negaram uma ajuda. Sempre apoiaram e incentivaram ideias e aulas. Obrigada pela amizade encontrada em um estado novo para mim a partir de 2014.

Alunos e alunas (novamente vocês) durante minhas aulas ministradas na FAED: no momento mais difícil que já passei, tudo o que eu queria era rever vocês e saber se as horas de preparação das aulas tinham tido algum proveito. Estar aqui apenas teria sentido se a minha função social de historiadora tivesse sido exercida. Em falas que vocês nem perceberam, retomei minha motivação de ser professora.

Queridas companheiras de grupo de estudo, o GEHCEL, obrigada!

Amigas e amigos: não há palavras para demonstrar todo o meu amor por vocês. Isso nós mais sentimos do que escrevemos. Julia Ifa, Jade Liz, Gabriela Mosqueta, Ana Carolina Nascimento, Stefanie Schreiber (vocês cinco, do estágio para a vida!). Daniela Pistorello e Michele Gonçalves Cardoso – duas irmãs que esse estado me deu. Thiago Reisdorfer, conversas que saíam das aulas e continuavam em casa. Celia Santana, Cristina Iuskow, Juliana Miranda, colegas que viraram grandes amigas. Gabriela Zepka, Gabriela Correa da Silva, Leonardo Peixoto, Débora Dornsbach Soares, Beatriz Silva, Iara Steiner Perin, Caio Araújo, Linaia Palacio, Samuel Marcolin, Gabi Lopes, Kissy Almeida, Helena Rovani, Fátima Campos, Jussara Rodrigues, Alexandre Ferreira, Tiago Coelho, Jacson Schwengber e Paola Ungaretti.

[...]

*Compositor de destinos*

*Tambor de todos os ritmos*

*Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Entro num acordo contigo*

*Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Por seres tão inventivo*

*E pareceres contínuo*

*Tempo, tempo, tempo, tempo*

*És um dos deuses mais lindos*

*Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Que sejas ainda mais vivo*

*No som do meu estribilho*

*Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Ouve bem o que te digo*

*Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Peço-te o prazer legítimo*

*E o movimento preciso*

*Tempo, tempo, tempo, tempo*

*Quando o tempo for propício*

*Tempo, tempo, tempo, tempo [...]*

(Oração Ao Tempo - Caetano Veloso)



## RESUMO

Com quantos passados se faz um presente? Por uma política da justa memória da imigração alemã no município de Estrela (RS) é uma tese que estuda os estratos temporais que compõem o tempo presente em um município específico do Rio Grande do Sul: Estrela. A partir de monumentos e festividades contemporâneas que preponderantemente enaltecem a imigração alemã na cidade, é questionada essa evocação memorial e sua historicidade. Assim, são investigados os passados que conformam este presente. Com as fontes históricas localizadas na região do Vale do Taquari e analisadas – obras comemorativas promovidas pelo poder público municipal de Estrela, jornais locais, documentos provenientes da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil de Estrela, acervos pessoais e institucionais, e também narrativas orais – é verificado que, ao menos, dois estratos do tempo são matizados no município num período entre 1926 e 2018 conforme situações locais e/ou (inter)nacionais políticas, econômicas e sociais, e dependendo das pessoas ou instituições que as produzem. Um passado heroico, que as obras comemorativas narram ao longo do período analisado e remetem um progresso e desenvolvimento da cidade aos imigrantes alemães e descendentes contrapõe-se – embora necessite para se afirmar – a um passado traumático relacionado ao Estado Novo que proporcionou momentos de dor a esses imigrantes e seus descendentes. Obliterado das obras comemorativas, jornais locais, festividades e atração turística que narram um passado heroico sobre a imigração quando se responsabilizam para contar uma história do município ainda contemporaneamente, o passado traumático tende a presentificar-se em narrativas memoriais compartilhadas por descendentes de imigrantes alemães com familiares e amigos no ambiente privado. Estes passados presentes são estudados e os espaços de preservação documental existentes em Estrela são então questionados e analisados nesta tese a fim de verificar as formas como passados são administradas no tempo presente. Acervos pessoais ou institucionais, festividades ou formas de expressão cultural constroem memórias, nem sempre justas e democráticas para e com o público.

**Palavras-chave:** Estrela-RS. História do Tempo Presente. Estado Novo. Imigração Alemã. Memória.



## ABSTRACT

How much past is there in the present time? Aiming for a policy of a fair memory of the German immigration in the city of Estrela (RS), this thesis studies the period that builds the present time in a specific city of Rio Grande do Sul: Estrela. From monuments and contemporary festivities that mainly exalt the German immigration in the city, this memorial evocation and its historicity is questioned. Therefore the past that builds this present time is investigated. With historical sources located in the region of Vale do Taquari and analyzed – celebrations promoted by the municipality of Estrela, local newspapers, documents from the Evangelical Church of Lutheran Confession of Brazil of Estrela, personal private and official government collections, as well as oral narratives - it is verified that at least two periods of time are classified in the municipality between 1926 and 2018 according to local and / or (national) political, economic and social situations, and depending on the people or institutions that produce them. A heroic past, which is narrated throughout the analyzed celebration works, resulting on the progress and development of the city as a merit of the German immigrants and their descendant is opposed - although it needs to assert itself - to a traumatic past related to the Estado Novo that provided moments of pain to these immigrants and their descendants. Oblivious of commemorative works, local newspapers, festivities and tourist attractions that tell a heroic past about immigration when they are responsible for telling a story of the city that still contemporaneously, the traumatic past tends to be present among memorial narratives shared by descendants of German immigrants with family and friends in the private environment. These past present are studied and the spaces of documental preservation existent in Estrela are then questioned and analyzed in this thesis in order to verify the forms as past are acknowledge in the present time. Private or institutional collections, festivities or forms of cultural expression build memories, not always fair and democratic to the population.

**Keywords:** Estrela-RS. History of the Present Time. Estado Novo. German Immigration. Memory.



## LISTA DE SIGLAS

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
ABRAM	Agência Brasileira de Museus
AEPAN	Associação Estrelense de Proteção ao Ambiente Natural
ALERGS	Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
AMTURVALES	Associação dos Municípios de Turismo das Regiões dos Vales
ANPUH	Associação Nacional de Pesquisadores de História
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ATURDEC	Associação Turística Regional Delícias da Colônia
CACIS	Associação Comercial e Industrial de Estrela
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNRS	Centro Nacional de Pesquisa Científica
CODESTHI	Companhia de Desenvolvimento Turístico Hoteleiro e Imobiliário
CODEVAT	Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari
COFEM	Conselho Federal de Museologia
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPHAE	Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
CTG	Centro de Tradições Gaúchas

DEOPS	Delegacia do Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DOP	Departamento Oficial de Publicidade
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DPDC	Departamento de Propaganda e Difusão Cultural
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEMAI	Festas de Maio
FJP	Fundação João Pinheiro
FUMTUR	Fundo Municipal do Turismo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUVATES	Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
IHGVT	Instituto Histórico e Geográfico do Vale do Taquari
IHTP	Instituto de História do Tempo Presente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAÉ-RS	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MinC	Ministério da Cultura
MP	Medida provisória
OASE	Ordens Auxiliadoras das Senhoras Evangélicas
ONG	Organização não-governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PBA	Plano Básico Ambiental
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Libertador
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PLS	Projeto Lei do Senado
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Política Nacional de Museus
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPR	Partido Progressista Reformador
PPS	Partido Popular Socialista
Pró-Cultura RS	Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais
Prouni	Programa Universidade Para Todos
PRR	Partido Republicano Rio-grandense

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
RBHP	Rede Brasileira de História Pública
Rede	Rede Sustentabilidade
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SCD	Substitutivo da Câmara dos Deputados
SECULTUR	Secretaria Municipal da Cultura e Turismo
SEF	Socorro Europa Faminta
SOFIALTA	Sociedade Filatélica do Alto Taquari
SOGES	Sociedade Ginástica Estrela
TCC's	Trabalhos de Conclusão de Curso
UBI	União Brasileira de Imprensa
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UJB	União Jornalística Brasileira
UNISC	Universidade de Santa Cruz
UNIVATES	Universidade do Vale do Taquari
USP	Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da região do Vale do Taquari – RS .....	29
Figura 2 - Casal Chuc e Rute, rodovia de acesso ao município de Estrela .....	31
Figura 3 - Pórtico de acesso ao município de Estrela .....	32
Figura 4 - Alambique Berwanger .....	33
Figura 5 - “Grupo de senhoritas da elite estrellense” .....	60
Figura 6 - “Grupo da Comissão dos fundadores da Casa de Saude Rocca-Sallense” .....	60
Figura 7 - “Churrasco comemorativo a data 13 de Maio” .....	61
Figura 8 - “O Taquaryense” está registrado no Departamento de Imprensa e Propaganda ...	109
Figura 9 - Proibida a publicação de periodicos em lingua estrangeira .....	110
Figura 10 - Sociedade Ginástica – 1937 .....	113
Figura 11 - Sociedade Ginástica – Kerb 1938.....	114
Figura 12 - Delegacia de Policia.....	115
Figura 13 - Anuncios, cartazes ou convites em lingua estrangeira.....	116
Figura 14 - Cumprindo a lei da nacionalização do ensino .....	124
Figura 15 - Livro de Relação de Aulas .....	125
Figura 16 - Fechadas tres escolas particulares neste município .....	126
Figura 17 - Fonograma enviado pelo pastor Dohms ao pastor Sille em 18 ago. 1941 .....	135
Figura 18 - Fonograma enviado pelo pastor Dohms ao pastor Sille em 30 ago. 1941 .....	136
Figura 19 - Fonograma enviado pelo pastor Dohms ao pastor Sille em 30 jan. 1942.....	137
Figura 20 - Cartaz colocado nos muros do município de Estrela proibindo o uso dos idiomas alemão, italiano e japonês durante o Estado Novo .....	169
Figura 21- Cartaz colocado nos muros do município de Estrela proibindo o uso dos idiomas alemão, italiano e japonês durante o Estado Novo .....	181



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Obras comemorativas – anos 1920 a 1980 em Estrela.....	47
Quadro 2 - Narrativas jornalísticas – décadas de 1990, 2000 e 2010 em Estrela.....	146
Quadro 3 - Narradores entrevistados, ano de nascimento e ocupação em 1942 .....	148



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>2 ESTRATO DO TEMPO I.....</b>	<b>45</b>
2.1 “NÃO TEM FUTURO SE O POVO NÃO CULTIVA O AMOR AO SEU PASSADO: 140 ANOS DE MUITA HISTÓRIA” .....	50
2.2 DÉCADA DE 1950: “[...] AMPLAS SÃO AS PERSPECTIVAS, LARGOS E LUMINOSOS SÃO OS HORIZONTES FUTUROS DE UMA POPULAÇÃO ORDEIRA E LABORIOSA” .....	65
2.3 DÉCADA DE 1960: “ESTRELA ESTÁ ABERTA A TODOS OS ENSINAMENTOS CULTURAIS, APRIMORANDO AS TRADIÇÕES DE SEU POVO” .....	76
2.4 “NA EXALTAÇÃO DO PASSADO, MOVE-NOS A AFIRMAÇÃO DO PRESENTE E A PROJEÇÃO PARA O FUTURO”: 100 E 111 ANOS DE ESTRELA .....	85
<b>3 ESTRATO DO TEMPO II .....</b>	<b>95</b>
3.1 IDENTIFICAÇÕES EM DISPUTA .....	100
3.2 OPOSIÇÃO E SITUAÇÃO: IMPRENSA LOCAL DURANTE O REGIME ESTADONOVISTA .....	108
3.3 CLUBES SOCIAIS E ESCOLAS.....	119
3.4 INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS .....	129
<b>4 PASSADOS PRESENTES .....</b>	<b>143</b>
4.1 “SÓ SE PODE COMPREENDER O PRESENTE SE CULTIVARMOS A NOSSA HISTÓRIA” .....	149
4.2 “140 ANOS DE MUITA HISTÓRIA” .....	157
4.3 INIMIGOS DA PÁTRIA EM POTENCIAL .....	165
4.4 SOCIABILIDADE VIGIADA .....	178
<b>5 TEMPO PRESENTE: PASSADOS ADMINISTRADOS NO PRESENTE.....</b>	<b>189</b>
5.1 PASSADOS SELECIONADOS .....	192
5.2 FORMAS DE EXPRESSÃO CULTURAL .....	205
5.3 DEIXA OS HISTORIADORES PARA LÁ. SERÁ? .....	212
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>227</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>237</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS.....</b>	<b>251</b>

<b>ANEXO A – VERSÃO EM ALEMÃO DO FOLDER DO ROTEIRO TURÍSTICO DELÍCIAS DA COLÔNIA (PARTE POSTERIOR).....</b>	<b>255</b>
<b>ANEXO B – CAPA DA EDIÇÃO ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO DE 140 ANOS DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO JORNAL <i>NOVA</i> <i>GERAÇÃO</i>, DATADO DE 20 DE MAIO DE 2016. ....</b>	<b>257</b>
<b>ANEXO C – REGULAMENTO DE EMERGÊNCIA, ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AOS PASTORES DAS COMUNIDADES DO SÍNODO RIO- GRANDENSE. IECLB DE ESTRELA, 02 FEV. 1942. ....</b>	<b>259</b>
<b>ANEXO D – CORRESPONDÊNCIA ANEXA AO REGULAMENTO DE EMERGÊNCIA. ANEXO AO REGULAMENTO ENVIADO PELO PASTOR DOHMS AOS PASTORES DAS COMUNIDADES DO SÍNODO RIO- GRANDENSE. IECLB DE ESTRELA, 02 FEV. 1942. ....</b>	<b>261</b>
<b>ANEXO E: SALVO-CONDUTO EMITIDO PELA DELEGACIA DE ARROIO DO MEIO EM 20 DEZ. 1939 .....</b>	<b>262</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*A solidariedade do presente e do passado é a verdadeira justificação da história<sup>1</sup>*

Com quantos passados se faz um presente? Diante desta questão um tanto perturbadora, esta tese problematiza as narrativas construídas no tempo presente sobre a imigração alemã em um município específico do Rio Grande do Sul, chamado Estrela, com o objetivo de perscrutar os diferentes estratos de tempo que as compõem. Simultaneamente a uma narrativa heroica sobre um passado referente à imigração alemã no município, difundida no espaço público, analisamos como um passado traumático permanece refigurado principalmente no espaço privado. Investigamos como historicamente se tornaram passados presentes, estratos temporais que emergem ou se mantêm imersos, porém atuantes, conforme ações políticas, econômicas ou sociais forjadas por determinados grupos ou instituições. A narrativa historiográfica construída, fundamentada em documentos institucionais, impressos e narrativas memoriais, aborda ainda a questão mais ampla sobre ressignificações identitárias e espaços de preservação de memória no município abordado, em um período temporal que abrange fontes desde o ano de 1926, quando comemorava-se o cinquentenário de emancipação de Estrela, até 2018, momento atual em que os passados presentes do município são questionados em suas diferentes formas de administração institucionais.

Quantos passados habitam nosso presente? Quando tomamos esta questão no âmbito da historiografia, não buscamos uma resposta quantitativa, mas sim qualitativa. A pergunta mais instiga do que requer uma definição imediata. Sendo o tempo uma matéria prima do ofício do historiador, quando refletimos sobre a “quantidade” de passados que habitam nosso presente, buscamos temporalizar, ou seja, investigar, na tessitura das experiências humanas, as permanências, ressignificações e rupturas que permeiam o presente de nossos objetos de pesquisa. Filosoficamente, embora em graus diversos, refletido pelos historiadores no decorrer de um processo de objetivação disciplinar – fosse com a história narrativa tradicional dos metódicos, ou com a história problema e estrutural desenvolvida pelos Annales – o tempo, como afirmara Certeau (1987, p. 89) por um período foi naturalizado e utilizado como “instrumento taxonômico” na historiografia. Foi, em grande medida, a partir das reflexões filosóficas proporcionadas pelos estudos de Paul Ricoeur em *Tempo e narrativa*<sup>2</sup>, no quartel

---

<sup>1</sup> Frase atribuída a Marc Bloh por Bédarida (BÉDARIDA, 2006).

<sup>2</sup> Publicada originalmente na França entre 1983 e 1985, a trilogia de Ricoeur foi publicada no Brasil entre os anos 1993 e 1995.

final do último século, que o tempo – configurado pela narrativa historiográfica (RICOEUR, 2010, p. 153) – passou a ser rediscutido e contou com novas reflexões na historiografia.

Para além das sucessões de dias, meses e anos organizadas a partir de um tempo físico e natural, a experiência humana adquire inteligibilidade através da intriga configurada pelo historiador – é a narrativa, segundo Ricoeur (2010, p. XI). “[...] que torna acessível a experiência humana do tempo”. Neste sentido, compreendendo que “Dependendo de sua temática, o historiador reconhece decursos temporais diferentes, que, intercalando-se, apresentam diferentes ritmos de mudança” Koselleck (2014, p. 274), já no final dos anos 1970, se utilizava das metáforas “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” como categorias que explicassem o tempo histórico como fruto de uma permanente tensão entre experiência e expectativa em seu livro *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*<sup>3</sup>. Sendo o tempo histórico, desse modo, “[...] uma grandeza que se modifica com a história [...]”, de acordo com o historiador (KOSELLECK, 2006, p. 309), o mesmo “não pode ser expresso a não ser em metáforas espaciais” (KOSELLECK, 2006, p. 310).

As questões colocadas acima, portanto, se referem a um ponto de problematização que permeia esta tese: a expressão “com quantos passados se faz um presente” tem como objetivo problematizar o tempo presente como um tempo linear e isolado, sem práticas culturais compostas de ressonâncias múltiplas advindas dos passados. No caso específico aqui analisado, problematizamos como uma narrativa de âmbito público no tempo presente – e que se pretende unívoca – sobre a identificação étnica germânica no município de Estrela, no Rio Grande do Sul, é fomentada, através de diferentes práticas, pelo poder público e outras instituições do município, sem levar em conta diferentes elaborações de memória sobre um passado da região. Referimo-nos, portanto, a elaborações, no plural, que aqui se referem a diferentes lembranças que constituem essa identificação étnica no tempo presente e que, por estarem, de certa forma, restritas ao âmbito privado, não advogam o mesmo estatuto de legitimidade que a narrativa pública e oficialmente elaborada. Utilizando como ferramenta teórica e metodológica a categoria de *estratos do tempo*<sup>4</sup>, desenvolvida por Koselleck (2014), esta tese se constitui a partir da ideia de que a construção sobre uma identificação étnica germânica em Estrela no tempo presente não está baseada em apenas uma narrativa que situa

---

<sup>3</sup> A obra *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, de Reinhart Koselleck, foi publicada originalmente na Alemanha, em 1979. A primeira edição brasileira data de 2006.

<sup>4</sup> A noção de *estratos do tempo* proposta por Koselleck (2014, p. 19) “remete a formações geológicas que remontam a tempos e profundidades diferentes, que se transformam e se diferenciam umas das outras em velocidades distintas no decurso da chamada história geológica”. A partir desta metáfora, temos a possibilidade de separar, analiticamente, diferentes camadas temporais em que os acontecimentos se desenvolvem.

o tempo como um estrato linear e progressista, mas sim por, basicamente, uma narrativa que conjuga e tensiona ao menos dois estratos temporais: o passado heroico e o passado traumático que habitam o tempo presente através de uma narrativa elaborada no âmbito público, e outra especialmente no âmbito privado, respectivamente.

Diante da questão de como apreender as relações entre experiência temporal e operação narrativa, Ricoeur (2007, p. 17) preocupou-se, na obra *A memória, a história, o esquecimento*<sup>5</sup>, em preencher a lacuna deixada pela sua trilogia publicada nos anos 1980: a memória e o esquecimento, considerados os níveis intermediários entre tempo e narrativa, passaram a ser analisados em seus usos e abusos pelo filósofo. Nesta tese, tanto o que é lembrado, como o que é esquecido nas narrativas orais e documentais sobre a imigração alemã e sua reivindicação identitária no presente, se torna referência para perscrutar os caminhos, os estratos temporais que levaram a esta conformação de passado presente heroico por um lado, e de passado presente traumático, por outro. Metodologicamente separados em estratos temporais aqui, no entanto, analisamos como um questionamento sobre ambos, possibilitada pela pesquisa documental, e a tensão desenvolvida entre os mesmos desmitifica uma narrativa unívoca sobre o tempo passado e o tempo presente.

Localizada na região sul-rio-grandense do Vale do Taquari<sup>6</sup> (Figura 1), centro-leste do estado do Rio Grande do Sul, a cidade de Estrela foi o segundo município emancipado da região, em 1876<sup>7</sup>. Habitada anteriormente por posseiros e grupos indígenas, a sub-região do “Alto Taquari”<sup>8</sup> passou a integrar o processo colonizatório de imigrantes alemães e seus

<sup>5</sup> Em “A memória, a história, o esquecimento”, publicada originalmente no ano 2000, na França, Ricoeur tratou do tema da memória e do esquecimento, que intermediariam tempo e narrativa. Segundo o autor, esta seria uma lacuna da obra *Tempo e Narrativa*.

<sup>6</sup> Atualmente, a região do Vale do Taquari engloba trinta e seis municípios: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Vilanova, Forquetinha, Ilópolis, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Muçum, Nova Bréscia, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Tabai, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Vespasiano Corrêa e Westfália.

<sup>7</sup> O primeiro município emancipado na Região do Vale do Taquari foi o de Taquari, sede regional, em 1849. No período colonial brasileiro, Taquari foi a primeira região criada no então Rio Grande de São Pedro para receber casais açorianos que se instalaram provisoriamente na região, em 1760 (SILVA, 2009, p. 9). Como o município foi colonizado, portanto, em parte por açorianos, o poder público municipal de Taquari invoca esta identificação étnica ainda atualmente, como pode ser verificado, por exemplo, na comemoração do “Natal Açoriano em Terra Gaúcha”, que ocorre anualmente no mês de dezembro na cidade, desde o ano de 1992. Em 2018, o evento estava em sua vigésima sétima edição.

<sup>8</sup> A denominação “Alto Taquari” é uma convenção local que, apesar de não ser assim denominada oficialmente, fez e faz parte da maneira como a população local se refere ao território do Vale do Taquari que é caracterizado pela colonização alemã – visto que a parte sul do Vale foi marcada pela colonização açoriana. Atualmente esta sub-região dentro do Vale do Taquari conforma os municípios de Arroio do Meio, Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Cruzeiro do Sul, Estrela, Forquetinha, Imigrante, Lajeado, Marques de Souza, Nova Bréscia, Pouso Novo, Progresso, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Teutônia, Travesseiro e

descendentes através das colônias particulares que se estabeleceram na região a partir da década de 1850 (AHLERT; GEDOZ, 2001, p. 50-51). Datada em 1856, a “Colônia de Estrela”<sup>9</sup>, é considerada por Hessel (1983, p. 24), como o início da colonização sistemática de imigrantes alemães que afluíam das zonas de São Leopoldo e Feliz às novas “picadas” que eram abertas a partir da Colônia de Estrela, a mando do sesmeiro Antônio Vítor de Sampaio Menna Barreto. Hessel afirma que a chegada daqueles foi importante no sentido de propiciarem a ativação do comércio local, o aumento da população e, conseqüentemente, a formação do primeiro povoado do Alto Taquari. Com o passar dos anos, a composição étnica do município foi se modificando com a chegada de outros grupos étnicos, como, por exemplo, imigrantes e descendentes de italianos, portugueses e espanhóis<sup>10</sup>.

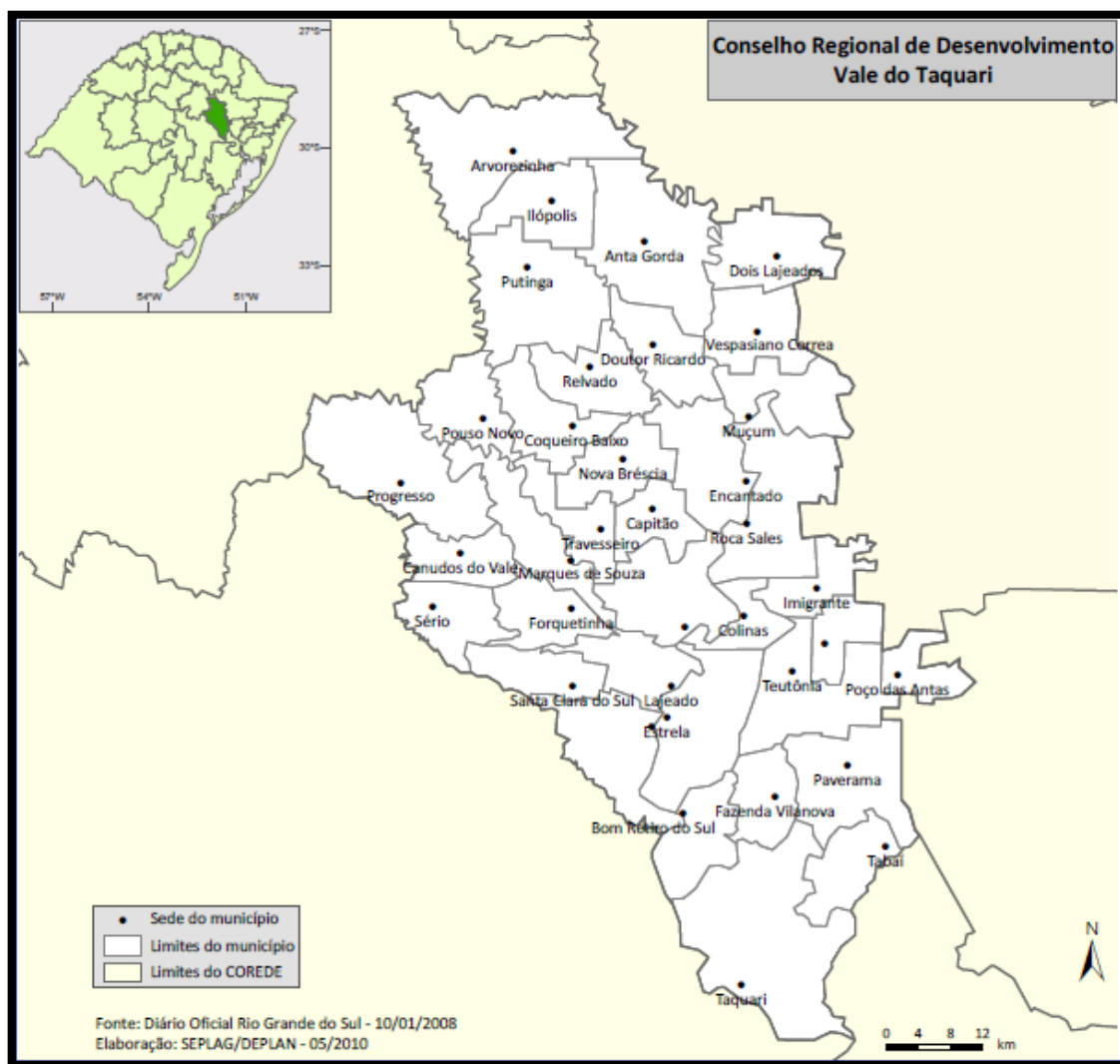
---

Westfália. Em razão de situarem-se ao norte e acima (no sentido que desemboca o rio Taquari) do município-sede da região, Taquari, a sub-região passou a ser convencionalmente chamada por “Alto Taquari”, dado corroborado pelo historiador local, Lothar Hessel (1998, p. 51), que situa esta região na zona marginal do Rio Taquari, compreendida entre os municípios de Bom Retiro do Sul e Muçum. Esta informação torna-se relevante para esta tese na medida em que contextualiza o município de Estrela dentro da região em que está situado. Como a extensão territorial do município modificou-se ao longo do século XX, com a emancipação de distritos antes pertencentes a ele, cabe compreendermos que, por mais que esta tese circunde o município em sua área urbana atual, esta não corresponde exatamente ao território de Estrela ao longo do período aqui analisado. Para além disso, cabe frisar que, entre as sub-regiões do Vale do Taquari, Estrela localiza-se naquela marcada pela colonização alemã – o Alto Taquari – enquanto que o sul e o norte do Vale se caracterizavam pela colonização açoriana e italiana, respectivamente.

<sup>9</sup> A Colônia de Estrela foi criada por Vitorino José Ribeiro.

<sup>10</sup> Para termos uma ideia dos grupos étnicos que passaram a compor o município de Estrela, o Recenseamento Geral de 1940, nos indica alguns dados. No ano deste recenseamento, a população de Estrela contava com 28.817 habitantes. Os brasileiros natos correspondiam ao número de 28.318, os naturalizados somavam 152 e os estrangeiros 347. No quadro correspondente às nacionalidades dos estrangeiros presentes nos municípios do Alto Taquari, o recenseamento informa que a presença de alemães superava a de italianos, que superava a de portugueses e espanhóis. (Censo demográfico do estado do Rio Grande do Sul, Recenseamento Geral de 1940 “Estrangeiros, segundo os municípios, com discriminação, por sexo, das principais nacionalidades”, p. 69). De acordo com o mais recente censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, o município de Estrela possui 30.619 habitantes, sendo 30.546 brasileiros natos, 29 naturalizados brasileiros e 45 estrangeiros (Resultado da Amostra – Migração). Em relação ao item “Características da População e dos Domicílios”, o município possui 27.339 habitantes brancos, 962 pretos, 37 amarelos, 2.139 pardos e 142 indígenas. A comparação entre os censos possibilita observarmos, em certo grau, uma diversidade étnica no município (IBGE, 2010).

Figura 1 - Mapa da região do Vale do Taquari – RS



Fonte: Mapa disponibilizado pelo Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul<sup>11</sup>.

Município que sedia, desde 1966, o Festival do Chucrute – evento idealizado por um grupo de casais integrantes da Comunidade Evangélica Luterana de Estrela que, entre 1964 e 1965, se organizara em torno da criação do primeiro grupo de danças “alemãs”<sup>12</sup> do estado – Estrela comemora atualmente seu aniversário de fundação no mês de maio com a chamada

<sup>11</sup> Disponível no site do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari (CODEVAT): <<http://www.codevat.org.br/site/documento/visualizar/id/202/?Municipios-CODEVAT.html>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

<sup>12</sup> De acordo com o site oficial dos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela (denominação atual do Conjunto de Danças Típicas Alemãs de Estrela), o grupo de danças “alemãs” criado pelos casais integrantes da Comunidade Evangélica de Estrela foi o primeiro deste estilo no Rio Grande do Sul. (Disponível em: “O Festival do Chucrute e os Grupos”: <<http://www.gruposfolcloricosdeestrela.com.br/>>. Acesso em 14 jul. 2016).

“Maifest” (Festa de Maio)<sup>13</sup>. As atrações comemorativas são integradas por um conjunto de eventos promovidos pelo Governo Municipal, e entidades como o Rotary Club e a Comunidade Evangélica Luterana do município<sup>14</sup>. Inaugurada pelo chamado “Tradicional Grande Desfile Típico” dos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela, em que os dançarinos percorrem ruas da cidade em carros alegóricos e músicas consideradas alemãs, a programação da Maifest segue com o início do Festival do Chucrute. Neste, são realizados anualmente dois dos denominados “Bailes Típicos”, sempre no segundo e último sábado do mês de maio, com apresentações dos Grupos de Danças e onde há, de acordo com a programação, um salão ornado com “[...] decoração característica, jantar com comida alemã e cerveja”<sup>15</sup>. Os dois bailes são intercalados por uma programação que conta com os chamados “Típicos Cafés Coloniais Alemães” e a “Festa do Idoso”<sup>16</sup>, nos quais também acontecem apresentações dos Grupos de Danças. Paralelamente ao Festival do Chucrute, a Maifest também é composta pelo “Park Chopp Fest”, evento no qual acontecem os denominados “Jogos Germânicos”<sup>17</sup>, desde o ano 2000, e o Torneio do Boi, disputa de cobrança de pênaltis que começou a fazer parte do evento em 2002<sup>18</sup>.

Para o visitante que pretende conhecer o município para além das festividades de maio, as boas vindas à Estrela são dadas pelo casal Chuc e Rute – monumento erigido a partir de duas grandes estátuas localizadas na rodovia de entrada à cidade que representam os imigrantes alemães e fazem referência ao Festival do Chucrute<sup>19</sup>. Vestindo trajes semelhantes aos utilizados pelos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela, Chuc tem em mãos uma caneca de chopp e uma linguiça, enquanto Rute, que também segura uma caneca de chopp, carrega na outra mão um prato de chucrute (Figura 2). O pórtico de acesso ao

<sup>13</sup> A “Maifest” de Estrela existe com este nome desde o ano 2000. Antes disso era chamada de “festa de Maio”, ou “FEMAI”, a partir de 1966. (ÁLBUM de 1966, p. 3).

<sup>14</sup> Promotores da Maifest de 2016. (JORNAL NOVA GERAÇÃO, 2016, p.4).

<sup>15</sup> Programação do 51º Festival do Chucrute de Estrela-RS. (Disponível em: <<http://www.festivaldochucrute.com.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2016).

<sup>16</sup> A Festa do Idoso encontra-se em sua 22ª edição, em 2016. Além das apresentações de grupos de danças de Estrela e de outras regiões, a festa se realizou, em 2016, com o chamado “almoço típico” e o baile no período da tarde. (JORNAL A HORA, 2016, capa).

<sup>17</sup> Em 2016, as atividades que compuseram os “Jogos Germânicos” foram: Pau de Sebo; Carregar a Tora de Lenha; Serrar e Rachar a Lenha; Carrinho de Mão; Cabo de Guerra; Estafeta Germânica; Galinha Caipira e Pegar Leitão de acordo com o Jornal Nova Geração, Especial Estrela 140 anos, 20 maio 2016, p. 5. Como podemos observar, algumas atividades, como “Cabo de Guerra” não possuem uma procedência propriamente germânica, como propõe o evento, de modo que o termo “Germânico” se constitui como inapropriado.

<sup>18</sup> A partir de 2014, a premiação do Torneio do Boi – que antes era um boi – passou a ser entregue em dinheiro e fardos de cerveja para os vencedores.

<sup>19</sup> As estátuas foram construídas em 2005, para comemorar o 40º Festival do Chucrute. No município de Teutônia também encontramos o casal imigrante esculpido em um monumento, segundo Volkmer e Krauser (2016, p. 48).

município, que começou a ser construído em 1991 (Figura 3), igualmente homenageia a colonização alemã, em função de sua arquitetura fazer referência a esta através de um dos portais, que está orientado para o lado oeste e o Rio Taquari, via pela qual chegaram os primeiros imigrantes no território onde hoje se situa o município. O segundo portal que forma o pórtico está direcionado para o eixo leste, a “Estrada da Produção” (hoje chamada Rodovia Leonel de Moura Brizola), a fim de remeter à industrialização do município, ou seja, já percebemos, na união dos dois portais que formam o pórtico, uma narrativa que remonta à figura do colonizador alemão como civilizador, laborioso e promotor do progresso, como a historiografia que se debruça sobre as representações da imigração alemã no sul do Brasil questiona (WEBER, 2002).

Figura 2 - Casal Chuc e Rute, rodovia de acesso ao município de Estrela



Fonte: Imagem disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Estrela, na seção de Turismo, sobre “Pontos de Estrela”<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <[http://www.estrela.rs.gov.br/uploads/pontoturistico/12588/maior\\_6\\_\\_\\_Chuc\\_e\\_Rute.jpg](http://www.estrela.rs.gov.br/uploads/pontoturistico/12588/maior_6___Chuc_e_Rute.jpg)>. Acesso em: 16 jul. 2016.

Figura 3 - Pórtico de acesso ao município de Estrela



Fonte: Imagem disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Estrela, na seção de Turismo, sobre “Pontos de Estrela”<sup>21</sup>.

Chegando ao município, o visitante que tiver interesse em participar de algum trajeto turístico pela região, encontra no “Roteiro Delícias da Colônia” – criado em 2002 pela Secretaria de Cultura e Turismo de Estrela (SECULTUR), em parceria com proprietários e empreendedores locais<sup>22</sup>, a empresa de viagens e turismo Imitur, e os poderes públicos municipais das cidades partícipes do roteiro, Colinas e Imigrante – outras referências à colonização alemã do Alto Taquari. Passando por pontos<sup>23</sup> como a “Casa do Artesão e Produtos Coloniais”<sup>24</sup>, o “Convento Franciscano São Boaventura”<sup>25</sup>, o “Recanto do

<sup>21</sup> Disponível em: <[http://www.estrela.rs.gov.br/uploads/pontoturistico/12822/maior\\_Prtico.jpg](http://www.estrela.rs.gov.br/uploads/pontoturistico/12822/maior_Prtico.jpg)>. Acesso em: 16 jul. 2016.

<sup>22</sup> Atualmente, os empreendedores dos locais que fazem parte do Roteiro estão reunidos na Associação Turística Regional Delícias da Colônia (Aturdec), formada em 2007. A associação se reúne mensalmente para discutir as ações e planejamento em torno do Roteiro.

<sup>23</sup> As informações sobre os pontos de visitação do “Roteiro Turístico Delícias da Colônia”, abaixo mencionadas, estão disponíveis no site da Associação dos Municípios de Turismo das Regiões dos Vales (AMTURVALES): <<http://www.amturvales.com.br/roteiros/roteiro-turistico-delicias-da-colonia>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

<sup>24</sup> Localizada no município vizinho à Estrela, Colinas, a “Casa do Artesão e Produtos Coloniais” é uma associação de artesão e produtores rurais locais, fundada em 2005, que oferece aos visitantes produtos coloniais e artesanatos.

<sup>25</sup> Construído entre os anos de 1939 e 1952, o “Convento Franciscano São Boaventura” foi idealizado por freis holandeses e feito com pedras grês extraídas do município onde se localiza – Imigrante.

Avestruz”<sup>26</sup>, a “Sirlei Chocolates”<sup>27</sup>, o “Cactário Horst”<sup>28</sup> e o “Alambique Berwanger”<sup>29</sup>, o visitante entra em contato com produtos coloniais e construções que remetem à imigração alemã (Figura 4). Por mais que observamos, no entanto, que nem todos os pontos referenciam exclusivamente uma cultura de procedência germânica, como a produção do chocolate, por exemplo, isso não é mencionado nos materiais de divulgação. Enquanto isso, a relação mais estreita com uma identificação germânica é explícita, por exemplo, no folder do Roteiro, que possui versões nos idiomas português, espanhol e alemão (Anexo A), e na mensagem de apresentação do Roteiro no site da Associação dos Municípios de Turismo das Regiões dos Vales (AMTURVALES): “Nos passeios, os visitantes contemplam desde as pastagens aos casarios de época, passando por locais que exaltam a gastronomia típica e a hospitalidade interiorana”<sup>30</sup>.

Figura 4 - Alambique Berwanger



Fonte: Imagem disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Estrela, na seção de Turismo, sobre o “Roteiro Turístico Delícias da Colônia”<sup>31</sup>.

<sup>26</sup> O “Recanto do Avestruz”, em Estrela, proporciona ao visitante que conheça o processo produtivo de criação das aves, além de expor artesanatos feitos com seus ovos e plumas, e oferecer alimentos como patês, carnes e linguiça de avestruz.

<sup>27</sup> Situada em Costão, distrito de Estrela, a “Sirlei Chocolates” é uma empresa familiar que fabrica e vende chocolates artesanais.

<sup>28</sup> Considerado o maior cactário da América Latina em variedades de cactus, o “Cactário Horst” iniciou suas atividades pela família Horst em 1965 e se localiza no município de Imigrante.

<sup>29</sup> Construído em 1898 ao estilo enxaimel, o casarão da família Berwanger contém um alambique que oferece ao visitante degustação de cachaças e licores de frutas, além da explicação sobre seu processo de produção.

<sup>30</sup> Apresentação do Roteiro Turístico Delícias da Colônia, no site da AMTURVALES. (Disponível em: <<http://www.amturvaes.com.br/roteiros/roteiro-turistico-delicias-da-colonia>>. Acesso em 16 jul. 2016).

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://www.estrela.rs.gov.br/site/turismo/visualizar/id/4/?Roteiro-Delicias-da-Colonia.html>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

Continuando a visita para conhecer cidade, outro ponto de passeio do visitante pode ser a Casa-Museu do casal Schinke. Comprada pelo casal no ano de 1959, a casa do médico aposentado, Werner Schinke, hoje com 88 anos e de sua esposa, Gisela Schinke, com 86 anos de idade, abriga um museu que teve início com o colecionamento de peças antigas por ambos. Com o tempo, foram comprando mais objetos e recebendo outros de doações. O acervo pessoal, que contém mais de duas mil peças catalogadas<sup>32</sup>, conta com utensílios de cozinha, instrumentos musicais, obras de arte, ferramentas de trabalho e grande variedade de itens como camas, espadas, móveis e peças em louça, ferro e vidro, identificados como referências à colonização germânica do Alto Taquari. De acordo com a Prefeitura Municipal de Estrela, a casa-museu se constitui um “referencial de cultura e turismo por seu notável acervo histórico e cultural da imigração alemã”<sup>33</sup> – a narrativa oficial novamente reforça uma identificação étnica municipal.

Após essas incursões pelos meios públicos de difusão cultural sobre o município de Estrela, o que pensaria nosso visitante? Não poderíamos prever, mas sim fazer algumas constatações preliminares que os espaços pelos quais passamos, ao longo do texto, podem sugerir. Entre as festividades de maio, os monumentos de saudação que dão acesso ao município e os trajetos turísticos que são oferecidos e promovidos pelo poder público municipal, verificamos, basicamente, três aspectos sobre a narrativa que comportam: ela é sobre a imigração alemã, é praticamente exclusiva a ela, e está relacionada a uma determinada forma de ser narrada. Remete a um passado heroico, entendido como natural e essencial. Ao longo desta tese, analisamos como esta narrativa se conformou ao longo do tempo, mas também nos questionamos quais são as narrativas que ela deixa de evidenciar e por quê. Neste sentido, memória e esquecimento são analisados em seus usos, abusos e implicações desenvolvidos *diante, para e com o público*.

Diante dessa questão e compreendendo a memória como “[...] matriz de história, na medida em que ela continua sendo a guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado”, de acordo com Ricoeur (2007, p. 100), as memórias narradas no tempo presente, seja no formato de testemunhos, seja através de monumentos ou narrativas

---

<sup>32</sup> Em entrevista para o jornal Informe dos Vales, o filho de Werner Schinke afirma que o número de peças catalogadas no museu pelo pai ultrapassa 2,4 mil peças. A mesma matéria faz referência a um assalto que aconteceu na Casa-Museu em abril de 2015 e fez com que o casal interrompesse as visitas por tempo indeterminado. (INFORME DOS VALES, 21 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.informedosvales.com.br/noticias/historias-dos-vales/as-feridas-permaneceram-abertas-e-as-portas-do-museu-fechadas-por-tempo-indeterminado>>. Acesso em: 16 jul. 2016).

<sup>33</sup> Prefeitura Municipal de Estrela. Pontos de Estrela. (Disponível em: <<http://www.estrela.rs.gov.br/site/turismo/visualizar/id/8/?Pontos-de-Estrela.html>>. Acesso em: 16 jul. 2016).

documentais, são aqui problematizadas em sua relação com o passado que pretendem advogar e com o as implicações que isso acarreta no sentido de selecionarem e cristalizarem uma versão identitária local. A excessiva narrativa que faz referência a um passado harmônico, conciliador e glorioso no espaço público estrelense nada mais é do que uma “memória exercitada”, de certa maneira “imposta” – mas não por isso livre de litígio – pelo poder público municipal:

[...] a memória imposta está armada por uma história ela mesma ‘autorizada’, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum (RICOEUR, 2007, p. 98).

Foi pela percepção inicial de um contraste entre esta narrativa excessiva de um “passado heroico” no âmbito público e as análises realizadas em minha pesquisa desenvolvida durante o curso de mestrado em história (WERLE, 2014) – que abordou lembranças nada gloriosas sobre Campanha de Nacionalização elaborada entre 1938 e 1945 durante o governo de Getúlio Vargas, na região do Alto Taquari – que esta tese foi idealizada. A percepção de um “passado que não passou”<sup>34</sup> na região instigou um questionamento sobre a ideia de relacionar aquele momento, por exemplo, como mero “tempo de esquecer” – conforme a historiadora Janine Gomes da Silva (2008) identificou o período histórico referente à Campanha de Nacionalização na cidade de Joinville, em Santa Catarina, quando referenciado durante os momentos de comemoração pública. No caso da região do Alto Taquari, entretanto, a memória acerca do passado referente às perseguições, torturas e delações pelos delegados locais sobre aqueles que falavam em idioma alemão, é lembrada e narrada no âmbito privado: o trauma permanece. Desse modo, ao longo desta tese, buscamos investigar os estratos temporais aparentemente ocultos de um tempo presente que é publicizado como ressonância de um passado unicamente heroico<sup>35</sup>. A dialética, portanto, entre a narrativa do passado heroico e a narrativa do passado traumático é analisada aqui como conformadora do tempo presente.

<sup>34</sup> Referência à expressão “passado que não passa”, cunhada pelo historiador Henry Rousso, em seu livro “Le Syndrome de Vichy”, lançado em 1987, sobre o período Vichy e os usos desse passado, na França.

<sup>35</sup> Narrativas históricas exclusivistas, que muitas vezes servem aos desejos de encobrimento de poderes locais são trazidas à reflexão pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em seu discurso proferido pelo TED (*Technology, Entertainment and Design*), nos Estados Unidos, em 2009. Na conferência, Chimamanda alerta sobre o perigo de uma história única, quando estereótipos construídos por estruturas de poder como a mídia, por exemplo, aniquilam possibilidades de conhecermos a diversidade de aspectos que compõem diferentes culturas pelo mundo. O discurso da escritora está disponível no YouTube em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

O passado referente ao período da Campanha de Nacionalização em Estrela é compreendido como traumático em função tanto das lembranças narradas no presente sobre aquele processo e que, como esta tese pretende evidenciar, não são objeto de debate público, como também da negligência e desinteresse político do poder público municipal em salvaguardar aquela memória: dentre os 5.570 municípios brasileiros, Estrela está entre os noventa e sete por cento dos que não possui ao menos um arquivo público municipal com intuito de gerir e garantir o acesso à documentação pública<sup>36</sup>, por exemplo (WERLE, 2017). Certamente, essa situação passa por questões que envolvem interesses políticos e econômicos responsáveis pela seleção do que deve ser lembrado e esquecido. Como afirma Roswithia Weber (2006, p. 290), ao se referir ao apelo turístico que também participa dessas escolhas, “[...] os interesses econômicos apropriam-se do discurso homogeneizador como estratégia de promoção turística, configurando o que pode ser chamado de ‘turismo étnico’, que toma como propósito mostrar o que a região tem, considerando o mote étnico alemão”. Exclusivista e enaltecadora, a trama homogeneizadora adquire legitimidade no espaço público por onde a narrativa sobre o passado traumático se desvela como memória impedida (RICOEUR, 2007, p. 83).

Dedicando-se, em meados da década de 1970, aos estudos sobre o Regime de Vichy, na França pós-Segunda Guerra Mundial, Henry Rousso (2009, p. 208) deparou-se com questões ainda inacabadas sobre aquele momento: “Eu me dei conta que este período não estava morto”, afirmou o historiador. A problematização acerca da “ação do tempo passado sobre o presente” (RIOUX, 1999, p. 41), que preocupou Rousso e que tematiza esta tese, mobilizou a criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) no final dos anos 1970, na França<sup>37</sup>. Campo de investigação que ainda é objeto de controvérsias por historiadores que questionam o pouco recuo temporal ou a parca quantidade de arquivos disponíveis para pesquisa, por exemplo, a História do Tempo Presente se afirma, entre outros fatores, na condição de fazer do tempo um problema e “uma nova concepção da operação historiográfica” (DOSSE, 2012, p. 7) – questão que retorna às relações entre temporalidade e narrativa analisadas não apenas por Ricoeur e Koselleck, conforme citamos acima, como

---

<sup>36</sup> Governo quer estimular criação de arquivos municipais em todo o país. Arquivo Nacional. (Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2224&sid=119>>. Acesso em: 22 abr. 2016).

<sup>37</sup> O IHTP foi criado em 1978 a partir do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), laboratório de pesquisa então destinado a estudos acerca da Segunda Guerra Mundial. François Bédarida, primeiro diretor do IHTP, se referiu ao mesmo como “a nova oficina de Clio”, em função de “encarnar” o corte epistemológico que caracterizou a segunda metade dos anos 1970. (BÉDARIDA, 2006, p. 219).

também por Pierre Nora que, na trilogia *Lugares de Memória*<sup>38</sup>, toma os pontos de memória como “[...] a administração geral do passado no presente” (NORA, 1998, p. 32). Tempo, narrativa e memória se articularam, portanto, em temas que o próprio tempo (a partir do último quartel do século XX) demandava ao historiador.

Diante de um tempo percebido como acelerado em virtude de transformações envolvendo, por exemplo, as comunicações, os transportes e a difusão das informações que este e o final do último século vêm acompanhando, François Hartog (2014, p. 39-40) identifica como *presentista* o regime de historicidade<sup>39</sup>, a relação que vivenciamos com o nosso tempo. Segundo o historiador, este tempo ainda se traduz em uma:

experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico. Tudo se passa como se não houvesse nada mais do que o presente, espécie de vasta extensão de água agitada por um incessante marulho.

Um “presente hipertrofiado”, sintoma de uma crise do tempo que, segundo Hartog (2006, p. 265), buscou numa *patrimonialização galopante* amparar-se em razão do medo do esquecimento. Alter ego da memória, como afirma o historiador (2014, p. 195), o patrimônio é um “convite à anamnese coletiva” propiciada em uma sociedade pautada pelo presentismo – análise que pode ajudar a compreender por que o poder público estrelense, em conjunto com instituições locais, como agências de turismo e a Comunidade Evangélica Luterana local, criou mecanismos para patrimonializar a história da imigração alemã no município, ou melhor, uma versão dela. Esta “crise do tempo”<sup>40</sup>, como nominada por Hartog, pode ser interpretada, também, através do conjunto de mudanças temporais anunciadas por Bédarida (2006, p. 219), quando da instituição do IHTP, caracterizadas pelo:

[...] retorno vigoroso da história e da memória, uma busca ansiosa de identidade, a crise dos paradigmas das ciências sociais, enfim, um presente cheio de incertezas em relação a si mesmo e ao futuro num mundo que não sabia mais se iria desembocar em Prometeu ou em Pandora.

<sup>38</sup> A trilogia *Les Lieux de mémoire* foi originalmente publicada entre 1984 e 1992, na França.

<sup>39</sup> Utilizando-se das categorias meta-históricas de “experiência” e de “expectativa” trabalhadas por Koselleck (2006), a fim de elaborar uma semântica dos tempos históricos, a noção de “regime de historicidade”, segundo Hartog (2014, p. 29), funcionaria com um instrumento heurístico para “[...] comparar tipos de histórias diferentes, mas também [...] para colocar em foco modos de relação com o tempo: formas da experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem. Maneiras de ser no tempo”.

<sup>40</sup> Ainda levando em conta as categorias abordadas por Koselleck, Hartog (2014, p. 39) situa a crise do tempo presente em função de “[...] uma distância que se tornou máxima entre o campo da experiência e o horizonte da expectativa, até o limite da ruptura. De modo que a produção do tempo histórico parece estar suspensa”.

Desafio para o historiador do tempo presente, estas e demais questões que se sobrepõem ao seu ofício – justamente por estar investigando temas inacabados tal qual denota a imagem do palimpsesto invocada por Bédarida<sup>41</sup> - demandam aquele que é um dos principais pontos de justificação da História do Tempo Presente: analisar as repercussões do passado incorporadas no presente a fim de que este possa ser compreendido “pouco a pouco aliviado de seu autismo” (RIOUX, 1999, p. 50). Atentando a esta questão, Rousso enfatiza a ideia de a História do Tempo Presente ser uma forma de reação ao presentismo, no sentido de “[...] produzir a História de nosso próprio tempo, tentando obter uma reflexão que permita um recuo relativo. [...] um manter-se a distância face ao próprio presente, uma tarefa dura” (ROUSSO, 2009, p. 209).

Uma tarefa dura, porém fundamental para não cairmos nas armadilhas que este tempo mediatizado pode provocar, a partir de narrativas coerentes e, por isso, essencializantes, sejam advindas dos eventos comemorativos, da grande mídia ou dos fundamentalismos identitários, que a historiografia pretende desnaturalizar. Como afirmara Beatriz Sarlo (2007, p. 14), a história de grande circulação reduz o campo das hipóteses, “[...] sustenta o interesse público e produz uma nitidez argumentativa que falta à história acadêmica”. Na voga deste entendimento, a ideia de “estratificar” o tempo presente procura burilar, nesta tese, graus de complexidade impressos nas narrativas presentes sobre o passado no município de Estrela.

Em ensaio elaborado por Koselleck para a já citada obra, *Estratos do Tempo*, ao desenvolver a questão sobre a novidade representada pela modernidade, o historiador não tem como intenção discutir a obviedade de que a modernidade foi, sim, uma novidade. Para além desta afirmativa, Koselleck busca entender o *quão* nova ela de fato se revelou. Compreendendo que cada sequência de eventos é algo novo, dentro de uma estrutura histórica contínua, o que conjugou a novidade específica da modernidade foi o modo acelerado como as mudanças ocorreram: transformações que antes poderiam se prolongar por gerações passaram a durar décadas, ou anos. “A possibilidade de perceber de modo imediato essa mudança estrutural é, provavelmente, a característica da modernidade”, afirma o autor que, a partir desta constatação, enfatiza: “Se quisermos saber quão nova é nossa modernidade, precisamos saber quantos estratos da história antiga estão contidos no presente” (KOSELLECK, 2014, p. 221). Ou seja, por mais que possamos perceber traços presentistas nos objetos estudados sobre o tempo presente, a distinção dos estratos, das camadas temporais que os conformam é fundamental para um possível diagnóstico sobre o nosso tempo. O

---

<sup>41</sup> Segundo Bédarida (2006, p. 221), a imagem do palimpsesto ilustra a história do tempo presente que é: “reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões”.

presente só pode ser historicamente elaborado, se investigarmos “com quantos passados” ele é “feito”, com quais traços ressonantes de um tempo anterior é composto— esteja este tempo ignorando-os ou enaltecendo-os. Essa tarefa, como instrui Koselleck (2014, p. 221-222), “[...] cabe à reflexão histórica, cujos resultados já não podem ser encontrados nas fontes”, mas sim na análise que, no lugar de esconder, traz à tona as complexidades, incoerências e intenções que residem em nossos objetos de pesquisa.

Para além da possibilidade de separação analítica de diversos planos temporais que a noção de *estratos do tempo* permite, a proposta metodológica de Nora (1993) para analisar criticamente os pontos de cristalização da herança nacional francesa também instrumentaliza esta análise sobre os atuais espaços e eventos públicos de memória no município de Estrela. Por mais que a noção de *lugares de memória* não se aplique em nosso contexto nacional, em virtude de estar relacionada a um projeto editorial que visou atender uma conjuntura histórica particular vivenciada na França, em meados da década de 1970, e diagnosticada por Nora como um momento de desaparecimento da memória nacional do país, sua obra, como um todo, é um interessante exercício para reflexão sobre a constituição de vetores de memória e, sobretudo, sobre as tensões e conflitos envolvidos em sua construção.

Diferente de uma historiografia na qual a configuração de uma versão da identidade nacional é narrada *com* os objetos de memória, o projeto de Nora consistia em “desfamiliarizá-los”, examinando justamente o seu papel na construção do conhecimento histórico, a partir de seus processos de produção social. Como o historiador afirmou em uma entrevista, “[...] você não pode tratar do problema da memória como trataria qualquer outro tema de história” (BREFE, 1999, p. 28). Nesta tese, portanto, as questões suscitadas a partir dos tensionamentos sobre a memória provocados pela obra de Nora, nos levam a problematizar, procurar conflitos e nuances, para, enfim, “des-objetivarmos” os olhares acerca das narrativas sobre os passados construídas em Estrela no tempo presente.

Juntamente com as questões propostas por Nora para pensarmos o tema mais amplo da memória, a relação desta com o esquecimento, seus usos e abusos, trabalhados por Ricoeur (2007), como já mencionamos, elucida a dialética na narrativa historiográfica proposta nesta tese para o tempo presente no município de Estrela: o passado heroico e o passado do trauma que, articulados, o conformariam. Entre uma abordagem cognitiva da memória e seu uso pragmático, a escrita desta tese é encaminhada na direção do tema da política de uma justa memória, seus usos e abusos no presente através de questões como a colocada por Ricoeur (2007, p. 507): “[...] é possível fazer uma política sensata sem algo como uma censura da memória?”. Avançando neste sentido, nos juntamos a Andreas Huyssen (2014, p. 160) em seu

conveniente estudo sobre o esquecimento público como “constitutivo de um discurso politicamente desejável da memória”, a fim de problematizar a construção da narrativa sobre o passado do trauma, no município.

Como as narrativas, tanto as que se referem ao passado heroico, como ao passado traumático, são compreendidas aqui como referenciais identitários que elaboram comportamentos, opções políticas e ideológicas, por exemplo, nos baseamos nas reflexões de Poutignat e Streiff-Fenart que, classificando-se na linhagem fundada por Fredrik Barth na década de 1960, se apoiam numa concepção dinâmica sobre a identificação étnica, de modo que, como qualquer outra identificação coletiva, ela “é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não” (BARTH, 1998, p. 11). Assim, esses processos sofrem mudanças ao longo da história, perdendo ou ganhando características (traços culturais como crenças, ritos, língua e valores) que diferenciam os grupos étnicos, sem que se percam os limites culturais que os distinguem dos outros.

Em detrimento de outras formas de identidades coletivas, no entanto, a especificidade da identificação étnica é compreendida pelos autores por meio da ideia de fixação dos símbolos identitários que fundam a crença em uma origem comum, de maneira que “o que diferencia, em última instância, a identidade étnica de outras formas de identidade coletiva é o fato de ela ser orientada para o passado” (BARTH, 1998, p. 13). Os autores afirmam, todavia, que esse passado não é o da ciência histórica, mas sim aquele em que se representa a memória coletiva, no sentido de fundamentar-se em uma “história mítica”, que busca sentido em processos de criação e interpretação das representações coletivas. A esta noção sobre a ideia de um “passado comum” partilhado, a concepção de “grupo étnico”, como formulada por Max Weber (1994, p. 270), nos acompanha. Segundo o autor,

grupos ‘étnicos’ são aqueles grupos humanos que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva.

Um passado construído pela memória coletiva, no que tange à construção de uma identidade étnica germânica, tem no processo de colonização uma crença de origem comum. E não apenas compartilhar esse passado comum, como fixar símbolos e critérios de identificação são maneiras de estruturar e reestruturar as fronteiras étnicas através da interação do grupo étnico com os outros. São estes fatores de diferenciação e das

características e costumes comuns que dão ao grupo o suporte para a “honra étnica” que, de acordo com a historiadora Regina Weber (1994), é o que realmente sustenta a sua identificação e denota a percepção da superioridade das características de cada grupo étnico. Seyferth (1994, p. 24) reforça esta concepção ao afirmar que a “ideia de descendência comum, ser ‘de origem’ implica em aceitar um modo de vida e um comportamento social diferenciados, embasados numa ‘cultura alemã’ modificada por mais de 150 anos de história comum no Brasil”. Assim, a autora afirma que o que mais conta no plano de afirmação da etnicidade para os grupos teuto-brasileiros é a “cultura da colonização”. Além de contar com a ideia compartilhada de passado comum, o grupo étnico seleciona os traços culturais que identificam seus integrantes e, no caso dos teuto-brasileiros, encontramos entre estes elementos as associações (de tiro de guerra, de canto, de ginástica e de auxílio mútuo); a concepção do alemão como “povo trabalhador”, contida no *ethos* do trabalho; o uso da língua alemã; as festividades e comemorações cíclicas propagandeadas como “típicas”, enfim, que reificaram “uma ‘cultura germânica’ pretendida pelos imigrantes e seus descendentes” (SEYFERTH, 1994, p. 15), e problematizamos nesta tese.

Para construir uma narrativa historiográfica problematizando o “quanto” de passados existem no presente e, neste caso, como um passado traumático e um passado heroico sobre a imigração alemã no município de Estrela – como chamaremos aqui nossos estratos temporais – são incorporados pelo presente, investigamos o que permaneceu do passado em nosso presente: testemunhos e fontes documentais. Desse modo, esta tese está dividida em quatro pontos principais de estudo. Primeiramente, em *Estrato do Tempo I*, exploramos, numa análise diacrônica, publicações comemorativas promovidas principalmente pelo poder público municipal sobre os aniversários de emancipação do município de Estrela referentes aos seus 50 anos, em homenagem aos 75 anos, aos 90 e 92 anos, ao centenário e ainda à virada dos 110 para os 111 anos de emancipação. São analisadas as narrativas configuradas sobre uma história do município a partir das obras que referem o passado da imigração alemã como heroico e, na medida em que são reatualizadas a cada comemoração, afirmam este enredo para o tempo presente. Em *Estrato do Tempo II*, a fim de analisar um período muito brevemente explorado pelas obras comemorativas, os anos 1930 e 1940 referentes à Campanha de Nacionalização varguista são investigados de maneira a estudar seus efeitos e atos em fontes que possibilitam uma análise sincrônica sobre aquele período. Através de matérias publicadas pelos jornais *O Paladino* e *O Taquaryense*, e da pesquisa sobre documentos como correspondências, fonogramas e atas referentes à unidade eclesiástica da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) sediada em Estrela, assim como

documentos referentes ao meio escolar, que foram localizados no Arquivo municipal do município de Lajeado, um passado marcado pelo autoritarismo por parte dos agentes governamentais emerge como um passado obliterado pelas obras comemorativas.

No terceiro ponto de estudo, *Passados presentes*, nos debruçamos sobre as ressonâncias que os dois estratos temporais analisados adquirem no presente. Fontes jornalísticas produzidas nos anos 1990, 2000 e 2010, que se referem aos 120, 130 e 140 anos de emancipação de Estrela são investigadas a fim de serem analisados quais estratos temporais permanecem presentes, assim como as memórias de pessoas que vivenciaram o período estadonovista, que configuram enredos que podem ressignificar a etnicidade contemporaneamente. O quarto ponto, *Tempo Presente: passados administrados no presente*, é construído com base nas instituições ou expressões culturais existentes no município que dedicam algum espaço à guarda e proteção de fontes documentais ou elementos culturais que simbolizam memórias locais. Sem esquecer que estes ambientes são fruto de ações de pessoas ou instituições, e que dependem de situações econômicas, políticas e sociais locais ou de contextos mais amplos, sua relação com o público, o protagonismo deste, como também as narrativas que produzem e a necessidade de existirem são objetos de discussão entendendo que “[...] os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros” (RICOEUR, 2007, p. 95).

A cidade de Estrela, que atualmente ocupa uma área de 184,176 km<sup>2</sup><sup>42</sup> e possui uma população estimada em 33.820 habitantes (IBGE, 2018), teve sua área diminuída ao final do século XIX e durante o século XX em função da emancipação de alguns municípios cujo território pertencia a ela<sup>43</sup>. O número de habitantes consequentemente se modificou conforme as emancipações vizinhas, mas de acordo com os dados que as fontes pesquisadas para esta tese fornecem e que são mais amplamente descritos ao longo dos capítulos, entre os anos 1920 e o momento atual a população local variou entre os 20 e 30 mil habitantes<sup>44</sup>. A habitação nas zonas urbana e rural também é informada no primeiro capítulo deste trabalho, mas de maneira geral é possível afirmar que a população marcadamente rural no século XIX e

---

<sup>42</sup> Área territorial brasileira. (IBGE, 2018).

<sup>43</sup> A partir do município de Estrela, emanciparam-se Imigrante, em 1988; Lajeado, em 1891; Roca Sales, em 1981; e Teutônia, em 1981, de acordo com a página eletrônica dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) – Fundação de Economia e Estatística (FEE). (Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_coredes\\_detalhe.php?corede=Vale+do+Taquari](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Vale+do+Taquari)>. Acesso em: 02 nov. 2018).

<sup>44</sup> De acordo com o Álbum de 1926 (p. 137), Estrela continha 23.9229 habitantes. Segundo o Recenseamento Geral de 1940 (p. 69), este número chegou a 28.817 habitantes e em 1954, estimava-se 31.000 habitantes no município (Livreto de 1954, p. 48). O IBGE estima 33.820 habitantes no município, conforme referido na nota acima.

boa parte do XX, teve aumento de habitantes ocupando o meio urbano desde a segunda metade do século XX: basicamente rural em 1925<sup>45</sup> e nos anos 1950 (quando 25.110 dentre os 31 mil habitantes viviam na zona rural)<sup>46</sup>, o município estima atualmente cerca de quinze por cento de sua população habitando o meio rural<sup>47</sup>.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economia do município baseia-se principalmente na indústria de transformação, com a produção de calçados, vestuário, produtos metalúrgicos, materiais plásticos, além de alimentos e bebidas. Em seguida se destaca o comércio e então o setor primário (IBGE, 2018). Com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) situado como alto, de 0,767 em 2010, os fatores que contribuem para esta equação são a “[...] Longevidade, com índice de 0,850, seguida de Renda, com índice de 0,776, e de Educação, com índice de 0,684”<sup>48</sup>. Vizinho de Lajeado, cidade polo da região do Vale do Taquari que possui IDHM em 0,778<sup>49</sup> em 2010, uma população de 82.951 habitantes<sup>50</sup> e um Produto Interno Bruto (PIB) de 3.253.765 reais<sup>51</sup>, Estrela, que conta com um PIB de 1.162.880 reais<sup>52</sup>, encontra na exaltação étnica traduzida em monumentos, Festival, atrações comemorativas de festejo e em uma narrativa de município mãe (visto que muitos municípios vizinhos emanciparam-se de Estrela) que recebeu os imigrantes alemães na região, uma das formas de se destacar e diferenciar das outras cidades do Vale.

---

<sup>45</sup> Conferir nota 17.

<sup>46</sup> Conferir subcapítulo 2.2.

<sup>47</sup> Informação divulgada no sítio eletrônico da prefeitura municipal de Estrela. (Disponível em: <<https://estrela.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/3>>. Acesso em: 02 nov. 2018).

<sup>48</sup> Informação disponibilizada pelo sítio eletrônico do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, ferramenta desenvolvida para divulgar as pesquisas realizadas entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro (FJP), 2013. (Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/estrela\\_rs](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/estrela_rs)>. Acesso em: 02 nov. 2018).

<sup>49</sup> Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, as dimensões que contribuem para o IDHM alto do município de Lajeado são a Longevidade, que possui índice de 0,840, seguida da Renda, com índice de 0,796, e da Educação, com índice de 0,704. (Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/555](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/555)>. Acesso em: 05 nov. 2018).

<sup>50</sup> Informação da população de Lajeado estimada para 2018 pelo IBGE em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/lajeado/panorama>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

<sup>51</sup> IBGE 2015. (Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=downloads>). Acesso em: 05 nov. 2018.

<sup>52</sup> Ibidem.



## 2 ESTRATO DO TEMPO I

Ao defender, em artigo publicado em 2012, a ideia de que a singularidade da noção de história do tempo presente reside na contemporaneidade do não contemporâneo, Dosse (2012, p. 6) a caracteriza na espessura temporal do “espaço de experiência” e, assim, no meio-termo entre passado e presente. Nesse sentido, é tarefa do historiador analisar como o presente é construído no tempo e, segundo o autor, este processo está situado “na intersecção do presente e da longa duração”. Desse modo, em que nível do passado localizar e identificar uma origem daquilo que ressoa contemporaneamente? No caso desta tese, onde encontrar o ponto propulsor da narrativa que compõe atuais práticas culturais baseadas em uma ideia de passado heroico acerca da imigração alemã no município de Estrela? Como afirma Ricoeur (1968, p. 31), diferente da objetividade possibilitada aos estudiosos das áreas das ciências exatas, historiadores constroem uma temporalidade transportando-se, hipoteticamente, para outro presente, o qual utilizam como referência e centro de perspectiva temporal:

Ora, essa transferência para um outro presente, vinculada ao tipo de objetividade da história, é exatamente uma espécie de *imaginação*, uma imaginação temporal, se quisermos, de vez que um outro presente é representado, transferido ao fundo da “distância temporal”, - “outroira”. É certo que essa imaginação assinala a entrada em cena duma subjetividade que as ciências do espaço, da matéria e mesmo da vida deixam de lado. Constitui mesmo dum raro saber *trazer* até nós o passado histórico, simultaneamente à recomposição da *distância* histórica, melhor ainda, simultaneamente ao estabelecimento, no espírito do leitor, de uma consciência de afastamento, de profundidade temporal.

Construímos, assim, na narrativa historiográfica, uma temporalidade que pretende a constituição de um círculo hermenêutico no sentido proposto por Ricoeur (2010)<sup>53</sup>. Na absurdidade de fisgar o tempo exato do surgimento de algo, ocupamo-nos com as emergências e suas vibrações. Assim, para analisarmos o processo de constituição de uma narrativa heroica sobre a imigração alemã em Estrela, construímos este capítulo a partir de uma análise diacrônica, que tem como fio condutor um conjunto de obras comemorativas acerca de aniversários da emancipação do município, para justificarmos um dos estratos de tempo que compreendemos como conformador do tempo presente. Atentos à ideia de que os

<sup>53</sup> O círculo hermenêutico, conforme proposto por Ricoeur, se constitui em três momentos, três modos miméticos (de imitação criadora) que dão sentido às possíveis leituras da experiência humana temporal: prefiguração ou *mímeses* I (se referindo à pré-compreensão do mundo da ação); configuração ou *mímeses* II (momento de construção da intriga – escrita da narrativa, encarada como mediadora entre o antes e o depois do texto); e refiguração ou *mímeses* III (marcando a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor, é quando a narrativa alcança seu sentido pleno), (RICOEUR, 2010, p. 96-123). De acordo com o filósofo, ainda, apesar de circular, a hermenêutica não se pretende um círculo vicioso, pois, como ele mesmo escreve: “[...] preferiria falar de uma espiral sem fim que faz a meditação passar várias vezes pelo mesmo ponto, mas numa atitude diferente” (RICOEUR, 2010, p. 124).

estratos de tempo “remetem a diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente”, segundo Koselleck (2014, p. 9), a análise diacrônica do tempo realizada no que remete à narrativa do que chamamos de passado heroico será contrastada com uma análise sincrônica no que tange ao período que possibilitou a elaboração narrativa de um passado traumático, no capítulo subsequente<sup>54</sup>. À primeira, que se desdobra em conformidade com a periodicidade despadronizada dos documentos comemorativos deixados pelo passado, compreendemos que “O aspecto diacrônico não trata apenas da exigência de uma datação exata ou de uma criação de sequências temporais precisas, tampouco apenas da crônica narrativa, que é recontada e à qual o novo é acrescentado de dia em dia ou de ano em ano, como acontece nos anuários” (KOSELLECK, 2014, p. 237).

Contemplamos, na análise a seguir, o estudo sobre sete impressos confeccionados especialmente em função da comemoração ao aniversário de emancipação do município de Estrela. O *Album Commemorativo do Cincoentenário do Município de Estrella* (1926); a revista do *Jubileu de Diamante de Estrêla* (1951); o livreto *O Alto Taquari – aspectos de seu desenvolvimento, homenagem ao 75º aniversário da emancipação política de Estrêla* (1954); o *Album Oficial da Feira de Maio de 66* (1966); o *Album da Feira de Maio de 1968* (1968); *Estrela 100 anos*, suplemento especial do jornal *Nova Geração* (1976); e o catálogo *Estrela dos 110 aos 111 anos* (1987) são publicações que foram encontradas digitalizadas em um CD-ROM na Biblioteca Pública Municipal Francisco Reckziegel Assis Sampaio, em Estrela. A tabela a seguir demonstra mais nitidamente as obras, suas datas de edição e a forma como são referidas na tese:

---

<sup>54</sup> De acordo com Koselleck (2014, p. 9), “Muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, emergindo, em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos”. Desse modo, enquanto mobilizamos uma análise diacrônica para abordarmos o passado da glória, o passado do trauma é investigado a partir de uma análise sincrônica do tempo.

Quadro 1 - Obras comemorativas – anos 1920 a 1980 em Estrela

Nome da obra	Publicação	Referenciação na tese
<i>Album Commemorativo do Cincoentenário do Município de Estrela</i>	1926	Álbum de 1926
<i>Jubileu de Diamante de Estrêla</i>	1951	Revista de 1951
<i>O Alto Taquari – aspectos de seu desenvolvimento, homenagem ao 75º aniversário da emancipação política de Estrêla</i>	1954	Livreto de 1954
<i>Album Oficial da Feira de Maio de 66</i>	1966	Álbum de 1966
<i>Album da Feira de Maio de 1968</i>	1968	Álbum de 1968
<i>Estrela 100 anos</i>	1976	Suplemento de 1976
<i>Estrela dos 110 aos 111 anos</i>	1987	Catálogo de 1987

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

O CD-ROM foi encontrado ao acaso, com auxílio das funcionárias da instituição, durante a procura por obras comemorativas sobre Estrela, e estava guardado em um armário pouco utilizado pelas pessoas que trabalham e frequentam a biblioteca, em meio a documentos e papéis sem uma ordem pré-estabelecida. Não havia, portanto, uma catalogação do material que pudesse ajudar na disponibilização de seu acesso mais amplo para a população local. Não é conhecido o autor da digitalização, porém o material se mostra de profunda utilidade para pesquisadores acerca da história do município, afinal, as obras são raras e, na Biblioteca, são encontradas impressas apenas as edições referentes aos anos de 1926; 1951; 1966; 1968; e 1976. A busca por estas fontes percorreu outras instituições públicas municipais, como a Casa de Cultura (Centro Cultura e Turismo Bertholdo Gausmann), onde funciona a Secretaria Municipal da Cultura e Turismo (SECULTUR), e

foram encontradas as edições comemorativas referentes aos anos de 1926 e 1951, e a Prefeitura Municipal, onde não há registros das mesmas<sup>55</sup>. A falta de um arquivo público municipal, amparado por uma gestão documental adequada para os acervos públicos locais, dá lugar a dificuldades na trajetória de qualquer pesquisa historiográfica sobre o município, além de criar obstáculos àquele que é um direito civil: o acesso democrático aos documentos públicos – tema que será abordado no quarto ponto de estudo desta tese. Contamos, desse modo, com sete obras referentes às décadas de 1920; 1950, 1960, 1970 e, por fim, de 1980. Como não foram encontrados outros impressos caracterizados como edições comemorativas e produzidos pelo poder público municipal, estas se constituem nas fontes analisadas para a construção deste capítulo. A inexistência<sup>56</sup> de obras especificamente criadas com fins comemorativos a partir dos anos 1990 pode se explicar pela passagem deste papel aos jornais locais que, aos poucos, se profissionalizavam e se responsabilizavam pelos registros dos festejos, que continuavam a acontecer em Estrela<sup>57</sup>.

Para realizar a análise sobre as fontes de um modo que se aproximasse minimamente do formato em que foram veiculadas, assim como para ter a dimensão sobre sua quantidade de páginas, e seu peso, elas foram impressas. Assim, foi possível observar, de maneira geral, que se tratam de longos impressos, contendo entre 38 e 240 páginas – ou seja, necessitava-se de tempo para serem lidos. Além disso, eles possuem, também em sua maioria, uma grande quantidade de publicidade que, possivelmente, eram as fontes colaboradoras de recurso para as publicações. Ainda em sentido amplo, a falta de editorial e de maiores informações sobre os idealizadores, escritores, jornalistas, sobre as empresas que realizavam a impressão, a tiragem e mesmo acerca das fontes utilizadas para a composição da maioria das publicações demonstra, além de um jornalismo incipiente, também amador – como mesmo aponta um dos impressos<sup>58</sup>, e que se justifica também em função de o município se localizar no interior do estado do Rio Grande do Sul e, desse modo, fazer jus ao cenário jornalístico nacional que, sobretudo a partir dos anos 1950 se profissionalizava efetivamente no sudeste brasileiro

---

<sup>55</sup> É provável que algumas das edições pesquisadas sejam encontradas nas casas de moradores do município que porventura as tenham guardado.

<sup>56</sup> Pelo menos não foram encontradas outras obras neste sentido na pesquisa de campo realizada.

<sup>57</sup> O suplemento especial do jornal *Nova Geração*, publicado em 1976, se coloca como aquele que cumpriu “uma obrigação” ao editar a publicação comemorativa ao centenário do município, visto que o poder público municipal da época não pôde realizar tal obra. (SUPLEMENTO de 1976, p. 51).

<sup>58</sup> No suplemento especial de 1976, uma seção destinada à história do jornal *Nova Geração* narra o “[...] espírito amador da equipe, já que seus integrantes são ligados profissionalmente a diversos outros setores, dedicando-se ao jornalismo por amor à atividade”. Em função deste “caráter amadorístico de seus repórteres e redatores”, como o próprio texto narra, a equipe do jornal mudara diversas vezes. (SUPLEMENTO de 1976, p. 39).

(BARBOSA, 2007, p. 140; MATHEUS, 2010, p. 125-126). Nos poucos textos assinados nas obras, verificamos que eram configuradas por “figuras ilustres”, ou seja, profissionais que ocupavam algum destaque na época, como advogados ou médicos, pessoas relacionadas ao poder público municipal, a associações ou então a casas de comércio locais, o que denota uma consequência das redes de sociabilidades constituídas a cada época. Em sua maioria, tratavam-se de homens, como também ressalta Barbosa ao se referir aos mesmos como “homens de imprensa” num contexto mais amplo, e que reflete as divisões de mundo do trabalho masculino e feminino que ressoam ainda atualmente em nossa sociedade.

Como é possível verificar na publicação mais recente que analisamos, – a referente ao ano de 1987 – à informação de que a tiragem do livreto foi de dois mil exemplares, e teve distribuição gratuita, podemos conjecturar que nos anos anteriores a tiragem foi de quantidade igual ou menor a esta, mas isto depende também das formas como eram produzidas e impressas as obras, como nos debruçaremos adiante, pois a tipografia *O Paladino*, onde muitas das edições foram impressas, computava uma tiragem que variava entre mil e mil e quinhentos jornais por edição, quando do funcionamento do seu jornal, entre 1921 e 1941. Contando com uma população que variou entre a casa dos 20 e 30 mil habitantes entre os anos 1920 e 1980, podemos considerar, caso nossa suposição esteja correta, que os impressos circulavam entre poucas pessoas e, possivelmente, eram aquelas ligadas às redes de sociabilidade que se congregavam a cada época.

Os subcapítulos estão divididos aqui em função dos períodos em que foram produzidos e, de certa forma, ao feixe comum de informações veiculadas. Assim, os quatro subcapítulos que seguem correspondem a esta forma: primeiramente, a análise sobre o álbum de 1926, num movimento narrativo que parte de um trecho e de uma imagem veiculadas em uma edição especial comemorativa do jornal *Nova Geração* de 2016; depois, nos detemos nos dois impressos produzidos na década de 1950; passando para as duas obras comemorativas dos anos 1960; e, enfim chegamos à pesquisa acerca das edições referentes aos anos 1970 e 1980. O texto que segue é configurado metodologicamente a partir da análise sobre a trajetória narrativa referente à história do município e sua relação com imigração alemã nestas edições.

Compreendida por Ricoeur (2010, p. 2) como uma “obra de síntese”, a intriga de uma narrativa “[...] integra numa história inteira e completa os acontecimentos múltiplos e dispersos e, assim, esquematiza a significação inteligível vinculada à narrativa tomada como um todo”. Desta forma, assim como a história se constitui narrativamente, os textos produzidos nos impressos analisados também buscam conformar um sentido para a trajetória

local. À diferença destes, entretanto, em sua “pretensão à verdade”, “[...] o saber histórico procede da compreensão narrativa sem nada perder de sua ambição científica” (RICOEUR, 2010, p. 152), pois ao realizar a operação historiográfica<sup>59</sup>, não se furta dos procedimentos operatórios que a permitem abordar “um passado racionalmente verificável”, como afirma Koselleck (2014, p. 267).

Os impressos analisados, ao serem burilados para a compreensão acerca dos significados narrativos que configuraram ao longo do tempo, são investigados em relação às estratégias narrativas utilizadas – omissões, escolhas, formatos, composição e hierarquização de textos e imagens – que, além de serem compreendidas como produtos de uma época e de grupos específicos de pessoas, são também consideradas em relação aos interesses políticos, econômicos e sociais decorrentes de cada momento histórico. Além desta questão de estruturação e de conteúdos produzidos, aspectos técnicos como a materialidade, formas de impressão, publicidade, público leitor, tiragem e preço são também enfocados na investigação em função das diferentes maneiras como se estruturaram as edições em cada época (LUCA, 2008). A fim de mapear ainda as sociabilidades construídas a partir do material fornecido pelas edições, foram desenvolvidas, durante a pesquisa, tabelas contendo todos os nomes, cargos e funções de pessoas que aparecem nas mesmas – seja nos textos, nas ilustrações, e/ou nas propagandas que as compõem. Assim, o cruzamento de dados entre as tabelas possibilitou identificar atores sociais que estiveram na dianteira das mobilizações comemorativas e das instituições políticas e sociais locais, formando redes. Nestas circunstâncias de análise, cabe salientar ainda que embora a pesquisa busque perspectivas e enredos configurados nos impressos, estes possibilitavam, a cada presente em que se inscreviam, a refiguração de sentidos pelos leitores que os acessavam, formalizando a continuidade hermenêutica, como proposta por Ricoeur (2010, p. 124).

## 2.1 “NÃO TEM FUTURO SE O POVO NÃO CULTIVA O AMOR AO SEU PASSADO: 140 ANOS DE MUITA HISTÓRIA”

Iniciamos este subcapítulo a partir do esforço de imaginação acerca da imagem descrita a seguir: um casal de dançarinos trajados com uma das vestimentas utilizadas nas apresentações dos Grupos Folclóricos de Danças Alemãs de Estrela, unido pelo abraço do

---

<sup>59</sup> De acordo com Michael de Certeau, encarar a história como uma operação historiográfica decorre de levar em conta premissas que lhe conferem credibilidade. A relação entre o lugar social ocupado pelo historiador, os procedimentos técnicos científicos utilizados na escrita de sua narrativa, e a compreensão de que decorre de uma operação escriturária, da fabricação de um texto que constrói uma representação, são proposições que conferem legitimidade (CERTEAU, 1982, p. 56-104).

pequeno filho, que também veste a indumentária já naturalizada como típica alemã aos olhos de muitos que prestigiam o Festival do Chucrute ano após ano<sup>60</sup>, nas comemorações do aniversário de emancipação do município de Estrela. Ao lado de cada membro do casal, seus pais estão posicionados, à paisana. Todos estão entre abraçados. Como pano de fundo, a Escadaria da cidade recém-revitalizada<sup>61</sup>, ornada pelas suas estátuas que simbolizam a indústria e o comércio local, dá acesso ao rio Taquari, aquele que é reivindicado por algumas das narrativas comemorativas como ponto de passagem e chegada dos primeiros imigrantes alemães ao município. Esta imagem está materializada na capa da edição especial de aniversário de 140 anos de emancipação do município de Estrela do jornal *Nova Geração*, datado em 20 de maio de 2016 (Anexo B).

Tendo como legenda “Não tem futuro se o povo não cultiva o amor ao seu passado”, a imagem de capa do jornal local faz referência às três dimensões temporais – passado, presente e futuro – para referendar toda uma narrativa configurada com base no mote étnico ao longo de sua edição especial<sup>62</sup>. Considerando “o amor” a uma suposta tradição alemã como passado a ser cultivado no presente, a manutenção desta pode ser compreendida, pela leitura do semanário, como garantia de um futuro, de um horizonte de possibilidades, para o povo local. Conciliando o bordão com a imagem, localizamos um elemento que alia ambos: o fator geracional<sup>63</sup>. As três dimensões do tempo, portanto, materializadas nos avós, nos filhos e no neto que estão juntos na imagem, tonalizam a ideia da passagem de uma tradição e de sua continuidade no futuro.

Considerando a narrativa que configura a concepção de um passado heroico no tempo presente como uma construção histórica, enquadramos as comemorações de mote étnico no município de Estrela como reivindicadoras de uma tradição que consideramos inventada. Por mais que as narrativas contemporâneas da mídia local evoquem uma antiguidade que remonta

<sup>60</sup> Como referenciado na parte introdutória desta tese, o Festival do Chucrute de Estrela teve início no ano de 1966.

<sup>61</sup> A Escadaria da Rua da Praia, hoje chamada Rua Arnaldo J. Diel, foi construída para servir de passagem e acesso ao Porto de Estrela, que foi inaugurado no ano de 1924, segundo o Álbum Comemorativo do Cinquentenário do município de Estrela (ÁLBUM de 1926, p. 127). À favor da construção da fábrica da cervejaria Polar, em 1974, a utilização da escadaria foi desativada. Em março de 2015, o governo municipal revitalizou a área. Fonte: “Governo de Estrela inaugura Escadaria dia 21 de março”. Site da rádio Independente, Lajeado RS. (Disponível em: <<http://www.independente.com.br/governo-de-estrela-inaugura-escadaria-dia-21-de-marco-60564.html>>. Acesso em: 04 nov. 2016).

<sup>62</sup> O jornal *Nova Geração* é mais detalhadamente analisado no terceiro ponto de estudo desta tese, (capítulo 4).

<sup>63</sup> Compreendendo a categoria “geração” como uma “escala móvel do tempo” (SIRINELLI, 2006, p. 135), não a tomamos como um dado fixo de periodização, mas sim no sentido de uma maneira de demarcar possíveis momentos na história. No caso da imagem que analisamos acima, e da edição comemorativa de 140 anos da fundação do município de Estrela em 2016, observamos como uma narrativa que reivindica o fator geracional na construção da identificação étnica do município tem sua formulação histórica, e aparece nas narrativas que abordamos.

a um passado imemorial da cidade, estas o conformam como um “passado histórico apropriado”. As narrativas e festividades comemorativas, ao reatualizarem a cada ano certa trajetória sobre o município nas datas de aniversário de sua emancipação, remetem, desse modo, a “[...] um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas [...] [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado”, como afirmam Hobsbawm e Ranger (1997, p. 9), ao caracterizar as tradições inventadas.

Ao caráter ritualístico sublinhado por Hobsbawm e Ranger como componente das tradições inventadas, somamos, para a construção contemporânea da narrativa heroica acerca do município, a delimitação, pelo poder público municipal e por instituições locais, daquilo que podemos chamar de marcadores identitários que fixam símbolos e critérios de identificação à mesma. Os trajes dos grupos folclóricos, o tipo de comida servido durante as festividades, a música e as danças, por exemplo, têm por função estruturar e reestruturar fronteiras que, neste caso, se configuram como étnicas. Considerando, ainda, as subjetividades que envolvem os sujeitos na demarcação da etnicidade, e compreendendo uma identificação como uma narrativa sobre o grupo e não como uma essência, ela é dinâmica, como propõem Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 11) e, por isso, passiva a diferentes apropriações de acordo com o momento histórico e a região em que os grupos étnicos – teuto-brasileiros, neste caso – estiveram inseridos. Como afirma Weber (2006, p. 248), “O nome do grupo e a carga de valores a ele associada serão sempre resultado de uma disputa”.

Tendo como linha norteadora tensões e dissensos que manejam a constante elaboração das narrativas identitárias, confrontamos, neste subcapítulo, o bordão e a imagem que compuseram a edição comemorativa do jornal *Nova Geração* de 2016 – *O Especial de 2016*, como nos referimos nesta tese –, com a análise sobre a narrativa acerca dos 50 anos do município de Estrela. Através do manuseio ao Album Commemorativo do Cincoentenário do Municipio de Estrella, retrocedemos para a década de 1920, mantendo como objetivo a pesquisa sobre seu papel na construção de uma narrativa heroica local.

Datado possivelmente em 1927<sup>64</sup>, o Album Commemorativo do Cincoentenário do Municipio de Estrella, e que, em função da fluidez da leitura chamaremos de “Álbum de

---

<sup>64</sup> Por mais que o álbum tenha sido construído em função dos festejos do cinquentenário de emancipação política de 1926, há uma referência ao ano de 1927, em sua p. 19, onde há duas imagens relativas à posse do Governo Municipal em outubro deste ano. Desse modo, descarta-se a possibilidade de ele ser datado do ano de 1926.

1926”, possui capa dura em tom preto ou azul marinho<sup>65</sup>, com a gravação do seu título em dourado. Internamente configurado em preto e branco – tanto nos textos, como nas imagens –, e contendo 207 páginas, ele foi formatado para ser lido sob a orientação paisagem. Como não há referência explícita sobre a empresa em que foi impresso, podemos conjecturar que foi realizado pela oficina gráfica do jornal local *O Paladino*, que aparece como publicidade do álbum em sua página 114<sup>66</sup>. Primeiro jornal “de fôlego” criado no município, *O Paladino* era um semanário composto através dos tipos móveis metálicos manipulados pelos seus tipógrafos. Datada em sete de setembro de 1921, a primeira edição do semanário é aberta com um texto sobre a vida efêmera dos demais jornais fundados no município. Assinado por Antonio Cardoso, proprietário-gerente de *O Paladino*, o texto narra que as demais tentativas de fixação de jornais na localidade sucumbiram diante de terem se afastado de seu programa, ou então pela “[...] pouca esperança de seus proprietários, que desanimaram ao primeiro obstáculo que encontraram na escabrosa estrada do jornalismo”<sup>67</sup>. A incipiência da profissão, aliada às dificuldades em termos de suporte técnico para a manutenção das oficinas tipográficas certamente impactava na manutenção das empresas jornalísticas das pequenas localidades.

Refletir acerca das condições técnicas de produção dos impressos em cada época significa inseri-los num contexto mais amplo que os localiza como parte de um sistema de comunicação (BARBOSA, 2010, p. 26). Historicizá-los, segundo Luca (2008, p. 132), é compreender que a materialidade com que foram produzidos “nada tem de natural”, e que isso condiz também com as funções sociais dos mesmos. Nesse sentido, um álbum de 207 páginas, por mais que tivesse sua distribuição gratuita, provavelmente não teve uma tiragem muito alta devido à capacidade de impressão das máquinas existentes na tipografia, e também não era lido por certa parte da população que, naquele período, possivelmente era analfabeta – se acompanharmos a lógica estatística nacional<sup>68</sup> – e em sua maioria rural, trabalhando no

---

<sup>65</sup> Coloração aproximada conforme a digitalização da obra.

<sup>66</sup> O jornal *O Paladino*, uma das fontes de pesquisa do segundo capítulo desta tese, é o único jornal local preservado no município no período anterior à década de 1960, quando é criado o Jornal Nova Geração. Tendo seu início em 1921, *O Paladino* funcionou nos idiomas português e alemão até o ano de 1941. No Álbum de 1926, *O Paladino* é o único jornal de Estrela que tem lugar na narrativa sobre o retrospecto histórico do município, em sua p. 125.

<sup>67</sup> O PALADINO, anno I, n. I, p. 1, 7 set. 1921.

<sup>68</sup> De acordo com o Recenseamento Geral do Brasil de 1920, a taxa de analfabetismo no país era de 71,2%, segundo Ferraro e Kreidlow (2004, p. 185-186), No Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, no entanto, as taxas sofrem queda maior em relação a outros estados, em uma comparação com o Recenseamento Geral do Brasil de 1872, resultando em 53,8% e 53,4%, respectivamente, conforme os autores.

campo<sup>69</sup>, em Estrela. O fato de ser bilíngue, nos idiomas português e alemão, é, no entanto, interessante no sentido de ampliar o acesso de leitores e diferentes leituras sobre o conteúdo do álbum, além de demonstrar o interesse em atingir um público de imigrantes e descendentes de alemães que ainda não aprendera o idioma português. Em que medida, no entanto, o Álbum de 1926 circulou pelo município e seus quatro distritos<sup>70</sup> do período, não temos como dimensionar exatamente.

De qualquer modo, de acordo com Luca (2008, p. 140):

[...] jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita.

O Álbum de 1926, nesse sentido, foi espaço de afirmação do poder público municipal, em virtude de se configurar como um elogio às instâncias políticas no poder até então e não incitar tão fortemente um caráter heroico. Intercalados, o longo texto chamado “Monographia de Estrella” e as imagens que figuram comerciantes locais, profissionais de destaque, e enaltecem dirigentes municipais com foco em seus feitos, num retrospecto que inicia no ano de 1882, marcam notadamente a congregação de uma elite política, econômica e social no município. Este arquétipo segue nos próximos impressos que iremos analisar, sobretudo quando verificamos que, no que tange aos integrantes das Comissões dos Festejos de cada período, eles se tratam de políticos, comerciantes, industriários, profissionais de destaque e figuras públicas locais. Estas pessoas transitavam por cargos públicos e assumiam posições diretivas em organizações associativas, como o Lions Club, o Rotary Club e sociedades esportivas locais, como podemos averiguar num cruzamento de dados entre os impressos, afinal, alguns destes homens carimbam presença em mais de uma publicação.

---

<sup>69</sup> O Álbum de 1926 apresenta uma estatística realizada no ano de 1925 em Estrela que indica uma baixa densidade populacional urbana. Somando a população distrital arrolada, o município contava com 24.109 habitantes naquele ano (embora o montante descrito no retrospecto seja de “23.9229 habitantes”, remetendo a um erro de digitação no Álbum). Este dado, em conjunto com a estatística referente às “edificações, commercio, industria e profissões” da publicação, nos possibilita dimensionar, de certa forma, a distribuição populacional em urbana e rural. Conforme discriminado no Álbum, Estrela possuía 343 prédios de moradia particular e de comércio, e 25 casas comerciais de “diversos ramos”, ou seja, é provável que a maioria da população trabalhava no campo, no âmbito rural, naquele período (ÁLBUM de 1926, p. 137).

<sup>70</sup> Nos anos 1920, a divisão distrital de Estrela se compunha assim: 1º distrito (Estrela, sede), 2º distrito (Pinheiro Machado), 3º distrito (Roca Salles), 4º distrito (Corvo), e 5º distrito (Boa Vista). (ÁLBUM de 1926, p. 159).

Sendo uma publicação idealizada pelo poder público municipal e possivelmente encabeçada pelos integrantes da Comissão dos Festejos<sup>71</sup> de comemoração ao cinquentenário de emancipação de Estrela, os dois homens que aparecem como responsáveis pela realização da obra, Eugenio Toth e Achylles Guerra Diniz, além de reverenciarem e agradecerem ao intendente da época, André Marcolino Mallmann, dão pistas de como a configuraram em seus textos que finalizam o álbum, numa seção denominada “dedicatória”. Embora a função de cada um deles não esteja bem definida nos textos que assinam, podemos perceber na narrativa que Eugenio Toth é alguém de outra localidade, e que foi chamado pelo intendente para organizar a obra. Em uma pesquisa sobre seu nome, verificamos que, no ano de 1927, ele esteve na redação do Jornal sul-rio-grandense *Correio do Povo*<sup>72</sup>, onde mostrou aos jornalistas o álbum comemorativo aos 100 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul que organizou (BRUM, 2009, p. 204). Desse modo, há a possibilidade de Toth ter sido um historiador ou memorialista da época que era convidado para participar de escritos que se referissem à imigração alemã no estado.

Achylles Guerra Diniz era advogado<sup>73</sup> e se identifica como compilador da obra. Ao narrar a “enorme” e “honrosa tarefa”, como menciona, deste encargo, indica suas fontes de pesquisa, que contou com informações prestadas pelas pessoas mais antigas “da Villa”, pela consulta a leis e decretos sobre o município, pela colaboração de amigos e, enfim, pelo estudo de “tudo quanto respeitava o passado histórico de Estrela” (ÁLBUM de 1926, p. 207). Outras pessoas de destaque no Álbum de 1926 são os homens que integraram a Comissão dos Festejos do cinquentenário, a que nos referimos anteriormente. Nos dois idiomas em que foi configurado o álbum, a Comissão assina o texto em que homenageia figuras políticas do município; o cidadão Octavio Augusto de Faria, a quem informam ser responsável pelos primeiros estudos dedicados à história local; e Achylles Guerra Diniz, pela compilação da obra.

Dividido em quatro capítulos, a “Monographia de Estrella” versa sobre diferentes temas que, juntos, formam um compêndio documental acerca do município. O primeiro

---

<sup>71</sup> Membros da Comissão dos Festejos de 1926: André Marcolino Mallmann (presidente honorário da comissão dos festejos e intendente dos festejos) e Affonso José Horn (tesoureiro da comissão dos festejos).

<sup>72</sup> O jornal *Correio do Povo*, que permanece em circulação atualmente, foi fundado em Porto Alegre por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior em outubro de 1895.

<sup>73</sup> Em uma página contendo imagens de figuras públicas locais, Achylles Guerra Diniz aparece como advogado. Além dele, outros dois advogados aparecem em imagens de perfil, juntamente com um industrialista, com o proprietário do “Salão Müller”, o instrutor do Tiro de Guerra, o agente do Correio do município, um empregado da Agência Pfeffer e Cia, e um cidadão nomeado, mas sem ser legendado como representante de alguma instituição local. Para estarem perfilados em uma página do Álbum de 1926, é provável serem considerados homens pertencentes à elite social local. (ÁLBUM de 1926, p. 54).

capítulo, desse modo, trata de questões geográficas de Estrela, levando em consideração leis, decretos e atos relativos às divisas do município, e focando-se sobre o clima, a hidrografia e o relevo local. No capítulo dois, debruça-se sobre a divisão política e um estudo da lei orgânica municipal. O terceiro capítulo, separado em duas seções, primeiramente traz um histórico sobre Estrela e, depois, se detém na constituição de um retrospecto da administração municipal que, ano a ano, estabelece uma linha temporal de 1882 a 1926. O quarto e último capítulo corresponde a texto referentes a diversos aspectos do município que são chamados de divisões. Assim, temos nove divisões: a eclesiástica, a eleitoral, a administrativa, a judiciária, a policial, a de rendas públicas, a das principais rendas, das principais despesas e, finalmente, a da dívida passiva do município.

Nesse sentido, podemos observar, de maneira geral, que o Álbum de 1926 é um exaustivo material acerca de pontos políticos, econômicos, geográficos e históricos do município. Com muitos dados quantitativos e uma narrativa bastante factual, procura registrar e organizar informações de caráter geográfico, histórico e administrativo sobre Estrela, numa narrativa linear e progressista. De acordo com Matheus (2010, p. 62), “[...] no caso das edições comemorativas, que são espaços de autorreferenciação e de construção de um lugar simbólico, a linearidade é fundamental para inserir o jornal na história e autorizá-lo a dar a sua versão”. Ao analisar a organização narrativa da edição centenária do Jornal do Brasil, a autora afirma que

[...] o jornalismo pode ser encarado como um sistema de produção de discordâncias que ele mesmo sintetiza, compondo concordâncias. Suas narrativas são sínteses do cotidiano e a edição centenária síntese de cem anos de história. Nela, os acontecimentos eleitos são todas aquelas peripécias que fazem avançar a história [...] (MATHEUS, 2010, p. 129).

No caso do Álbum de 1926, também visualizamos a configuração de uma grande síntese e, no que tange ao foco de nossa análise – a forma como é configurada a narrativa histórica do município – esta não foge muito a essa ideia, pois “pinça” os acontecimentos referentes à administração e política municipal numa conformação positivista de escrita e de concepção de história. Tanto o texto quanto a disposição das imagens ao longo da edição refletem uma lógica evolutiva.

No que tange à narrativa textual, os acontecimentos são descritos ano após ano, numa escrita que foca uma evolução político-administrativa, levando em conta a trajetória de transformação da antiga Fazenda Estrela, em meados do século XIX, para adquirir o estatuto de freguesia em 1873 e de município, em 1876. Nesta direção, também é narrado o

aparelhamento burocrático que decorreu da emancipação: criação de delegacia de polícia, de conselho municipal, tabelionato, instalação de estação telegráfica, ampliação do serviço de iluminação pública, criação de distritos e desmembramento do território, rede telefônica, construção de cemitério civil, criação de secretaria de obras públicas e ampliação da instrução pública. Com o decorrente aumento populacional neste período, novas demandas resultam no aparecimento de instalações em outros setores, que também aparecem no retrospecto. Este vai enumerando, a cada ano, a quantidade de imigrantes que entraram no município, o número de naturalizações efetuadas, as edificações construídas, o quórum de eleitores, a instalação de capelas, o número de habitantes, a disponibilização para o alistamento militar, a criação de bancos, clínicas médicas, comércios, fábricas e fabriquetas, farmácias, associações, e do impresso *O Paladino*.

Tanto a religiosidade, quanto a relação com a Alemanha são bastantes presentes no álbum. A primeira parece fazer parte da agenda cotidiana de alguns habitantes – não seria muito diferente em um município marcado pela imigração alemã<sup>74</sup>. Sobretudo o catolicismo, que chegou primeiro em formato de capela em 1873, e aos poucos foi dando materialidade à construção de outras capelas nos distritos, é pauta presente na relação dos fatos narrados no álbum. Visitas pastorais de bispos de dioceses sul-rio-grandenses, e do então arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, assim como notícias sobre transferências e chegada de novos vigários, e a comemoração do jubileu da paróquia de Santo Antônio, somadas à informação sobre o lançamento da pedra fundamental da Igreja Evangélica Rio-grandense do Rito Alemão<sup>75</sup>, em 1926, dão mostras da relevância dada ao cristianismo como tema elencado para fazer parte da narrativa do álbum. Nenhum outro credo religioso é mencionado na publicação. A relação com a Alemanha, para além da ligação religiosa, é também afirmada na narrativa através dos registros sobre a recepção festiva da municipalidade a visitantes alemães ao país e ao município, como é o caso do barão Von Treutler, então ministro plenipotenciário do império alemão, em 1902; do “illustre sabio allemão, Dr. Roberto Jannasch<sup>76</sup>” (ÁLBUM de

<sup>74</sup> Quando chegaram ao Brasil, muitos imigrantes germânicos construíram nas vilas onde estabeleceram igrejas, escolas e associações como aporte organizacional das mesmas.

<sup>75</sup> Esta Igreja nunca existiu como instituição. Se tratava apenas de uma igreja vinculada ao Sínodo Riograndense, pois assim era conhecido e registrado no contexto eclesiástico

<sup>76</sup> De acordo com Lisboa (2013, p. 121-122), Robert Jannasch era economista e acreditava que, em relação às colônias alemãs nos Estados Unidos, “A única região em que a germanidade (*Deutschtum*) resguardara sua ‘consciência patriótica’ – e isso apesar de os imigrantes estarem já na quarta geração – era a América Latina subtropical e especialmente o sul do Brasil”. Em razão disso, segundo a autora, Jannasch pleiteava que “[...] essa região devia ser tratada com metódica política econômica, no sentido de obter lucros desse mercado cheio de potencialidades”. A visita de Jannasch ao município de Estrela, nesse sentido, é demonstrativa de uma forte relação entre o império alemão e as colônias oriundas da política colonizatória imperial brasileira.

1926, p. 95), no ano de 1905; e do ministro alemão Kruehl e do cônsul da Alemanha na capital, dr. Daenhardt, ambos em 1925. Um obelisco comemorativo ao centenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, lançado como pedra fundamental em uma praça central do município, em 1924, tem lugar no retrospecto do álbum também em 1925, quando foi erigido. Este foi o primeiro monumento construído pelo poder público municipal de Estrela – a imigração alemã, dessa forma, já na década de 1920 recebia especial atenção através das iniciativas do poder público<sup>77</sup>.

Em relação à inserção narrativa dos fatos ocorridos em Estrela a um contexto político mais amplo, está pouco explícita uma correlação e, quando a faz, remete à conjuntura estadual da primeira república. Governado pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e, predominantemente na pessoa de Borges de Medeiros no período a que se relaciona o retrospecto narrado no álbum, o Rio Grande do Sul foi politicamente marcado pelos ideais positivistas a que o republicanismo de então estava ligado. Nas breves situações narradas que possibilitam observamos estas referências, podemos verificar o alinhamento da política local com a estadual, fazendo jus aos acordos políticos que garantiam o poder das oligarquias no poder. Logo no início do período republicano, em 1890, é narrada de maneira ufanista a “patriótica” adesão do município à bandeira utilizada durante a República Rio-grandense, no período regencial, como bandeira oficial do estado (ÁLBUM de 1926, p.76). Nos anos de 1893 e 1894, durante a Revolução Federalista, o município, que manteve a lealdade de sua administração ao governo republicano de Júlio de Castilhos, sofreu invasões das quais decorreu o abandono do cargo do então intendente de Estrela. A breve narrativa sobre o fato, no álbum, elege a figura de um sargento local que enfrentou os revolucionários, mas faleceu durante o embate, como aquele que “[...] perde a vida heroicamente no seu posto sagrado de soldado da legalidade” (ÁLBUM de 1926, p.78). Para além destas situações, tanto o fato de o Conselho Municipal ter decidido unanimemente pela aquisição dos retratos de Julio de Castilhos e de Borges de Medeiros pela administração em 1900, quanto a narrativa sobre a “honrosa” visita de Medeiros à cidade em 1903, e as diversas referências exaltantes a ambos em trechos que anunciam as posses de novos intendentes, demonstram a lealdade que os laços coronelistas empreendiam. Em Estrela, a permanência do coronel Manoel Ribeiro Pontes Filho por quinze anos no poder, entre 1909 e 1924, representa significativamente os acordos político-partidários firmados na época.

---

<sup>77</sup> De acordo com o ÁLBUM de 1966, a praça central do município contava, naquele período, com quatro monumentos: o obelisco em homenagem à colonização alemã, o marco comemorativo ao 75º aniversário de emancipação política do município, uma placa de bronze em homenagem ao dia das mães, e por fim, um monumento contendo a carta-testamento de Getúlio Vargas.

Continuando nesta direção linear e progressista da narrativa do Álbum de 1926, as imagens dispostas ao longo de suas páginas também compõem este sentido, demonstrando os feitos administrativos num sentido evolutivo. As edificações erguidas no município, em conjunto com igrejas, associações, grupos escolares, casas bancárias, clínicas médicas e dentárias inauguradas, além das obras públicas efetivadas, como o cais do porto, a represa de água, o edifício da máquina transformadora de luz (possivelmente um gerador), nova casa da turbina com força de 120 cavalos de potência, o centro telefônico municipal, o poço artesiano, as pontes e alguns de seus atos inaugurais são organizados cronologicamente através das imagens em preto e branco.

Em profusão, estão ordenadas imagens de intendentes, ex-intendentes e seus auxiliares, funcionários municipais, comissões executivas do partido republicano e também estão destacados alguns profissionais, como advogados e representantes comerciais. É um conjunto que compõe uma rede de sociabilidade que, além de predominantemente masculina, é branca, à exceção de um homem negro, que aparece em imagem referente à equipe da administração do coronel Pontes Filho, de 1909. Mulheres brancas só possuem maior visibilidade no álbum em duas reproduções de página inteira: a primeira quando aparecem em grupo, bem vestidas, e em pose para foto sob a legenda “Grupo de senhoritas da elite estrellense” (ÁLBUM de 1926, p.100) (Figura 5) e, na segunda, uniformizadas com trajes de enfermagem ao redor dos homens que integraram a comissão dos fundadores da casa de saúde de Roca Sales (ÁLBUM de 1926, p.163) (Figura 6), então distrito de Estrela. O único momento em que homens e mulheres negras são representados em uma imagem festiva, trata-se de uma pequena reprodução, legendada como “Churrasco comemorativo a data de 13 de maio” (ÁLBUM de 1926, p.87), possivelmente fazendo alusão à abolição da escravatura no Brasil, ocorrida em 1888. Na imagem, o grupo formado por homens e mulheres aparece unido, bem vestido, e em pose para foto, num cenário que remete a um campo (Figura 7). A imagem da mulher branca e de homens e mulheres negros desligada de um protagonismo político e social, portanto, está enredada na obra. Às leituras que as imagens do Álbum de 1926 podem proporcionar, podemos destacar a possibilidade de visualizar os trajes, a maneira como as pessoas se posicionavam para tirar um retrato, e os cenários, por exemplo, como afirma Barbosa (2010, p.29):

O passado possui marcas escriturárias na narrativa – as roupas de época, as performances discursivas, os utensílios e adereços, as paisagens – que se constituem em espécies de passagens em direção ao tempo pretérito. Essas marcas instauram a verossimilhança, como também aquilo que se descortina como possibilidade imaginativa do passado. Nelas estão incluídos restos memoráveis duradouros que

permanecem no público e que são, por sua vez, referendados sistematicamente pelas narrativas comunicacionais. Esses restos memoráveis duradouros são as memórias históricas do cotidiano do público.

Figura 5 - “Grupo de senhoritas da elite estrellense”



Fonte: ÁLBUM de 1926, p. 100.

Figura 6 - “Grupo da Comissão dos fundadores da Casa de Saude Rocca-Sallense”



Fonte: ÁLBUM de 1926, p. 163.

Figura 7 - “Churrasco comemorativo a data 13 de Maio”



Fonte: ÁLBUM de 1926, p. 87.

Ainda em relação às sociabilidades congregadas, a publicidade destas edições comemorativas podem demonstrar algumas redes. Por mais que dificilmente consigamos decifrá-las com maior precisão nos anos 1920, as mesmas são mais explícitas nas próximas publicações analisadas, onde foram encontrados mais dados que permitiram sua investigação. No caso do Álbum de 1926, os anúncios do Jornal *O Paladino*, dirigido por Antonio Cardoso, da empresa de Helmuth Fett, da farmácia de Arthur Buchmann, da casa comercial de Frederico Ruschel, da fábrica de massas de Affonso José Horn, da oficina mecânica, relojoaria e ótica de Bruno Schwertner e da clínica do cirurgião dentista João Francisco Ruschel, por exemplo, são publicidades de homens que transitaram por diversos setores e cargos políticos, como também assumiram postos diretivos em clubes e associações locais, como a “Sociedade Gymnastica Turn-Verein”<sup>78</sup> e o Tiro de Guerra de Estrela<sup>79</sup>. Outra informação a ser considerada, é que mais da metade dos anunciantes possuem sobrenome alemão, o que também é verificável entre os homens que ocupam funções públicas, ou seja, os

<sup>78</sup> A Sociedade Gymnastica Turn-Verein, hoje chamada Sociedade Ginástica Estrela (SOGES), foi fundada no ano de 1907 em Estrela e é abordada mais especificamente no segundo capítulo desta tese.

<sup>79</sup> O Tiro de Guerra de Estrela foi fundado no ano de 1916. De acordo com Assmann e Mazo, com objetivo de instruir civis e militares para formar reservistas, os Tiros de Guerra emergiram no início do século XX a partir das sociedades de tiro ao alvo. Estas, inseridas no sul do país em meados do século XIX por imigrantes alemães aqui estabelecidos, além de terem sido espaços de “[...] entretenimento, sociabilidade e compartilhamento da cultura germânica”, também “[...] buscavam a afirmação do grupo e da identidade teuto-brasileira por meio de representações específicas identificadas em símbolos, normas, e comportamentos” (ASSMANN; MAZO, 2013, p. 567).

imigrantes alemães e seus descendentes, além do trabalho no campo, não apenas transitaram, como constituíram protagonismo na trama da política e econômica local. No total, há 48 anunciantes, que ocupam um espaço de cerca de vinte por cento do espaço do álbum e que, provavelmente, forneceram fontes de recursos para a publicação da obra. Como afirma Luca (2008, p. 123), “A publicidade também se articulou às novas demandas da vida urbana do início do século XX e, no que diz respeito à imprensa periódica, transformou-se na sua principal fonte de recursos”.

Mais especificamente em relação aos festejos do cinquentenário, em 1926, cabe apurarmos antes o dado de que o feriado municipal para a data foi criado em 1917 (ÁLBUM de 1926, p.122). Se acompanharmos o retrospecto configurado no álbum, verificamos que a primeira vez que a data de 20 de maio foi festejada com maior entusiasmo no município foi em 1926, quando do cinquentenário de emancipação. A única menção que se refere a alguma comemoração anterior a esta data no álbum indica, de maneira breve, uma Exposição-Feira Municipal, realizada em 1904, que teria iniciado no dia 13 de maio (ÁLBUM de 1926, p.95). Em um pavilhão construído para esta finalidade, expositores foram distribuídos e receberam medalhas pela participação. Sem definição sobre o que expuseram, é possível que tenha se tratado de estandes de comerciantes locais, ou de produtos agrícolas e animais que eram criados na zona rural, como aconteceu em eventos comemorativos de outros períodos, de acordo com algumas das publicações que analisaremos.

O 20 de maio de 1926 é narrado no álbum em tom comemorativo – como seu próprio título sugere. Num dia de céu azul, “sem uma pequenina nuvem sequer” (ÁLBUM de 1926, p.144) as comemorações, que à meia noite do dia 19 foram anunciadas por uma salva de 21 tiros de morteiro e pelo toque de clarins, tiveram início. Enfeitadas, fachadas de prédios públicos, particulares e comerciais, ruas e praças deram passagem a passeatas de colégios e do Tiro de Guerra. Entre as solenidades, uma sessão cívica na sala do Conselho Municipal contou com o discurso do juiz distrital Luiz Guedes da Fontoura. Brevemente narrado no álbum, este falou sobre o passado histórico do município através de “phrases eloquentes” (ÁLBUM de 1926, p.144) – estas, no entanto, não são transcritas na publicação.

Estendendo-se até o dia 23 de maio, os festejos foram marcados por exposição acerca do comércio, da agricultura e indústria local, que se realizou no Collegio Elementar Sete de Setembro, mas que não é mais bem detalhado pelo álbum, e também pelo ato de inauguração do vapor noturno “Estrella” que, como narra a publicação, foi batizado pelo vigário local e teve a participação do intendente municipal, “auctoridades, comissões dos festejos e grande massa do povo” (ÁLBUM de 1926, p.153). Na ocasião, Antonio Cardoso, diretor de *O*

*Paladino*, tomou a palavra para agradecer, em nome do governo do município, o diretor da companhia de navegação por ter nomeado o novo barco como “Estrella”. No dia 23, as festividades foram encerradas com um concerto de uma banda vinda da cidade de Novo Hamburgo, que teve lugar na Sociedade Turn-Verein.

O sentido festivo, em menor escala, da narrativa sobre o evento do cinquentenário, tem a mesma marca de harmonia social que aparece mais amplamente no retrospecto do Álbum de 1926. Por mais que este seja um exaustivo compilado que parece arraigar para si a tarefa de se constituir em um registro histórico sobre a primeira metade de século do município, o mesmo foi produzido de acordo com interesses daqueles que o idealizaram em um determinado contexto histórico. Mesmo que aborde alguns momentos conflituosos para a história local, estas são narradas em tom efêmero – como as enchentes de 1911 e de 1926 (que aparecem apenas como imagens), a epidemia de varíola e a praga de gafanhotos que ocorreram em 1892 – e, quando um pouco mais enfocada, se trata da configuração de uma trama heroica, como é o caso das invasões a que o município sofreu durante a Revolução Federalista.

À primeira vista, podemos não perceber uma narrativa heroica sobre a imigração alemã no retrospecto, no entanto, aos nos determos sobre questões analisadas no álbum como: certo protagonismo de muitos imigrantes alemães e seus descendentes em setores como o político, o econômico e o social; o fato de o maior jornal local ter sido bilíngue, assim como o próprio álbum de 1926; o associativismo teuto-brasileiro constituído através da Sociedade Turn-Verein; a visita de representantes do governo alemão e a omissão de informações sobre possíveis eventos e religiões de matrizes africanas no município, podem denotar um cunho étnico marcadamente teuto-brasileiro no Álbum de 1926. Isso também pode ser observado em algumas passagens que explicitam este viés, como na seção que se refere à topografia de Estrela. Nesta, o depoimento de um imigrante alemão (ou descendente) associa de maneira idílica a paisagem do município à alemã:

O quadro variadíssimo das vivendas dos allemães, dos seus jardins, casas de negocios moinhos, igrejas, etc, tem por moldura uma paisagem onde á gravidade do planalto se allia o mais risonho encanto. Muitas vezes parecia-me transportado para as montanhas pátria, e tanto as côres como as linhas, bem como o ar fresco, puro e reconfortante, produziam a impressão, ora de um grave quadro nordico, ora de uma paisagem das regiões vivas e idyllicas da Thuringia [...] (ÁLBUM de 1926, p. 26).

Também em uma descrição que enfoca os primeiros habitantes da então Fazenda Estrella, o texto afirma que “os primeiros habitantes que então começaram a povoar o municipio eram, em sua maior parte, allemães ou descendentes deles” e, em outro trecho: “quanto ás raças, assim se dividiam: brasileiros, 234; allemães, 77; dinamarquezes, 5; e

francez, 1” (ÁLBUM de 1926, p.58). Ou seja, embora outras nacionalidades são destacadas, não há referência a povos indígenas ou a negros no município<sup>80</sup>. Por fim, podemos ainda observar que há uma associação entre o chamado “progresso” do município e a imigração alemã, como em um trecho que, ao se referir à festividade, afirmava que a mesma dava ao município um aspecto fulgente, “ora recordando aos velhos, felizes reminiscências de sua vida [...], ora fazendo transbordar de alegria os corações dos moços que, cheios de novas esperanças, trabalham em pród do maior *progresso* do nosso sólo, *transformando extensissimas mattas virgens em colônias belissimas*, cuja riqueza é admirável” (ÁLBUM de 1926, p. 63, grifo nosso). À parte final desta passagem, podemos conciliar com outro trecho que segue a mesma narrativa:

Estrella é nos nossos dias o documento comprobatorio de seus esforços, conjugados em pród do *elevado gráo de progresso* a que attingiu, e da cooperação da *raça* que, *ha mais de meio seculo*, constituiu-se, incontestavelmente, a mola primordial de sua riqueza. (ÁLBUM de 1926, p. 63, grifo nosso).

Por mais que exista um viés marcadamente étnico na construção da narrativa sobre o município de Estrela, no Álbum de 1926, não podemos afirmar que nele existe o mesmo apelo heroico na narrativa em relação à imigração alemã que se verifica nas demais obras analisadas e na edição do jornal *Especial de 2016*, que abriu subcapítulo e é mais detalhadamente investigada no terceiro ponto de estudo desta tese (capítulo 4). Enquanto que nesta verificamos uma narrativa de enaltecimento, o álbum dos anos 1920 configura uma narrativa factual, explicativa e positivista acerca da história do município. Sua construção se aproxima muito da ideia de uma obra com finalidade de se tornar um registro histórico de Estrela, muito mais semelhante a um livro do que a um simples material informativo. A própria nomenclatura da estrutura da obra, “Monographia de Estrella”, e a divisão em capítulos e seções tornam o álbum uma narrativa de caráter histórico, num compêndio documental que, como todas as sínteses, selecionam conteúdos. Segundo Barbosa (2001, p. 104), “Estes gestos comemorativos são parte de uma estratégia geradora de significação para uma história particular, a qual eleva os próprios meios à categoria de guardiões da memória social”. Em virtude de que no contexto do início do século XX, em que os imigrantes alemães e seus descendentes se estabeleciam, iniciavam suas redes de sociabilidade e talvez não se deparavam com confrontos étnicos que pudessem ser compreendidos como ameaças para a manutenção do grupo, não havia a necessidade da construção do apelo a uma narrativa

---

<sup>80</sup> No suplemento especial do jornal *Nova Geração*, de 1976, podemos verificar a referência à existência de negros escravizados no município de Estrela.

identitária heroica. Como já afirmara Bauman, (2005, p. 18), a identidade só passa a ser questionável quando posta em dúvida e é a partir destas questões que seguiremos a análise sobre as publicações comemorativas, agora em relação à década de 1950.

## 2.2 DÉCADA DE 1950: “[...] AMPLAS SÃO AS PERSPECTIVAS, LARGOS E LUMINOSOS SÃO OS HORIZONTES FUTUROS DE UMA POPULAÇÃO ORDEIRA E LABORIOSA”

Da ausência de publicações comemorativas ao aniversário de emancipação de Estrela nas décadas de 1930 e 1940, dedicamos este subcapítulo a obras editadas na década de 1950 com a finalidade da comemoração: a revista “Jubileu Diamante Estrêla”, datada do ano de 1951, e o livreto “O Alto Taquari – aspectos de seu desenvolvimento, homenagem ao 75º aniversário da emancipação política de Estrêla”, concluído em 1954. A não elaboração de edições comemorativas nos anos anteriores pode ter razões técnicas ou econômicas, por exemplo. Contudo, é possível que tenha havido (des)motivação política para a mesma: as duas décadas sem resquícios de publicações comemorativas foram aquelas marcadas pela ditadura estadonovista no Brasil, quando o país era governado por Getúlio Vargas. Neste período, além da conturbada situação política do município, em virtude das diversas mudanças de prefeitos nomeados pelos interventores estaduais como condição estabelecida pelo governo federal, Estrela também foi alvo das ações da Campanha de Nacionalização efetivada durante o Estado Novo (1937-1945) – investigada no segundo ponto de estudo desta tese (capítulo 3). Em se tratando de um tenso momento político nacional, combinado a um conflito de proporções mundiais – a Segunda Guerra Mundial –, e que desencadeou acirramentos que afetaram fortemente a comunidade estrelense, é provável que não tenha havido condições políticas e mesmo emocionais para a configuração de uma narrativa comemorativa naquele período. A ambivalência varguista entre o apoio aos Estados Unidos e a instauração de um regime autoritário nacionalista foi tensionada pela presença de imigrantes alemães que viviam principalmente no sul do país pois, segundo Gertz (1996, documento eletrônico) “[...] é inegável a histórica insatisfação com a inserção político-cultural dos imigrantes e descendentes no contexto brasileiro, crítica que se acentua e aprofunda durante a década de 1930” com a desconfiança de uma nazificação das regiões de colonização alemã e da cobiça da Alemanha ao Brasil “[...] através da população supostamente não nacionalizada de origem alemã”.

Neste salto temporal, podemos perceber que apesar de reorientações narrativas tanto na Revista de 1951, quanto no Livreto de 1954, algumas permanências são verificadas em

relação ao Álbum de 1926. O sentido cronológico e linear das seções “Síntese histórica”, e “Esboço histórico” de cada uma das publicações, respectivamente, têm como base a edição da década de 1920. Ao analisar a construção de impressos comemorativos e seu aporte em edições anteriores, Barbosa (2001, p. 105) afirma que:

Seguindo critérios próprios, cuja função primordial seria criar a história a partir de uma memória baseada em documentos, essas edições privilegiam em seu conteúdo a reprodução daquilo já publicado em outra oportunidade. Assim, o documento reproduzido se converte em verdade inquestionável. A reconstrução seletiva do passado nessas edições permite delinear, simbolizar e classificar o que está de volta.

Funcionando como um compêndio documental acerca da trajetória dos cinquenta primeiros anos de emancipação, como mencionamos anteriormente, os fatos narrados no Álbum de 1926 fornecem o ponto de partida para a configuração das narrativas produzidas na década de 1950, agora mais resumidas, com uma narrativa menos truncada e mais fecunda de juízos de valor. Os impressos cedem um espaço narrativo orientado mais estritamente pelo viés político, como na década de 1920, para que, sem abrir mão deste, o viés econômico adquira maior robustez. A profusão da utilização de palavras como “desenvolvimento”, “progresso”, “possibilidades” e “futuro”, dão sinais de que, além de um novo regime de historicidade estivesse sendo experienciado naquele período, também se buscava a construção de uma narrativa que creditava certa “pujança” econômica do município aos imigrantes alemães e seus descendentes, na medida em que a associava aos mesmos como povo “trabalhador”, “laborioso”, “pioneiro” e “desbravador”<sup>81</sup>. Conferindo sentidos ao tempo, as palavras adquirem significados em função de diferentes contextos, como delineou Koselleck (2006, p. 267-303), ao analisar as mudanças na experiência humana europeia, a partir do século XVIII, como possibilitadoras de novos entendimentos acerca de um tempo que passava a ser percebido como acelerado. O sentido de movimento, de atraso e adianto, adquiridos pelos conceitos de “desenvolvimento” e “progresso”, naquele período, também pode ser desdobrado para nosso contexto – considerando as especificidades espaciais e cronológicas – de maneira que “o tempo passou a ser um título de legitimação utilizável para todos os fins” (KOSELLECK, 2006, p. 269). Nesse sentido, a partir de uma narrativa cronológica e que pressupõe uma linha evolutiva, as edições comemorativas criam uma temporalidade. Em análise sobre edições referentes às comemorações dos cento e oitenta anos do Jornal do

---

<sup>81</sup> Estas expressões também são usuais na publicidade dos impressos pois diversos anúncios aproveitam o espaço das obras para homenagear o “laborioso” povo estrelense pelos seus 75 anos.

Commercio, esta mesma construção temporal é verificada por Matheus (2010, p. 62), que afirma que:

O que importa é que quando o Jornal do Commercio configura o passado, o presente ou o futuro é fundamentalmente uma temporalidade linear progressiva que está em jogo. Ou seja, a relação presente-passado-futuro articulada nessas edições pressupõe uma noção específica de história que tem os conceitos progresso, modernidade e desenvolvimento como ancoradouros.

Apesar de narrativas de mesmo viés, as duas publicações foram editadas em períodos diferentes, e não foram idealizadas pelas mesmas pessoas, embora tenham recebido apoio e incentivo dos membros<sup>82</sup> da Comissão dos Festejos de 1951 e do poder público municipal de cada momento<sup>83</sup>. Compostos por 119 e 240 páginas, respectivamente, a Revista de 1951 e o Livreto de 1954 foram impressos em tipografias locais. A primeira, na empresa “Manufatora Estrelense”, autointitulada como “a mais nova e moderna de Estrêla” (REVISTA de 1951, p.57), que também a organizou, compôs e ilustrou. O livreto, foi composto pela tipografia *O Paladino*, que também imprimiu o Álbum de 1926. Com a maioria das imagens e textos impressos em preto e branco, a novidade técnica para o período foi que algumas poucas páginas de cada obra tinham coloração esverdeada ou avermelhada. Não há evidências concretas acerca da tiragem dos materiais, mas continuamos na estimativa de, entre mil e, no máximo, dois mil exemplares, como apontamos anteriormente. As duas publicações são veiculadas em idioma português, com a exceção de uma propaganda traduzida para alemão na Revista de 1951 (REVISTA de 1951, p. 83)<sup>84</sup>.

Em relação à publicidade de cada uma das publicações, a Revista é composta espacialmente por uma quantidade excessiva desta, que ocupa cerca de setenta por cento do seu conteúdo. Somados, são, pelo menos, 228 anunciantes. O Livreto, que possui um caráter um pouco diferenciado em sua finalidade, é ocupado por aproximadamente trinta e cinco por cento de publicidade em termos espaciais, contando com 285 anunciantes. Referentes aos mais diversos setores, os anúncios estão relacionados desde a fabriquetas e firmas de Estrela e região, matadouros e frigoríficos, lojas de tecidos e secos e molhados, ferragens, miudezas, louças, automóveis, até clínicas médicas e odontológicas da região do Alto Taquari.

<sup>82</sup> Embora os festejos de 1951 contassem com uma gama de comissões, a Comissão Central Diretora era composta por Lauro Reinaldo Müller (presidente), José Cachapuz Medeiros (vice-presidente), José Moesch (secretário geral), Helmuth Mallmann (primeiro secretário), e Pécio Armando Mallmann (tesoureiro).

<sup>83</sup> O prefeito do período 1947 a 1951 foi Oscar Leopoldo Kasper. A gestão entre 1952 e 1955 foi dirigida por Adão Henrique Fett.

<sup>84</sup> Propaganda do Pó Triunfante para Gado – Das vieh-pulver.

Quanto ao processo de constituição da imprensa nacional anos 1950, Barbosa (2006b, p. 222) afirma que no cenário nacional:

A década de 1950 passa à História pelas narrativas dos próprios homens de imprensa como o momento mais singular de sua trajetória, quando uma série de mudanças introduzidas no processo de produção dos jornais diários transforma inteiramente a face do jornalismo que se faz no País. Começa aí, no dizer desses atores sociais, a nova imprensa brasileira.

No município de Estrela, no entanto, não verificamos ainda mudanças expressivas nem em relação ao modo de produção das publicações, nem ao que tange a um maior profissionalismo dos agentes que nelas se inseriam. Analisamos que estes ainda se constituíam de homens que não tinham formação na área e estavam ligados às redes de sociabilidade locais. Por mais que se atente às inovações do período, Barbosa também observa esta situação ao se referir ao contexto carioca, onde o ingresso no mundo do jornalismo também “[...] pouco tinha mudado em relação ao início do século: indicações de pessoas influentes e relações de amizade são fundamentais para ingressar na profissão, que se acumula com outra atividade, normalmente no serviço público” (BARBOSA, 2007, p. 140).

Neste sentido, a Revista de 1951 foi idealizada por Arnaldo José Diel, que hoje nomeia uma das ruas do município e, à época, era editor-gerente da Tipografia Manufatora Estrelense, diretor comercial da Polar S.A., e participou como colaborador da Comissão do Churrasco dos Festejos de 1951<sup>85</sup>. Assinando alguns dos textos da Revista, Diel a dedica ao desenvolvimento industrial do município (REVISTA de 1951, p.118) e, em sua introdução, deixa evidente o enlace entre o que considera como o progresso da cidade e a imigração, que dá o tom da continuidade narrativa da obra. Entre uma imagem de Estrela de 1901, onde aparece a igreja católica local e poucas residências, e uma imagem aérea, que mostra a cidade mais urbanizada, já em 1951, está escrito o pequeno texto:

Vivendo o *seculo da velocidade*, não podemos estar à espera d’aquilo que a nós mesmos prometemos. Devemos *reagir* e *enfrentar* as críticas que nos são impostas, pois sem elas, a vida se torna monótona, assim como um negócio sem concorrência, *perde o capricho e o orgulho de si mesmo*. Estrêla! O teu *progresso* devemos aos *trabalhos de teus filhos* (grifo nosso) (REVISTA de 1951, p.3).

Da orientação à ação desencadeada pelos verbos *reagir* e *enfrentar*, combinada com a ideia de que o povo vive o *século da velocidade*, decorre uma ideia de que aquele era o

<sup>85</sup> Entre as diversas comissões criadas para além da Comissão Central, os festejos de 1951 também contaram com comissões como a de recepção, de medalhas, de alojamento e alimentação, de eleição da rainha, de préstito de gala e bailes, de ornamentação de ruas, do churrasco e de festejos escolares, por exemplo.

momento propício para começar, “já”, a caminhada ao desenvolvimento do município. Depois de passar por um rígido momento que reprimiu diversas manifestações locais que fizessem referência à imigração alemã em Estrela durante a Campanha de Nacionalização varguista, como veremos no próximo capítulo, o trecho escrito por Diel pode ser interpretado no sentido de que um tempo novo se aproximava e, caso as pessoas não se mobilizassem “logo”, perderiam a oportunidade de sentir o orgulho de si mesmas novamente – dado que durante a nacionalização forçada, imigrantes e descendentes eram rebaixados por não se enquadrarem em um determinado perfil de brasileiro. Creditando o *progresso* local ao *trabalho* dos *filhos* do município, positiva um passado que é narrado ao longo da obra como constructo dos imigrantes alemães e descendentes, que são identificados na Revista e no Livreto também como laboriosos e trabalhadores.

O próprio hino criado para os festejos de 1951, chamado “Hino da Festa do Diamante”<sup>86</sup>, e que possui destaque na Revista de 1951 (p. 101), conflui para esta direção. Com letra do Padre José Junges, e música de Wendelino Deves<sup>87</sup>, enaltece as belezas naturais do município e também está orientado para um futuro que coloca os imigrantes alemães como protagonistas da narrativa: “Salve, Estrêla, colmeia pujante; coração da colônia alemã; para frente, feliz, sempre avante; tu constróis o Brasil de amanhã”, assim como em outro trecho: “no trabalho da indústria e lavoura os teus filhos obreiros em flor assinalam a estrada que doura o progresso, a cultura e o amor”. As palavras e expressões como “pujante”, “para frente”, “avante”, “Brasil de amanhã” e “progresso”, associadas a “colmeia”, “colônia alemã” e “obreiros”, responsabilizam o imigrante pelo desenvolvimento e alijam outros grupos étnicos dessa construção. Para além disso, podemos observar esse momento pós Campanha de Nacionalização como marcado por uma narrativa que busca afirmar uma identificação étnica que fora ameaçada. Verificamos aqui como a construção de fronteiras identitárias vai se delineando e reformulando de acordo com os diferentes contextos. No caso dos imigrantes e descendentes de alemães, a historiografia aborda que, num sentido mais amplo, o *ethos* do

<sup>86</sup> O Hino da Festa do Diamante foi reformulado e posteriormente utilizado como hino oficial do município. O hino transcrito é o seguinte: “Qual princesa e rainha formosa Que entre luzes e flores sorri Surge Estrela, em fulgores de rosas Sobre as margens do rio taquari. No trabalho da indústria e lavoura. Os teus filhos obreiros em flor. Assinalam a estrada que doura O progresso, a cultura e o amor. Todo esforço baldado seria Se teu povo deixasse de Deus É por isso que, dia por dia, Ele implora os favores dos céus. Salve, Estrela, colmeia pujante, Estudante da lida no afã. Para frente, feliz, sempre avante Tu constróis o Brasil de amanhã. A cingir o laurel centenário. Sobre a fronte fidalga e gentil Tens Estrela, o glorioso destino De exaltar sempre mais o Brasil.”.

<sup>87</sup> Organizador e diretor do Coro Orfeônico de Estrela, Wendelino Dewes tinha como colaborador o senhor Adolfo G. Ziebell que, na década de 1960, criou com sua esposa o Conjunto de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela (hoje Grupos Folclóricos de Danças Alemãs de Estrela). Os Grupos e o Festival do Chucrute de Estrela são explorados no quarto ponto de estudo desta tese (capítulo 5).

trabalho foi uma concepção que, articulada com elementos como “[...] o uso cotidiano da língua alemã; a organização escolar comunitária ou religiosa (com ensino em alemão) e todo o complexo econômico e social originado da colonização baseada na pequena propriedade familiar policultora”, possibilitaram a base da elaboração de um grupo étnico teuto-brasileiro (SEYFERTH, 1994, p. 15). Com o ataque a instituições que foram consideradas por agentes locais como um “perigo à nacionalidade” nos anos 1940, como veremos adiante, uma divisão entre “nós” e “eles” (“alemães” x “brasileiros”, ou vice-versa) foi fomentada. Passado aquele período, uma narrativa de enaltecimento ao imigrante nos anos 1950 pode se justificar como uma reelaboração identitária a fim de afirmar as fronteiras étnicas e coesão interna de um grupo étnico, o que pode explicar também as intenções acerca das formas como as festividades eram conduzidas, a partir de agentes que transitavam por diversos postos políticos e sociais formando redes. Segundo Barbosa, ao se inserirem na constituição de impressos, estes grupos, providos de poder, configuram versões sobre o passado que estabelecem o que é lembrado e o que é esquecido nas publicações. Assim,

[...] a fixação de marcos através de mecanismos de preservação – escritos ou visuais – deve se ver como elemento básico na construção seletiva da memória que gera, sobretudo, a questão do poder. Ao entender a memória como uma seleção e uma construção, é necessário pensar nos agentes, os senhores dessa operação, como detentores de poder. Se tornam mestres e senhores dos lugares, das agências da memória e são, ao mesmo tempo, senhores da memória e do esquecimento (BARBOSA, 2001, p. 106).

A Revista de 1951 é composta também por uma seção chamada “síntese histórica”; por um retrospecto referente à administração política de então; e por algumas páginas dedicadas aos “números” do município (população, número de prédios, propriedades rurais, casas bancárias, instrução pública e religião). Na síntese histórica, a formação do município, desde antes da emancipação, nos séculos XVIII e XIX, é cronológica e resumidamente narrada. Antes de se referir à chegada dos imigrantes alemães no município, portanto, confere aos indígenas Guaranis o título de “senhores absolutos do território” (REVISTA de 1951, p.4). Após essa menção, no entanto, não há mais uma linha narrada na Revista que envolva povos indígenas, assim como não há qualquer informação acerca da existência de negros que foram escravizados durante o século XIX no município.

Linearmente, seguindo como modelo o retrospecto do Álbum de 1926, a Revista segue traçando uma trajetória histórica do município de modo a destacar as mudanças de governo local e as transformações que foram alterando sua malha urbana e rural (fundação de indústrias, aumento do número de prédios, construção de pontes, de igrejas, iluminação

pública e construção de estradas, por exemplo). As décadas de 1930 e 1940 são marcadas pela informação de que, em 1937, iniciara a “Campanha de Nacionalização no município, nas escolas municipais, em colaboração com a Liga de Defesa Nacional” (REVISTA de 1951, p.6) e pelas menções sobre as alternâncias de prefeitos. Sem nenhum outro comentário a esse respeito, o período é narrado da seguinte maneira: “Nestes curtos periodos administrativos nenhum programa de governo foi executado, a não ser o burocrático” (REVISTA de 1951, p.6).

O retrospecto é encerrado no ano de 1947 para dar lugar ao texto escrito sobre a administração política entre 1947 e 1951 e, mais precisamente acerca dos feitos que promoveram o desenvolvimento da cidade pelas ações do prefeito do período, Oscar Leopoldo Kasper<sup>88</sup>. A narrativa foi escrita com a contribuição de Lauro Reinaldo Müller, hoje também nome de rua em Estrela. Através dos postos ocupados por Müller neste período, podemos reforçar a ideia de que as publicações eram realizadas em função das redes de sociabilidade: Lauro era médico da prefeitura e atuou como secretário do conselho diretor do Rotary Clube de Estrela entre 1949 e 1950, e como presidente do conselho diretor do mesmo clube entre 1951 e 1952. Como afirma Luca (2008, p. 140),

Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário.

Outro aspecto interessante que demonstra as sociabilidades congregadas na época pela leitura da Revista se refere às reproduções de residências de moradores do município. Somando vinte e uma grandes edificações, as imagens não são meramente ilustrativas, pois estão relacionadas a casas de membros dos festejos de 1951, de homens que ocupavam cargos na prefeitura municipal do período, membros do Rotary Clube, empresários, comerciantes e membros de conselhos diretivos da Sociedade Ginástica Estrela, a SOGES (antes chamada Sociedade Gymnastica Turn-Verein). Alguns dos donos das residências ocupavam mais de um destes postos, como os já mencionados Arnaldo José Diel e Lauro Reinaldo Müller. Esta rede foi possível de ser desenhada a partir do cruzamento entre todos os nomes que apareciam nas duas publicações, fosse nas informações contidas em publicidade, fosse em meio aos textos contidos nas obras.

---

<sup>88</sup> Kasper assumiu a prefeitura de Estrela, em 9 de dezembro de 1947, sob a legenda partidária do PSD, que à época, se configurava como partido getulista.

O livreto de 1954, idealizado por João Oliveira Belo, narra uma história particular que explica o porquê do atraso da impressão da obra três anos depois dos festejos de 1951. A fim de editar um relatório sobre a indústria e o comércio no que tangia aos impostos sobre vendas e consignações, no início da década de 1950, teve a ideia de, visto o preparo dos festejos que se desenrolavam em Estrela, incluir na publicação uma síntese ilustrada sobre os principais acontecimentos comemorativos da festa do Jubileu de Diamante da cidade. Juntamente à homenagem ao 75º aniversário do município, Belo decidiu incluir na edição monografias de Lajeado, Encantado e Arroio do Meio, para além da monografia dedicada à cidade homenageada. A publicação, que foi oficializada pela Comissão dos Festejos de 1951 apenas ficou concluída em 1954, em virtude de um problema de saúde do idealizador. Desse modo, o longo livreto, por mais que possa ser considerado uma publicação comemorativa que teve apoio do poder público municipal de Estrela, também engloba narrativas de caráter histórico de municípios vizinhos e destina cerca de vinte e cinco por cento de seu espaço à seção chamada “Coletanea de decisões da inspetoria de fiscalização do imposto sobre vendas e consignações” (LIVRETO de 1954, p.110). Em razão do objeto de pesquisa desta tese, nos detemos aqui à parte referente ao município de Estrela da publicação.

Dividido em cinco seções, o conteúdo do livreto que aborda o município de Estrela se refere primeiramente a uma descrição ilustrada das festividades comemorativas de 1951. Em um relato acerca das solenidades e atos públicos que se desenrolaram durante os cinco dias de comemoração, Belo expõe a programação se remetendo, constantemente, a ideia de que o município se constitui na “região mais fértil do Brasil” (LIVRETO de 1954, p.12) e representa grandes possibilidades econômicas ao estado do Rio Grande do Sul. Voltamos, desse modo, à narrativa futurista que focaliza o desenvolvimento da região e que, quando retoma o passado, credita às características dos imigrantes alemães e seus descendentes a razão de o município ter chegado no nível próspero que atingiu. Esse tom exaltivo permeia incansavelmente todo o conteúdo alusivo a Estrela no Livreto.

As comemorações de 1951 contaram com a presença do então governador do estado, Ernesto Dornelles, em seu primeiro dia. Em meio às solenidades narradas e intercaladas por reproduções do evento, as legendas das imagens identificam os membros da Comissão e das subcomissões dos Festejos, além de comerciantes e profissionais que representam uma elite local. São homens brancos, com a exceção de um homem negro, que circundam o governador nas imagens e que proferem os discursos. Mulheres brancas apenas são visualizadas em segundo plano nas imagens, exceto na reprodução do “corpo de bailados” que se apresentou no baile de Gala do dia vinte de maio, na SOGES (LIVRETO de 1954, p. 17), ou na

reprodução da Rainha do Jubileu de Diamante e suas princesas (LIVRETO de 1954, p. 7), assim como acontece na Revista de 1951. Na sucessão dos atos dos festejos, para além do lugar secundário reservado aos negros e mulheres naquele período, também o elitismo se fazia presente em cada mesa do salão, reservada a “convidados especiais, representados pela mais alta sociedade de Estrêla e da região do Alto Taquari” (LIVRETO de 1954, p. 13).

Entre as atividades ocorridas durante a semana comemorativa, houve ainda o concurso “Préstito de Gala”, em que carros alegóricos “alusivos aos vários setores da vida estrelense” (LIVRETO de 1954, p.14) se apresentaram em comitiva. Não localizamos mais informações a respeito dos temas de cada carro alegórico, mas o Livreto informa que o vencedor do concurso foi de um grupo do então distrito de Teutônia, com o tema “uma família Sapato de Pau<sup>89</sup>” (LIVRETO de 1954, p.15). Também houve concentração escolar, kerbs<sup>90</sup>, almoço reservado no Rotary Clube, concurso e exposição de comerciantes e fábricas locais, atos internos em sociedades locais, Torneio de Tiro ao Prato e baile, de modo que assim, segundo a narrativa do Livreto de 1954, o município passara seu 75º aniversário de emancipação:

[...] numa época de febril esforço pelo progresso, tendo dado ao Estado do Rio Grande do Sul, através de demonstrações concretas, uma prova cabal de sua capacidade produtora; e foi demonstrada a capacidade de toda a região do Alto Taquari, a zona mais fértil do Brasil e a terceira do mundo, esteio econômico do Rio Grande e um verdadeiro mundo de possibilidades para o Brasil (LIVRETO de 1954, p.21).

Reverenciando o “povo laborioso e progressista, que busca no trabalho penoso da terra um motivo de trabalhar pelo progresso do rico município” (LIVRETO de 1954, p. 21), esta seção do Livreto ainda reafirma de maneira essencialista e exclusivista o protagonismo dos imigrantes alemães e descendentes na construção do tão aclamado progresso da região:

Os milhares e pessoas que acorreram a Estrêla nessa memorável ocasião, viram de perto a riqueza magnífica que emana do solo generoso desta região e viram também, sentiram, as palpitações do trabalho intenso e contínuo, fecundo, trabalho grandioso,

<sup>89</sup> Além de referenciar os primeiros imigrantes germânicos vindos da Westfália, que utilizavam sapatos de madeira forrados com palha ou meias de lã em função da umidade e do clima frio da região, o “Sapato de Pau” também é um dialeto germânico utilizado ainda hoje em municípios do Vale do Taquari (KRAUSER, 2015, p. 22 e 69).

<sup>90</sup> De acordo com Menasche e Schmitz, que estudaram hábitos alimentares no Vale do Taquari, o termo kerb se trata de uma corruptela da palavra “Körbe”, que significa cestos ou balaies, no idioma alemão. A expressão, então, “[...] daria o nome aos bailes na colônia alemã do Rio Grande do Sul, uma vez que os alimentos e decorações eram trazidos para o local do baile em cestos, amarrados sobre o lombo de animais de carga”. Assim, o kerb se constituía na festa principal da comunidade, comemorando “[...] o aniversário da igreja – para os evangélicos –, ou o dia do padroeiro da paróquia – para os católicos [...]. A festa tinha início com o culto ou missa [...], pela manhã. Durante o dia, eram realizadas refeições em família – os parentes, em grande número, vinham de lugares próximos ou distantes – e à noite, havia o baile (MENASCHE; SCHMITZ, 2007, p. 92).

feito por verdadeiros heróis da terra, aos quais muito deve o Rio Grande. E levaram, também, para todos os recantos do Estado, a mensagem de trabalho e de produção, a ordem de progresso, e a promessa de um futuro ainda muito maior (LIVRETO de 1954, p. 21).

As próximas duas seções da publicação, uma chamada “Alto Taquari, aspectos de seu desenvolvimento”, e outra “Esboço histórico, aspectos da administração do snr. Oscar Leopoldo Kasper, aspectos gerais do município”, assinadas pelo advogado local Milton Freitas Tavares, acentuam ainda mais esta narrativa que articula progresso à imigração, como demonstra o título que abre este subcapítulo<sup>91</sup>, e se encontra escrito na primeira seção. Nesta, a narrativa de Tavares aponta para certo ressentimento em relação aos governos anteriores do estado que, até então, deixavam a zona colonial relegada ao “esquecimento”, a um plano secundário, em detrimento ao apoio intenso concedido às regiões de fronteira, que forneciam os melhores resultados econômicos em função da pecuária. Segundo Tavares, “entregue à própria sorte” pelos poderes públicos, a região colonial apenas se desenvolveu paulatinamente devido ao trabalho dos imigrantes alemães e italianos da região do Alto Taquari que, “lutavam sós, numa luta cruenta, num trabalho árduo, sulcando terras virgens e, às vezes, hostis” (LIVRETO de 1954, p. 23). Situando o Alto Taquari como “prestes a constituir-se como base econômica do estado” e, em breve, consolidar-se na “liderança dos quadros políticos e administrativos do estado”, o autor afirma que esta situação coroaria a “obra grandiosa iniciada pelos heróicos desbravadores”. A seção termina, mas uma vez, reforçando a ideia do ritmo crescente do desenvolvimento “graças ao trabalho honesto e incessante dessa população de desbravadores, verdadeiros pioneiros, aliado à fertilidade da terra magnífica, dois fatores que dão ao Alto Taquari a certeza absoluta de grandes possibilidades” (LIVRETO de 1954, p.25).

No “esboço histórico” acerca do município, novamente Tavares narra uma trajetória épica para a formação e desenvolvimento de Estrela. Em tom laudatório, o texto desenvolve-se cronologicamente aliando uma evolução da cidade ao sacrifício empenhado pelos imigrantes alemães e seus descendentes. Sem mencionar a participação de outras etnias neste processo, ignora a forma como se deu o contato dos primeiros fazendeiros com os povos indígenas, e a utilização de trabalho escravo por aqueles, por exemplo. Ao contrário, a

---

<sup>91</sup> Apesar de parafraseado no título deste subcapítulo, no Livreto de 1954 o trecho encontra-se no seguinte parágrafo: “Amplas são as perspectivas, largos e luminosos são os horizontes futuros, algo muito justo para o trabalho fecundo e desinteressado, de mais de um século, de uma população ordeira e laboriosa, cujo objetivo supremo era – e continua sendo – o de encontrar no trabalho da gleba rica um meio de servir ao Rio Grande do Sul, de engrandecer a terra que os abrigou, de semear a semente do trabalho, da fartura, da felicidade e do progresso” (LIVRETO de 1954, p. 24).

progressiva chegada de imigrantes e seu estabelecimento na região é sublinhada e reforçada como responsável pelo avanço do município “na senda magnífica do progresso” (LIVRETO de 1954, p. 28). As expressões “heroico”, “desbravadores das matas virgens”, “sacrifícios”, “trabalho eficiente”, “progresso” e termos equivalentes se proliferam ao longo do texto, que também narra em tom elogioso os feitos dos prefeitos que administraram a cidade até então

Nesse mesmo viés laudatório, as páginas do Livroto de 1954 estão dedicadas ainda, mas agora mais especificamente, à administração do prefeito Kasper. Personificando as ações da prefeitura no edil, as mesmas são citadas assim como na Revista de 1951, focando na tríade que inspirou seu governo: ensino, estradas e energia elétrica. Nesta mesma seção, o tom elogioso ao governo de Kasper cede espaço, em um trecho, a uma narrativa que remete a um período anterior a sua administração, numa trama que parece se ressentir do momento marcado pela Campanha de Nacionalização:

Em tempos passados, competia ao administrador, em primeiro lugar, tomar parte no jogo pernicioso da política partidária e extremamente facciosa; deixasse as preocupações de ordem administrativas, deixasse os interesses do município para plano secundário, pois êle e o próprio município dependiam exclusivamente da benevolência dos administradores centrais. Ao povo cabia ratificar as escolhas e as indicações dos governos das capitais.[...] Hoje [...] já livre, em parte, das “relações da política” deve possuir pessoas escolhidas dentro de um critério em que sejam levadas em consideração as qualidades realizadoras, a operosidade, o conhecimento das necessidades do município. (LIVRETO de 1954, p. 38).

A administração de Kasper, nesta leitura, pode ter significado para alguns moradores como um momento de abrandamento político em comparação às situações repressivas pelas quais foram passíveis durante o Estado Novo. Conforme o Livroto, a escolha de Kasper fora “das mais felizes”, e concorreu para “colocar Estrela em seu atual nível de progresso” (LIVRETO de 1954, p. 38). Como podemos observar, a narrativa de viés econômico está imbricada constantemente nos textos da obra.

Por fim, algumas considerações podem ser feitas num sentido mais amplo em relação a aspectos gerais mencionados nas publicações. De maneira geral, numa primeira leitura, o enredo que constrói uma narrativa sobre a cidade em função de um desenvolvimento e progresso possibilitado à custa do sacrifício dos imigrantes, pode levar o leitor a imaginar um grande município, majoritariamente urbano e provido de um amplo setor industrial. Estrela, no entanto, que possuía cerca de trinta e um mil habitantes naquele período, contava com 25.110 destes morando na zona rural (LIVRETO de 1954, p. 48). Apesar de conter algumas fábricas que adquiriam algum destaque nos cenários estadual e nacional, como a Cervejaria Polar, e as firmas H. Wirz & Cia e Schwertner & Filhos Ltda. (LIVRETO de 1954, p. 50), por

serem as únicas no país a fabricarem turbinas hidráulicas e relógios elétricos para torres e estabelecimentos públicos, respectivamente, a maior receita do município provinha da produção desenvolvida na zona rural, tanto é que, em diversos momentos a trama insere Estrela como celeiro do estado. Marca narrativa destas duas publicações, todavia, é o viés econômico direcionando um horizonte de expectativas aberto ao município. Como alicerce para esse desenvolvimento que visa o progresso de Estrela, o enredo se configura de maneira exclusivista em relação à imigração alemã e a essencializa através de expressões como “obreira”, “desbravadora” e “pioneira”. Como afirma Koselleck (2006, p. 267) “Os acontecimentos históricos não são possíveis sem atos de linguagem [...]”. Estes se fizeram valer no sentido de naturalizar os imigrantes alemães e seus descendentes nas tramas heroicas construídas na década de 1950.

### 2.3 DÉCADA DE 1960: “ESTRELA ESTÁ ABERTA A TODOS OS ENSINAMENTOS CULTURAIS, APRIMORANDO AS TRADIÇÕES DE SEU POVO”

Com resquícios acerca da narrativa de enaltecimento étnico relacionada a um progresso na região do Alto Taquari que permeia as publicações dos anos 1950, as duas edições comemorativas à emancipação de Estrela na década de 1960 são configuradas por um enredo que modera um pouco esta intensidade e não se mantém tão circunscrito aos descendentes e imigrantes alemães. No lugar de incessantes palavras como “laborioso”, “heroico” e “pioneiro”, utilizadas na Revista de 1951 e no Livreto de 1954, por exemplo, começa a aparecer a expressão “povo estrelense” para se referir aos habitantes do município nas edições dos anos 1960, o que pode não atestar uma inclusão proficiente de todos os grupos sociais e étnicos no enredo, mas amplia seu sentido narrativo. Para além das redefinições identitárias em relação às narrativas sobre uma história local que envolve os teuto-brasileiros observadas, o período entre os anos 1920 e 1960 também operou, no Rio Grande do Sul, ressignificações em relação ao sul-rio-grandense no sentido do entendimento sobre o “gaúcho” como tipo sociocultural com revisões semânticas que “[...] se referem, empiricamente, às lutas travadas no interior do espaço local e nacional de atuação cultural.” (NEDEL, 2005, p. 223). Em Estrela, para comemorar o nonagésimo e o nonagésimo segundo aniversário de emancipação do município, foram publicadas duas obras comemorativas, o “Album Oficial da Feira de Maio – 66”, de 1966, e “Os encantos de uma princesa”, Álbum da II FEMAI de Estrela de 1968, que são analisados neste subcapítulo.

O Álbum de 1966 e o Álbum de 1968, como chamaremos aqui, possuem 94 e 62 páginas, respectivamente. Ambos foram impressos em preto e branco e contêm poucas

páginas com coloração azulada, avermelhada e esverdeada. Em nenhuma das publicações há informações sobre a tiragem, o que nos faz permanecer com a mesma estimativa – entre mil e dois mil exemplares, no máximo –, assim como sobre as empresas de impressão. Em virtude de conterem publicidade referente à tipografia e oficina gráfica *O Paladino*, que tinha como dono naquele período o também vice-prefeito Aloysio Valentim Schwertner, no entanto, é possível que tenham sido compostos pelos tipógrafos da empresa, que também foi responsável pela produção do Álbum de 1926 e pelo Livreto de 1954. Embora o Álbum de 1968 tenha sido elaborado e coordenado pela equipe do semanário *Nova Geração*<sup>92</sup>, impresso que fora criado no município em 1966, há a possibilidade de que este tenha se utilizado, em seus primeiros anos de existência, dos velhos tipos metálicos que davam materialidade às narrativas do antigo jornal local *O Paladino*, como aconteceu com o suplemento especial de 1976 que, também elaborado pelo *Nova Geração*, contém a informação de que a impressão fora realizada pela tipografia *O Paladino* e pelo jornal *O Informativo*, impresso no município vizinho de Lajeado. Como este último apenas fora criado em 1970, a primeira deve ter sido responsável pela impressão do Álbum de 1968. Não há indícios, nas duas publicações acerca da continuidade da existência da empresa “Manufatora Estrelense”, tipografia que aparecera na publicidade dos anos 1950 e fora responsável pela impressão da Revista de 1951<sup>93</sup>.

As duas edições referentes à década de 1960 foram publicadas no idioma português e, enquanto que o Álbum de 1966 foi impresso para ser lido no formato retrato, a obra comemorativa de 1968 está configurada sob a orientação paisagem. Quanto à publicidade, observamos uma quantidade bastante inferior em relação aos impressos da década de 1950 e, além disso, ela aparece mais organizada, com mais espaços em branco entre um e outro anúncio, sem se confundir em meio aos textos, como verificamos sobretudo em relação à Revista de 1951. Enquanto que o Álbum de 1966 possui aproximadamente vinte e cinco por cento de seu espaço reservado à publicidade, e cem anunciantes, na edição de 1968 a publicidade ocupa espacialmente cerca de vinte por cento do impresso e soma trinta e dois anunciantes.

Mesmo que num contexto nacional mais amplo a profissionalização do jornalismo e as possibilidades técnicas, ao longo das décadas de 1950 e 1960, tenham avançado, observamos

---

<sup>92</sup> Equipe do Jornal Nova Geração, que elaborou o Álbum de 1968: Adonis Valdir Fauth, Mário Miranda Ehlers, Danilo Luiz Bersch, Normélio D. Eckert, Antônio Rücker, Artêmio Portz.

<sup>93</sup> De acordo com o site “Nossa Dica”, criado em 2007 como um acervo fotográfico digital sobre Estrela pelo jornalista e radialista João André Mallmann, a Manufatora Estrelense, que foi criada por Arnaldo José Diel em 1945, foi transferida para o município de Lajeado em 1951. (Disponível em: <<http://www.nossadica.com.br/historiac.html>>. Acesso em: 21 nov. 2016).

que em níveis locais mais afastados das grandes capitais essas questões ainda eram incipientes. Segundo Barbosa (2006b, p. 226), ao se referir aos anos 1960, “Ao final da década publica-se no País a média de um exemplar de jornal diário para 22 pessoas e 90% dos periódicos do país são editados no eixo Rio - São Paulo”. Nessa perspectiva, compreendemos a maneira ainda embrionária de construção das publicações comemorativas em Estrela, assim como um amadorismo no sentido profissional, pois os escritores dos textos e idealizadores das publicações continuavam sendo, em sua maioria, membros da elite local que transitavam entre postos políticos e associativos. É com o Álbum de 1968 que encontramos pela primeira vez uma mídia local impressa participando do processo de elaboração das narrativas comemoracionistas com uma edição especialmente voltada para o tema<sup>94</sup>. Mesmo assim, a equipe do jornal *Nova Geração* era composta por homens que integravam postos reservados a elite estrelense e não eram jornalistas de profissão<sup>95</sup>.

Marcada pelo golpe civil-miliar de Estado em março de 1964, esta década inaugurou os vinte e um anos de ditadura que se seguiria no Brasil. Em Estrela a prefeitura era comandada por Adão Henrique Fett, que governou ao lado do vice, Aloysio V. Schwertner, entre dezembro de 1963 e janeiro de 1969 sob a legenda do Partido Libertador (PL) que, em 1965, fora extinto em função do Ato Institucional nº 2<sup>96</sup>. Com a instauração do bipartidarismo no país, tanto a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) quanto o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foram fundados no município. Não possuímos dados acerca do lado em que Fett se inseriu, mas sua amizade com o arenista e então governador do estado, Ildo Meneghetti, pode sugerir que tenha apoiado a ARENA<sup>97</sup>. Schwertner fora eleito vice-prefeito novamente entre janeiro de 1973 e janeiro de 1977, na chapa com Gabriel Aloysio Mallmann, pelo MDB<sup>98</sup>. Nas publicações analisadas, no entanto, não há indicações sobre o tenso

<sup>94</sup> Em termos de mídias locais, além do jornal *Nova Geração*, neste período Estrela também contava com a Rádio Alto Taquari, que foi criada em 1948, por Adão Henrique Fett (prefeito do município por dois mandatos, entre 1952 e 1955, e entre 1963 e 1969). Apesar de não possuímos fontes sobre a programação da Rádio naquele período, há indícios sobre sua participação nos festejos, como verificamos no Álbum da Feira de Maio de 1966, que cita a mesma na coordenação da “propaganda falada” do evento. Como narrativa impressa acerca das comemorações no período estudado, no entanto, encontramos apenas as publicações que são analisadas neste capítulo, e que representam o objeto de pesquisa selecionado para a pesquisa sobre a elaboração da narrativa heroica do município nesta tese.

<sup>95</sup> Sobre o caráter amador das primeiras edições do jornal *Nova Geração*, conferir nota 6.

<sup>96</sup> O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, em seu artigo 18, estabeleceu a extinção dos partidos políticos então existentes no país. (Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 22 de nov. 2016).

<sup>97</sup> De acordo com o historiador local José Alfredo Shierholt, Meneghetti era particular amigo de Fett. (SHIERHOLT, 2002, p. 106)

<sup>98</sup> Uma visita de cortesia da comissão local da ARENA durante o governo interino de Aloysio V. Schwertner, no entanto, é colocada como suspeita pelo historiador local Shierholt (2002, p. 112), que desconfia que o vice-prefeito mantivesse alguma aliança com a legenda.

momento político sobre o qual o país passava. Produzidas com o apoio do poder público municipal, as edições comemorativas possuem narrativa elogiosa aos governantes, omitindo qualquer conflito que possa ter ocorrido no período. Como afirma Barbosa (2001, p. 109), “Ao silêncio ou à memória silenciada e esquecida se contrapõe, por conseguinte, uma memória publicada e oficializada”.

Promovido, neste sentido, pela Prefeitura Municipal de Estrela, o Álbum de 1966 teve a coordenação do engenheiro agrônomo Hélio Miguel de Rose, que também coordenou a Feira de Maio de Estrela de 1966 (FEMAI 66 - como passaram a chamar as comemorações). Durante a festividade, Rose, que atuava como professor, zootecnista e presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos, também coordenou a IX exposição regional de suínos que teve lugar na feira. Diversas atribuições, portanto, para um homem que perpassou diferentes setores da sociedade estrelense. Como colaboradores, são listadas no Álbum a Secretaria da Agricultura e a Associação Brasileira de Criadores de Suínos e, entre os locais consultados para a composição da impressão, são citados diversos órgãos: a Agência de Estatística, a Prefeitura Municipal, o Posto de Saúde, a Exatoria Federal, a Associação Rural e Comercial, a Associação Brasileira de Criadores de Suínos, a Rádio Alto Taquari, além de entidades educacionais, culturais e assistenciais do município.

O Álbum de 1966 está estruturado, em termos de conteúdo, em três partes: primeiramente anuncia os integrantes das comissões dos festejos da FEMAI 66 e sua programação, depois dedica aproximadamente trinta por cento de seu espaço para um compêndio de textos sobre o município, dividido nos aspectos histórico, geográfico, urbano, sociocultural, econômico e sobre “efemérides dignas de registro”. A terceira parte está destinada às listas dos expositores e dos vencedores por categoria que participaram das diferentes exposições e da feira dos diversos setores que integraram<sup>99</sup> a FEMAI. Detemo-nos sobretudo às duas primeiras partes do Álbum para analisar a configuração narrativa presente na edição.

Em relação à equipe encarregada de organizar a festividade, assim como a sua programação, verificamos que o evento que comemorou os noventa anos da municipalidade seguiu o formato logístico da festa do Jubileu de Diamante, ocorrido em 1951. O próprio presidente da Comissão Central dos festejos continua o mesmo: Lauro Reinaldo Müller que agora figura também como “propulsor” da Sociedade Filatélica do Alto Taquari (SOFIALTA). Entre os demais coordenadores e assessores do evento, verificamos que a

---

<sup>99</sup> A FEMAI 66 contou com a I Feira de Suínos Tipo-Carne; e com quatro exposições: a I Exposição Industrial-comercial, a I Exposição Agrícola, a I Exposição Avícola, e a IX Exposição Regional de Suínos.

composição das pessoas que integravam as comissões seguia a mesma lógica dos demais eventos: participavam de diferentes cargos públicos, ocupavam postos diretivos em clubes sociais, atuavam no comércio e indústria locais. Muitos destes nomes se repetem nas edições comemorativas de 1968 e das próximas edições analisadas. Uma questão a se destacar, ainda, é a participação, mesmo que incipiente, de mulheres na composição dos Álbuns e dos festejos da década de 1960. Para além da composição do quadro de rainhas e princesas das comemorações, seis nomes femininos foram identificados no Álbum de 1966 num conjunto de noventa e cinco pessoas que aparecem entre postos diretivos e integrantes das comissões dos festejos. No Álbum de 1968, encontramos cinco nomes feminino num conjunto de sessenta e uma pessoas catalogadas na pesquisa sobre a publicação.

Quanto à programação do evento, os bailes, solenidades, almoços e jantares (que neste momento são acompanhados da expressão “típicos”) estão arrolados entre os atos e seguem determinando lugares a convidados chamados “especiais”, que certamente estavam reservados a elite local. Também foram programados, neste ano, a coroação da rainha da Festa de Maio, uma gincana automobilística, e a inauguração de um ginásio esportivo com jogos de “bola ao cesto” e “bola sobre rede” (ÁLBUM de 1966, p. 6). 1966 ainda foi quando o Baile do Chucrute, que passou a ser organizado anualmente, entrou na programação da festa. Não há nenhum tipo de destaque especial a este no Álbum, ao contrário do que observamos em edições comemorativas mais recentes, como analisamos no terceiro ponto de estudo desta tese (capítulo 4).

Em relação à segunda parte da obra, que mais nos interessa no contexto desta tese, a narrativa heroica sobre a imigração alemã em sua ligação com um progresso do município, que é configurada nas edições dos anos 1950, aparece como resquício. Na apresentação deste segundo momento do impresso, os imigrantes alemães e seus descendentes são lembrados:

O trabalho destemido no *desbravamento das matas*; a *dedicação no cultivo das terras* e o amor a êsse pedaço de solo que *os abrigou* e não lhes negou as *dádivas granjeadas*, merecem ser recordadas no momento em que o município de Estrêla festeja o seu nonagésimo aniversário de emancipação política (ÁLBUM de 1966, p. 13, grifo nosso).

No entanto, a narrativa não resume a homenagem aos imigrantes e descendentes, de modo que a amplia para os demais habitantes do município: “Pretende êste modesto trabalho ser uma homenagem sincera *a todos aqueles* que, *assim como nossos primeiros colonizadores*, não medem *sacrifícios* para, com sua parcela de *labor*, *cultivar a nossa tradição* e incrementar o *progresso* do município” (ÁLBUM de 1966, p. 13). Os adjetivos

antes reservados aos descendentes e imigrantes são agora estendidos para todas as outras pessoas que trabalham para o que é considerado o progresso do município. Observamos, no entanto, que ainda há uma positividade voltada ao grupo étnico, pois o enredo assinala que são dignos da homenagem aqueles que agem “assim como os nossos primeiros colonizadores”, ou seja, estes são tidos como referência acerca do sacrifício que deve ser desenvolvido pelos estrelenses para o “cultivo da tradição” e “incremento do progresso” da cidade. Uma versão do passado é reivindicada no presente para construir uma memória que dá sentido narrativo à publicação. Como afirma Ricoeur (2007, p. 98),

A ideologização da memória torna-se possível pelos recursos de variação oferecidos pelo trabalho de configuração narrativa. E como os personagens da narrativa são postos na trama simultaneamente à história narrada, a configuração narrativa contribui para modelar a identidade dos protagonistas da ação ao mesmo tempo que os contornos da própria ação.

Assim, na análise sobre o conjunto narrativo das obras comemorativas, observamos que o que é elencado como digno de estar presente nos impressos varia de acordo com os interesses daqueles que os forjam, assim como com os contextos políticos e sociais pelos quais a tensão entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas dos diferentes grupos sociais é modelada. Dessa forma, passado, presente e futuro são gerenciados na configuração das narrativas comemorativas conforme as circunstâncias de cada momento histórico, assim como enfatiza Barbosa (2006a, p. 18-19):

Entender a lógica da construção comemorativa como processo de re-instauração de uma dada memória nacional – lugar de coexistência das memórias coletivas atuais e reservatório daquilo que resta das antigas memórias comemorativas – é compreender as razões que levam ao estabelecimento de marcos singulares. Sem dúvida, as comemorações fazem parte de um processo de construção de poder, no qual o interesse político de dominar o tempo assume papel primordial. Possibilitam também a construção do acontecimento e a sua valoração pública, o que leva os detentores deste poder a serem publicamente proprietários de sua própria criação.

Nesse sentido, o Álbum de 1966 enfoca, em cada um dos aspectos narrados acerca do município, as realizações políticas conquistadas por administradores locais. A narrativa heroica étnica cede um pouco mais de espaço a elaboração de um traço evolutivo que se volta às obras públicas e ao que chama de crescimento industrial, comercial e cultural do município, desde 1951. No aspecto histórico constituído para o impresso, verificamos que as edições comemorativas anteriores servem de base para a construção do enredo, pois os mesmos fatos políticos mais destacados na obra de 1926 e naquelas referentes aos anos 1950 são elencados no retrospecto de 1966. Como nas outras narrativas, os grupos indígenas

ocupam poucas linhas (neste caso, apenas duas) e escravizados e negros não são referenciados. A chegada e o estabelecimento dos imigrantes alemães e seus descendentes em Estrela são narrados num viés heroico e de sacrifício. Eles são chamados de pioneiros, o que oblitera o protagonismo de outros agentes que também fizeram parte da formação do município.

Na continuidade da trama do retrospecto, o tom étnico ora ganha, ora perde força, como no trecho: “Daí Estrêla pôde desenvolver-se num ritmo crescente, graças ao esforço de seus administradores e *da gente que forma a população* de seu município” (ÁLBUM de 1966, p. 16, grifo nosso), que amplia o crédito do desenvolvimento do município para além dos imigrantes e descendentes. No aspecto religioso, essa tendência também aparece nos dois Álbuns da década de 1960, ao adicionar outras manifestações religiosas para além da católica e evangélica no município, como o espiritismo, a umbanda. A inserção da Assembleia de Deus, de ramo evangélico pentecostal, também é mencionada no Álbum de 1966 (p. 32). Embora o Livreto de 1954 tenha mencionado a existência do que denomina “outras seitas” em Estrela e região, não havia maiores informações ou discriminação sobre quais seriam.

O Álbum de 1968, que mantém o viés narrativo do impresso de 1966, foi coordenado e elaborado, como mencionado anteriormente, pela equipe do semanário *Nova Geração*. Fundado em treze de maio de 1966, o semanário é o jornal mais antigo da região do Alto Taquari que se encontra em funcionamento nos dias atuais<sup>100</sup>. Em Estrela, após o fechamento do jornal *O Paladino*, em função de uma intervenção resultante das ações da Campanha de Nacionalização, em 1941, *Nova Geração* foi o sucessor da mídia impressa no município. No álbum de 1968, não há nenhum indicativo de que este se caracterize como um suplemento do jornal. A informação de que foi elaborado pela equipe do mesmo aparece sem destaque, em uma das últimas páginas do Álbum, que parece ter sido realizado também com o apoio da Comissão Central da FEMAI 68, em função das homenagens prestadas aos mesmos. Esta, que contava com a participação do prefeito e do vice-prefeito como presidentes de honra do evento, também somava três dos integrantes da equipe do jornal na participação de comissões do evento. Em função, ainda, de a elaboração do Álbum estar arrolada em meio às diversas comissões que fizeram parte dos festejos, é possível que a idealização do mesmo se configure como parte de toda organização geral do evento, promovido pelo poder público municipal.

---

<sup>100</sup> Embora o site do Jornal Nova Geração contenha um texto que o descreve como “[...] jornal mais antigo do Vale do Taquari ainda em funcionamento”, esta posição é ocupada pelo jornal *O Taquaryense* que, fundado em 1887 no município de Taquari, funciona ainda hoje artesanalmente, através da sua composição pelos tipos metálicos organizados pelo tipógrafo local. O Jornal Nova Geração, desta forma, é o jornal mais antigo do Alto Taquari, e não do Vale. A informação sobre o jornal Nova Geração encontra-se em seu site: <<http://jornalng.com.br/paginas/o-jornal>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

Para a confecção da obra, também são elencadas as empresas que contribuíram para sua publicação: a Construtora Suliepa, a Construtora Peduzzi, e as fábricas H. Wirz & Cia, e a Polar.

Dividido em duas grandes partes, o Álbum de 1968 é composto inicialmente por pequenos textos que narram aspectos gerais sobre o município. Intercalados por imagens de paisagens de Estrela registradas por fotógrafos amadores anunciados no impresso, as partículas textuais se referem aos aspectos urbanos, econômicos, social, religioso, cultural, turístico e ao ensino local. Diferente das outras obras comemorativas, nesta não há um retrospecto e nem uma síntese histórica sobre formação da cidade. Entre estes aspectos anunciados, a narrativa sobre progresso aparece sem o apelo que possuía nas obras da década de 1950, e destaca o desenvolvimento urbano e suburbano do município, além da modernização promovida no meio rural. Ao contrário dos impressos que dispensavam o desenvolvimento do progresso no campo aos “laboriosos pioneiros”, aqui há a menção de “homem que atua no setor rural estrelense” (ÁLBUM de 1968, p. 6) para se referir aos trabalhadores rurais. Em outro trecho voltado à agricultura no município, apesar da qualificação “laborioso”, para caracterizar o “homem do meio rural”, essa ampliação de sentido também aparece na frase “Partindo-se das práticas primitivas dos primeiros anos de sua colonização, *o estrelense* soube aproveitar a fértil terra [...]” (ÁLBUM de 1968, p. 10), ou seja, não podemos afirmar que privilégio étnico conferido aos imigrantes alemães e seus descendentes na obra de 1968.

Em outras passagens, continuamos observando esta reorientação de sentido narrativo, como no texto referente à religião local, mencionado anteriormente, e na parte do ensino, onde o fato anunciado de que “Estrela é o município mais alfabetizado do Brasil” (ÁLBUM de 1968, p. 14) é creditado ao “povo estrelense”, ao contrário do que vinha ocorrendo nas edições dos anos 1950, que relacionavam a conquista aos imigrantes. No aspecto cultural, a abertura também ocorre, mas sem deixar de demarcar um espaço especial à “cultura germânica”, visto que o município é de colonização “essencialmente alemã” (ÁLBUM de 1968, p. 16), como aparece na narrativa. Apesar disso, o trecho informa que “Estrêla está aberta a todos os ensinamentos culturais, aprimorando as tradições de seu povo”, como anuncia o título deste subcapítulo.

Ainda na primeira parte do Álbum, cabe destacarmos os textos referentes aos aspectos esportivo e turístico, possíveis de ser comparados com a forma como estes aspectos são tratados nas comemorações recentes de aniversário do município – os Jogos Germânicos e o Festival do Chucrute, por exemplo. No setor dos esportes, os elencados como mais praticados

em Estrela são o futebol, o vôlei, o basquete e o bolão – este, muito praticado em regiões de colonização alemã, segundo a narrativa. O turismo que, pela primeira vez é mencionado em uma edição comemorativa, dá ênfase às paisagens naturais da cidade. Timidamente as festas de Kerb's, o Baile do Chucrute, a Festa do Chopp e a FEMAI são destacados como atrativos turísticos. Em relação à gestão cultural do estado neste período, cabe mencionarmos a criação, em 1954, da Divisão de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, ligada à Secretaria da Educação, e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado junto a Divisão, que ficaram responsáveis pela política de preservação de bens culturais, em 1964.

Em sua segunda parte, o Álbum é dedicado à Feira de Maio de 1968. Entre as homenagens aos administradores do município, a listagem das comissões dos festejos e de seus coordenadores, e a programação da FEMAI, também estão arrolados os expositores das exposições<sup>101</sup> que se realizaram no evento. Entre as atrações que fizeram parte da programação da feira, para além das exposições, houve baile de coroação da rainha da FEMAI 68, recepção a autoridades e convidados especiais – como nas outras edições –, banquete oficial, desfile cívico de carros alegóricos, convenção dos aeroclubes, culto comunitário, almoço “típico-regional”, “Rústica” de Estrela<sup>102</sup>, e gincana automobilística. Entre as apresentações programadas, estavam a do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) de um município vizinho, do Coral “20 de maio”, e do Conjunto folclórico “Jovem Polônia”. O Baile do Chucrute, que possui registro fotográfico no Álbum<sup>103</sup>, foi realizado como festividade preparatória à FEMAI, juntamente com outros dois bailes.

De maneira geral, entre as duas publicações, uma questão chama atenção. Há um silenciamento em torno das ações e dos efeitos decorrentes da Campanha de Nacionalização no município. Para além das omissões em torno de temas como as guerras mundiais, que também são obliteradas nas edições anteriores, e a ditadura civil-militar que se desenvolvia na época das publicações, mas que possui um silenciamento compreensível em função da tensão provocada pelo regime de exceção, a falta de referência aos acontecimentos que se desenvolveram ao longo do Estado Novo se revela um esquecimento narrativo consciente. O período entre 1937 e 1945 é ignorado nos impressos e, quando referido, as informações não têm relação com o contexto político daquele momento. Quando são explanados históricos a

<sup>101</sup> As exposições que tiveram lugar na FEMAI 68 foram: a II Exposição Comercial e Industrial, a VI Exposição Nacional de Suínos, a V Exposição Regional de Bovinos, a II Exposição Avícola, a I Exposição Cunicula, e a II Exposição Agrícola.

<sup>102</sup> A Rústica é uma competição de corrida, em que participam pessoas de diversas idades, em diferentes categorias.

<sup>103</sup> Na imagem, os dançarinos e as dançarinas utilizam indumentárias criadas para as apresentações: meias longas, mulheres de vestido, homens de bermuda e suspensório (ÁLBUM de 1968, p. 43).

respeito das Ordens Auxiliadoras das Senhoras Evangélicas (OASE`s), da formação e desenvolvimento da SOGES, e do jornal *O Paladino*, por exemplo, as situações repressivas pelas quais estas instituições foram alvo, e que analisamos no capítulo a seguir, são rejeitadas nos textos. Mais uma vez, o tempo está a serviço das narrativas configuradas por determinados agentes locais. Nas tramas comemorativas, o passado que se quer lembrar é aquele que pode sustentar o enredo construído no presente a fim de possibilitar determinado direcionamento futuro. Ou como afirma Barbosa (2006a, p. 18): “As comemorações talvez sejam o modo de representação mais emblemático dessas expectativas de futuro e dessa política deliberada do esquecimento”.

Nessa perspectiva, as narrativas configuradas tanto no Álbum de 1966, como no de 1968, tomam um sentido que visa muito mais um elogio aos políticos locais e seus feitos, e se diferencia da entonação mais marcadamente étnica e econômica elaborada nos anos 1950, o que não quer dizer que esta tenha deixado de ser manifestada. Essas reorientações são interessantes de serem analisadas de modo que possibilitam observarmos as diferentes formas de identificação que vão sendo construídas para a cidade. Entendendo estes matizes narrativos como estratos que se retroalimentam, tanto na diferença quanto na semelhança uns dos outros, os compreendemos como componentes que vão se regulando ao longo do tempo e conforme os obstáculos com que devem lidar. O matiz narrativo mais à superfície somente adquire tal forma em função daqueles que o alicerçam. Assim, apenas podemos começar a compreender as mudanças do presente investigando o quanto de passados habitam nele.

#### 2.4 “NA EXALTAÇÃO DO PASSADO, MOVE-NOS A AFIRMAÇÃO DO PRESENTE E A PROJEÇÃO PARA O FUTURO”: 100 E 111 ANOS DE ESTRELA

No jogo entre as versões de passados e as expectativas futuras que alimentam as narrativas comemoracionistas construídas em cada presente histórico, a análise sobre as formas como estas são elaboradas permite verificarmos as diferentes intenções e tensões que possibilitaram a constituição de determinados enredos. Na investigação acerca das edições impressas comemorativas ao aniversário de emancipação de Estrela ao longo das décadas de 1970 e 1980, encontramos duas publicações. Enquanto que a primeira, datada em 1976, homenageia os cem anos do município através de um suplemento especial do jornal *Nova Geração*, a segunda, produzida em 1987, trata-se de uma publicação promovida pelo poder público municipal em função dos 111 anos da emancipação. Este, inclusive, é a última fonte de edição comemorativa impressa promovido especialmente pelo poder público municipal que encontramos. Com o passar das décadas, verificamos que os jornais passam a assumir

esta responsabilidade para si. A mídia impressa institucional, como veremos no terceiro ponto de estudo (capítulo 4), vai se tornando cada vez mais um ator neste processo de “fabricação do acontecimento”<sup>104</sup> comemorativo. Como afirma Barbosa (2001, p. 106),

Ao fazer da comemoração um acontecimento surpreendente que se inscreve em uma configuração histórica determinada, os meios de comunicação transformam esse acontecimento em um ato periódico e lhe dão um significado a partir do próprio discurso midiático. Ademais, e mais importante ainda, transformam o ato comemorativo, jornalístico por excelência, em um ato simbólico revestido de novos gestos e significados.

Nas edições que analisamos neste subcapítulo, o suplemento “Estrela 100 anos”, e o “Catálogo Estrela dos 110 aos 111 anos”, já observamos que há uma intervenção jornalística mais profissional em sua configuração: o Suplemento, em função de advir de um jornal local – ainda que este assumia seu “caráter amadorístico”<sup>105</sup> – e o Catálogo, que contou com jornalistas providos de registro profissional como responsáveis pelo seu conteúdo<sup>106</sup>. Este é um dos aspectos que nos possibilita observar alguns avanços no ramo profissional jornalístico municipal, que acompanhava, ainda que lentamente, esse processo num contexto mais amplo.

Segundo Lohn (2013, p. 83),

As mídias sofreram intensas mudanças tecnológicas, profissionais e de escala de cobertura durante o regime ditatorial. Ao processo de profissionalização, perceptível a partir da década de 1950, somou-se, na década de 1970, uma intensa concentração empresarial e de poder político em alguns veículos.

Na medida em que arraigam para si o papel das narrativas comemorativas, nessa perspectiva, as mídias locais vão adquirindo um espaço de poder no gerenciamento dos sentidos a elas atribuídos.

Tecnicamente, outras mudanças são verificáveis em relação às edições analisadas anteriormente. Apesar de continuarem preponderantemente impressas em preto e branco, com poucas páginas dispondo de cores, ambas tiveram novidades em sua impressão. Enquanto que no Suplemento encontramos a informação de que fora produzido em uma linotipo - máquina que agilizava o processo de produção até então realizado artesanalmente pelos tipógrafos, no Catálogo podemos observar, através de uma publicidade de *O Paladino*, que a tipografia dispunha agora do sistema de impressão offset que, além de conferir maior velocidade de

<sup>104</sup> Expressão utilizada por Dosse (2013, p. 261) para referenciar a participação midiática na construção dos acontecimentos contemporâneos.

<sup>105</sup> Sobre o caráter amador das primeiras edições do Jornal Nova Geração, conferir nota 6.

<sup>106</sup> No “Catálogo Estrela dos 110 aos 111 anos”, estão identificados como jornalistas responsáveis Gerson Lopes Teixeira e Tânia Mara Varone.

impressão, lhe concedia melhor qualidade. Apesar de o Catálogo não informar diretamente que tenha sido impresso na tipografia *O Paladino*, a publicidade pode denotar que isso tenha ocorrido. Existia a possibilidade, no entanto, de ter sido impresso no jornal lajeadense *O Informativo*, onde o Suplemento de 1976 foi produzido, para além da tipografia *O Paladino*.

O Catálogo de 1987 é a única obra analisada neste capítulo em que a tiragem e o valor são informados no próprio impresso: foram produzidos dois mil exemplares, que tiveram distribuição gratuita no município. Através da investigação sobre o catálogo, no entanto, também adquirimos dados sobre o jornal *Nova Geração*, de onde o suplemento de 1976 provinha. Em seção do Catálogo destinada ao setor de comunicações de Estrela, o semanário é citado e, nas informações sobre o mesmo, consta que circulava nos municípios de Estrela, Lajeado, Bom Retiro, Teutônia e Roca Sales, e contava com uma tiragem de dois mil exemplares naquele período – essa informação, entretanto, pode ser variada para o Suplemento de 1976.

As duas edições aqui analisadas, dessa forma, se constituíram através de um aparato profissional. Tanto no Suplemento de 1976, quanto no Catálogo de 1987, são enunciados os homens e as mulheres que o compuseram. O ordenamento destas pessoas em setores, como “coordenação”, “redação”, “publicidade”, “edição”, “arte”, “departamento comercial” e “fotografia”, por exemplo, é demonstrativo de como os impressos passaram a ter um caráter mais técnico, e puderam utilizar diferentes estratégias de edição. Ao contrário das obras analisadas anteriormente, por exemplo, verificamos que tanto o suplemento, como o catálogo, estão mais bem organizados no sentido de como os textos, imagens e publicidade são distribuídos. Há mais espaços em branco entre os mesmos, de modos que possibilitam uma leitura mais fluida e menos confusa. A publicidade de cada um dos impressos também aparece mais organizada, com espaços destinados exclusivamente às mesmas, formando um padrão em cada edição. Enquanto que o Suplemento está ocupado por aproximadamente vinte e cinco por cento de seu espaço às propagandas, e conta com trinta e dois anunciantes, o Catálogo destina cerca de trinta por cento de seu espaço para a publicidade, e soma vinte e oito anunciantes. Em relação aos sentidos narrativos e temporais produzidos a partir da intervenção destes profissionais, Barbosa (2010, p. 28) explica que:

Foi a partir de um olhar particular, ou seja, daquele que foi chamado periodista, editor, redator, repórter e, por último, de maneira indiferenciada, jornalista, que os fatos foram agrupados, produzindo uma espécie de atestado do que ocorreu naquele presente que a passagem do tempo transforma em passado. As notícias são construídas não apenas para o presente, mas para o futuro. Há nelas uma configuração narrativa, por exemplo, nas estratégias de edição, nas quais se destacam na primeira página aqueles que seriam acontecimentos mais duradouros.

Produz-se textos para os leitores do presente e do futuro, incluídos nesse universo os que procurarão por informações sobre um passado próximo ou distante.

Quanto ao formato das edições, o Suplemento e o Catálogo possuem cinquenta e duas e trinta e oito páginas cada um. De maneira geral, para além de imagens mais antigas sobre o município (muitas delas encontradas no Álbum de 1926), as reproduções do Suplemento de 1976 ilustram tanto a publicidade, com reproduções acerca de fábricas, lojas e seus produtos, assim como alguns de seus textos, como as fotos das igrejas católica e evangélica, do time de futebol local, da SOGES, e da miss e rainha do centenário. O Catálogo contém um número menor de imagens e, quando aparecem, ilustram as propagandas e as partícultas de textos sobre os tópicos acerca do município e dos feitos da administração da época: praças, escolas, inauguração de obras públicas, bancos locais, paisagens. Também há destaque para os edis de cada período nas reproduções, como é visualizado também nas edições analisadas anteriormente. As imagens de capa são de paisagens de Estrela: no Suplemento uma foto aérea da cidade, e no Catálogo uma foto do antigo calçadão do centro de Estrela.

Produzido durante o período em que o país era governado pelo militar Ernesto Geisel, o Suplemento Especial do *Nova Geração* de 1976 traz como contracapa uma imagem do então prefeito, Gabriel Aloísio Mallmann, em seu gabinete. Na reprodução,

Mallmann está sentado à sua mesa, fumando um cachimbo, e escrevendo algo. Em meio a objetos de escritório, visualizamos dois retratos expostos próximos à parede de fundo que aparece na imagem: se referem a Getúlio Vargas e ao presidente da época, Geisel. Eleito para o pleito de janeiro de 1973 a janeiro de 1977, pelo MDB, como mencionamos no subcapítulo anterior, Mallmann também governou o município quando o Catálogo de 1987 fora criado. Neste segundo mandato, entre fevereiro de 1983 e dezembro de 1988, o prefeito elegera-se sob a legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB<sup>107</sup>), num momento que o país passava pela transição do período ditatorial para a democracia.

Embora não contenham menções diretas ao regime político em que o Brasil atravessava naqueles períodos, podemos perceber que a edição de 1976 é configurada num tom otimista que, além de lembrar um pouco o sentido progressista narrado nas publicações dos anos 1950, pode estar ligada à propaganda política ditatorial que, segundo Lohn (2013, p. 95), perpassou o regime “[...] amparada na afirmação do otimismo como característica inerente ao povo brasileiro”. Apesar disso, é provável que o jornal *Nova Geração* não tenha

---

<sup>107</sup> No final de 2017, o PMDB fez “rebranding”, isto é, utilizou uma estratégia de marketing para alterar sua denominação. Atualmente o partido se chama Movimento Democrático Brasileiro (MDB), assim como se denominava no período de sua fundação.

compactuado com ações impostas pelos militares e governos locais do período e, assim como outros impressos, se utilizou de táticas editoriais para firmar posição. Em uma seção do Suplemento dedicada a contar brevemente os dez anos de existência do semanário, um trecho cita dois momentos em que circulou de maneira diferenciada: certa vez, quando foi distribuído com suas páginas em branco<sup>108</sup> (à exceção do editorial, que denunciava “pressões econômicas contra o órgão”) (SUPLEMENTO de 1976, p. 39), e outra, quando circulou com uma de suas páginas em preto, “querendo com isso demonstrar a situação política partidária local na ocasião”<sup>109</sup> (SUPLEMENTO de 1976, p. 39). Embora não sejam mencionados os momentos nos quais cada uma destas situações ocorreu, a atitude dos coordenadores do jornal demonstra as formas de participação utilizadas pela imprensa durante o período ditatorial. Como afirma Lohn (2013, p. 99),

[...] a partir de meados da década de 1970, boa parte da imprensa escrita aparece não apenas como espectadora, mas como interlocutora importante, nas questões políticas que envolveram a chamada “distensão”, a posterior abertura “lenta, gradual e segura” e a constituição da “Nova República”. Esses três momentos históricos, configurados nos governos de Ernesto Geisel, João Figueiredo e José Sarney, foram amplamente cobertos, inicialmente com as dificuldades devidas ao controle de informações e à censura prévia (bem como à autocensura, deve-se lembrar), pelos jornais brasileiros, os quais viveram um momento de uma paradoxal modernização tecnológica e editorial em meio a um regime autoritário. As páginas dos jornais, aos poucos, constituíram-se em veículos para as representações sociais e políticas do país como um todo, a ponto de setores da imprensa situarem-se como peças indispensáveis da construção democrática brasileira.

Em meio ao período de distensão política que se avizinhava, entretanto, o semanário *Nova Geração* não deixou de publicar o Suplemento Especial em comemoração aos cem anos de emancipação política de Estrela, mesmo que, em seção intitulada “Ao Leitor”, afirma que não tinha a intenção de fazê-lo. A composição do impresso se deu, assim, em tempo curto (dez dias), motivada pelo que chama de “lacuna” que ficaria aberta caso não fosse editada alguma obra referente ao centenário. A direção do jornal, explanando que pode ter havido deficiências na edição em função do pouco tempo, no entanto, sublinha: “mesmo que não proporcione lucros para a editora, cumprimos com uma obrigação, preenchendo pelo menos a lacuna que ficara aberta” (SUPLEMENTO de 1976, p. 51).

A edição do centenário da emancipação, dessa forma, está configurada, de maneira geral, em duas partes: a primeira referente a uma parte histórica do município, e a segunda

<sup>108</sup> O jornal circulou com as páginas em branco no dia 21 de agosto de 1971. (JORNAL NOVA GERAÇÃO, 1971).

<sup>109</sup> O jornal Nova Geração que circulou com uma de suas páginas na cor preta não foi encontrado no acervo do Jornal Nova Geração.

reservada a textos que versam sobre a administração política da época, aspectos econômicos, turísticos, culturais e religiosos da época. Retomando, ainda que em menor grau, o tom étnico que marcou as publicações dos anos 1950, o Suplemento de 1976 reorienta, narrativamente, a história do município em função do estabelecimento dos imigrantes alemães e seus descendentes neste. Assim como nas publicações analisadas anteriormente, o Álbum de 1926 continua servindo de referência para a configuração da parte histórica do município.

Na primeira parte do Suplemento, portanto, o Álbum de 1926 se faz excessivamente presente, embora ele não seja mencionado como fonte para a constituição dos diversos textos da edição. Pelo contrário, sua referência é inclusive obliterada quando, ao citar a origem de uma das informações, o texto aponta: “Relata então um historiador” (SUPLEMENTO de 1976, p. 9). A parte histórica do Suplemento, nesse sentido, se revela como uma seleção e um compilado de muitos dos fatos que são narrados na edição da década de 1920. Feitos a grosso modo, trechos dos textos do Álbum de 1926, são transcritos com pequenas alterações de ordem de frases e de palavras. Em alguns casos, informações copiadas contêm erros e sofrem trocas de lugar que alteram a ordem temporal dos fatos narrados. O curto espaço de tempo para a elaboração do suplemento pode explicar algumas de suas deficiências, como a direção do semanário indica, no entanto, as alterações encontradas, assim como a omissão da referência não se justificam por este motivo.

A parte referente ao histórico do município no Suplemento, portanto, se constitui em um resumo, uma síntese do retrospecto narrativo da publicação dos anos 1920, tanto é que os fatos elencados para constituírem a edição de 1976 se encerram quando atingem temporalmente o ano de 1926. Assim, factual e de cunho positivista, a história narrada sobre o município se confunde com uma determinada história sobre os imigrantes alemães e seus descendentes em Estrela, que é configurada num sentido épico, qualificando os mesmos como pioneiros e desbravadores. A história de Estrela, nesse formato, começa com a chegada dificultosa dos colonizadores e imigrantes alemães pela via do rio Taquari, numa região de matas virgens, inexploradas inclusive por povos indígenas. Além disso, o desenvolvimento do município se deu, nesta narrativa, em função dos feitos de seus edis, pois a síntese do retrospecto, apesar de se deter mais nos primeiros momentos políticos após a emancipação, focaliza, ano após ano, as realizações provenientes do poder público sobre o município num sentido evolutivo.

Em um segundo momento, o Suplemento de 1976 é destinado a breves textos que buscam arrolar entidades, associações e aspectos sobre a administração e organização municipal na época, debruçando-se sobre pontos como a educação, a organização distrital, a

economia e as comunicações desenvolvidas no município. Na esfera religiosa, uma página inteira do Suplemento é dedicada para a Comunidade Evangélica Luterana, e outra para a igreja católica, não havendo menção a outras formas religiosas no município. Assim como no texto sobre a constituição da igreja católica, verificamos referências aos imigrantes alemães e seus descendentes como “pioneiros” e “laboriosos” em outros momentos desta segunda parte da edição. É o caso da propaganda da Rádio Alto Taquari, do excerto acerca da agropecuária no município, e da homenagem ao centenário feita pela coordenadoria e delegacia de educação de Estrela, onde encontramos o trecho que intitula o subtítulo deste subcapítulo<sup>110</sup>, por exemplo.

No suplemento, destacamos ainda as duas referências ao turismo no município. A primeira trata-se do aspecto sobre “As atrações turísticas” anunciado. Pela narrativa, observamos que o tema ainda é pouco explorado em Estrela, pois como texto informa a cidade “apresenta condições para o incentivo do turismo no Rio Grande do Sul” (SUPLEMENTO de 1976, p. 35). De maneira incipiente, o pequeno texto faz referências às “paisagens belíssimas” locais e, assim como no Álbum de 1968, que primeiramente elencou o tema em uma publicação comemorativa, “os hábitos e costumes dos imigrantes alemães” são citados, mas com maior ênfase desta vez. Assim, são citados o grupo folclórico, as festividades do Baile do Chucrute, os Kerbs e o Baile do Chopp, juntamente com os restaurantes que “incluem no seu cardápio os principais pratos da cozinha alemã” e os cafés coloniais. Nas imagens que ilustram o texto, há uma reprodução de uma cachoeira local e outra de um dos Bailes do Chucrute. Juntamente com o enfoque à natureza, dessa maneira, as primeiras investidas tanto sobre o turismo local, como sobre algumas manifestações culturais existentes em Estrela, são associadas ao mote étnico nestas edições. No estado, o âmbito cultural se destacou através do primeiro tombamento efetivado pela Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE)<sup>111</sup>, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE)<sup>112</sup>. A Ponte 25 de Julho, localizada na cidade de São Leopoldo e assim nomeada em referência à chegada dos primeiros imigrantes alemães ao estado em 1824 foi tombada em 1980.

<sup>110</sup> “Na exaltação do passado, move-nos a afirmação do presente e a projeção para o futuro” (SUPLEMENTO de 1976, p. 24).

<sup>111</sup> No ano de 1979, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado passou a se chamar Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE).

<sup>112</sup> Após a criação da Secretaria de Estado da Cultura, em 1990, a Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado se transforma em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE).

Constituindo-se a partir dos anos 1960, como afirma Prats (2004, p. 40), e adquirindo, em um breve espaço de tempo, alcance mundial, o turismo passa a ter entrada aos poucos no município. Em uma propaganda do Suplemento de 1976, por exemplo, encontramos a informação de que fora criada, a partir de uma lei municipal de 1973, uma companhia de economia mista a fim de “promover o turismo e explorar o ramo imobiliário” em Estrela. A Companhia de Desenvolvimento Turístico Hoteleiro e Imobiliário (CODESTHI), portanto, representa a atenção que a administração pública passara a ter neste setor. Em relação à década de 1970 e o turismo, cabe ainda mencionarmos o anúncio feito no texto sobre este setor acerca da construção do “Moderno Hotel Polartur” que, juntamente com o Hotel Bentz, serviu para acomodar os visitantes ao município – a construção de um segundo hotel, nessa perspectiva, pode representar o preparo para uma maior demanda de turistas na região.

Diferente do Suplemento dos anos 1970, o Catálogo comemorativo aos cento e onze anos da emancipação do município de Estrela não dedica grande parte de seu espaço a uma síntese histórica da cidade. Reservando uma página para contextualização histórica, o restante da edição de 1987 foca aspectos então atuais sobre a administração de Mallmann e as entidades e associações locais. Intitulada “Como Estrela começou” (CATÁLOGO de 1987, p. 4), a pequena parte sobre a história do município aborda os anos anteriores à emancipação, ocorrida em 1876. Apesar de creditar aos grupos indígenas o status de pioneiros das terras onde se formaria a cidade, o contato dos mesmos com os colonizadores que aportavam no rio Taquari é narrado como harmonioso. Sem mencionar qualquer possível conflito existente no período, a trama anuncia que “à medida que para esta localidade vieram os primeiros colonizadores, os primitivos *se retiravam* para o centro e o norte do Rio Grande do Sul” (CATÁLOGO de 1987, p. 4, grifo nosso). Em sua continuidade, o texto narra o estabelecimento dos imigrantes alemães e os obstáculos “de ordem geográfica” pelos quais os mesmos tiveram que enfrentar juntamente com os portugueses. Finalizando, o texto enuncia o momento da emancipação do município. Mesmo breve, a narrativa aborda os povos indígenas, mas não indica a participação de negros escravizados no processo de formação do município.

No segundo momento, da edição, setores como a educação, a economia, o funcionalismo público local, a segurança pública e as obras realizadas durante a administração de Mallmann possuem espaços que os contextualizam na publicação. No setor referente ao esporte e lazer, são referidos o futebol, a canoagem, jogos de mesa, vôlei, ciclismo, bocha e bolão. No setor destinado à cultura, são citadas apenas as igrejas católica e evangélica como entidades religiosas, ignorando outros tipos de culto. Ainda são apontados, nesta seção o Grupo de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela, dedicado à “preservação da cultura

germânica” (CATÁLOGO de 1987, p. 32), através das “danças típicas alemãs”; a banda municipal e o CTG Estrela do Rio Grande que, segundo a publicação, é destacado “pelos grandes espetáculos que vem oferecendo através de sua invernada artística” (CATÁLOGO de 1987, p. 33). A presença de um CTG no município confere diversidade ao caráter étnico tão marcadamente narrado em muitas das narrativas analisadas.

De modo geral, verificamos que as obras produzidas nas décadas de 1970 e 1980 buscaram maior enfoque no contexto administrativo atual de cada período a que se referem. As duas edições não se voltam aos festejos de maio, anunciando sua programação e seus eventos, como acontece nas outras publicações comemorativas analisadas. O Suplemento de 1976, todavia, reserva um pequeno espaço, em sua última página, para listar o nome do presidente dos Festejos do Centenário e dos seus assessores, divididos em diferentes categorias. Entre eles, muitas são pessoas que transitaram por cargos públicos e postos diretivos em associações do município e estiveram presentes em comissões passadas, como o presidente da edição do centenário, Odilo A. Thomé. Marcavam, assim, os espaços de sociabilidade na sociedade estrelense e conferiam uma pedagogia histórica acerca do passado, como afirma Barbosa (2001, p. 105):

[...] cada comemoração se inscreve em uma tensão entre dois pontos: um que corresponde à preocupação pela sociabilidade, a construção ou a afirmação de uma identidade, e o outro, de natureza pedagógica, cuja função é transmitir, dar a conhecer e incitar. Cada comemoração é, pois, uma mescla de sociabilidade e pedagogia.

Cada uma em seus momentos históricos particulares de produção, variando em função das técnicas empregadas, dos agentes idealizadores e do contexto político e social em que foram configuradas, pois “em função do regime de historicidade de determinada época, as encenações do passado adquirem características particulares”, de acordo com Barbosa (2015, p. 106), as diferentes narrativas aqui analisadas são encaradas nesta tese como condição da conformação de um espaço de experiência que oferece significados ao presente. Segundo Koselleck (2006, p. 311), a experiência “[...] se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempo anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois”. Dessa forma, assim como cada uma das publicações buscou, através de operações narrativas, configurar concordâncias a cada presente, passado e futuro, em que estiveram inseridas, nosso objetivo é atentar tanto para os sentidos quanto para as obliterações – como analisamos no próximo capítulo – que permeiam os estratos e ressoam no presente.



### 3 ESTRATO DO TEMPO II

Seria naturalizar os textos comemorativos acreditarmos numa narrativa de passado referente ao município de Estrela emoldurada pela harmonia configurada por estas fontes. Seria uma ilusão, no entanto, depositar os pontos de tensão deste enredo em apenas um único acontecimento. Conforme discutimos no capítulo anterior, diversas questões tornam problemática uma narrativa do município que se pretende unicamente heroica: tanto por uma obliteração de agentes sociais e de sua atuação na formação da cidade – os grupos indígenas, o povo negro, e as mulheres, em diferentes graus, por exemplo – como também pelo encobrimento de dissensos que desequilibram uma coesão social aparente nas obras de festejo do aniversário de Estrela. Nesta tese, a possibilidade de escavarmos de alguma maneira estratos temporais que gestaram memórias que conflitam com uma narrativa que se pretende heroica no tempo presente – compreendida, de certa forma, como ressonância das narrativas comemorativas que analisamos no capítulo anterior – é realizada a partir da investigação acerca de um período histórico marcado por atritos identitários locais que se entrelaçaram com acontecimentos que permearam a conjuntura nacional e internacional dos anos 1930 e 1940: a Campanha de Nacionalização realizada no âmbito do Estado Novo, e a Segunda Guerra Mundial.

Não chamaremos de lacunas as faltas observadas nas edições comemorativas que analisamos porque, apesar de não aparecerem explicitamente nestes documentos, as mesmas são condição para que tenha se desenvolvido determinado enredo em cada período em que as obras foram publicadas. Uma vez que as compreendemos como um esquecimento consciente – ou uma memória manipulada, conforme terminologia utilizada por Ricoeur<sup>113</sup> (2007, p. 93), elas não deixaram de se manifestar, mesmo que implicitamente, ou de maneira restrita, na construção das edições comemorativas. Assim, mantendo o foco temporal entre os anos de 1937 e 1945, exploramos aqui situações de repressão que marcaram o cotidiano de cidadãos de Estrela e região e, principalmente, daqueles que eram descendentes de imigrantes alemães nesse período, numa análise sincrônica sobre fontes daquele tempo. Esta, mantendo a escrita tecida em torno de fragmentos que conjugam estratos do tempo, enfoca eixos temáticos que, através das fontes encontradas, possibilitaram a pesquisa em torno de como se operacionalizou a Campanha de Nacionalização varguista em Estrela e municípios vizinhos em relação a alguns dos âmbitos atingidos pela mesma: o religioso, o educativo, o associativo

---

<sup>113</sup> Segundo Ricoeur (2007, p. 93), a memória manipulada está situada em um plano prático, quando há a mobilização e a instrumentalização da mesma a serviço de detentores do poder.

e a imprensa. Conservando no horizonte deste capítulo o serpeado narrativo sobre o município analisado nas obras comemorativas investigadas no capítulo anterior, uma costura realizada sobre estes dois estratos temporais – configurados por uma narrativa heroica, e por outra que possibilitou uma narrativa do trauma, anunciada neste capítulo – indica chaves de compreensão acerca das festividades e memórias narradas no tempo presente. Desse modo, como afirma Koselleck (2014, p. 236),

Esse duplo aspecto do uso do termo [história do tempo presente] no sentido sincrônico e diacrônico não se deve apenas ao acaso. [...] é evidente que não pode existir uma história pura do tempo presente como mera história do presente. Ela precisa recorrer pelo menos ao presente passado e a seu passado: primeiro à história, depois à sua narrativa (o que não exclui a possibilidade de existirem histórias que consistam apenas em sua narrativa).

Por mais que identificamos o período entre 1937 e 1945 como uma novidade em termos históricos, tanto em nível local, como de modo mais amplo em virtude dos acontecimentos nacionais e internacionais que irrompiam, partimos da compreensão de sentido que estabelece Koselleck (2014, p. 23) para referenciar o “novo”. Segundo o historiador, “De repente nos deparamos com um *novum* e, portanto, com um *minimum* temporal que define o antes e o depois. Rompe-se, e precisa ser reconstituído, o *continuum* entre a experiência adquirida e a expectativa daquilo que virá”. Assim, mesmo que “Do ponto de vista estritamente histórico, causas singulares também podem fornecer explicações para a sucessão temporal” (KOSELLECK, 2014, p. 23-24), estas apenas podem ser assim compreendidas em função das repetibilidades, de estratos temporais mais duradouros que possibilitam sua conformação<sup>114</sup>. Desse modo, as ações desenvolvidas por autoridades locais durante o Estado Novo na região abordada tiveram seguimento, em parte, por estarem encadeadas em um processo de nacionalização que, embora lentamente, vinha ocorrendo no país já desde o início do século XX e, por outro lado, pelas especificidades locais que engendraram um contexto oportuno para sua realização – não que um fator justifique o outro, mas explica como, num rol de possibilidades, determinadas situações puderam ser concretizadas. Da mesma forma, o cenário constituído naquele período proporcionou a conformação de camadas que compuseram e compõem estratos temporais posteriores. Assim, na relação entre os estratos de tempo metodologicamente aqui abordados, compreendemos que “Sem este acordo entre os diversos ‘tempos discordantes’ e um ‘tempo concordante’ que

<sup>114</sup> Retornamos aqui a referência ao autor discutida na introdução desta tese, quando este problematiza as novidades introduzidas no período moderno: “Se quisermos saber quão nova é nossa modernidade, precisamos saber quantos estratos da história antiga estão contidos no presente” (KOSELLECK, 2014, p. 221).

os mediará [ou os media], a narrativa não teria sucesso em ser compreendida” (BARROS, 2011, p. 403).

Para abordar as instâncias passíveis de interdição durante o Estado Novo neste capítulo, portanto, lançamos mão de uma diversidade de fontes, em diferentes suportes, investigadas durante a pesquisa: jornais, fonogramas, fichas, correspondências, relatório de administração municipal, “Livro de Inspeção das aulas”, Livro de Relação de Aulas e circulares. O motivo de a gama documental ser variada possui relação com os obstáculos encontrados para remontar, a partir de fontes documentais, o período histórico analisado. A ausência de um arquivo público municipal em Estrela, já mencionada na introdução desta tese, é responsável pela dificuldade em encontrarmos conjuntos de documentos mais completos, organizados e gestados como prerrogativa para uso dos cidadãos. Essa questão, transversalizada pela discussão acerca do que se busca lembrar e esquecer pelos poderes públicos municipais em suas ações de preservação da memória local, entretanto, é problematizada no quarto ponto de estudo desta tese (capítulo 5). No que tange à investigação por fontes acerca do período estadonovista em Estrela, dessa forma, percorri diversas instituições públicas e indaguei moradores do município e de cidades vizinhas que contribuíram com a cessão, o empréstimo e a consulta de documentos que integram este capítulo. Utilizo-me, neste sentido, da noção de “autoridade compartilhada”, desenvolvida por Michael Frisch (2016, p. 62), no intuito de considerar a participação dessas pessoas no processo da construção historiográfica: seu papel não se restringe na mera apresentação dos documentos pois, ao selecionarem-nos, e percebê-los como fontes, constroem significados aos mesmos e compartilham da autoridade da pesquisa. Como consequência disso, e em função de que o município de Estrela não estava isolado regionalmente durante as ações nacionalizantes impostas pelo regime de Vargas, fontes encontradas em outros municípios da região do Vale do Taquari fazem parte desta análise.

Em um primeiro eixo temático, referente à atuação da imprensa local e à maneira como as medidas proibitivas elaboradas durante o Estado Novo cercearam a mesma, tanto o jornal estrelense *O Paladino*, que possuía uma tipografia própria – responsável pela impressão de algumas das edições comemorativas anteriormente analisadas, como também o semanário *O Taquaryense*, do município de Taquari, não apenas estão inseridos como fontes, mas também como objeto de estudo do eixo. Fundado em setembro de 1921 por Antonio Cardoso, e intitulando-se como “O semanário de maior tiragem e circulação no Alto Taquari”, *O Paladino* foi um semanário bilíngue que circulou pelo município de Estrela até o ano de 1941. *O Taquaryense*, segundo jornal mais antigo do Rio Grande do Sul em circulação, foi criado

por Albertino Saraiva em julho de 1887, no município de Taquari. Único semanário que permanece sob o comando da mesma família no país, e possivelmente único ainda produzido a partir de tipos móveis metálicos na América Latina, o jornal continua sendo fabricado no município. “Montado”, como expressa o atual tipógrafo, João Rodrigues, em um período de tempo que leva cinco dias para que a impressão possa ser realizada, esta é operacionalizada na primeira máquina utilizada pelo jornal de circulação estatual *Correio do Povo*.

Passíveis de análise em função da preservação das edições dos jornais pelos familiares dos antigos fundadores ou sócios – a família Saraiva, no caso de *O Taquaryense*, e Roque Schwertner, em *O Paladino* – os dois semanários foram os únicos jornais do período abordado encontrados e disponíveis para pesquisa na região do Vale do Taquari<sup>115</sup>. Embora não circulasse no município de Estrela durante o Estado Novo, o jornal de Taquari é um contraponto para compreendermos os diferentes tratamentos disponibilizados à imprensa alinhada ou não ao regime durante aquele momento. Além disso, *O Taquaryense* traz à tona algumas matérias que auxiliam na compreensão sobre as consequências da Campanha de Nacionalização em Estrela, assim como *O Paladino*.

O segundo eixo temático deste capítulo, destinado à investigação acerca de como o setor educativo e os clubes sociais foram atingidos pelas medidas nacionalizantes impostas durante o primeiro governo Vargas, além de contar com os mesmos jornais como fontes, também contém uma análise realizada sobre documentos que abordam a fiscalização realizada nas escolas e em um clube local nesse período. O clube, considerado como um “foco antinacionalista” que se contrapunha à versão identitária divulgada e promovida ao longo do regime estadonovista, é analisado a partir de documentos localizados no memorial da atual Sociedade Ginástica Estrela (SOGES), antiga Sociedade Gymnastica Turn-Verein. Criada em 1907 e, como narrado no capítulo anterior, cenário de diversas das festividades programadas para a comemoração de aniversários do município, a SOGES constituía-se como destacado espaço de sociabilidades local.

No âmbito educativo, um Livro de Inspeção de aulas; um relatório da então administração do município vizinho a Estrela, Lajeado, enviado para o interventor do Estado, Cel. Oswaldo Cordeiro de Farias; e um Livro de Relação de Aulas referente a uma escola do município de Arroio do Meio, também próximo a Estrela, sinalizam as intervenções sofridas na instrução pública de escolas que, por diferentes motivos, não estavam adequadas ao projeto

---

<sup>115</sup> Na pesquisa sobre as edições de *O Paladino* encontramos referência ao jornal estrelense *A Voz de Estrela*, e no livro sobre o cinquentenário de Arroio do Meio localizamos uma breve menção ao jornal *Der Brummbär*, que circulou neste município entre 1930 e 1939 (THOMÉ, 1984, p. 175). Não disponibilizamos, no entanto, de edições preservadas dos jornais para consulta.

político elaborado pelo governo de Getúlio Vargas nos anos 1930 e 1940. Enquanto que os dois primeiros conjuntos de fontes foram localizadas no Arquivo Histórico de Lajeado, o Livro de Relação de Aulas pôde ser consultado na Casa do Museu, situada em Arroio do Meio. Caso Estrela possuísse um arquivo público ou um museu municipal<sup>116</sup>, é possível que encontrássemos outros documentos referentes ao município acerca desta temática.

Abordando aspectos da religiosidade no terceiro eixo temático, fonogramas, fichas, correspondências e circulares que transitaram entre a presidência do Sínodo Rio-Grandense, a Secretaria de Educação e Saúde Pública do estado, e as unidades eclesiásticas locais da IECLB durante o Estado Novo, são analisados também em conjunto com algumas matérias divulgadas nos jornais acima mencionados. Os documentos, que tratam sobre as negociações realizadas interna e externamente entre pastores e autoridades públicas estaduais do período, foram encontrados na IECLB de Estrela. Empilhados desordenadamente em um dos corredores da instituição, e deixados de lado para serem enviados para São Leopoldo, onde está sediado o Sínodo, e talvez terem um destino incerto, os documentos revelam-se preciosas testemunhas acerca das intervenções e proibições praticadas por agentes do governo durante o Estado Novo.

Antes de adentrarmos cada um dos eixos temáticos arrolados, no entanto, um primeiro subcapítulo situa historicamente o primeiro governo Vargas, seu projeto nacionalista aventado nos anos 1930 e 1940, e sua ligação com as políticas nacionalistas já iniciadas no século XX. O município de Estrela, em sua relação mais ampla com a região em que estava inserido naquele momento e com seu histórico marcado pela imigração alemã, também está presente neste tópico. Compreendendo que, de acordo com Ricoeur (2010, p. 71), “[...] a relação interna da intriga é mais lógica que cronológica [...]”, os diferentes âmbitos pelos quais podemos encontrar fontes da Campanha de Nacionalização varguista são aqui encarados como registros materiais que possibilitam termos uma breve ideia sobre um passado não tão harmônico como o narrado nas obras comemorativas, afinal, como compôs o cantor Tom Zé,

---

<sup>116</sup> No que se refere a espaços de memória particulares ou institucionais, o município de Estrela possui apenas um museu particular, a Casa-museu do casal Schinke, referenciada na introdução desta tese; o memorial da SOGES; o acervo do conjunto de Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela; e o recente acervo do jornal *Nova Geração*. Entre as instituições públicas que possuem algum material sobre a cidade documentado, há a Casa de Cultura, que sedia a Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, e desenvolve projetos relacionados à arte e ao turismo local, e a Biblioteca Pública municipal. Foi na Biblioteca que encontramos as obras comemorativas ao aniversário de fundação do município de Estrela digitalizadas. Espaços dedicados à guarda e preservação de documentos são detalhados no quarto ponto de estudo deste trabalho (capítulo 5).

em 1972, é preciso também ter no horizonte “com quantos quilos de medo se faz uma tradição”<sup>117</sup>.

### 3.1 IDENTIFICAÇÕES EM DISPUTA

Chegando ao Brasil em leva que teve início no ano de 1824, no município sul-riograndense de São Leopoldo, imigrantes de procedência germânica instalaram-se aos poucos na região sul do país em associação ao projeto colonizatório imperial de formação de colônias de estrangeiros para ocupação permanente de zonas distantes ao centro do país. Com um caráter de economia complementar ao setor exportador econômico imperial – destinado à produção de café – as pequenas propriedades policultoras designadas aos imigrantes produziam para o consumo local e para outras regiões do império<sup>118</sup>. Como afirma Lisboa (2013, p. 121), “Vale lembrar que o contingente de imigrantes alemães compõe o primeiro grupo étnico europeu não português ou ibérico que se estabeleceu no país”.

Nesse sentido, no que tange ao perfil dos imigrantes que interessava ao império brasileiro naquele período, motivações como o casamento da Princesa Dona Leopoldina, de procedência austríaca, com D. Pedro I, e a situação beligerante em que se encontrava Portugal com países como França, Inglaterra, Holanda e Espanha naquele período, segundo Lando e Barros (1992, p. 26). Com o passar do tempo e a mudança do contexto imperial brasileiro, levadas de outros imigrantes foram sendo atraídas pela política colonizatória imperial, como italianos e japoneses.

Apesar de já haver críticas a um possível isolamento dos imigrantes de procedência germânica, que formariam colônias etnicamente homogêneas no sul do país durante o império – o que deve ser relativizado, segundo Gertz (1991) e Seyferth (1994) – estas se acirraram durante a Primeira República, quando, segundo a autora “[...] o discurso nacionalista brasileiro privilegiou os temas da miscigenação e da assimilação como mecanismos de formação da nação, vinculando num mesmo plano a imigração europeia, a questão racial e as

---

<sup>117</sup> Trecho da música “Senhor Cidadão”, composta pelo também intérprete Tom Zé em meio ao regime ditatorial que se impôs no Brasil entre 1964 e 1985.

<sup>118</sup> Lando e Barros (1992, p. 15) citam duas das principais razões para a saída dos imigrantes alemães da Europa: primeiramente a revolução agrícola e demográfica que aboliu a estrutura feudal da região no século XIX e, assim, criou condições para que camponeses se tornassem proprietários de terras. Embora tenha libertado o camponês médio, a transformação acabou por deixar o pequeno camponês em situação complicada, pois, ao dividir sua pequena propriedade com os filhos, fazia com que os mesmos se encontrassem em uma situação de camponês de minifúndio, o que os tornava suscetíveis à alternativa de imigração viabilizada por agentes estrangeiros. Outra razão para a chegada dos alemães, segundo as autoras, deve-se ao excedente populacional propiciado pelo desenvolvimento industrial ocorrido nas décadas de 1860 e 1970, do crescimento demográfico e das crises de conjuntura econômica.

diferenças regionais” (SEYFERTH, 2000, p. 84). Nessa narrativa, a assimilação dos “brasileiros” aos grupos imigrantes europeus possibilitaria o branqueamento da população nacional, sendo que nacionalistas como Nina Rodrigues, João B. de Lacerda<sup>119</sup> e Silvio Romero consideravam que um enquistamento dos imigrantes alemães pudesse colocar a identidade nacional brasileira em risco. Segundo Bomeny, o alerta do último era voltado, em 1906, para o perigo da criação de nacionalidades dentro do Brasil, quando este defendia “uma estratégia de ação que aproveitasse de modo extensivo o proletariado nacional como elemento colonizador perto do estrangeiro para educar-se com ele no trabalho e, em troca, contribuir para o seu abasileiramento” (BOMENY, 1999, p. 154). A socióloga ainda se refere a Alberto Torres e Manuel Bonfim, que criticavam a sucessão de correntes imigratórias no país e o ensino primário, que deveria ser unificado e nacionalizado.

Com teor nacionalista e conquistando alguns imigrantes alemães e descendentes, a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado em 1932 foi outro componente nesse dissenso identitário do Brasil que prefigurava-se nos anos 1920. Caracterizado como

[...] um movimento fascista em função da composição social de seus aderentes; das motivações de adesão de seus militantes; do tipo de organização do movimento; do conteúdo explícito do discurso ideológico; das atitudes ideológicas de seus aderentes; enfim, do sentimento de solidariedade do movimento com relação à corrente fascista internacional [,] (TRINDADE, 1979, p. 4).

o partido encontrava raízes também em fatores nacionais, desde um papel central de intelectuais ou em função de um pensamento autoritário (RAMOS, 2014, p. 338). No município de Estrela, não dispomos de materiais que comprovam associação direta entre nazismo e integralismo, mesmo que:

Não há como negar que no sul do Brasil o integralismo, de fato, teve mais adeptos nas regiões de colonização alemã (e sobretudo italiana) do que nas regiões de população majoritariamente de origem luso-brasileira. Esse sucesso, porém, pode ser plenamente explicado pelo contexto político regional e pela consequente integração das populações de origem alemã (e italiana) no mesmo e pela maior complexidade social e política dessas regiões, permitindo uma maior distribuição do leque de posições políticas dentro do espectro político, enquanto o controle oligárquico nas demais regiões favorecia um maior monolitismo político. (GERTZ, 1996, documento eletrônico).<sup>120</sup>

<sup>119</sup> Em 1911, segundo Seyferth (2000, p. 90) Lacerda apresentou ao Congresso Universal das Raças, em Londres, o trabalho *Sur les métis au Brésil* ao Congresso Universal das Raças, onde desenvolveu sua tese sobre as possibilidades de branqueamento dos brasileiros em um período de três gerações.

<sup>120</sup> Entrevistando pessoas que viviam na cidade catarinense de Blumenau entre os anos 1930 e 1940, historiadores, filósofos e sociólogos, o cineasta José Henrique Nunes Pires (Zeca Pires) realizou o filme documentário “Anauê” com a verba do prêmio Edital Cinema da Fundação Catarinense de Cultura edição

Foi a partir da década de 1930, entretanto, que a construção da nacionalidade tomou forma de um projeto político efetivado no país. Com a tomada de Getúlio Vargas ao poder pelo Movimento de 1930, o Brasil inseria-se num novo momento político em que, contrapondo-se ao federalismo praticado durante a Primeira República, projetava-se constituir uma nação unificada, centralizada no executivo. Embora em períodos diferentes, este processo de construção da nacionalidade também perpassou demais países latino-americanos ao longo do século XX, como analisou Wasserman (2002). De acordo com a historiadora, que deteve-se ao estudo comparativo dos discursos dos presidentes do México, da Argentina e do Brasil durante essa transformação para um novo regime que incluiu setores sociais anteriormente excluídos, “A exaltação da nacionalidade, a valorização dos símbolos, do idioma, da cultura nacional passaram a integrar o processo de derrubada do poder oligárquico; valorizar o espaço e valorizar a população passara a significar a fundação ou refundação nacional” (2002, p. 163).

No Brasil, mudanças que estiveram em curso entre os anos 1920 e 1930, segundo Oliven (1992, p.39), como “[...] a formação de uma indústria de substituição de importação de bens não duráveis, o crescimento de cidades que eram centros de mercados regionais, a crise do café e a falência do sistema baseado em combinações políticas entre as oligarquias agrárias”, formaram não apenas um aparelho de Estado centralizado, mas também possibilitaram a reorientação do poder político regional para o nacional. Em 1937, com a outorga de uma nova Constituição ao país, e afirmando em discurso de posse que “[...] *as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central*”<sup>121</sup>, Vargas anunciava o Estado Novo, “[...] um dos períodos mais repressivos e eficientes da história do Brasil”, conforme Pandolfi (2003, p. 15).

Traduzido na chamada Campanha de Nacionalização, o projeto varguista para forjar uma nação una e indivisível tomou forma com o novo regime a partir de ações que desencadearam a repressão a grupos étnicos e regionais no país. Nesse sentido, como afirma Seyferth (2000, p. 92), “[...] foi em nome de uma futura homogeneidade nacional que a

---

2013/2014. Lançado na abertura do FAM 2017 (Florianópolis Audiovisual Mercosul - 2017), uma discussão sobre as relações entre integralismo e nazismo, além de como a AIB desenvolveu-se no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, é desenvolvida.

<sup>121</sup> Trecho do discurso de posse de Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937. (Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/perfil-parlamentar-de-getulio-vargas>>. Acesso em: 03 jan. 2017).

xenofobia e o nacionalismo, acirrados no contexto do regime autoritário do Estado Novo, produziram uma campanha (de ‘nacionalização’) para impor o ‘abrasileiramento’, usando, inclusive, efetivos militares”. Assim, para operacionalizar-se, a Campanha de Nacionalização tratava da promoção do enaltecimento de símbolos nacionais através dos meios de comunicação, de cartilhas escolares e de produções culturais de maneira autoritária. Adicionava-se a isso as perseguições, censuras e textos propagandísticos contra os imigrantes estrangeiros no país, que representariam um perigo para o Brasil naquele período, de acordo com Capelato (1998), e o fechamento das organizações partidárias no país.

Atingindo especialmente os estados do sul do Brasil em função dos contingentes populacionais de imigrantes, as ações “nacionalizantes” tiveram algumas diferenças entre estes estados. Por meio de pesquisa em documentos como processos crime, inquéritos policiais, cartas, crônicas e pelas memórias dos descendentes de imigrantes alemães em Santa Catarina, Fáveri (2005) abordou a repressão experienciada por estes no estado. Compreendendo os eventos ocorridos no Brasil durante o Estado Novo como um desdobramento da Segunda Guerra Mundial, uma “outra” guerra, a historiadora entrecruzou situações cotidianas narradas pelos imigrantes alemães e seus descendentes com fontes que indicam a atuação repressiva de civis e agentes do governo no estado catarinense.

Em relação à nacionalização do ensino, Santa Catarina e Paraná foram alvos de estudos de Fiori (2005) e Renk (2005), respectivamente, que analisaram a intervenção desenvolvida neste âmbito por uma legislação que restringia as escolas étnicas já desde o início do século XX. No Paraná, leis e decretos estaduais estimularam uma educação que despertasse o patriotismo e que exigisse o ensino em vernáculo desde 1917<sup>122</sup>, ano em que já constava o fechamento de quatro escolas estrangeiras e, em Santa Catarina “[...] no decorrer da década de 1910, o estado [...] já havia exercido liderança, no campo estadual e nacional, no que diz respeito à nacionalização do ensino”, conforme Fiori (2005, p. 107). Comparando, entretanto, a expressiva quantidade de escolas fechadas em Santa Catarina no ano de 1938<sup>123</sup> em relação a um menor número nos outros dois estados sulistas, Fiori explica que enquanto que o Paraná foi receptor de “[...] um grupo bem aquinhado [de imigrantes alemães] em termos de poder aquisitivo e teve um caráter acentuadamente urbano” (FIORI, 2005, p. 118), o Rio Grande do Sul, que contava com significativa proporção de imigrantes alemães, teve

---

<sup>122</sup> Leis e decretos (Paraná): 09/01/1917: Decreto Estadual nº 17 – o ensino deveria despertar o patriotismo; 09/04/1920: Lei nº 2.005, escolas particulares estrangeiras são obrigadas a ensinar em vernáculo; 08/04/1922: Decreto estadual Lei nº 2.157 – exigência do ensino em vernáculo.

<sup>123</sup> De acordo com Fiori (2005), em 1938, 505 escolas primárias haviam sido fechadas em Santa Catarina.

um número menor de escolas fechadas em razão da forma articulada como as oposições político-partidárias se enfrentavam no estado.

As diversas facções políticas sul-rio-grandenses, conforme Fiori, permitiram um jogo de forças que continha melhores condições para “frear” o ritmo das ações nacionalizadoras. Desse modo, as oposições políticas e econômicas catarinenses, resultantes de apenas dois polos bem marcados, os Ramos e os Konder, enfraquecia as lutas em torno das atitudes tomadas. Assim a historiadora considera a maneira como a Campanha nacionalista se efetivou em Santa Catarina como um modelo “[...] todo poderoso, sem precisar fazer composição de forças ou conviver com oposição” (FIORI, 2005, p. 119).

No Rio Grande do Sul, o fato de a articulação de forças de oposição na política estadual conseguir adiar medidas nacionalizantes, no entanto, ocasionou que a Campanha se apresentara de maneira bastante inesperada pela população de descendência alemã, de modo que atingiu de surpresa alguns moradores de Estrela e região no período, como discutimos no terceiro ponto de estudo desta tese (capítulo 4). Cabe salientar, apesar disso que “[...] não se pode atribuir pura e simplesmente o fim da escola teuto-brasileira à Campanha de Nacionalização do Ensino”, como afirma Kreutz (2005, p. 85), ao explicar que no estado a Campanha de Nacionalização apenas precipitou o processo nacionalista, que vinha ocorrendo aos poucos e sem a tomada de atitudes mais radicais pelos membros da ala governista, como nos outros estados.

O reforço das medidas nacionalistas pela Campanha apenas em 1937 e, em consequência, o modo abrupto como foram efetivadas, pode ser explicado, de certo modo, em função das relações existentes entre Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1937, e a população de imigrantes e descendentes. Segundo Gertz (2006), o governante manteve boas relações com as populações de origem alemã e italiana no estado, o que não ocorria em Santa Catarina que, desde 1930, sofreu com as medidas drásticas da nacionalização. Eventos como o decreto do dia vinte e cinco de julho<sup>124</sup> formalizando o “Dia do Colono”, em 1934, e o apoio de Flores da Cunha a políticos de descendência alemã a cargos políticos<sup>125</sup> e a campanhas eleitorais<sup>126</sup> demonstram, conforme o historiador, além da simpatia do governo estadual gaúcho aos imigrantes, o porquê do estranhamento destes com

---

<sup>124</sup> Em 25 de julho de 1934 ocorreram os festejos dos 110 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

<sup>125</sup> Em 1936, Lindolfo Collor, descendente de imigrantes alemães se tornou Secretário da Fazenda do Estado.

<sup>126</sup> Em 1936, Flores da Cunha apoiou a eleição do descendente de imigrantes alemães A. J. Renner, o mais representativo empresário industrial gaúcho do período, para a mesa diretora da Assembleia Legislativa, segundo Gertz (2006, p. 77).

as atitudes tomadas inesperadamente pelos delegados municipais no início do Estado Novo. Desse modo, conforme Gertz (2006, p. 77):

Isso fez com que a ‘nacionalização’ irrompesse, no Rio Grande do Sul, de forma abrupta após a implantação do Estado Novo, em especial com o início da interventoria do coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, cujas preocupações com aspectos ‘etnográfico-internacionalistas’ causaram estranheza até a políticos com ligações estreitas com Vargas<sup>127</sup>.

Intensificada pelo Decreto-lei 383<sup>128</sup>, de 18 de abril de 1938, que vedava aos estrangeiros a atividade política no Brasil<sup>129</sup>, e acirrada em 1942, quando, saindo da posição de neutralidade, e alinhando-se aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, o país decretava guerra ao Eixo, a repressão aos imigrantes no país repercutiu especialmente sobre os representantes deste no país: japoneses, italianos e alemães e seus descendentes. Sendo os últimos, o grupo étnico mais atingido em função de sua caracterizada aversão ao caldeamento, devido aos casamentos intraétnicos, à manutenção do idioma alemão e ao associativismo germânico, estimulados, em grande medida, pelo *Deutschtum*, passaram sofrer perseguições, delações e inclusive torturas orientadas por autoridades como o secretário da educação, J. P. Coelho de Souza, e o chefe da polícia estadual, e Aurélio da Silva Py, que agiam conjuntamente aos delegados e subdelegados municipais.

Consistindo-se, segundo Silva (2005, p. 311), em um “[...] movimento intelectual surgido entre meados do século XIX e a década de 1940 entre indivíduos do grupo étnico alemão no Brasil [...]”, e expressando “[...] uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã”, de acordo com Gertz (1991, p. 32), o conceito de *Deutschtum*, aliado à expressão *Volkstum*, pode ser traduzido para o português como “germanidade”, significando uma noção de etnicidade e de essência do povo alemão. Segundo os autores, a conformação de uma identificação étnica dual<sup>130</sup>, a de teuto-brasileiros, que

<sup>127</sup> Em publicação de 1991, Gertz aborda a questão de como, embora tenha se intensificado em 1937, a ideia de um “perigo alemão” foi sendo construída num período anterior ao Estado Novo.

<sup>128</sup> Disponível no Portal da Legislação Informatizada da Câmara dos Deputados em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

<sup>129</sup> Entre as diversas proibições aos estrangeiros que estivessem em território nacional, o decreto-lei 383 também os vedava de “Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter [sic] político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias [sic], programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem [...]”; [...] manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, alocações, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.” (BRASIL, 1938).

<sup>130</sup> De acordo com a concepção da identidade hifenizada defendida pelos intelectuais do grupo étnico, o nacionalismo alemão, baseado no *jus sanguinis*, combinar-se-ia com o brasileiro, garantindo a lealdade

correlacionasse elementos identitários alemães e brasileiros foi sendo gestada ao longo da primeira república por lideranças ligadas ao grupo étnico que buscavam preservar seus laços com a Alemanha sem deixar de participar da cidadania brasileira, a qual envolvia os direitos e deveres adquiridos por diversas etnias imigradas ao Brasil pela naturalização ampla concedida pela Constituição de 1891.

Constituídas pelo grupo étnico conforme este demarcava seus limites à integração nacional, as lideranças atuaram em diferentes âmbitos, como o religioso, o político e o social, como destaca Silva (2006, p. 111) que afirma que “[...] concomitantemente ou em diferentes épocas, com preocupações que ora se encontravam e ora divergiam [...], todos tiveram o foco de atenção sobre a situação da população de origem imigrante alemã” no país. Em relação a essas diferenças entre as lideranças teuto-brasileiras, por exemplo, um estudo de Dreher (2001, p. 8) destaca três pontos de divergência que estiveram relacionados à filiação filosófico religiosa da população. Desse modo, enquanto que luteranos encontravam liderança nos pastores Wilhelm Rotermond<sup>131</sup> e Hermann Dohms<sup>132</sup>, e liberais no jornalista e deputado Karl von Koseritz<sup>133</sup>, católicos se alinhavam principalmente a sacerdotes jesuítas como Theodor Amstad e Max Von Lassberg. Além destas divisões, Silva (2006) ainda acrescenta no campo político as figuras de Arno Philipp<sup>134</sup> e Alberto Bins<sup>135</sup>, entre 1905 e 1928 e entre 1928 e 1937, respectivamente; no meio empresarial, o industriário e líder associativo J. Aloys

---

política constitucional. Feria-se, entretanto o princípio jurídico brasileiro do *jus solis*, que previa o nascimento no território nacional ou a naturalização. Nesse sentido, Silva (2005, p. 315) explica que “Mais do que contrariar o princípio oficial, esta formulação proposta pelos germanistas ia de encontro aos fundamentos ideológicos da brasilidade, pautados pela assimilação e eliminação das diferenças étnicas”.

<sup>131</sup> Wilhelm Rotermond foi o pastor que liderou a fundação do Sínodo Rio-grandense em 1886. Presidiu a instituição entre 1886 a 1893 e, posteriormente, entre 1909 e 1919. Como organizador da igreja, o pastor construía sua liderança junto aos imigrantes luteranos e considerava indissociável a ligação entre igreja e germanidade, característica marcante em sua atuação como editor do almanaque *Kalender für die Deutschen in Brasilien* e do *Deutsche Post*. Rotermond teria participado também, segundo Gertz (2002, p. 38), como “mentor intelectual” do Partido Colonial, agremiação criada em 1890 que defendia os interesses das zonas coloniais alemãs mas que, no entanto, não se afirmou como representante do grupo por não levar em conta a heterogeneidade do mesmo.

<sup>132</sup> Embora tenha tido formação alemã, Dohms nasceu no Brasil e iniciou seu pastorado em Cachoeira do Sul (RS). Tornou-se presidente do Sínodo Rio-grandense em 1935. O pastor tem especial participação nos documentos analisados neste capítulo.

<sup>133</sup> Koseritz foi um intelectual, jornalista e deputado da Assembleia Provincial do Rio Grande do Sul entre 1885 a 1889, constantemente buscando representar as necessidades da população teuto-brasileira em cada um desses campos.

<sup>134</sup> Arno Philipp, que atuou no parlamento sul-rio-grandense, também foi redator do *Deutsche Zeitung*, jornal em que defendia a aproximação entre “germanidade” e “brasilidade”.

<sup>135</sup> Destacado industrial de Porto Alegre, Alberto Bins assumiu a intendência municipal da capital entre 1928 e 1937.

Friederichs; e no âmbito operário, Friedrich Kniestedt<sup>136</sup>. Estas nuances existentes dentro do grupo impedem, de acordo com a historiadora, “[...] a compreensão da identidade étnica teuto-brasileira como uma proposição uniforme para todo o grupo étnico” (SILVA, 2006, p. 116).

Para além da interpretação acerca da identificação dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil por intelectuais do grupo, academicamente ela foi compreendida como resultado de um processo de sincretismo cultural (MEYER, 2000), de assimilação (WILLEMS, 1980), ou então como decorrente de uma construção ideológica étnica (SEYFERTH, 1981). Considerando, como afirma Weber, que “O nome do grupo e a carga de valores a ele associada serão sempre resultado de uma disputa” (2006, p. 248), e que, neste sentido, as formas de identificação se reelaboram constantemente, de acordo com os contextos históricos em que os diversos grupos étnicos estão inseridos, a identificação é dinâmica, segundo Poutignat e Streiff-Fenart (1998), e cabe aos historiadores desessencializá-las. Em Estrela e municípios vizinhos não podemos identificar, em meio à pesquisa realizada, nenhuma liderança teuto-brasileira durante o Estado Novo, embora possa ter existido contato entre os moradores locais e as mesmas, como ocorria nas correspondências entre pastores locais e o presidente do Sínodo Rio-Grandense, o pastor Dohms, como analisamos em seguida.

Considerando que durante o Estado Novo apenas os municípios de Estrela, Lajeado, e Arroio do Meio estavam emancipados no Alto Taquari – região que integrou o processo colonizatório imperial através do estabelecimento de colônias particulares a partir dos anos 1850, de acordo com Ahlert e Gedoz (2001, p. 51) – e que cada um desses não estava isolado pelo contexto nacionalista, o entrecruzamento de fontes investigadas nesses três municípios possibilitaram uma análise acerca de como foi operacionalizado, através de um conjunto de medidas restritivas aos imigrantes alemães e seus descendentes, o regime autoritário de Vargas entre 1937 e 1945. Desse modo, quando nos referimos à região do Alto Taquari nesta tese, abordamos, mesmo que indiretamente, os atuais municípios de Canudos do Vale, Capitão, Colinas, Cruzeiro do Sul, Forquetinha, Imigrante, Marques de Souza, Nova Bréscia, Pouso Novo, Progresso, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Sério, Teutônia, Travesseiro e Westfália, que faziam parte da extensão territorial destes três municípios (ver Figura 1).

---

<sup>136</sup> Kniestedt dirigiu uma associação de cunho anarquista, a Sozialistischer deutscher Arbeitverein, reconhecida como a principal representante dos operários teutos, segundo Gertz (1986, p. 77). Nas décadas de 1920 e 1930, respectivamente, Kniestedt atuou na redação dos jornais *Der freie Arbeiter* e *Akiton*. Atraiu forte oposição dentro do grupo étnico em razão de ter criado grupos de “freie Arbeiter” – trabalhadores livres.

### 3.2 OPOSIÇÃO E SITUAÇÃO: IMPRENSA LOCAL DURANTE O REGIME ESTADONOVISTA

Formado por clubes, escolas comunitárias e instituições religiosas, um complexo associativo marcadamente étnico constituía-se como prerrogativa para que as autoridades legais colocassem o decreto-lei 383 em prática, ao relacionarem estas instituições a núcleos de partidos políticos estrangeiros no país – o que fazia algum sentido pois, segundo Gertz (1996, documento eletrônico),

Desde o século XIX existiam instituições, como associações esportivas, culturais e econômicas, que veiculavam a ideia de uma identidade teuto- brasileira. Essas instituições, que se viam pouco prestigiadas pela Alemanha da República de Weimar, começaram a sentir novo alento com o nazismo no poder e isso rendia simpatias ao regime.

Inserida nesta preocupação, a imprensa estrangeira no Brasil também foi foco do decreto. Ampliando a fiscalização ao longo do Estado Novo, além disso, a imprensa nacional que demonstrasse algum caráter étnico igualmente passou a sofrer medidas proibitivas impostas pela Campanha de Nacionalização.

Ao caracterizar o período estadonovista como “O primeiro movimento da centralidade” da imprensa brasileira, Barbosa explica que, apesar de os meios de comunicação terem ganhado relevo por configurarem-se como difusores “[...] da ideologia estadonovista, fundamental para a formatação do pensamento conservador brasileiro [...]”, esse momento é marcado por contradições no campo midiático. Afirmando que:

Lembrado sempre, nos depoimentos dos homens de imprensa, como o momento em que os jornais tiveram sua liberdade inteiramente cerceada pela ação da censura e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)<sup>137</sup>, criado em 1939, não se pode considerar de forma unânime que toda a grande imprensa sofreu negativamente com a ação política do período ditatorial de Getúlio Vargas (BARBOSA, 2006b, p. 219).

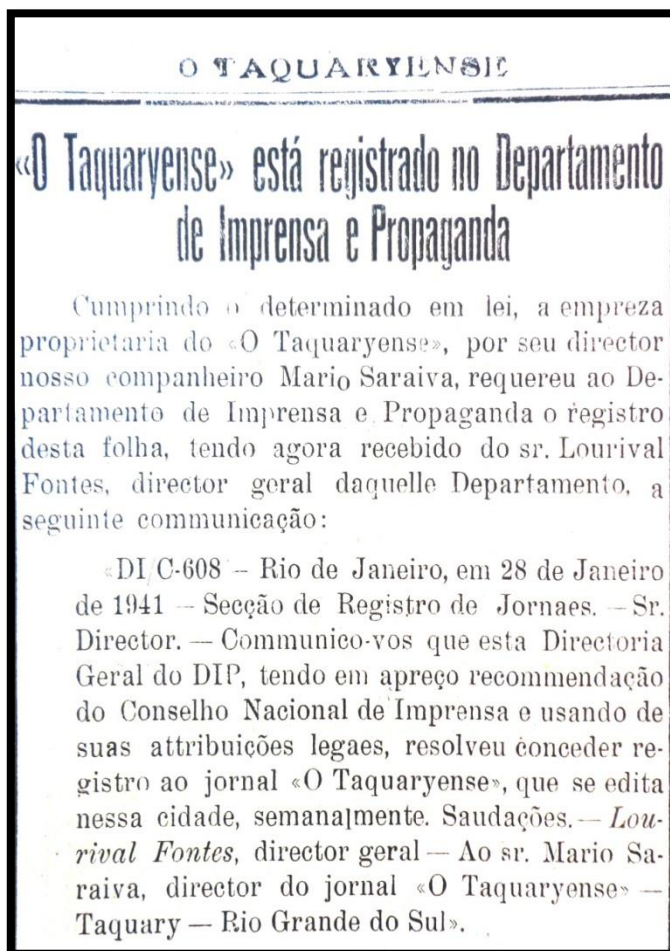
A historiadora relativiza e observa as nuances existentes na forma como eram estabelecidas as relações entre governo e imprensa nacional. No caso do Vale do Taquari, durante o Estado Novo, enquanto que o jornal bilíngue (alemão e português) publicado na zona marcada pela imigração alemã, *O Paladino*, passou por intervenções; o jornal editado

---

<sup>137</sup> O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) originou-se em 1931, quando o Departamento Oficial de Publicidade (DOP) foi criado, pelo governo federal. No ano de 1934, o DOP se transformou em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), e este, em 1937 passou a chamar-se Departamento Nacional de Propaganda (DNP). Este, por sua vez, transformou-se, no ano de 1939, no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), quando o órgão era dirigido por Lourival Fontes.

pelo município sede da região do Vale – de colonização açoriana – *O Taquaryense*, além de não contabilizar ações de interdição, recebeu o registro no DIP em 1941:

Figura 8 - “O Taquaryense” está registrado no Departamento de Imprensa e Propaganda



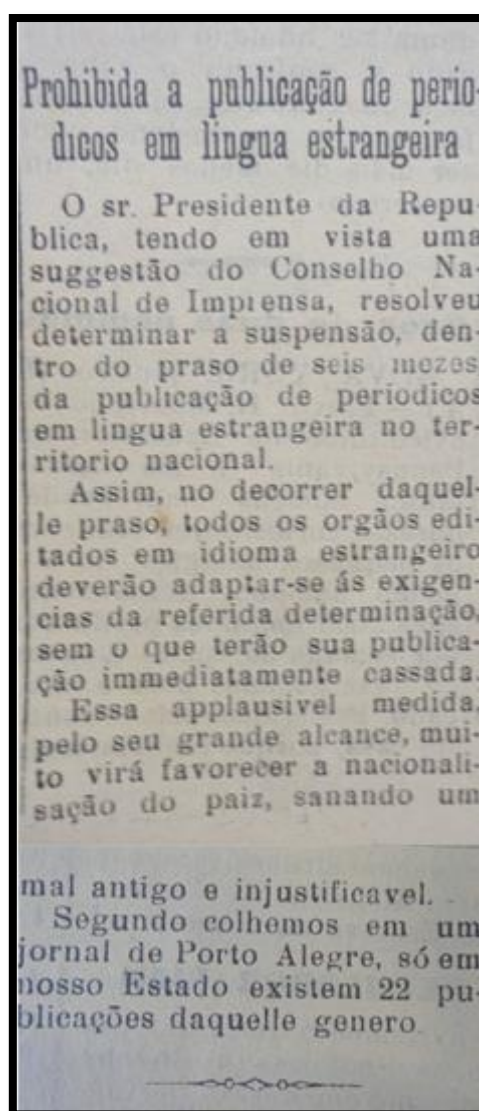
Fonte: O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2760, p. 2, 15 fev. 1941.

A partir de 1940, segundo Capelato (1998, p. 69), 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP. À imprensa, foi imposta a publicação de fotos de Getúlio Vargas, a ênfase às notícias acerca dos atos promovidos pelo governo, e a reprodução dos discursos oficiais, de modo que 60% das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional<sup>138</sup>. Embora muitos jornalistas não tenham se deixado levar pelas pressões do poder, segundo a autora, foram raros os jornais que não se corromperam por verbas e favores oferecidos pelo governo. Em momentos distintos, conforme o pragmatismo político de Vargas

<sup>138</sup> Criada nos anos 1930, a Agência Nacional foi elaborada pelo governo Vargas a fim de divulgar as ações por ele promovidas. O DIP era o órgão que distribuía as notícias gratuitamente ou como matéria subvencionada.

se desenrolava, o cerco aos periódicos aumentava. Concomitante ao incipiente alinhamento brasileiro aos Estados Unidos, em 1941, por exemplo, a imprensa de cunho étnico passava pelo seu momento derradeiro quando, por sugestão do Conselho Nacional de Imprensa, Vargas determinava o prazo de seis meses para suspensão de jornais em língua estrangeira no Brasil (Figura 9):

Figura 9 - Proibida a publicação de periodicos em lingua estrangeira



Fonte: O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2760, p. 2, 15 fev. 1941.

Foi em dezembro de 1941, portanto, após diversas outras formas de interdição, que *O Paladino* foi suspenso à força. Segundo o atual guardião<sup>139</sup> do jornal, Roque Schwertner, que narra hoje as histórias contadas pelo seu pai (que atuou como sócio do jornal) a sede foi invadida e teve seus tipos metálicos despejados e misturados ao chão pelos agentes da delegacia municipal. O sócio do jornal apenas não foi preso, segundo o filho, porque conhecia bem o juiz municipal. As redes de sociabilidade, desse modo, não deixaram de atuar mesmo durante o regime autoritário estabelecido no país, e aí demonstravam sua força. Junto com Schwertner, nesse período, *O Paladino* tinha como diretor-redator Rudolfo Maria Rath<sup>140</sup>, figura presente também nas obras comemorativas de Estrela, como o fundador do semanário, Antonio Cardoso. Outro jornal bilíngue que havia no Alto Taquari e foi suspenso era o semanário arroio-meense *Der Brummbär* (O Murmurador). Conforme Thomé (1984, p. 175), o jornal teve seu primeiro número “[...] em janeiro de 1930 e o último em agosto de 1939, quando fechou em consequência da 2ª Guerra Mundial”. Não encontramos, no entanto, edições preservadas pra pesquisa sobre o *Der Brummbär*.

Em análise realizada sobre a reorientação de *O Paladino* durante o Estado Novo em minha dissertação (WERLE, 2014), pesquisei as edições disponíveis sobre o período para consulta, ou seja, os jornais de janeiro de 1937 a dezembro de 1939. Na investigação, pude verificar a maneira como as proibições e medidas nacionalistas iam alterando o conteúdo do jornal aos poucos. Enquanto que num momento anterior ao regime, iniciado em novembro de 1937, encontramos poucas referências exaltativas ao governo e à figura do presidente, após o golpe dado por Vargas<sup>141</sup>, nos meses finais do ano, as matérias nesse sentido avolumam-se em *O Paladino*. A colaboração de agências de notícias ligadas ao governo federal produzia uma grande quantidade de artigos com esse tipo de conteúdo que eram publicados nos jornais locais, como é o caso do texto da Agência Nacional intitulado “Aspectos da personalidade do presidente Getúlio Vargas”<sup>142</sup>. No artigo, a carreira política de Vargas é mote de um traçado

<sup>139</sup> No acervo pessoal do jornal preservado aos cuidados de Roque Schwertner, faltam as edições dos anos de 1940 e 1941 de *O Paladino*, das quais Roque não têm notícias desde quando começou a organizar os jornais deixados pelo pai.

<sup>140</sup> Rath, que participara da diretoria do Estrela Futebol Clube em 1931 (SUPLEMENTO de 1976, p. 49), foi presidente do Aero Clube do município nos anos 1950 (REVISTA de 1951, p. 87), e integrou a Associação Comercial de Estrela, nos anos 1960, como secretário geral (ÁLBUM de 1966, p. 27). Na FEMAI de 1968, atuou nos festejos como assessor da comissão propaganda e divulgação (ÁLBUM de 1968, p. 36). O Grupo de Escoteiros RUMARA, de Estrela, teve seu nome escolhido em homenagem a Rath.

<sup>141</sup> Nas imediações da sucessão presidencial que se daria em 1938, em setembro de 1937 o governo Vargas forjou um documento chamado *Plano Cohen*, divulgado como um suposto plano de tomada de poder pelos comunistas. Tal situação foi utilizada pelo governo como pretexto para a instauração da ditadura varguista.

<sup>142</sup> “Aspectos da personalidade do presidente Getúlio Vargas” (O PALADINO, 1937, p. 1).

histórico, e o governante é qualificado como alguém desprovido de inimigos, considerado a figura mais notória do período republicano brasileiro.

Além da Agência Nacional, *O Paladino* contava com os serviços especiais de informação e colaboração do Serviço de Imprensa do Departamento de Propaganda, da União Brasileira de Imprensa (UBI)<sup>143</sup>, do Rio de Janeiro e da União Jornalística Brasileira (UJB)<sup>144</sup>, de São Paulo<sup>145</sup>. Havia, ainda, um órgão colaborador estrangeiro, o Serviço Especial de Informação ao Estrangeiro (Auslands Nachrichten Dienst), que está registrado nas capas do jornal até abril de 1938. O fato de o semanário ter contado com a colaboração de um serviço de informação alemão pode ter relação com um interesse do público leitor ou da linha editorial do jornal pelas notícias sobre a situação da Alemanha, principalmente durante a guerra, pois muitos moradores do município de Estrela tinham parentes habitando o país<sup>146</sup>. As informações e artigos divulgados pelo Serviço Especial de Informação ao Estrangeiro em *O Paladino* comumente referiam-se às condições de trabalho na Alemanha, a estatísticas e dados sociais e econômicos sobre os mais variados temas no país, como consumo, poder aquisitivo, a indústria de rearmamentos alemã e relações internacionais.

Simultaneamente aos textos de enaltecimento à figura de Vargas e ao regime, artigos tematizando o anticomunismo faziam parte das ideias propagadas pelo DIP. De acordo com Pandolfi (1999, p. 10) as propostas colocadas em pauta por Vargas desde 1930 e que se firmaram com o Estado Novo desencadearam intensas disputas de poder nesse entremeio. Aos poucos, enquanto segmentos das elites civis e militares passaram a ser aliçados do poder, o “perigo comunista” fornecia justificativa para o aumento de controle da sociedade e o aprimoramento dos mecanismos de repressão do governo. Servindo como um pressuposto para a execução de uma política autoritária pelo presidente, segundo Dutra (1997, p. 40), o anticomunismo era considerado um elemento desagregador da sociedade: “O inimigo é, pois, o comunista a serviço de uma ideologia ‘de fora’, o credo russo, é o invasor que rouba com violência (rapina) e tudo destrói (vândalo). Por isso mesmo é expressão do mal e do ódio”.

<sup>143</sup> A UBI é um órgão que existe ainda atualmente. Não encontramos, no entanto, maiores informações sobre o mesmo.

<sup>144</sup> A UJB foi criada no final da década de 1930 com a ajuda de Monteiro Lobato.

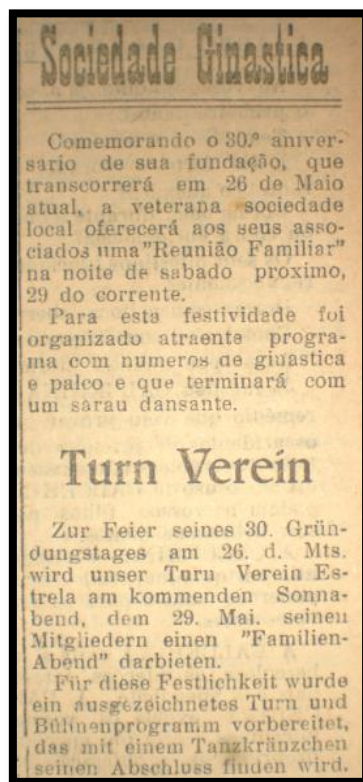
<sup>145</sup> Para além das agências que forneciam notícias ao jornal, muitas das matérias e artigos publicados eram produzidos localmente. Grande parte dos textos publicados não possuíam autoria ou informação de qual agência era proveniente, o que pode ter sido, em alguns momentos, subterfúgio da direção do jornal ou mesmo das próprias agências para isentarem-se da autoria ou então para reproduzir a matéria como uma verdade inquestionável, sem necessidade de referência.

<sup>146</sup> No terceiro ponto de estudo desta tese (capítulo 4), ao debruçar-nos sobre as memórias dos antigos moradores de Estrela acerca do contexto dos anos 1930 e 1940, podemos observar as narrativas por eles tecidas em relação a ligação que buscavam manter com parentes que viviam na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, seja por jornais, cartas ou rádio.

Em *O Paladino*, os artigos anticomunistas eram publicados em matérias assinadas principalmente pela Agência Nacional e pelo Serviço de Imprensa do Departamento de Propaganda.

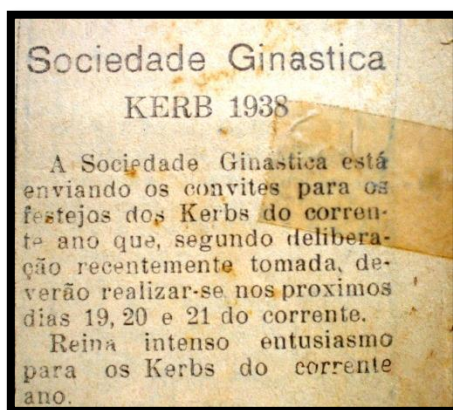
Uma notável alteração sofrida pelo jornal em função do regime, entretanto, ocorreu a partir da edição do dia sete de maio de 1938, quando o Serviço Especial de Informação ao Estrangeiro do semanário, acima mencionado, deixa de aparecer entre o rol de colaboradores do mesmo. Sendo a segunda edição de *O Paladino* publicada após a instituição do decreto-lei 383, de 18 de abril, o fato coaduna-se com a afirmação de Gertz (1991, p. 65), segundo o qual tal determinação legal teria iniciado a repressão aos imigrantes alemães e seus descendentes. Foi a partir desse momento, também, que cessaram as publicações no idioma alemão no jornal. Estas, que se tratavam de notícias e anúncios de médicos locais, de festas, encontros e reuniões da “Turn Verein Estrella” (Figura 10), de festas de Kerb`s, de informações sobre itinerários de linhas de ônibus entre Estrela e outras cidades, e ainda de anúncios fúnebres, não são mais publicadas, deixando o leitor que compreendia apenas o idioma alemão sem alternativa. A partir de maio de 1938, portanto, apenas o vernáculo era aceito como idioma nas publicações (Figura 11).

Figura 10 - Sociedade Ginástica – 1937



Fonte: O PALADINO, 22 maio 1937.

Figura 11 - Sociedade Ginástica – Kerb 1938



Fonte: O PALADINO, 4 jun. 1938.

Na medida em que havia o cerceamento e a reorientação sobre conteúdo de *O Paladino*, o jornal ia tornando-se cada vez mais uma extensão dos ideais governistas no município de Estrela. Nessa perspectiva, a imprensa produzida nas mais diversas localidades passava pelas mesmas situações de interdição, caso não se adequasse às imposições do governo, que buscavam fabricar, através das matérias distribuídas, entre outras questões, uma narrativa do medo ao estrangeiro. Conforme afirma Fáveri (2005, p. 47), que se deteve sobre o tema no estado de Santa Catarina:

A imprensa teve participação inquestionável em provocar o clima de suspeição, espalhar rumores e provocar o medo. Os jornais que circulavam em Santa Catarina na época da guerra estavam conectados a outros, nacionais e internacionais, reproduzindo, por vezes modificando, notícias ‘escolhidas’, dependendo de que imagem queriam formar.

A aversão aos estrangeiros foi tema de diversos artigos publicados em *O Paladino*. Desde o primeiro ano do Estado Novo, por exemplo, artigos nesse tom marcavam presença a fim de legitimar as ações governistas:

O Estado Novo que deseja construir a nação, pela base, - encara a assimilação do estrangeiro que abita o país, como o problema fundamental do seu povoamento [...] o Estado Novo não tem preconceito de raças, não cultiva preferências étnicas [...] Mas, também, o Estado Novo coloca acima de tudo, a felicidade do cidadão brasileiro. Antes de pensar nos homens de outras bandeiras, e de outros climas e de outras terras, - o Estado Novo pensa no homem do Brasil<sup>147</sup>.

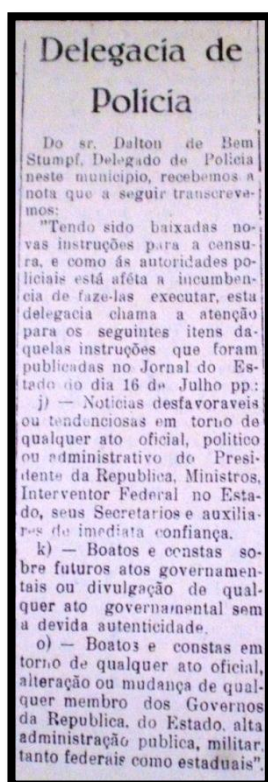
<sup>147</sup> “10 de Novembro e o estrangeiro no Brasil” (O PALADINO, ano 17, n. 814, p.1, 30 abr. 1938).

E o texto, enviado pelo Serviço de Divulgação da Polícia do Rio, ainda enfatiza que: “Se os filhos de outros países, contrariarem esse propósito, prejudicarem essa suprema finalidade – serão inimigos do Estado Novo”. A fim de justificar as ações do governo sobre os imigrantes e seus descendentes no Brasil, um comunicado distribuído pela Agência Nacional para a imprensa em dezembro de 1938, compara as medidas tomadas no país com as de governantes de outros países, como a Suíça:

O regime que a Constituição de novembro institui, inspirou-se no mais sadio nacionalismo. Desse modo só os mais observadores poderiam extranhar a conduta do governo em relação aos partidos estrangeiros [...] O Conselho Federal da Suíça, informa despacho telegrafico, banio o uso dos emblemas dos partidos nacionais e estrangeiros [...] para evitar os movimentos nazistas ou semelhantes<sup>148</sup>.

Para além das narrativas tecidas nos artigos enviados pelo DIP, o jornal também traz indícios sobre as ações concretas tomadas pelo delegado de polícia municipal, Dalton de Bem Stumpf (Figuras 12 e 13):

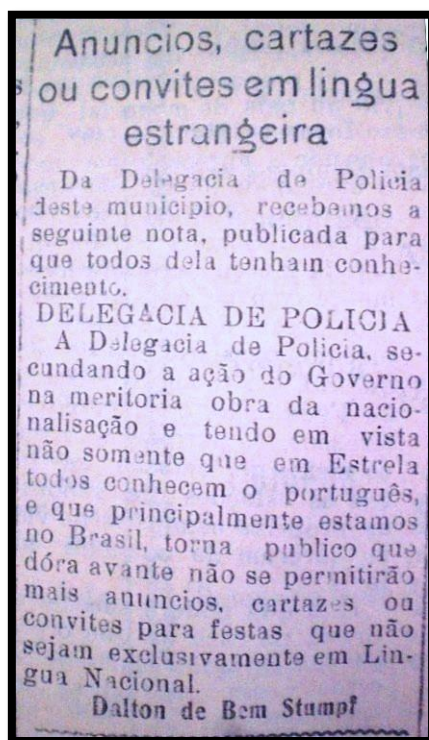
Figura 12 - Delegacia de Policia



Fonte: O PALADINO, p. 2, 10 dez. 1938.

<sup>148</sup> “Legítima Defeza” (O PALADINO, ano 18, n. 846, p.1, 10 dez. 1938).

Figura 13 - Anúncios, cartazes ou convites em língua estrangeira



Fonte: O PALADINO, p. 2, 30 jul. 1938

Ao atingir aspectos mais íntimos do cotidiano dos imigrantes alemães e seus descendentes, no caso do Alto Taquari, suspeitando de qualquer instituição que apresentasse algum cunho étnico, fiscalizando a imprensa, escolas e qualquer agrupamento de pessoas que pudesse representar alguma conspiração, censurando inclusive as conversas em idioma de pessoas que falavam apenas em alemão, por desconfiarem de confabulações, a Campanha de Nacionalização se efetivou reprimindo as liberdades individuais daqueles que não se adequassem ou simplesmente não representassem o perfil do “genuíno” brasileiro pregado pelo regime. Tal cerceamento e controle sobre a sociedade não significou, todavia, que não tenha havido resistências aos mesmos pela população local. Embora seja bastante raro encontrar esse tipo de narrativa em documentos oficiais, podemos verificá-las tanto nos subcapítulos seguintes, como neste, em que um artigo anônimo publicado em *O Paladino*, em agosto de 1939, chama atenção. Naquele ano, Estrela recebeu a visita do interventor federal, o Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias. Na programação de sua estadia, estiveram inclusas sua passagem pelo hospital e escolas locais, a inauguração de uma usina suplementar no município, além de um baile em sua homenagem. Após sua saída, no entanto, *O Paladino*

publicou o artigo intitulado “Écos da visita de S. Excia, o Cel. Interventor Federal”<sup>149</sup>. Redigido como se fosse um texto escrito para o interventor, sua narrativa é configurada num tom elogioso até que, em determinado momento sofre uma mudança, quando o autor critica a Campanha de Nacionalização:

Vossa Exelencia bem o sabe que sem o concurso da colonia, não seria admissível construir-se algo de melhor no terreno administrativo. Tal como nós estamos convictos de encontrar na pessoa de Vossa Ex., um chefe probo e justiceiro, que certamente não se deixará influenciar pela arraigada campanha tão infeliz quão injusta contra nós desenvolvida (O PALADINO, ano 19, n. 879, p.3, 5 ago. 1939).

Imiscuída em meio aos elogios tecidos ao interventor, a crítica também podia ser lida, nessa perspectiva, como resistência. Em meio ao clima de medo desencadeado pelas ações desenvolvidas por agentes governamentais durante o regime, tornar público um comentário que o contrariava, mesmo anonimamente, pode significar uma atitude audaciosa do autor do texto.

A título de comparação entre dois jornais existentes no Vale do Taquari durante o Estado Novo, *O Taquaryense* se configurou dentre os periódicos alinhados ao governo. Como afirma Barbosa (2006b, p. 220), “Ainda que tenha havido encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, houve mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências”. Diferente de *O Paladino* que, como analisamos, situava-se numa região do Vale marcada pela imigração alemã (o que diz muito sobre parte do seu público), continha publicações no idioma alemão, e contava com a participação de um serviço de informação direto da Alemanha – elementos que o tornaram suspeito na conjuntura abordada – *O Taquaryense* localizava-se na área marcadamente açoriana do Vale, era redigido apenas em vernáculo, contava com serviços de colaboração governistas<sup>150</sup> e ainda era dirigido por membros visivelmente pró Estado Novo.

Como representante da família Saraiva na redação do jornal durante a Era Vargas estava Hélio Saraiva, neto de Albertino Saraiva, fundador do semanário. O alinhamento desse e sua família ao regime pode ser observado a partir de algumas situações percebidas durante a investigação sobre as edições do jornal referentes ao período entre 1937 e 1945. Durante o fatídico mês de abril do ano de 1938, em que o decreto-lei 383 fora instituído, o município de

<sup>149</sup> “Écos da visita de S. Excia, o Cel. Interventor Federal” (O PALADINO, ano 19, n. 879, p.3, 5 ago. 1939).

<sup>150</sup> Embora os colaboradores de *O Taquaryense* não apareçam separadamente, de maneira mais evidente no jornal, ao investigarmos suas edições do período estadonovista identificamos que dentre os principais estavam: o Serviço de Imprensa do Departamento de Propaganda, a União Jornalística Brasileira e a Agência Nacional.

Taquari conheceu o novo prefeito nomeado pelo interventor federal: Nestor Azambuja Guimarães. Durante o Estado Novo, o governo Vargas cercou-se de um conjunto de governantes que estivessem alinhados ao regime, em todos os âmbitos de poder, daí as comuns alterações e nomeações de edis aos municípios nesse período.

As boas relações entre Saraiva e Guimarães são evidenciadas nos textos assinados pelo redator sobre a nomeação do novo prefeito: “Um moço prenhe de virtudes, filho desta tradicional terra [...] contribuindo, dest’arte, com um apreciavel contingente de varões ilustres para o engrandecimento desta grande Patria, que ora passa pela mais radical e promissora das transformações”<sup>151</sup>. Numa narrativa que soma elogios ao regime e a Guimarães, Saraiva demonstra sua preferência a este em detrimento do edil anterior ao desqualificá-lo. Ao primeiro, desse modo, é destacada a modéstia: “[...] porém uma modestia pura, espontanea e natural, como a agua crystalina que brota dos grandes mananciaes. Despida totalmente daquella theatralidade que tão bem caracteriza a falsa modestia, aliáz, bastante nossa conhecida”. Em tom laudatório, Saraiva finaliza: “A sua presença, à frente do Governo Municipal, constitue a maior dadiva que o Interventor Federal poderia fazer a esta gleba, equivalendo como quem offerece a um povo o ensejo de uma nova phase de resurgimento”.

Dois meses após a nomeação de Guimarães, o alinhamento de *O Taquaryense* ao regime não deixa dúvidas, pois Saraiva é escolhido pelo prefeito para desempenhar o papel de correspondente da Polícia Civil de Taquari. Entre suas funções, estava a de “[...] promover propaganda do Estado Novo, neste municipio, distribuindo livros e cartazes allusivos ao Novo Regime”<sup>152</sup> – atividade bastante conveniente para o redator do principal jornal local. Assim, tendo à frente um redator que também exercia cargos políticos em Taquari – pois em 1940, Hélio Saraiva passou da função de correspondente da Polícia Civil para o de Secretário do município<sup>153</sup>, as práticas editoriais do semanário não apenas divulgavam, como também reforçavam os ideais estadonovista.

Além do fato de que o alinhamento de *O Taquaryense* e as inadequações ao regime presentes em *O Paladino* serem demonstrativas tanto das contradições que marcaram o campo midiático durante o Estado Novo, da qual afirmara Barbosa (2006b), quanto das diferentes reações ao governo no Vale do Taquari, não podemos essencializar as fontes jornalísticas. Não podemos afirmar que tanto um como o outro semanário tiveram tal destino apenas em virtude de estarem localizados em regiões etnicamente distintas dentro do Vale, pois isso seria

<sup>151</sup> “Taquary e o seu novo prefeito” (O TAQUARYENSE, ano LI, n. 2609, p. 2, 28 abr. 1938).

<sup>152</sup> “Polícia Civil do Distrito Federal” (O TAQUARYENSE, ano LI, n. 2614, p. 2, 4 jun. 1938).

<sup>153</sup> “O II aniversario da administração municipal” (O TAQUARYENSE, ano LIII, n. 2709, p. 2, 13 abr. 1940).

acreditar em um isolamento das áreas e em uma homogeneidade populacional das mesmas (o que as obras comemorativas costumam narrar, como observamos no capítulo anterior). Assim como os diferentes municípios continham outros grupos étnicos em seu contingente (e que experienciaram as ações da Campanha de Nacionalização independente de a região ser caracterizada como “zona alemã” ou “zona açoriana”), os semanários eram produtos de seus dirigentes, colaboradores, patrocinadores e das redes de sociabilidade que integravam.

### 3.3 CLUBES SOCIAIS E ESCOLAS

Na região do Alto Taquari, o associativismo étnico esteve representado por sociedades e clubes de caráter esportivo e social. Sendo espaço de bailes, jantares e eventos públicos ligados aos festejos municipais, e tendo passado por sua direção diversos descendentes de imigrantes alemães, a Sociedade Gymnastica Turn-Verein<sup>154</sup>, atual SOGES, foi uma das instituições que, ao serem consideradas lugar de “[...] preservação de identidades, de constituição de lealdades e de representação de grupos sociais” (SILVA, 2005, p. 307), passou a ser considerada suspeita pelos agentes governamentais durante o Estado Novo.

Imitando uma linha do tempo no memorial da Sociedade, os documentos nele preservados e expostos atualmente estão organizados de modo a dividir sua história em dois períodos temporais: o chamado “germânico”, que engloba uma duração que inicia com a fundação da SOGES, em 1907, e finaliza-se em 1942; e a fase posterior a este ano, que alcança momentos recentes. Como os memoriais e exposições são espaços de construção de memória, cabe salientarmos que a maneira como os elementos da trajetória da instituição estão distribuídos configura narrativas sobre seu passado e presente. No caso da SOGES, nesse sentido, o marco temporal de 1942 é fixado como definidor entre um “antes” e um “depois” pela forma como estão dispostos os documentos no memorial da instituição. Assim, o ano em que é convocada, pelo delegado de polícia local, uma reunião com a então diretoria do clube, recebe destaque no enredo que compõe o espaço.

De acordo com a breve ata da reunião do dia 14 de março de 1942<sup>155</sup>, a sessão fora convocada com o intuito de levar ao conhecimento da diretoria do clube uma determinação da Delegacia do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), “[...] mandando que se efetivasse intervenção nesse Club, conforme Ofício nº 389 de 10 do corrente”. Sem

<sup>154</sup> A Sociedade era filiada, segundo Klipp, Assman e Mazo (2012) à Liga de Ginástica do Rio Grande do Sul, que reunia associações de ginástica de várias regiões do Estado.

<sup>155</sup> Ata da reunião de intervenção ao Clube Ginástico Estrela. [Acervo da Sociedade Ginástica Estrela, 14 mar. 1942].

conter a justificativa apresentada para tal interdição à instituição, a redação da ata menciona apenas que “Pela referida autoridade [o delegado de polícia] foi declarado o objetivo [sic] principal da referida reunião e após uma rápida explanação dos motivos que determinaram aquela medida, declarou a empossada a seguinte Diretoria [...]”. Além de nova diretoria, também é nomeado um novo presidente para a Sociedade. Entre os presentes na reunião, conforme a ata, estão alguns já conhecidos pelo leitor: Lauro Reinaldo Müller, que presidiu a Comissão Central dos festejos de aniversário de Estrela nos anos de 1951 e 1966<sup>156</sup>, João Oliveira Belo, idealizador do Livreto de 1954, e o cirurgião dentista João Francisco Ruschel, cuja clínica é anunciada como publicidade no Álbum de 1926. Outros homens presentes na sessão que também aparecem nas edições comemorativas são: Namur Nery<sup>157</sup>, Alberto Dexheimer<sup>158</sup>, [Pércio] Armando Mallmann<sup>159</sup>, Arnaldo Goellner<sup>160</sup>, Ivo Ruschel<sup>161</sup>, e Arthur Francisco Preussler<sup>162</sup>. O cruzamento das informações sobre estes nomes nas diferentes fontes auxilia no mapeamento das redes de sociabilidades que se constituíam no município<sup>163</sup>. Em relação aos demais nomes presentes na ata – Sady Pontes (então nomeado presidente da SOGES), Calvino Reis, “J. J.”, Dr. Tulio Barboza Leal, Dr. Francisco F. Alvares, Edgar Gonçalves, Alfredo M. Arenhart, Francisco P. da Rosa, Guilherme Weidlich, Edgar P. R. Rihl, Milton Soares, Raul Lopes e João Pereira, além do delegado, Miguel Zacarias – não

<sup>156</sup> Como observamos no capítulo anterior, Müller atuou como médico municipal em Estrela e nos anos 1980 uma rua do município ganhou seu nome (CATÁLOGO de 1987, p. 8). Nos anos 1970, ele também atuou como preparador físico do time de futebol municipal, o “Estrela Futebol Clube” (SUPLEMENTO de 1976, p. 48).

<sup>157</sup> Além de ter sido 1º secretário SOGES em 1951, Nery também coordenou a Comissão préstito de gala e bailes da festa do Jubileu de Diamante de Estrela (REVISTA de 1951, p. 2 e p. 70).

<sup>158</sup> Alberto Dexheimer foi um dos fundadores da Associação Comercial de Estrela em 1938. A partir de 1973, a associação passou a se chamar Associação Comercial e Industrial de Estrela – ACIE (SUPLEMENTO de 1976, p. 32).

<sup>159</sup> Percio Armando Mallmann participou da Comissão Central dos festejos de 1951 (REVISTA de 1951, p. 2 e LIVRETO de 1954, p. 11 e 20).

<sup>160</sup> Arnaldo Goellner foi secretário do conselho diretor do Rotary entre 1950 e 1951 (Revista Jubileu Diamante, 1951, p. 49), participou da câmara de vereadores de Estrela em 1966; desde o final dos anos 1950, até os anos 1960, esteve à frente da Associação Rural de Estrela; e foi secretário do conselho municipal de fomento agropecuário nos anos 1960 (ÁLBUM de 1966, páginas 16, 26, 30 e 90). Em 1976, Goellner constava como Presidente da ARENA pelo diretório municipal de Estrela (SUPLEMENTO de 1976, p. 33).

<sup>161</sup> Ivo Ruschel foi tesoureiro do conselho diretor do Rotary Clube entre 1949 e 1950, e vice-presidente do conselho diretor do Rotary Clube entre 1951 e 1952 (REVISTA de 1951, p. 49). Em 1966, participou da comissão dos festejos do município na coordenação do almoço do 90º aniversário do mesmo (ÁLBUM de 1966, p. 5). Na festa de 1968, atuou nos festejos como assessor da comissão de exposição industrial e comercial de Estrela (ÁLBUM de 1968, p. 36).

<sup>162</sup> Arthur Francisco Preussler, que esteve na sessão de intervenção à SOGES em 1942, foi um dos fundadores da Sociedade, em 1907 (SUPLEMENTO de 1976, p. 36).

<sup>163</sup> Integradas, em sua maioria, por imigrantes e descendentes, os clubes eram também pontos de encontros das elites locais que neles estabeleciam suas redes e, dessa forma se distinguiam enquanto grupo. Sobre os clubes sociais como espaços de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras em São Leopoldo entre os anos de 1850 e 1930 (RAMOS, 2000).

encontramos informações nas obras comemorativas, porém atentamos para a maioria dos sobrenomes não germânicos.

Uma última observação sobre ata de intervenção a SOGES ainda fornece um detalhe acerca da situação de intervenção. Redigida em um papel timbrado da instituição, o mesmo possui em sua parte superior o nome do Clube, até então chamado “Turnverein Estrella”, que aparece com tachado. Acima da intervenção (que atingiu até o documento físico), visualizamos a nova nomenclatura imposta redigida: “Clube Ginástico Estrêla”. Outro documento deixado sobre a intervenção foi o fonograma expedido pela Delegacia de Polícia de Estrela e enviado para o Cel. Chefe de Polícia do estado. No documento, datado do mesmo dia, o delegado municipal comunica sua chefia no estado sobre o êxito atingido pela operação de intervenção:

Comunicamos Vossencia acabamos assumir por indicação Dr. Delegado Polícia este municipio, Direção Clube Ginastico Estrela desta cidade, verdadeiro *fóco antenacionalistas*, cuja medida foi tomada face instruções Delegacia Ordem Política Social [...]. Pode estar certo vossencia tudo faremos prosseguimento meritoria e patriotica obra *combate inimigos* querida Pátria. Tudo pelo Brasil<sup>164</sup> (grifo nosso).

Identificando a instituição como um “foco antinacionalista” e, conseqüentemente, inimiga da pátria brasileira, de acordo com o fonograma, a intervenção a ela realizada é um demonstrativo da minuciosa e eficiente ação fiscalizadora desenvolvida ao longo do período estadonovista. As diversas formas de resistir ou então de manifestar alguma atitude suspeita pelas autoridades locais, no entanto, emergiam no cotidiano pelo qual se desenrolavam as festas e atividades ordinárias do Clube. Em ata da instituição datada de 18 de junho de 1942, por exemplo, as músicas tocadas em um baile de kerb foram motivo de discussão na reunião que conjecturou a demissão do diretor responsável pelo salão em que o evento foi realizado. Conforme o documento, as músicas tocadas no baile:

[...] inevitavelmente, viriam fazer reviver o ambiente que motivou a intervenção no Club, pela Delegacia de Ordem Política e Social, fatos esses, que por si só, teriam que causar pessima impressão e mesmo comentarios desairosos, no seio dos associados, contra a diretoria, o que acontece no momento<sup>165</sup>.

As “[...] musicas alemãs, com solfejamentos e mesmo cantar, por parte de pessoas que dansavam”<sup>166</sup> fizeram com que o vice-presidente e o secretário da diretoria se retirassem do

<sup>164</sup> Fonograma de intervenção à Turn Verein Estrella, 14 mar. 1942. [Acervo da Sociedade Ginástica Estrela].

<sup>165</sup> Ata nº 9, 18 jun. 1942. [Acervo da Sociedade Ginástica Estrela].

<sup>166</sup> Ibidem.

baile e arguissem pela demissão do diretor do salão durante a reunião. Em discussão, os demais membros da diretoria propuseram a abertura de um inquérito “rigoroso”, com “punições severas aos causantes”, e uma comissão para apurar as responsabilidades do ocorrido foi instaurada. Percorrendo os mais diversos aspectos do dia a dia das pessoas, as ações da Campanha de Nacionalização não poupavam também os momentos festivos.

Para além da nova diretoria empossada após a intervenção realizada em março, e a mudança do nome, a SOGES teve uma nova orientação na forma como os eventos que prestava se constituíram, conforme também configura a narrativa apresentada em seu memorial. Não são mais localizados documentos escritos no idioma alemão, como predominava no período “germânico”, por exemplo, e as imagens expostas a partir deste momento minimizam o tom marcadamente étnico visualizado anteriormente. Remetendo a um modelo de como os grupos que constituíram o memorial representam a história da instituição para si e para os outros, este forja lembranças e esquecimentos que configuram uma narrativa institucional. Com suspeitas de serem possíveis locais de confabulação contra o governo, e também de doutrinação nazista, as sociedades de cunho étnico eram consideradas perigosos ambientes de enquistamento pelas autoridades governamentais. Até porque, segundo Silva,

[...] por ser a ginástica uma atividade nascida de dentro do nacionalismo alemão – e as sociedades recreativas em geral servirem de pilares da preservação identitária na ótica germanista, ao lado da escola comunitária teuta e do catolicismo e luteranismo de imigração (2005, p. 310).

Nesta conjuntura de intervenções, o Lageadenser Turnverein-Jahn, clube fundado em Lajeado no ano de 1921, também passou por diversas alterações. Com uma primeira mudança em seu nome em 1939, quando passou a chamar-se Sociedade Ginástica Lageadense-Jahn, teve outra situação de interferência em 1942, como escreve o morador e memorialista do município, Mario Lampert (2011, p. 13): “Durante a Segunda Guerra Mundial, cremos que em 1942, o clube foi alvo de intervenção por parte do DOPS. Ainda adolescente assisti ao presidente abrir a Assembleia Geral Extraordinária que o DOPS mandara convocar.”. Uma nova modificação ocorreu em 1944, quando o clube passou a ser chamado de Clube do Comércio de Lajeado<sup>167</sup>. Não possuímos outras fontes acerca de como os agentes do DEOPS<sup>168</sup> atuaram em Lajeado. Embora a narrativa de Lampert se assemelhe muito à situação ocorrida em Estrela com a SOGES, o registro do memorialista, no entanto, se

<sup>167</sup> Atualmente, o Clube do Comércio de Lajeado está incorporado ao Clube Tiro e Caça, no mesmo município.

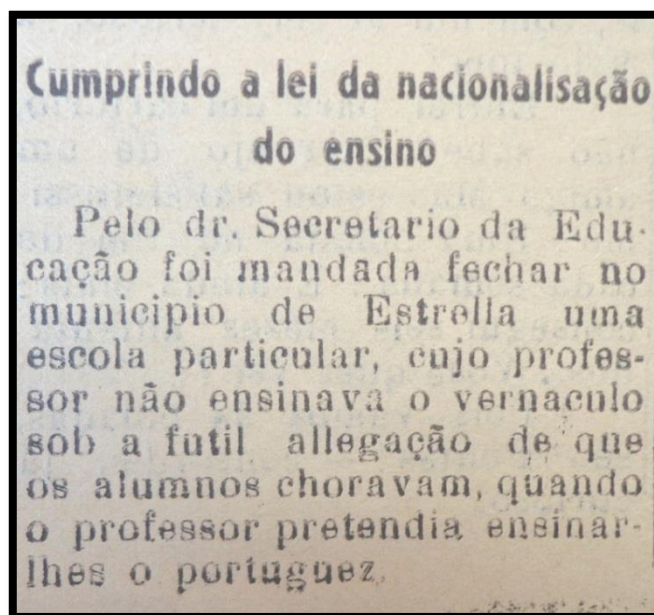
<sup>168</sup> Embora Lampert se refira ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em suas memórias, é provável que a referência correta se remeta ao DEOPS, instância estadual do Departamento.

constitui em uma lembrança sobre as interferências locais que fazem parte de uma representação sobre o período.

Na mesma orientação contrária aos clubes étnicos durante o Estado Novo estavam as sociedades de Tiro ao Alvo, que foram especialmente atingidas pela Campanha de Nacionalização em função de serem detentoras de armas e estarem integradas por atiradores treinados. No município de Teutônia (então pertencente a Estrela), a “Schützenverein”, hoje chamada Sociedade Cultural e Recreativa da Linha Clara, “[...] cessou suas atividades em 1938, quando foram forçados a desativar seus estandes de tiro, bem como eliminar todo o arquivo histórico e documental da entidade, que era escrito em língua alemã.” Ainda nesta intervenção, “Além do acervo, as armas também foram confiscadas. Alguns itens foram salvos, como, por exemplo, um dos primeiros alvos, datado de 1910, que foi enterrado pelos antigos sócios e encontra-se atualmente na sede da sociedade”, de acordo com Klipp, Assman e Mazo (2012, p. 82).

Podemos verificar neste âmbito, também, as resistências que os imigrantes alemães e seus descendentes desenvolviam a fim de impedir que a criminalização cultural que a Campanha de Nacionalização impunha atingisse a todos os espaços de sociabilidades que mantinham. Podemos compreender, nessa perspectiva, que onde houve intervenção houve resistência, pois se mantinham os costumes e as tradições, mesmo que inventadas. Assim como *O Paladino*, a SOGES e a Sociedade Cultural e Recreativa da Linha Clara, que são demonstrativos de diferentes maneiras de resistir, algumas escolas existentes no Vale do Taquari também as fizeram, diante das diversas fiscalizações e censuras a que foram passíveis durante o Estado Novo. Embora seja raro encontrar focos de resistência em matérias de jornais que eram fortemente fiscalizados, a nota anônima a seguir, divulgada em *O Taquaryense* em setembro de 1940, possibilita observarmos traços de não concordância, por parte de professores, entre o que o regime impunha autoritariamente (Figura 14):

Figura 14 - Cumprindo a lei da nacionalização do ensino



Fonte: O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2739, p. 2, 21 set. 1940.

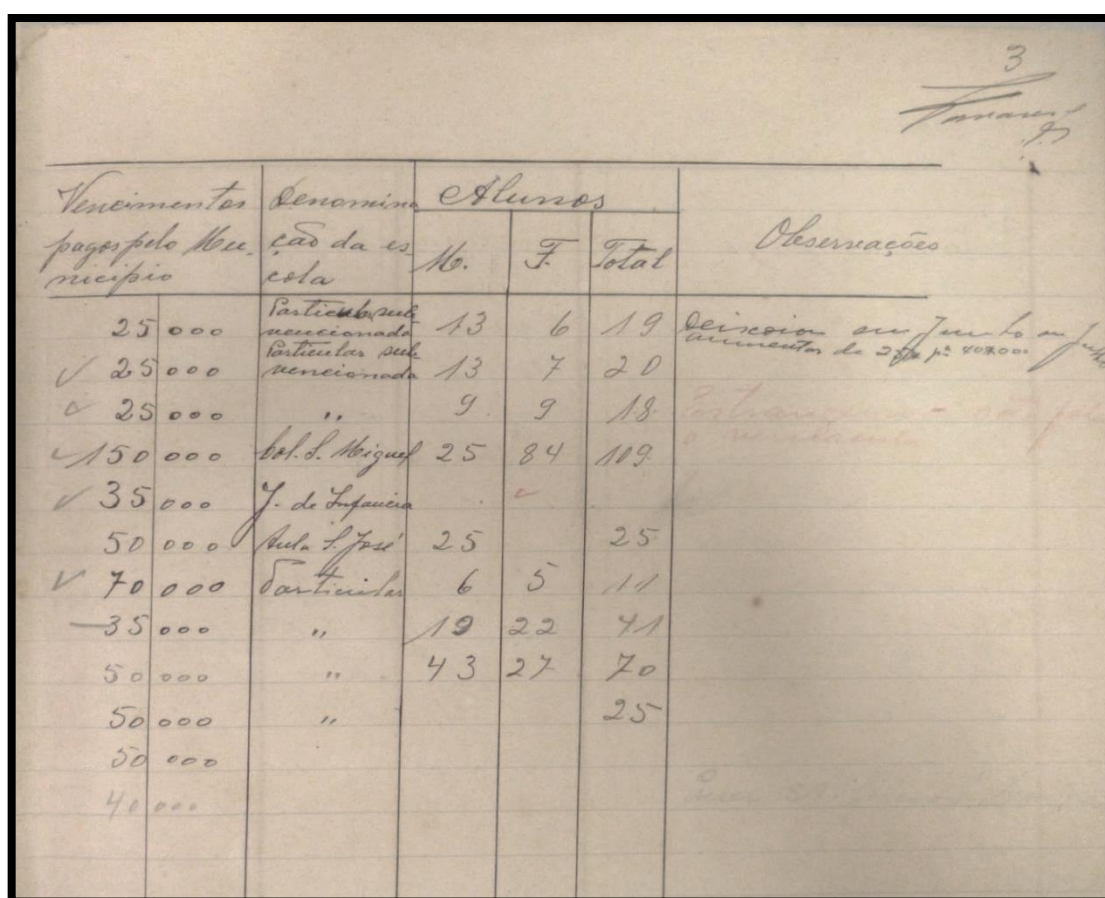
Podendo ser apenas uma maneira encontrada pelo professor para tentar justificar sua aula ministrada em idioma alemão, para as autoridades locais, o motivo dado pelo mesmo não deixa de carregar um significativo retrato acerca de como as medidas de nacionalização de ensino se efetivaram em algumas regiões do Rio Grande do Sul. Impostas sem um mínimo período destinado a adaptações pelo conjunto de pessoas que integravam o ambiente escolar, o que podia ser considerado algo “fútil”, remetendo ao juízo de valor que a narrativa da matéria do semanário atribui à alegação do professor, um possível sentido pedagógico que pudesse ter a Campanha de Nacionalização se tornava vazio, inoperante.

Criada pelo decreto estadual nº 7.614, de 12 de dezembro de 1938 (RIO GRANDE DO SUL, 1938), e assinada pelo interventor federal Osvaldo Cordeiro de Farias, a Reforma da Lei de Nacionalização no Rio Grande do Sul proveu de bases legais as ações enérgicas das autoridades governamentais em relação ao campo educativo que, embora de certa maneira já viessem ocorrendo<sup>169</sup>, agora ganhavam intensidade por estarem legitimadas pelo estado. Entre as medidas, estavam a proibição da atuação de diretores estrangeiros e professores que não falassem o idioma português nas escolas, e da subvenção de governo estrangeiro, a

<sup>169</sup> Já em fevereiro de 1938 *O Paladino* publicou matéria sobre uma reunião de professores no então distrito estrelense de Corvo. Na reunião, um padre (ou pastor) local concitou o professorado “[...] a dar maxima atenção ao vernaculo, para que o merito já publico e notorio das nossas escolas particulares mais e mais cresça, contribuindo tambem para segura e completa nacionalisação dos nossos centros rurais”. “Reunião de Professores em Corvo” (*O PALADINO*, ano 17, n. 805, p.2, 26 fev.1938).

exclusividade do ensino em língua vernácula, a fiscalização e o cumprimento rigoroso das determinações de caráter civil emanadas da Secretaria da Educação e Saúde Pública nas escolas<sup>170</sup>. No Alto Taquari, diferentes fontes documentais confirmam a efetivação do decreto nessa região, como o Livro de Relação de Aulas de uma escola do município de Arroio do Meio, que dá materialidade à conjuntura de cerceamento que se aproximava (Figura 15):

Figura 15 - Livro de Relação de Aulas



Vencimentos pagos pelo Município	Denominação da escola	Alunos			Observações
		No.	F.	Total	
25 000	Particular sub- nencionada	13	6	19	Decisão em favor do município de 25 p. 40000
✓ 25 000	Particular sub- nencionada	13	7	20	
✓ 25 000	"	9	9	18	Estrangeiro - não fala o vernáculo
✓ 150 000	Col. S. Miguel	25	84	109	
✓ 35 000	J. de Lourenço				Estrangeiro - não fala o vernáculo
50 000	Col. S. José	25		25	
✓ 70 000	Particular	6	5	11	
35 000	"	19	22	41	
50 000	"	43	27	70	
50 000	"			25	
50 000					
40 000					

Fonte: Livro de Relação de Aulas, p. 3, 1938 [Casa do Museu, Arroio do Meio].

Embora a qualidade da imagem não permita uma visualização com maior nitidez, cabe repararmos uma notificação escrita à cor vermelha na coluna destinada à “observação” do Livro de Relação de Aulas. Juntamente com anotações como os vencimentos pagos pelo município às escolas de Arroio do Meio, e a quantidade e o sexo dos alunos de cada instituição, em destaque está a frase: “Estrangeiro, não fala o vernáculo”. Podendo se referir a

<sup>170</sup> A reforma na Lei de Nacionalização foi amplamente divulgada na imprensa do estado. “A reforma da Lei de Nacionalização” (O PALADINO, ano 18, p. 6, edição de Natal, 1938).

algum professor que não ministrasse aula em português em função de ser imigrante no período, é possível ainda que a frase fosse uma anotação feita pelos funcionários do município como medida de cautela, ou então fruto da fiscalização de algum agente do governo ao conferir a presença de estrangeiros nas escolas locais.

Enquanto que a nacionalização do ensino ganhava força no país através de materiais didáticos distribuídos pelo governo como “Getúlio Vargas para crianças”, e “O Brasil é Bom” – que continham explicações sobre o novo regime político e o enalteciam, conforme Capelato (1998, p. 158-161) –, dos artigos distribuídos pelo DIP que alertavam sobre o perigo das escolas étnicas, na imprensa<sup>171</sup>, e da criação de delegacias regionais de ensino que fiscalizavam o setor educativo<sup>172</sup>, muitas escolas no Alto Taquari sofriam intervenções e eram fechadas, como uma nota publicada em *O Paladino* noticia (Figura 16):

Figura 16 - Fechadas tres escolas particulares neste município



Fonte: O PALADINO, p. 3, 03 jun. 1939.

<sup>171</sup> Em texto da UJB publicado em *O Taquaryense* em julho de 1939, por exemplo, os imigrantes são descritos como um “complexo problema” que deve ser solucionado no país pela Campanha de Nacionalização. A criação e manutenção de escolas pelos núcleos de estrangeiros que se estabeleceram no país é identificada como um “descuido” dos brasileiros, por não terem encaminhado “racionalmente as levas imigratórias facilitando-lhes a assimilação”. “Nacionalização e bom senso” (*O TAQUARYENSE*, ano LII, n. 2673, p. 1, 29 jul. 1939).

<sup>172</sup> Município sede do Vale do Taquari, a cidade de Taquari foi designada sede da 3ª região da Delegacia de Ensino que abarcava os municípios de Taquari, Arroio do Meio, Estrela, Encantado, Guaporé, Lajeado, Margem, São Jerônimo e Triunfo. “Delegacia Regional de Ensino” (*O TAQUARYENSE*, ano LII, n. 2646, p. 2, 14 jan. 1939).

O decreto da Reforma da Lei de Nacionalização juntamente com as medidas em nível nacional que criminalizavam manifestações étnicas que remetessem a outros países justificavam os fechamentos de escolas de maneira abrupta, deixando diversos professores e funcionários das mesmas desempregados, além de alunos desamparados em relação aos deveres para com a educação devidos ao estado nacional. Quando não eram fechadas, muitas escolas passavam por intervenções decorrentes da fiscalização de pessoas nomeadas para a tarefa. Em um pequeno caderno escrito com letra cursiva intitulado “Livro de Inspeção das aulas de Lajeado”<sup>173</sup>, encontrado a partir da pesquisa realizada no Arquivo Histórico do município, diversas inspeções realizadas em escolas locais são arroladas cronologicamente, e assinadas por um fiscal que varia conforme o período em que ocorreram. Em cada termo de inspeção, que ocupa poucas linhas do caderno, está escrita, com poucas exceções, a data da fiscalização, o horário, a localidade da escola, o nome do professor ou professora e o número de alunos. Após estas identificações, quem fiscalizava escrevia se estavam sendo ensinadas as matérias de nacionalização de acordo com as leis. Algumas vezes o andamento das aulas ainda é informado em relação ao seu ritmo, se pouco adiantado ou não. No mesmo caderno, verificamos que os termos assinados após 1946 passam a se chamar “Termos de Visita”, e neles não é mencionada a fiscalização em torno das questões nacionais.

Para além dos documentos oficiais como os Termos de Inspeção, escritos de funcionários internos sobre as escolas são fontes que oportunizam que entremos em contato com formas de reação de professores e diretores, como também observarmos quando os fiscais “passavam do ponto” em relação ao que determinavam as medidas legais. Para duas escolas de Lajeado, encontramos informações acerca destas questões em estudos de Schierholt e Faleiro. Memorialista local, o primeiro informa que no então Colégio Sant’Ana (hoje Colégio Madre Bárbara), a fiscal de aulas, Diná Piva, “[...] tinha a atribuição policialesca de verificar se no Colégio se ensinava a língua vernácula conforme os ditames governamentais. Cabia-lhe também policiar se alguma professora, pai, aluna ou empregada doméstica falava em alemão” (SCHIERHOLT, 1997, p. 40). Também em relação ao colégio, o Schierholt transcreve um trecho de um livro de crônicas da instituição:

[...] uma verdadeira opressão, usando arbitrariamente seu poder até o ponto de penetrar nos domínios onde, entre outras coisas, percebeu fronhas com letreiros em língua alemã. Foi logo denunciar ao delegado regional, e não se passava um dia que não incomodasse, ou por uma coisa, ou por outra; sofreu-se no Colégio um

<sup>173</sup> Livro de Inspeção das aulas de Lajeado. [Arquivo Histórico Municipal de Lajeado. Livro n° 0897]. Não foram encontrados documentos desse tipo no município de Estrela, no entanto, é possível que tenha havido semelhante fiscalização.

verdadeiro martírio, o que levou a superiora a recorrer à Secretaria de Educação, fazendo ir, pessoalmente, a professora Diva M. de Souza afim de advogar a nossa causa e nos justificar na Secretaria.<sup>174</sup>

Não tivemos acesso ao livro de crônicas mencionado por Shierholt, o que poderia trazer outras informações referentes às possíveis formas de resistência e aos abusos cometidos pelos fideis de aulas. Em relação ao Colégio Lajeadense (atual Colégio Evangélico Alberto Torres), ligado ao Sínodo Rio-Grandense, da IECLB, Faleiro (2005) estudou o papel desempenhado por este, personificado pelo Pastor Dohms, em suas instruções para que as determinações da Secretaria de Educação e Saúde Pública fossem cumpridas pela instituição – o que destruía a arquitetura do modelo comunitário evangélico luterano de ensino, baseada na autonomia. Nos registros de livros de atas tanto do Colégio, como da Comunidade Evangélica Luterana de Lajeado, encontrados pela historiadora, a mesma afirma que ambos não concordavam com as normas provenientes da documentação oficial, de modo que buscavam subterfúgios para contorná-las. Da série de fiscalizações, no entanto, decorreu o fechamento do colégio em 1940.

Segundo Faleiro, o fechamento do colégio seria atribuído, entre outros fatores, à insuficiência da pronúncia em vernáculo do professor Wilmar Keller, e aos atritos ocorridos entre o diretor da instituição, de procedência alemã, e a professora-fiscal Maria Silveira de Vargas, que o teria identificado como brasileiro de segunda categoria. Junto à fiscalização, um mapa e um globo com inscrições alemãs teriam sido apreendidos pela professora-fiscal. A situação no colégio apenas teria se modificado em 1940, quando “Após inúmeras tratativas, a licença para a reabertura foi obtida no início de maio, mediante várias condições” (FALEIRO, 2005, p. 56). De acordo com a historiadora, da alteração decorreu o comprometimento institucional com as medidas do regime<sup>175</sup>. Mais uma vez, portanto, observamos o sentido pedagógico esvaziado nas ações empreendidas durante a Campanha de Nacionalização, afinal, quando o conteúdo é ensinado por via impositiva, o que esperar além da letra do hino nacional e dos significados das cores da bandeira decorados? Tanto o relatório quanto uma circular encontrada no Arquivo Histórico de Lajeado reforçam essa questão.

Em relatório enviado pelo prefeito lajeadense, João Frederico Schaan, ao Interventor Cordeiro de Farias, o edil faz um balanço acerca da instrução pública municipal durante o ano de 1939. No documento, Schaan afirma que:

---

<sup>174</sup> Livro de Crônica do Colégio Sant’Ana. (SCHIERHOLT, 1997, p. 40).

<sup>175</sup> Em setembro de 1941, O Colégio Lajeadense teve ainda seu nome modificado para Colégio Alberto Torres (FALEIRO, 2005, p. 63).

Há grande dedicação no ensino do civismo. Todos os alunos *cantam o Hino Nacional e o da Bandeira. Conhecem a Bandeira Brasileira* que é hasteada no edifício escolar em todos os dias de festa nacional. Em Setembro de 1939 o sr. Júlio Ruas, dd. Delegado Regional do Ensino visitou a quasi totalidade das escolas particulares do município. Encontrou, como era natural, defeitos no ensino particular de ordem técnica, mas reconheceu que *todos os professores acatam as referidas Leis*, afirmando mesmo que não encontrou em nenhum município da 3ª Região, da qual é digno Delegado, tanta boa vontade e tanto esforço no tocante à Nacionalização (grifo nosso) (RELATÓRIO..., 1940).

Além de fazer referência a outras escolas da região do Vale do Taquari, como Estrela, o relatório de Schaan indica o esforço dos prefeitos municipais para garantir a efetivação da Lei de Nacionalização e também para demonstrar suas ações aos interventores, as quais eram cobradas para garantir a subvenção às escolas. Em uma circular datada em abril de 1943, quando a Campanha nacionalista já perdia força, porém não deixava de atuar, as condições impostas para o envio de subvenção do estado às diretorias de administração municipais são reafirmadas. Entre elas, o município deveria:

[...] c) haver admitido a inspeção e fiscalização da Prefeitura, sem prejuízo de sua autonomia; d) tratando-se de estabelecimento de ensino, associação desportiva, operária ou assemelhados, torna-se necessário atestado fornecido pelo Secretário da Prefeitura, de que *participou das solenidades cívicas*, para que recebeu convocação e se for o caso de que cumpriu as determinações referentes à *arregimentação da juventude* (grifo nosso). (CIRCULAR..., 1943).

Ponto máximo das manifestações cívicas, a Semana da Pátria era o momento no qual comparecer ao evento festivo podia ser uma obrigação a alunos e professores – o que soaria incoerente em uma narrativa comemorativa, caso não conhecêssemos a conjuntura repressiva da qual imigrantes alemães e descendentes foram passíveis ao longo dos oito anos de Estado Novo. Cumprindo um papel meramente formal, que obedecesse a uma espécie de *script* conforme indicava a Reforma da Lei Nacional, portanto, a função escolar também sofreu um golpe em novembro de 1937.

### 3.4 INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Dentre os diversos âmbitos institucionais nos quais a Campanha de Nacionalização foi efetivada, algumas instituições religiosas fizeram parte deste processo, não sendo poupadas de intervenções em regiões marcadas, nesse caso, pela imigração alemã. Entre as religiões cristãs de matriz europeia que tinham maior projeção nacional nos anos 1930 e 1940, a católica e a evangélica, podemos afirmar que esta foi a mais atingida. Segundo Capelato (1998, p. 189), a relação mais estreita entre Vargas e o catolicismo, em função da referência simbólica cristã

que envolveu a construção de sua imagem como “chefe” e “pai”, além de ter sido integrada ao discurso estadonovista pela identificação com “[...] a concepção de uma sociedade organizada pelo alto, dirigida por uma autoridade capaz de manter a ordem e hierarquia social”, tornava o processo nacionalista mais tenso nas relações do presidente com a Igreja Evangélica Luterana. De acordo com Fáveri (2005, p. 191), em sua investigação sobre a operacionalização da Campanha em Santa Catarina:

Para a Igreja Católica, foi um momento de tensões tornando-se necessário o jogo político em defesa do clero, sendo permitido o exílio dos membros denunciados, o que não a isentou de prisões e problemas com o Governo, mostrando, entretanto, um tratamento diferenciado em relação ao clero evangélico, mais visado e, porquanto, inviabilizado para negociações.

Para além do uso da simbologia católica na construção da figura de Vargas e deste em relação ao regime, o “tratamento diferenciado” a que se refere Fáveri sobre as relações do governo com o clero evangélico se explica também pela ligação entre a igreja evangélica luterana e uma germanidade<sup>176</sup> - “[...] um dos pilares de sustentáculo do germanismo entre imigrantes alemães”, segundo Klug (1991, p. ii), que estudou esta relação no estado catarinense, e segundo Dreher (2003), que reforça a ideia de que a mesma foi construída no Brasil pelos imigrantes alemães e seus descendentes. Na obra “Igreja e Germanidade”, este historiador narra a trajetória de como o luteranismo desenvolveu-se no Rio Grande do Sul, dando ênfase à constituição do Sínodo Rio-grandense (uma das primeiras estruturas eclesiásticas criadas para organizar o luteranismo no país) e à aproximação teológica desta instituição com o grupo étnico germânico, principalmente durante a presidência do Pastor Hermann G. Dohms. Através de um conjunto de fontes que envolve publicações editadas por pastores, cartas enviadas entre o Sínodo e organizações luteranas alemãs, cartas entre pastores da congregação, circulares entre o Pastor Dohms e pastores de comunidades locais no Rio Grande do Sul, relatórios de concílios desenvolvidos entre sínodos e fontes de relatórios e artigos produzidos por instituições luteranas internacionais, Dreher abarca um amplo período da história do luteranismo no Brasil distinguindo-a em momentos que perpassam cronologicamente a temática da relação entre igreja e germanidade.

Embora inicialmente, entre 1824 e 1864 – quando da chegada dos imigrantes alemães para o estado pela política colonizatória imperial – Dreher afirma que as comunidades se

---

<sup>176</sup> A expressão “germanidade” referida por Dreher (2003, p. 274), trata-se de um neologismo criado pelo mesmo no momento da tradução de sua tese, tendo como objetivo significar a maneira como as comunidades luteranas se organizaram no Brasil, de modo que “[...] usos, costumes e tradições se preservaram, criando-se uma cultura de cunho próprio e peculiar”.

organizavam rudimentarmente no âmbito religioso<sup>177</sup>, um período seguinte, a partir dos anos 1860, chamara a atenção de estados europeus como a Suíça e a Prússia, que passaram a enviar missionários e pastores para atuar nas colônias e, assim, constituírem as primeiras estruturas eclesiásticas (geralmente designadas de sínodos) que se configuraram em importantes veículos da reivindicação de direitos de cidadania para os luteranos<sup>178</sup>. O Sínodo Rio-grandense é criado nesse período, em 1886, no município de São Leopoldo. É nesse segundo momento, o qual Dreher periodiza entre 1864 e 1889, que a Alemanha unifica-se e, politicamente, passa a desenvolver uma agressiva política pangermanista, buscando valer-se também da Igreja Luterana a fim de difundi-la. Quanto a uma relação entre igreja e germanidade, Dreher afirma que nesses dois primeiros momentos não havia uma associação consciente das comunidades evangélicas luteranas com uma peculiaridade teuta<sup>179</sup>, o que emergiria no momento seguinte, delimitado pelo autor entre 1889 e 1930.

No período em que demarca como o terceiro momento da trajetória do luteranismo, Dreher se dedica à pesquisa em torno de novas lideranças que surgiram no seio do Sínodo, com ênfase à figura do Pastor Dohms. Nascido no Rio Grande do Sul, mas com formação alemã, Dohms voltara de seus estudos na Alemanha ao país em 1914, quando passou a repensar o desenvolvimento futuro do Sínodo. É a partir da atuação de Dohms que a relação entre igreja e germanidade estreita-se no âmbito do Sínodo. Em 1919, por exemplo, o pastor passou a publicar a Revista *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*<sup>180</sup>, na qual esboçou seu programa de reestruturação do protestantismo teuto no Brasil: para Dohms, a missão eclesiástica da Igreja era junto ao grupo étnico alemão, ao qual o Evangelho havia penetrado de “maneira inigualável” (DREHER, 2003, p. 104). Dohms passou a dedicar-se, a partir de então, à busca da cidadania plena dos luteranos no país, conquanto fossem respeitadas suas heranças culturais, sua germanidade – entendida teologicamente por Dohms como uma dádiva do criador<sup>181</sup>. Foi a partir deste pensamento teológico que o pastor lançou apelos para a

<sup>177</sup> Os primeiros pastores do Brasil eram contratados e pagos pelo Império brasileiro, mas apesar disso, muitas comunidades luteranas designavam os pastores em suas próprias fileiras.

<sup>178</sup> Lembramos que até a Constituição de 1891, o catolicismo era considerado a religião oficial do Brasil, o que proporcionava a grupos confessionais diferentes, como os protestantes, problemas em relação a questões civis como a participação em funções públicas, os casamentos, os sepultamentos, e a própria manifestação da religião.

<sup>179</sup> Inicialmente, os pastores se ocuparam em adquirir confiança nas comunidades e em organizar as congregações, de acordo com Dreher (2003, p. 69).

<sup>180</sup> Traduzido para *Folhas Evangélicas Alemãs para o Brasil*.

<sup>181</sup> Os três pontos-chaves do programa de Dohms consistiam em: preocupar-se com a formação de pastores e professores provenientes do grupo étnico teuto-brasileiro (através da fundação de uma Escola Normal e de uma Escola de Teologia); o Sínodo Rio-grandense teria que ser uma Igreja de bases populares (teuto-

criação de um sistema educacional do Sínodo, fortalecendo as escolas comunitárias com a fundação do Ginásio Teuto-brasileiro (hoje Colégio Sinodal), o Instituto Pré-Teológico e, nos anos 1940, a Escola de Teologia para a formação de pastores.

Em um quarto momento, marcado pelo período de 1930 a 1945, o projeto de Dohms e demais pastores que compreendiam o Sínodo como uma Igreja de bases populares teuta colidira com a política nacionalista de Vargas. Oposições teológicas dentro da instituição acirraram-se, como detalha Dreher, em relação às divergências existentes entre os pastores da instituição. Mesmo assim, Dohms fora eleito presidente do Sínodo em 1935, sendo a ele devida a responsabilidade de negociar com as autoridades governamentais em função da censura ao idioma alemão nas pregações e das medidas proibitivas que atingiram o sistema escolar sinodal, como observamos no subcapítulo anterior. A declaração de guerra entre Brasil e Alemanha, em 1942, aumentara ainda mais a tensão entre os pastores do Sínodo, que chegou a ser considerado um entreposto intelectual do nazismo e levou Dohms a sugerir a criação de um grupo de trabalho teológico a fim de elaborar um novo projeto que repensasse a nova situação pela qual a instituição passava.

Neste entremeio, as fontes que disponibilizamos a partir dos documentos encontrados na unidade eclesiástica da IECLB de Estrela testemunham, em certa medida, uma comunicação intra-institucional entre Dohms e pastores da região do Alto Taquari. Advertidos, já desde 1938 pela imprensa local de que o clero brasileiro seria nacionalizado, como comunica a matéria anônima divulgada em *O Taquaryense*, positivando o fato:

Isso significa que vae ser vedado aos representantes de todas as igrejas existentes no paiz, de fazerem as suas pregações em lingua estrangeira, como acontece actualmente. Essa notícia causou viva satisfação em todo o paiz, por isso que virá concorrer para a nacionalisação do Brasil<sup>182</sup>.

É provável que o diálogo entre o presidente do Sínodo e demais pastores já vinha ocorrendo em relação à conduta a ser tomada por estes nos cultos religiosos locais. As fontes que encontramos na investigação sobre documentos referentes ao período do Estado Novo, no entanto, embora não sejam um conjunto coeso e completo, contendo diversas lacunas, evidenciam essa comunicação em alguns momentos durante o regime, iniciando em setembro de 1939, quando o seguinte fonograma foi enviado por Dohms ao pastor Sille, de Lajeado: “Senhor Secretário Interior informou podemos continuar culto como antes até segunda ordem.

---

brasileira) no Brasil, com independência do exterior; e o Sínodo teria, ainda, que filiar-se a Federação das Igrejas Territoriais Alemãs, assegurando uma ligação com a Igreja Evangélica da Alemanha.

<sup>182</sup> “Vae ser nacionalizado o clero do Brasil” (O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2639, p. 2, 26 nov. 1938).

Suspendo ordens semana finda”<sup>183</sup>. Dando indícios de uma conversa anterior, o texto do fonograma reforça não apenas a função mediadora que Dohms, enquadrado também como liderança étnica por Dreher (2001, p. 8), como observamos anteriormente, exercia entre pastores e autoridades do regime, como também indica algum alerta feito antes de setembro para os pastores. Este, podia ter relação com o decreto-lei sancionado em 25 de agosto do mesmo ano (BRASIL, 1939), que dispunha sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros e restringia às falas nas prédicas religiosas apenas o vernáculo.

Poucos meses depois, no entanto, uma tensão nas relações entre a IECLB e as autoridades governistas se faz presente, de modo que a impossibilidade de os cultos serem realizados no idioma alemão é novamente enfatizada. Em fonograma de oito de novembro, o pastor Dohms é enfático em aviso ao pastor Sille: “Suspendam prédica sermão e cultos quaes fazem parte integrante predicas. Avizem pastores”<sup>184</sup>. Fazendo eco ao decreto, o cerceamento é também comunicado em *O Paladino*, que publica as instruções baixadas pelo Chefe estadual de Polícia, Aurélio da Silva Py, no dia 11 do mesmo mês:

[...] a Chefia do Policia do Estado, tendo em vista orientar de maneira uniforme a ação das autoridades da Repartição Central de Polícia, no tocante á execução do Decreto-lei n° 1.545, de 25 de Agosto de 1939, relativamente ás predicas ou sermões religiosoa [...] resolveu baixar, para fiel cumprimento em todo o Estado, as seguintes instruções: I – [...] as prédicas religiosas deverão ser feitas na lingua nacional. II – Após realizada a prédica em vernaculo, é permitido aos sacerdotes [...] repetirem a mesma no idioma das pessoas estrangeiras presentes a cerimonia religiosa, se o numero delas fôr bastante elevado e se o julgarem oportuno [...]. IV – Pelo sacerdote ou ministro de culto religioso que em suas prédicas ou sermões cometer infração de qualquer lei, ou das presentes instruções, além de sujeito ás sanções legais que no caso couberem, poderá usar da faculdade ora concedida, devendo falar a seus fiéis, exclusiva e obrigatoriamente, na lingua nacional<sup>185</sup>.

Sempre tentando minimizar possíveis conflitos entre membros da igreja e autoridades do governo, Dohms também mediava possibilidades de negociar com as mesmas, e vice-versa, como afirma Fáveri (2005, p. 157): “Ele, o Estado, tinha mais poder, sim; podia mandar prender. Ponto. Mas precisava do apoio da Igreja, ou como faria para garantir a produção de sujeitos disciplinados e ordeiros?”. Numa relação bilateral, porém com uma delas mais poderosa, portanto, as fontes provenientes da IECLB de Estrela ajudam a demonstrar como se efetivavam estes contatos. Ainda em novembro de 1939, datada do dia vinte, uma

<sup>183</sup> Fonograma expedido em São Leopoldo no dia 09 de setembro de 1939 [Acervo IECLB Estrela].

<sup>184</sup> Fonograma expedido em São Leopoldo no dia 08 de novembro de 1939 [Acervo IECLB Estrela].

<sup>185</sup> “Somente o idioma nacional será usado no púlpito das Igrejas” (O PALADINO, ano XVIII, n. 893, p.2, 11 nov. 1939).

correspondência enviada do Gabinete da Delegacia do DEOPS ao Pastor Dohms informa que a circular emitida por este aos demais pastores do estado “[...] satisfaz plenamente a legislação em vigor”<sup>186</sup>. Fazendo referência a uma solicitação do pastor, que envolveria alguma questão sobre as prédicas religiosas, entretanto, a resposta emitida na correspondência anuncia: “Quanto ao ofício em que V<sup>a</sup> Exci<sup>a</sup> examina a questão das prédicas está sendo objeto de estudos”. Assinada pelo delegado Plínio Brasil Milano, em nome do Chefe de Polícia, a correspondência é redigida em tom respeitoso e evidencia a negociação ali presente, os pontos de tensão, entretanto, estão encobertos.

Sem correspondências localizadas que fizessem referência ao ano de 1940, novas tratativas sobre a possibilidade de serem realizados cultos em idioma alemão são encontradas na documentação da igreja no que tange ao ano de 1941. As negociações, que passavam pela Secretaria de Educação e Saúde Pública, pela presidência do Sínodo Rio-grandense e desta para o pastor Silles, de Lajeado, são tema de quatro correspondências que estão transcritas em um relatório da IECLB de Estrela. Iniciando em 15 de agosto daquele ano, a troca de contato tem seu ponto de partida com a solicitação que Dohms faz a Coelho de Souza em relação a informações sobre as proibições e as medidas em vigor. A questão do pastor se justificava, conforme o documento, pelo fato de que recebera uma informação proveniente do município de Cachoeira, segundo a qual estaria ordenada a fiscalização dos cultos por funcionários da Secretaria de Educação e o catecismo luterano estaria proibido.

Respondendo à questão, em 18 de agosto, Coelho de Souza afirma que, em virtude de uma proposta da Secretaria de Educação, o interventor assinara um ato proibindo a instrução religiosa em língua estrangeira nos templos católicos e luteranos. Assim, tratando-se de um assunto de ordem pública, de acordo com o secretário, a Chefia de Polícia estaria encarregada de baixar instruções e da fiscalização da norma. No mesmo dia, Dohms encaminha um fonograma ao pastor de Lajeado e, solicitando que este avisasse demais pastores da comunidade, informa o comunicado da Secretaria de Educação acerca das instruções contra as atividades realizadas em língua estrangeira (Figura 17):

---

<sup>186</sup> Correspondência do Gabinete da Delegacia de Ordem Política e Social para o Pastor Dohms, 20 nov. 1939. [Acervo IECLB de Estrela].

Figura 17 - Fonograma enviado pelo pastor Dohms ao pastor Sille em 18 ago. 1941

Quantidade de \_\_\_\_\_ por \_\_\_\_\_  
Dia \_\_\_\_\_ Mês \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_ Hora \_\_\_\_\_ Min. \_\_\_\_\_

Transmitido \_\_\_\_\_ N.º do Recibo \_\_\_\_\_  
Dia \_\_\_\_\_ Mês \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_ Hora \_\_\_\_\_ Min. \_\_\_\_\_

Remetente: S. LEOPOLDO N.º Origem: 20 Palavras: 29 Dia: 18/8/41 Hora: 1755  
Data origem: 19.8.41 Hora origem: 8:10

CONFORME COMUNICAÇÃO SECRETARIO EDUCAÇÃO SERAO  
BAIXADAS HOJE INSTRUÇÕES PROIBINDO INSTRUÇÃO  
RELIGIOSA LINGUAS ESTRANGEIRAS FI  
SUSPENDA QUALQUER PREPARAÇÃO CONFIRMANDO  
ATE OUTRA ORDEM AVISE OS PASTORES

SAUDAÇÕES

DOMS

Observação: A Companhia não se responsabiliza por motivo de serviço e, especialmente, por erro, demora ou falta de entrega das mensagens.

Fonte: IECLB Estrela, 18 ago. 1941.

Mantendo o contato com Coelho de Souza, visto que não haviam sido publicadas as instruções policiais de proibição do ritual luterano anunciadas até então, Dohms escreve ao secretário afirmando que ordenara o reinício da preparação das crianças para a primeira comunhão, que havia suspenso no dia 18 do mesmo mês. Contando com a complacência do secretário, o pastor enfatiza a necessidade da continuação das atividades eclesiais e, esperando as instruções definitivas, afirma que espera que seja lícito que os luteranos consultem as fontes originais da reforma. Coelho de Souza responde, em 29 de agosto, escrevendo objetivamente que, em uma primeira fase do ato que nacionalizou o ensino religioso, o interventor havia deliberado que o mesmo fosse executado pela Secretaria da Educação. No dia seguinte, novo fonograma é enviado por Dohms ao pastor de Lajeado. Neste, o presidente do Sínodo faz referência a uma carta que havia enviado para a comunidade em 18 de agosto (portanto, um documento além do fonograma anterior, mas que

não localizamos) e informa o recebimento de uma portaria da Secretaria da Educação sobre as instruções religiosas, que deveriam ser suspensas, de acordo com o documento (Figura 18):

Figura 18 - Fonograma enviado pelo pastor Dohms ao pastor Sille em 30 ago. 1941

**E. 515.**

Recebido de \_\_\_\_\_ por \_\_\_\_\_  
 Dia Mês Ano Hora Min.  
 em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Transmitido no Telefone N.º \_\_\_\_\_  
 Dia Mês Ano Hora Min.  
 em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ por \_\_\_\_\_

**FONOGRAMA**  
 CIA. TELEPHONICA RIO GRANDENSE

**PASTOR**  
**LAGEADO**

Procedência **S. LEOPOLDO** N.º Origem **8** Palavras **31** em **30-8-41** Data origem Hora origem

**TEXTO:**

RESPEITO MINHA CARTA 18 AGOSTO INCISO TRES  
 COMUNICO RECEBI SECRETARIA EDUCACAO PORTARIA  
 SOBRE INSTRUÇÕES RELIGIOSAS PT. TANTO DEVEMOS  
 SUSPENDER NOVAMENTE EM CIDADES E VILAS ATÉ  
 MELHORES ESCOLARES MENTO

**SAUDAÇÕES**  
**DOMS**

IMPORTANTE: A Companhia não se responsabiliza por motivo de serviço e, especialmente, por erro, demora ou falta de entrega dos despachos.

Fonte: IECLB Estrela, 18 ago. 1941.

Mesmo aparentando um diálogo respeitoso, contendo os formais pronomes de tratamento, e orações de despedidas como: “Saudações atenciosas, Coelho de Souza, Secretário Educação”, ou então “[...] respeitosamente, Dr. Dohms, Presidente Sínodo Riograndense”, uma leitura das correspondências entre o pastor e o secretário de educação possibilita analisarmos tanto as contínuas tentativas do pastor Dohms que, de certo modo, incansavelmente, buscava manter o idioma alemão nas instruções e cultos religiosos, como também o recrudescimento do regime evidenciado na documentação, pois embora o diálogo existisse, Coelho de Souza não dava muita abertura às solicitações do presidente do Sínodo. Entremeio às correspondências, os fonogramas testemunham a imprevisibilidade com a qual pastores das unidades eclesiásticas locais deveriam lidar.

Maior cerceamento ainda às comunidades religiosas instaurou-se em 1942, ano em que a repressão aos imigrantes e seus descendentes no país aumentara devido ao alinhamento brasileiro aos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, como já mencionamos. Nesse sentido, tanto as igrejas católicas, como as evangélicas foram alvo de interdições. No Alto Taquari, a comunidade católica de Arroio do Meio foi informada sobre a proibição em relação ao idioma: “Em 03 de fevereiro de 1942, o Arcebispo Metropolitano enviou circular à paróquia determinando a suspensão de celebrações nas línguas dos países envolvidos” (KREUTZ et al., 2011, p. 213). No caso do culto evangélico luterano, as fontes que disponibilizamos evidenciam que, diferente do momento anterior, quando mesmo sem dar muita abertura, havia um diálogo entre Coelho de Souza e Dohms, a nova conjuntura impossibilitava inclusive este contato. Já no início do ano, por exemplo, o pastor enviara fonograma ao pastor Sille solicitando que, em aviso urgente aos demais pastores, suspendesse cultos e demais funções em idioma alemão. Os sacramentos e atos deveriam ser celebrados apenas conforme agendas traduzidas (Figura 19):

Figura 19 - Fonograma enviado pelo pastor Dohms ao pastor Sille em 30 jan. 1942

Recebido de \_\_\_\_\_ por \_\_\_\_\_  
 em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
 Classe do fono \_\_\_\_\_ Nº do Recibo \_\_\_\_\_  
 Transmissão em \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_ Hora \_\_\_\_\_ Por \_\_\_\_\_  
 FONOGRAMA  
 CIA. TELEPHONICA RIO GRANDENSE  
 PASTOR SILLE  
 LAGEADO  
 Proveniência S LEOPOLDO Nº origem 26 Palavras 24 em 30 42 1040  
 TEXTO:  
 REVOGADA CIRCULAR NOVEMBRO TRINTA E NOVE  
 SUSPENDA CULTO E MAIS FUNCOES  
 SACRAMENTOS E ATOS SEGUNDO AGENDAS TRADUZIDAS  
 AVISE PASTORES URGENTE  
 DOHMS  
 IMPORTANTE: A Companhia não se responsabiliza por erros de serviço e, especialmente, por erro, demora ou falta de entrega dos despachos.

Fonte: IECLB Estrela, 30 jan. 1942.

Três dias após o envio do fonograma, em 02 de fevereiro, o cerco à fala em idioma alemão nas unidades eclesiais locais fechava-se. Em um “Regulamento de Emergência” enviado pela presidência do Sínodo Rio-grandense, com uma correspondência anexa contendo instruções para os pastores das comunidades a ele inseridas (anexos C e D, Dohms exercia novamente seu papel de mediador e liderança, ao orientar os pastores sobre a necessidade do cumprimento das medidas autoritárias, mas sem abrir mão da unidade religiosa que vinham construindo. Assim, entre as solicitações feitas pelo Regulamento o pastor instrui os pastores a lerem o evangelho com a meditação traduzida do “Livro Eclesiástico para as Comunidades”; afirma que os cânticos sacros poderiam ser tocados pelo órgão, mas não cantados; desaconselha a leitura de meditações de autoria própria e as conversas em língua estrangeira na igreja, a fim de que inconvenientes fossem evitados; e também suspende os cultos juvenis, solicitando insistentemente “[...] a continuação do trabalho de assistência das senhoras evangélicas das comunidades, desaconselhando, porém, as reuniões de costume”<sup>187</sup>.

Anexa ao Regulamento de Emergência, a correspondência enviada por Dohms justifica o teor do Regulamento em razão da “atual situação política”, que proibia “[...] o uso da língua alemã em todos os lugares públicos, inclusive templos, cemitérios, etc.”. Reforçando a orientação sobre o cumprimento das medidas governamentais, o pastor novamente zela pela união eclesial:

Continuando, demais, em vigor a “Ordem da Vida Eclesiástica das Comunidades do Sínodo Riograndense”, devemos ter o máximo cuidado na conservação da comunidade, do seu caráter estritamente luterano, da sua conexão ao amor fraternal não fingido, da assistência mútua entre todos, cumprindo desta maneira, fielmente todos os deveres de membros de uma comunidade da Igreja da Reforma.<sup>188</sup>

Por fim, Dohms acrescenta: “Deus vivo que reina. Ele só, sobre todas as criaturas”. Advogando a autoridade divina sobre os homens e mulheres, o pastor parece desconsiderar (ou desvalorizar?) a autoridade do regime, compreendendo-o como algo passageiro. Os dois primeiros meses de 1942 configuram-se, portanto, como momentos tensos para muitas comunidades religiosas. Em Lajeado, o destino do pastor Silke foi marcado pela repressão aos imigrantes quando mandado à prisão, em fevereiro, conforme observamos em um relatório de autor desconhecido da unidade eclesial da IECLB de Lajeado:

<sup>187</sup> Regulamento de Emergência, enviado pelo pastor Dohms aos pastores das comunidades do Sínodo Rio-grandense, 02 fev. 1942. [Acervo IECLB de Estrela].

<sup>188</sup> Correspondência anexa ao Regulamento de Emergência. Anexo ao Regulamento enviado pelo pastor Dohms aos pastores das comunidades do Sínodo Rio-grandense, 02 fev. 1942. [Acervo IECLB de Estrela].

O ano de 1942 trouxe grandes dificuldades à comunidade. Ainda em janeiro foi interdito todo o uso de uma língua estrangeira, quer nos cultos, quer em particular. E o pastor sendo estrangeiro, foi preso em 1-2-1942. Não lhe sendo permitido voltar a Lajeado, o P. Sille foi pastorear a comunidade de Campo do Meio, na paróquia de Montenegro. Hoje ele está dirigindo a paróquia de candelária. O sucessor do P. Sille veio a ser o Rev. Otiried Scheele, natural de Kassel, que vinha exercendo as suas funções em Ijuí. A situação que êle encontrou foi sobremaneira *difícil*, antes de mais nada pelo fato de o Brasil entrar em guerra com o país de sua origem. Assim mesmo ele poudo prestar os seus serviços à paróquia até 1948<sup>189</sup> (grifo nosso).

Ser estrangeiro era já um sobreaviso de suspeição para as autoridades públicas, fossem locais ou estaduais e, no caso do pastor Sille, que podia ser considerado uma liderança dentre os pastores das comunidades luteranas da região do Alto Taquari, visto que as correspondências do pastor Dohms eram confiadas a ele, as atenções das autoridades podem ter tido maior enfoque, dada sua prisão em 1942. O novo pastor que assumira no lugar do pastor de Lajeado também passara por situações difíceis em função de ser precedente de um país ligado ao Eixo, conforme o documento. No mês seguinte à prisão de Sille, portanto, a fiscalização dos agentes do governo e as orientações da presidência do Sínodo continuavam. Em circular<sup>190</sup> enviada por Dohms no dia 16 de março para as comunidades luteranas locais, este comunicava que livros religiosos não seriam apreendidos pela polícia, mas apenas os didáticos e políticos, segundo declaração feita ao pastor pelo Chefe da Polícia. Também na circular, Dohms aconselha que, caso algum requerimento policial se reportasse às atividades realizadas pela comunidade, os pastores deveriam “[...] entregar sempre a ‘Ordem da Vida Eclesiástica’, versão portuguesa”. Além disso, o pastor ainda reforça a inteira observância do Regulamento de Emergência e de suas instruções anexas pelos pastores.

Não encontramos uma continuidade dessa teia de correspondências entre os documentos localizados na unidade eclesiástica da IECLB de Estrela, entretanto, algumas antigas fichas<sup>191</sup> do histórico de Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE’s) do Alto Taquari em meio aos documentos trazem informações, mesmo que breves, acerca da conjuntura estadonovista. Se configurando em agrupamentos de senhoras evangélicas que reuniam-se para realizar atividades como estudos bíblicos, visitas a membros doentes da comunidade em hospitais, execução de trabalhos manuais para ajudar a comunidade, e a promoção do auxílio a entidades carentes, algumas OASE’s foram vistas com desconfiança por autoridades locais. No histórico das ordens de senhoras de Teutônia, Paverama e Lajeado,

<sup>189</sup> Relatório de autor desconhecido sobre a comunidade evangélica luterana de Lajeado. Entre 1948-1968. p.7. [Acervo IECLB Estrela].

<sup>190</sup> Circular n. 526/42, 16 mar. 1942. [Acervo IECLB Estrela].

<sup>191</sup> Fichas com o histórico das OASE’s de Paverama, Lajeado e Teutônia. Entre 1980 e 1990. [Acervo IECLB Estrela].

o período referente à Segunda Guerra Mundial é demarcado pela suspensão dos seus trabalhos em função da proibição da fala em idioma alemão.

Em relação ao período referente ao Estado Novo, 1937 a 1945, não encontramos mais referências materiais acerca das interdições a que as comunidades evangélicas luteranas do Alto Taquari foram passíveis. No que tange ao Sínodo Rio-grandense e ao pastor Dohms, Dreher (2003) afirma que o fim da Segunda Guerra Mundial continuara a dividir os pastores da instituição, de modo que alguns exigiram uma renovação interior da Igreja, e outros – os “conscientes alemães”, como denomina Dreher – estavam completamente desorientados. Não apenas o Sínodo de São Leopoldo, como os outros sínodos passaram por uma reorientação teológica, uma renovação interna da Igreja que visou à fusão das diferentes estruturas eclesiais no Brasil. O Sínodo Rio-grandense, a partir da quinta fase, pós 1945, como denomina Dreher, não conseguiu mais se compreender como uma Igreja dos imigrantes alemães, que deveria ser o “esteio da cultura germânica”, mas como uma Igreja no Brasil. Não houve, apesar disso, um rompimento radical com o passado, que reconhecia o direito de preservação da língua materna, mas sempre levando em consideração a realidade de cada local onde a Igreja se insere.

Em relação ao poder político teuto-brasileiro logo após a Campanha, em 1947, importante informar ainda que lideranças luteranas investiram na tentativa de eleger deputados estaduais (DREHER, 1984, p. 131). Segundo Gertz (2015, p. 3), dessa forma, “[...] entre os 55 deputados titulares da legislatura então iniciada, 16 tinham sobrenomes alemães, representando aproximadamente 30% do total, um percentual que, certamente, era maior que o percentual de sobrenomes alemães no conjunto da sociedade gaúcha.”.

No Alto Taquari, finalizado o regime varguista, um relatório produzido por membros da igreja evangélica luterana de Lajeado ressoa uma das ações da nacionalização forçada ocorrida nos anos anteriores: “O jardim de infância, instalado em 1934 e mantido com dificuldades teve que ser fechado em 1940. Em consequência da nacionalização faltava uma pessoa competente para dirigi-lo. Mas em 1941 já pôde ser reaberto”<sup>192</sup>. Repercutindo as tensões que o regime autoritário ensejara, memórias acerca deste processo são ainda lembradas no tempo presente, como nos deteremos no terceiro ponto de estudo desta tese (capítulo 4): memórias de dor e memórias de resistência que nem sempre as fontes escritas podem narrar, mas que trazem à tona narrativas acerca de um passado que demarcou traumas a pessoas que vivenciaram a Campanha de Nacionalização na região. A repressão que teve

---

<sup>192</sup> Relatório de autor desconhecido sobre a comunidade evangélica luterana de Lajeado. Entre 1948 e 1968, p.7. [Acervo IECLB Estrela.

lugar nos anos 1930 e 1940 pode ajudar a explicar ainda questões como o fato de o poder público de Estrela não ter incentivado a criação de algum Álbum comemorativo da cidade naquele período, ou o porquê de as obras de comemoração aos aniversários do município não mencionarem, ou restringirem tal conjuntura em suas narrativas, como também a dificuldade em localizarmos documentos que sirvam de fonte para pesquisarmos atualmente as ações da Campanha no município e na região. Compreendendo que, segundo Koselleck (2014, p. 220), “Dependendo de como as próprias estruturas mudam, os períodos temporais podem ser classificados de maneiras diferentes”, as formas como os diferentes, porém interdependentes, estratos temporais se configuram no tempo presente são temas de nossa análise nos próximos capítulos.



#### 4 PASSADOS PRESENTES

O estudo realizado ao longo dos dois primeiros pontos de estudo desta tese (capítulos 2 e 3), inicialmente, através de uma análise temporal diacrônica que aborda as narrativas acerca da história do município de Estrela tramadas pelas publicações comemorativas referentes ao seu aniversário de emancipação entre os anos 1920 e 1980 e, em seguida, detido em um momento histórico obliterado pelas mesmas a partir de fontes que sincronizam ações repressivas estadonovistas no local, busca demonstrar a forma como cada presente interpretava e refigurava estratos temporais que os compunham. Os sentidos dados aos diferentes passados conformavam presentes e estes, ao serem consultados atualmente, configuram outros passados que, caso sejam lidos isoladamente, sem o cruzamento com outras fontes, criam determinadas expectativas de futuro. As fontes históricas são ferramentas guardiãs e, por isso, construtoras de temporalidade, como Barbosa (2001, p. 110) afirma em relação às mídias:

Ao dar visibilidade às comemorações, os meios desenvolvem e, sobretudo, constroem uma notícia redescoberta, revelada como fato pouco comum e, de acordo com seus interesses, a convertem em excepcional. Ao conectar o passado com o presente, por outro lado, se tornam guardiões do fluxo do tempo, arrastado pela prática do momento.

A temporalidade construída pelas obras comemorativas analisadas, portanto, excluía diversas questões salientadas, como um reconhecimento dos povos indígenas habitantes da região, o contato destes com os imigrantes que se estabeleceram no território, o trabalho de pessoas escravizadas pelos fazendeiros locais e as consequências da Campanha nacionalista que atingiu aqueles identificados como estrangeiros, por exemplo. Além disso, verificamos narrativas onde o povo negro e a presença feminina são pouco evidentes, especialmente nas primeiras edições comemorativas, e o fator étnico é sempre enaltecido, mesmo que em diferentes graus. A fim de verificar a forma como as narrativas sobre a história de Estrela são configuradas recentemente e como a repressão varguista, que exemplificamos anteriormente, é lembrada no tempo presente, analisamos neste capítulo intrigas publicadas em jornais que comemoravam a emancipação do município nas décadas de 1990, 2000 e 2010 e também memórias de pessoas que vivenciaram aquele período da (des)nacionalização e narram contemporaneamente suas experiências. No jogo entre memórias e narrativas jornalísticas recentes, e tendo como base os enredos construídos pelas publicações comemorativas já analisadas e a repressão a que foram passíveis os membros do grupo étnico teuto-brasileiro no município de acordo com as fontes estudadas sobre os anos 1930 e 1940, são examinadas

neste capítulo a forma como esses estratos temporais, referentes a um passado entendido como heroico e outro como traumático, são configurados e refigurados no tempo presente. Como a memória é, para Ricoeur (2007, p. 17) “uma lacuna na problemática de Tempo e Narrativa”, de modo que “[...] a experiência temporal e a operação narrativa se enfrentam diretamente, ao preço de um impasse sobre a memória”, ou seja, a memória elencada organiza, dá sentido à temporalidade em uma determinada narrativa, ao debruçarmo-nos mais especificamente sobre a memória contemporânea acerca do que se submeteram imigrantes alemães e seus descendentes em Estrela, tratamos por questionar o que seria – ou o que possibilitaria – uma justa memória da imigração alemã no município, em virtude do recorte temático a que esta tese se propõe. Desta forma, enfatizamos a miríade de objetos propícios a serem investigados em relação às refigurações fornecidas pelas narrativas aqui investigadas, como as questões concernentes à população negra e indígena que, diferente de como são enredadas as narrativas acerca da imigração alemã, determinando um enaltecimento, acabam obliterando-as, realizamos aqui uma seleção temática, como uma tese de doutorado reivindica.

Dividido em 2 subcapítulos iniciais, as narrativas jornalísticas recentes sobre a história do município são analisadas nas edições do jornal *Nova Geração* referentes ao período correspondente ao aniversário de fundação do município nas datas que marcam seus 120, 130 e 140 anos, neste capítulo. São explorados, portanto, o *Caderno Especial de 1996* e a edição do jornal referente ao ano de 2006 no primeiro subcapítulo, e um *Suplemento Especial* comemorativo do jornal configurado em 2016, no segundo subcapítulo. Além do Jornal *Nova Geração*, o município de Estrela sedia o semanário *Folha de Estrela*, fundado em 20 de maio de 1999. Com uma tiragem de 1000 exemplares, *Folha de Estrela* não disponibiliza suas edições online como o primeiro possibilita desde 2002. Este capítulo da tese se detém apenas ao semanário *Nova Geração* em função de que, sendo o mais antigo em funcionamento na região do Alto Taquari, foi também pesquisado em edição comemorativa analisada no primeiro ponto de estudo desta tese (capítulo 2) – o *Suplemento de 1976*. As edições relativas aos anos 1990 e 2000, além de serem financiadas com recursos provenientes da venda de assinaturas e de publicidade, recebiam apoio em função de um contrato de 2 mil reais com a prefeitura municipal, que ora “[...] incluía uma coluna de notícias da prefeitura; em outro momento tinham anúncios institucionais; e em outro momento era repassado o valor mensal sem a publicação de um espaço fixo, mas sim para publicação das notícias.” (SCHWINGEL,

2018). Em março de 2015, o contrato foi rompido pela direção do jornal<sup>193</sup>. O valor de cada publicação correspondia a R\$ 0,65, R\$: 1,50 e R\$ 2,50, respectivamente.

O jornal *Nova Geração*, sediado há mais de cinco décadas no município, configura-se como mídia local comunicante dos eventos públicos de Estrela. Proporcionou uma relação como informativo cidadão com cidadãos estrelenses em razão de abordar os bairros da cidade e contar com personagens conhecidos por parte da população em seus noticiários e artigos. No que tange à mídia jornalística local, é o jornal de maior temporalidade no município, seguido por *O Paladino*, que durou vinte anos. Dedicando-se à análise do semanário neste capítulo, identificamos a mídia não apenas como anunciante, mas também como um ator neste processo de fabricação do acontecimento – os festejos de maio, que especificamos. Como mencionamos anteriormente, os jornais arraigam para si a partir dos anos 1990 o papel das narrativas comemorativas e adquirem um espaço de poder no gerenciamento dos sentidos a elas atribuídos, sem esquecer, no entanto, que *Nova Geração* possuía um contrato com a prefeitura, que de certa forma ainda tinha influência sobre as publicações. De acordo com Martinuzzo (2005, p. 4):

Num tempo em que os meios de comunicação se estabelecem como notável espaço de sociabilização, incluindo-se como local de celebrações e comemorações, palco de decisões políticas, suporte para registros da vida cotidiana (conteúdos jornalísticos, informativos e de entretenimento etc.), e fonte para a experiência de viver (no sentido de se exercitar os sentidos e experimentar emoções), não se pode ignorá-los como espaço de [...] exercício de identidade e de arquivo hipertrofiado da era do tempo real e da vida planetária.

As edições analisadas neste capítulo estão salvaguardadas em um arquivo criado pela administração do jornal *Nova Geração*, sediado em sua redação, e são acessíveis a todos os cidadãos que agendarem. O acervo é composto por todas as edições do jornal produzidas desde a sua fundação, em maio de 1966, e estas são encadernadas de acordo com o ano em que foram publicadas. Não há mecanismos de controle de umidade e temperatura no ambiente. As encadernações dos jornais estão acomodadas verticalmente em um móvel de madeira com prateleiras e uma mesa para pesquisa nos mesmos está alocada no ambiente. O material não está digitalizado, a não ser as edições online do jornal passíveis de serem encontradas no sítio eletrônico do *Nova Geração*<sup>194</sup>. Abaixo, a tabela identifica as narrativas

<sup>193</sup> Segundo Schwingel (2018), proprietária do jornal, a partir de 2015, o contrato com a prefeitura municipal foi encerrado em função da relação familiar que esta possui com o prefeito de Estrela.

<sup>194</sup> O sítio eletrônico do jornal *Nova Geração* é <<http://www.jornalng.com.br/>>. Acesso em: 15 out. 2018.

jornalísticas analisadas. Além de exibir a data e o ano de cada publicação, a tabela também aponta a forma como são referenciadas ao longo da tese.

Quadro 2 - Narrativas jornalísticas – décadas de 1990, 2000 e 2010 em Estrela

<b>Nome da narrativa jornalística</b>	<b>Data da publicação</b>	<b>Ano da publicação</b>	<b>Referenciação na tese</b>
<i><b>Caderno Especial: 120 anos de Estrela – Nova Geração</b></i>	17 de maio de 1996	31	<i>Caderno especial de 1996</i>
<i><b>Semanário de 2006 – Nova Geração</b></i>	19 de maio de 2006	40	<i>Semanário de 2006</i>
<i><b>Suplemento Especial de 140 anos – Nova Geração</b></i>	20 de maio de 2016	-	<i>Especial de 2016</i>

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Propiciando identificar estratos temporais, os passados analisados nos dois primeiros capítulos da tese que se fazem presentes na contemporaneidade, este capítulo soma para além da pesquisa sobre um passado heroico narrado contemporaneamente nas edições do jornal *Nova Geração*, outros dois subcapítulos dedicados às narrativas memoriais de pessoas que vivenciaram um dos períodos obliterado pelas edições comemorativas, mas perscrutado no segundo ponto de estudo (capítulo 3) – a Campanha de Nacionalização varguista. Um passado traumático é entendido como estrato temporal aqui ao ser presentificado pelas narrativas de dezoito pessoas entrevistadas sob a metodologia da História Oral entre os anos de 2010 e 2013 pela autora. Sendo pessoas que atualmente possuem (ou possuiriam) entre 100 e 77 anos, e algumas não se encontram mais vivas, registramos que essas narrativas buscam remontar ao período da sua infância e juventude e as compreendemos como enredos relativos a um marco temporal pouco explorado localmente por instituições públicas.

Entrevistadas em suas residências, as pessoas tiveram a liberdade de agendarem um horário que lhes fosse confortável para narrar sobre o período estadonovista através de telefonemas prévios realizados pela autora. A seleção dos entrevistados foi realizada a partir de uma rede que se constituiu com narradores sugerindo pessoas que podiam falar sobre o período estudado. Com o auxílio dos próprios narradores, portanto, constituiu-se um grupo de pessoas que viveram na região de Estrela durante os anos 1930 e/ou 1940. Todos os

participantes são compreendidos no sentido da “autoridade compartilhada” (FRISCH, 2016, p. 62): como autores que, ao refigurar passados, fazem parte da construção das histórias presentes.

Durante o primeiro contato com os narradores, houve aqueles que não se mostravam aptos a narrar sobre o período porque não associavam o momento político investigado pela autora com suas vivências. Não relacionavam suas experiências com a conjuntura referente à Era Vargas. Eles se mostraram abertos ao contato apenas quando era mencionado que falaríamos sobre “o tempo em que foi proibido falar em idioma alemão”. A partir desta informação, os narradores contatados se disponibilizavam a receber a autora, exceto algumas mulheres que diziam ser incapazes de falar sobre política. Elas não se julgavam participantes de contextos que extrapolavam a vida doméstica, o âmbito privado mais restrito a suas relações com a mãe, avós e os irmãos, afirmando frases como a dita por Helga (SCHNORR, 2010): “Os homens lembram bastante, é que os homens, como eles ficavam nas cidades, viam mais.”, ou então a partir das intervenções feitas pela lajeadense Ermilda durante a entrevista com seu marido:

Eu frequentava a escola sim, mas eu tinha que ficar em casa e cuidar da mãe, a mãe era muito doente, né. Então eu parei de estudar muito cedo, né, porque eu tinha que cuidar da mãe [...] porque a minha mãe, ela praticamente não falava português, só alemão. Em casa só se falava alemão, por causa da mãe, que não falava português [...]. (JAEGER, 2013).

Persistindo para que mulheres se expressassem sobre o “tempo em que o idioma alemão fora proibido”, e enfatizando a importância das narrativas que abordassem o dia a dia no ambiente familiar para o estudo sobre o período, as mulheres disponibilizaram-se a colaborar. Defrontar-se com narrativas sobre a vida cotidiana que remetesse ao período Vargas foi justamente o propósito que visou a análise sobre a forma como este período temporal é lembrado no tempo presente pelos estrelenses que, majoritariamente, comentavam nunca ter falado sobre o assunto com pessoas além de familiares, em raros momentos<sup>195</sup>. A tabela abaixo identifica as pessoas entrevistadas através da metodologia da História Oral, apresenta o ano de seu nascimento, sua ocupação durante o período estadonovista, e a cidade onde moravam entre os anos 1930 e 1940.

---

<sup>195</sup> As entrevistas, realizadas a partir de um roteiro que abordasse a memória acerca da Campanha de Nacionalização com os entrevistados, foram elaboradas para a dissertação de mestrado da autora (WERLE, 2014). A partir da identificação inicial dos narradores, foram desenvolvidos temas que desencadeassem narrativas sobre o cotidiano das pessoas, como suas lembranças sobre a escola; a vida religiosa; os bailes frequentados; os meios de comunicação local, como o rádio e o jornal; e as lembranças que tinham sobre a II Guerra Mundial.

Quadro 3 - Narradores entrevistados, ano de nascimento e ocupação em 1942

<b>Nome</b>	<b>Ano de nascimento</b>	<b>Ocupação em 1942</b>	<b>Onde vivia durante a Campanha de Nacionalização</b>
Serenita Ruschel	1918	Dona de casa	Estrela
Eugênio Noll	1922	Estudante e ajudante do pai em uma fábrica de café	Estrela
Helga Maria Schnorr	1925	Dona de casa	Estrela
Gerda Agnischock Müller	1926	Estudante	Estrela
Silvino Birck	1926	Estudante	Estrela
Ermilda Jaeger	1926	Estudante	Lajeado
Álvaro Romualdo Noschang	1927	Estudante/Seminarista – atualmente é padre	Corvo (Estrela)
Martha Maria Petry	1927	Estudante e ajudante da mãe em um hotel da família	Arroio do Meio
Antônio Victório Bohn	1928	Estudante e cozinheiro de um professor – atualmente é pastor	Corvo (Estrela)
Ida Hammes Mallmann	1928	Estudante e ajudante da mãe em um hotel da família	Arroio do Meio
Walter Jaeger	1928	Estudante	Lajeado
Hertha Regina Birck	1929	Estudante e agregada em uma casa de descendentes alemães	Delfina (Estrela)
Pedro Waldemiro Müller	1929	Estudante	Estrela
Eli Hart	1931	Estudante	Estrela
Tea Mathilde Becker Hunemeier	1931	Estudante	Estrela
Delcia Lací Lohmann Freitas	1933	Estudante	Lajeado
Wally Edel Lohmann	1935	Estudante	Lajeado
Renate Hilgemann	1941	–	Estrela

Fonte: Elabora pela autora, 2018.

Como afirma Pollak (1989, p. 5), “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. As narrativas memoriais, nesse sentido, são confrontadas com a forma como a história do município é configurada pelas fontes jornalísticas e comemorativas analisadas nos subcapítulos anteriores e no primeiro ponto de estudo da tese (capítulo 2)<sup>196</sup>. Nos dois subcapítulos destinados à análise sobre as memórias acerca da Campanha de Nacionalização a seguir<sup>197</sup>, verificamos o quanto um passado traumático é presente e, em virtude da temporalidade e contextos históricos a que pessoas foram passíveis, configurou enredos que extrapolam o trauma, como as intrigas que evocam o período com doses de humor, por exemplo.

Baseada na proposta de Verena Alberti (2005) para as pesquisas realizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), a metodologia da História Oral é compreendida em acordo com a forma como a instituição convencionou a maneira de fazer as entrevistas e as transcrições, acreditando que através de narrativas orais é possível obter no presente sentidos sobre um passado de acordo com aqueles que vivenciaram determinada situação. A história oral é, portanto, estudada em sua possibilidade como “método-fonte-técnica”, porque, como método, ela produz fontes de consulta: as narrativas que, ao serem transcritas e gravadas, adquirem o estatuto de documento oral.

#### 4.1 “SÓ SE PODE COMPREENDER O PRESENTE SE CULTIVARMOS A NOSSA HISTÓRIA”<sup>198</sup>

Qual história queremos cultivar? E, a partir desta questão, qual presente podemos compreender? O subtítulo acima, que intitula um texto sobre uma história do município de Estrela na segunda página do *Semanário de 2006*, insinua as diferentes expectativas que pode refigurar conforme o seu enredo, que analisamos adiante, e o momento em que for lido. Concebendo interpretações, as edições jornalísticas não podem ser desconectadas da ideia de que foram produzidas por grupos específicos – no caso, a equipe que as constituem – que constroem sentidos diante das informações que selecionam como integrantes de suas publicações. Segundo Dosse (2013, p. 267),

<sup>196</sup> Subcapítulos 4.1 e 4.2, e capítulo 2.

<sup>197</sup> Subcapítulos 4.3 e 4.4.

<sup>198</sup> SEMANÁRIO de 2006, p. 2.

Trata-se então de transformar um monte heterogêneo de informações em um esquema individualizante e coerente. [...] Ora, escolher um certo tipo de descrição equivale a engajar um processo de interpretação que depositará o acontecimento descrito em determinada categoria semântica [...].

Ao considerar a mídia contemporânea um ator no processo de fabricação do acontecimento, o historiador considera a participação dela atuando no mesmo. Assim, a mídia não apenas cria intrigas sobre o acontecimento – compreendido aqui como o aniversário de emancipação do município – como também o constitui. Já é esperada por diversos cidadãos a edição que cobre os festejos de modo a complementar seu ciclo de duração. Desse modo, “[...] é impossível separar artificialmente o que é um acontecimento de seus suportes de produção e de difusão.” (DOSSE, 2013, p. 260). No caso de Estrela, o *Nova Geração* de aniversário é um arrazoado sobre os festejos de maio e é material que se soma aos documentos que registram de forma escrita como a ocasião que apresenta.

Este subcapítulo dedica-se, dessa forma, às edições correspondentes às décadas de 1990 e 2000 sobre o aniversário de emancipação de Estrela produzidas pelo jornal *Nova Geração*. O *Caderno Especial* de 1996, referente aos 120 anos do município, e o *Semanário de 2006*, que enuncia entre as suas matérias os 130 anos da cidade. As edições do jornal foram impressas, segundo sua atual proprietária, Carine Schwingel, em máquinas rotativas pertencentes ao jornal lajeadense *O Informativo*, que faz parte do Grupo Rede Vale de Comunicação. Respectivamente, o semanário contou com uma tiragem de aproximadamente 800 e 500 jornais (SCHWINGEL, 2018).

Suplementando o semanário de 1996, o *Caderno Especial* deste ano contém quatro páginas com informações em preto e branco, sendo que as três últimas hospedam publicidade. Parabenizando os 120 anos do município, todas as propagandas expressam mensagens positivas que elogiam o desenvolvimento do município até então. No que tange às mensagens políticas, dois deputados – representantes do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido Progressista Reformador (PPR) e três legendas políticas saúdam a data: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), além do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados da região. O prefeito que administrava o município na época era Günther Ricardo Wagner, alicerçado pelas siglas políticas do PDT e Partido Democrático Social (PDS).

Definido como um *Caderno Especial*, mas contendo apenas uma página mais específica sobre as festividades oficiais a respeito dos 120 anos, a mesma se restringe a explanar o programa oficial dos eventos que comporiam os festejos e não desenvolve narrativas que se ocupam de uma história do município ou de textos que justificam as atrações

elaboradas pela administração municipal. O *Caderno Especial* contém quatro reproduções fotográficas em preto e branco e imagens na mesma tonalidade que ilustram sua publicidade. As fotografias exibem o local dos festejos – o Parque Princesa do Vale –, o pórtico de acesso ao município – mencionado na introdução dessa tese –, a avenida Rio Branco – que expõe o asfalto produzido por uma empresa que publiciza a edição –, e a rainha e princesas do município vizinho de Bom Retiro do Sul, que homenageiam o aniversário de Estrela. Assim como nas edições analisadas no primeiro ponto de estudo (capítulo 2), verificamos que uma das posições tidas como destaque da mulher nos informativos e na programação do evento é a aquela que a situa como participante dos concursos de beleza. Pouco presente em postos administrativos do município, na organização dos festejos e nas imagens reproduzidas nas obras anteriormente analisadas, a figura feminina possui uma gradual, porém moderada participação nas publicações promovidas pelo poder público municipal e nas edições dos jornais analisados.

Entre as atrações anunciadas pela programação oficial disponibilizada, os oito dias de comemoração à emancipação contaram com o Desfile de Carros Alegóricos, o 31º Baile do Chucrute – denominado como “típico” –, missa comemorativa, culto ecumênico, Festa dos Idosos, Bandinha Típica, Café Colonial e Danças Folclóricas, shows locais e nacionais, além de atividades esportivas, como o vôlei, o futebol e o caiaque polo. Observamos, a partir dos eventos enunciados, o predomínio das religiões católica e evangélica em celebrações oficiais e a marca étnica teuto-brasileira preponderante conforme os eventos nominados, que buscam, a partir do rótulo de “típico” ou de “colonial”, trazer a ideia de tradicionalismo e de uma cultura naturalizada que generaliza o povo do município como descendente de alemães.

O *Caderno Especial* de 1996 expressa, dessa forma, um teor étnico assim como as obras analisadas no primeiro ponto de estudo desta tese, porém seu grau seja diminuído. Diferente das obras comemorativas promovidas pelo poder público municipal, e inclusive do Suplemento de 1976 produzido pela mesma empresa jornalística, o *Caderno* trata um pouco mais timidamente o aniversário da emancipação. Sendo a primeira edição jornalística realizada sobre uma data fechada, os 120 anos, acerca de Estrela quando não são mais elaborados livretos e álbuns por uma comissão de festejos ou grupo designado pela administração municipal para tal, podemos compreender o *Caderno* como edição representativa de uma era que inaugurou o protagonismo jornalístico como narrador comemorativo e, em consequência, um dos principais responsáveis pela divulgação do senso histórico acerca do município, visto que anteriormente o poder público municipal se

responsabilizava por esta divulgação sobre a história local nas obras comemorativas já analisadas.

O *Caderno Especial* de 1996, assim como o *Semanário de 2006* são produções desenvolvidas por um grupo técnico, conforme anunciam os seus editoriais. Nesse sentido, a década de 1990 representa o momento em que a cultura da comunicação começa a tomar forma no Brasil pois, segundo Barbosa (2007, p. 225):

As mudanças históricas ocorridas – abertura das sociedades umas às outras; quebra de equilíbrios familiares; mudança nas relações sociais e nas representações do indivíduo e da coletividade; ruptura radical das formas de trabalho com a emergência do setor de serviços, entre outras – trouxeram consequências fundamentais para a comunicação, ancorada em um modelo tecnológico que funde a mídia de massa globalizada com a comunicação mediada por computadores.

Como nos anos 2000, quando a mídia se desenvolve de forma mais dinâmica e conectada entre si, conferimos o corpo profissional anunciado nas edições. Diretoria, setor de administração, assistente editorial, jornalista responsável, departamento de arte e desenvolvimento de uma intriga editorial são localizados. Os sentidos narrativos desenvolvidos na mídia impressa são assinados por profissionais responsáveis pelos mesmos. Ainda assim, o editorial do *Semanário de 2006* adverte aos leitores: “Artigos de opinião assinados nesta edição são de inteira responsabilidade de colaboradores, sem vínculo profissional com esse veículo, o que não significa linha editorial ou pensamento da direção.”<sup>199</sup>. Trata-se da imparcialidade pretendida pelos meios de comunicação.

O editorial publicado no *Semanário de 2006* narra, já no início da edição, um viés marcado pela ideia de recuperação econômica do município que observamos incluído, mesmo que indiretamente, nos demais textos que o compõem. Mesmo não sendo um suplementar exclusivo sobre os atos comemorativos como o *Caderno Especial* de 1996, verificamos que o aniversário de emancipação é o mote principal da edição semanal do jornal e que os textos que se detém sobre diversos aspectos de Estrela, como a educação, a economia, a arquitetura, a saúde, a agricultura, o urbanismo e até uma entrevista com o prefeito municipal da época carregam um sentido narrativo que privilegia a ideia de um crescimento econômico, entendido como evolutivo<sup>200</sup>, no município. Através de uma metáfora sobre o canto de um galo como garantia do nascimento do dia, a falência da Cervejaria Polar (Ambev) na cidade é narrada

<sup>199</sup> Editorial – Rejuvenescida aos 130 anos. (SEMANÁRIO de 2006, p. 2).

<sup>200</sup> Como as matérias que tratam das temáticas da inclusão de cursos de formação profissional no meio educativo estrelense, o crescimento do setor industrial, o investimento em novos prédios referentes à administração da saúde pública e o aumento e melhoria das agroindústrias locais, por exemplo (SEMANÁRIO de 2006, respectivamente, p. 7, 8, 11 e 15).

pelo editorial do *Semanário* como acontecimento que causou um desnível econômico no município nos últimos anos. Por algum tempo demonstrando sinais de queda produtiva, a Polar, empresa que figurava nas demais publicações já analisadas como importante empregadora e geradora de recursos para Estrela, interrompia sua operação em janeiro de 2006. Apesar disso, o editorial mostra que Estrela conseguiu se restabelecer economicamente por meio de um esforço coletivo, de modo a não depender mais, metaforicamente, do canto do galo: a Polar. Um chamado “rejuvenescimento econômico” é descrito pela atração de investimentos diversificados que expandem o setor e o jornal se alinha como participante do que chama de uma “batalha” pelo desenvolvimento local e finaliza o editorial parabenizando a cidade e conclamando todos ao que denomina como “mãos à obra” pelo desenvolvimento municipal.

Com 32 páginas com informações em preto e branco, mas cerca de 30% delas coloridas, a edição contém publicidade alinhada na parte inferior das páginas e diversos outros anúncios disponibilizados irregularmente nos demais espaços. Ocupando aproximadamente 70% da publicação, algumas propagandas também utilizam seu espaço para parabenizar os 130 anos do município, como também o fazem partidos políticos que anunciam sua contribuição para o desenvolvimento de Estrela, como o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Liberal (PL), o Partido dos Trabalhadores (PT), o PMDB<sup>201</sup> e o Partido Progressista (PP). Também o Deputado Estadual Elmar Schneider, do PMDB, soma-se aos anunciantes que parabenizam o município.

Através de matérias que abordam um cenário abrangente de Estrela, incluindo os diversos aspectos elencados acima, a publicação as organiza, as ordena de modo que seus temas estejam relacionados com uma história do município, como participantes e responsáveis pela trajetória passada e/ou recente dele. O aniversário é, como analisamos nas demais obras, o acontecimento eleito para ser ruminado no mês de maio. E as matérias selecionadas para serem publicadas no bojo desse acontecimento adquirem a dignidade de serem conformadoras da história que é narrada – o que corrobora com as afirmações de Barbosa (2001, p. 109), segundo a qual “[...] no processo de criação do acontecimento, os meios de comunicação relegam inúmeros fatos ao esquecimento e transformam outros em acontecimento no momento em que chegam ao público. Essa característica eleva um fato, por si só, à categoria de acontecimento”. O *Semanário de 2006* realiza uma espécie de apanhado informativo que proporciona à comemoração de aniversário de Estrela o *status* de

---

<sup>201</sup> Conferir nota 54 referente ao capítulo 2.

acontecimento fundador, de evento privilegiado em detrimento às demais possíveis questões que poderiam pautar o periódico. Segundo Ricoeur, ao escrever sobre as causas da fragilidade da identidade, a celebração de acontecimento fundadores demarca justamente a parcialidade que operam:

O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde à execração, do outro (RICOEUR, 2007, p. 95).

Entre as matérias publicadas no *Semanário de 2006*, portanto, um passado heroico referente à imigração alemã é constantemente reivindicado, visto que sempre enredado como formador da cultura local. Já em sua capa, duas manchetes a respeito da programação da comemoração de maio, a Maifest, a postulam: a chamada para o segundo baile típico do chucrute, de modo que as palavras “baile” e “típico” estejam impressas em cor vermelha, as destacando no texto e uma imagem do baile é apresentada, com dançarinos dos Grupos Folclóricos de Danças Alemãs que vestem os trajes “típicos”, entendidos como alemães. Em texto, a manchete profetiza a presença de 1,5 mil pessoas no evento e que os visitantes, além de saborearem a culinária “típica”, conferirão as danças consideradas folclóricas. Numa segunda manchete, o ParkChoppFest, promovido pelo Rotary Club e pela administração municipal, é anunciado com a previsão de comparecimento de cerca de 12 mil visitantes e com o convite para o público participar do evento que divulgará a cultura local do município.

Concebido com essa ideia de divulgar a cultura local, observamos que a programação<sup>202</sup> do ParkChoppFest é composta por atrações que representam uma diversidade cultural, como a mateada, a apresentação de danças afro, a capoeira e os Jogos Germânicos, estes mencionados na introdução desta tese. Apesar disso, verificamos que a permanência do festival do Chucrute, a apresentação dos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela e os Jogos Germânicos continuam por demarcar uma preponderância de traços considerados germânicos dentre os eventos que compõem as comemorações de maio. Da mesma forma, as matérias selecionadas e as narrativas configuradas pela edição direcionam este sentido, tanto é que a atração que mereceu destaque por meio de duas matérias<sup>203</sup> em duas páginas no

<sup>202</sup> 7º ParkChoppFest com vasta programação. (SEMANÁRIO de 2006, p. 20).

<sup>203</sup> Festival do Chucrute – público prestigia baile típico em clima de alegria e muita festa. *Semanário de 2006*, p. 28. E 41º Festival do Chucrute. (SEMANÁRIO de 2006, p. 29).

*Semanário* e aparte especial no chamado “espaço vip”<sup>204</sup> da publicação foi o 41º Festival do Chucrute. Narrado como evento que “retrata” a “tradição da cultura alemã” e que possibilita a degustação da “culinária típica”, a primeira matéria é ilustrada com duas fotografias que mostram os Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela dançando no Festival e por uma imagem de duas pessoas vestidas como o casal Chuc e Rute. O Festival ainda é entendido pelo prefeito entrevistado – Celso Brönstrup, do PPS – como “[...] um dos principais nomes que podemos desenvolver com fins turísticos”. A segunda matéria, que é ilustrada também por uma foto dos Grupos de Danças, traça um breve histórico do Festival e explica a sua “ligação intrínseca” com os Grupos. Outra página da edição onde encontramos esse sentido étnico, por exemplo, é aquela referente à sessão de culinária que, intitulada como “Culinária Alemã, uma fartura de sabores”<sup>205</sup>, se trata de uma homenagem ao aniversário do município, segundo seu colunista. Entre as receitas ensinadas na sessão, encontramos: chucrute, torta alemã e torta de ricota.

Quando dedica uma reportagem a uma história do município, através do título que abre este subcapítulo, “Só se pode compreender o presente se cultivarmos a nossa história”<sup>206</sup>, verificamos que a história a ser cultivada, que é narrada nesta sessão, está configurada de acordo com os fatos e as oblitterações encontrados já nas publicações anteriormente analisadas. A história narrada, como sugere o título, não menciona a presença de grupos indígenas no município antes e depois da chegada dos “primeiros” colonizadores, em 1856, como se um vazio populacional caracterizasse a região num período anterior. Baseada no relato e em textos de duas pessoas que escreveram livros sobre uma história do município – o historiador local Lothar Hessel, que publicou uma obra que conta a história de formação do município, “O município de Estrela: história e crônica”, em 1983, e o memorialista José Alfredo Schierholt que, em 2002, escreveu o livro “Estrela Ontem e Hoje” – a matéria narra fatores políticos que levaram à emancipação e trata também da lenda disseminada sobre o nome da cidade. Explicando o mito de que Estrela tem esse nome devido a uma estrela cadente que caíra próxima ao Rio Taquari e fora avistada pelos “primeiros desbravadores”, o texto ignora explicações históricas para o mesmo, como o fato de que a primeira fazenda dentre as sesmarias da região se chamava Fazenda da Estrela e poderia ser uma explicação. Há ainda na matéria espaço destinado a exibição de dados estatísticos recentes, como a área territorial de 195 quilômetros quadrados, os distritos que abrangia e a população da época de

<sup>204</sup> Espaço vip – Festival do Chucrute. (SEMANÁRIO de 2006, p. 31).

<sup>205</sup> Culinária Alemã, uma fartura de sabores. (SEMANÁRIO de 2006, p. 10).

<sup>206</sup> Só se pode compreender o presente se cultivarmos a nossa história. (SEMANÁRIO de 2006, p. 2).

acordo com o IBGE, que contava com 27.381 habitantes. Sendo uma sessão que narra uma história do município, observamos que, apesar de breve e voltada a fatores políticos que levaram à emancipação em 1876, a narrativa da publicação configura, em sua dimensão geral, uma intriga na qual a relação da história do município com a imigração alemã prepondera.

Outros exemplos que refiguram o entendimento da edição nesta direção ainda são as sessões referentes ao turismo, ao museu local e à sessão chamada cultura. Enquanto que a primeira ocupa duas páginas do jornal e apresenta, de modo breve, locais ligados à paisagem natural do município<sup>207</sup>, uma das páginas<sup>208</sup> é destinada especialmente ao Roteiro Turístico Delícias da Colônia, explicado na introdução desta tese. No espaço reservado ao museu local<sup>209</sup>, a também referida na introdução desta tese, Casa-Museu do casal Schinke, é narrada como um dos “mais belos locais de visita em Estrela” que contém peças antigas, livros escritos em português e alemão e revistas especializadas. Também com referência à cultura alemã, a sessão “cultura”<sup>210</sup> do semanário apresenta o Centro de Cultura e Turismo municipal, a história da edificação que o sedia, e os cursos promovidos pela entidade, tanto de instrumentos musicais e de teatro, dança e artes plásticas, como também o curso de língua alemã, único idioma estrangeiro ofertado.

As publicações analisadas acerca das décadas de 1990 e 2000 – o *Caderno Especial* e o *Semanário* – são, portanto, publicações que demarcam o fato de que a partir desse período, sem mais obras de aniversário promovidas especialmente pelo poder público municipal, os jornais passam a ser atores neste processo de “fabricação do acontecimento” comemorativo, atribuindo a si o papel de responsáveis não apenas pela divulgação do evento, como também pela construção de narrativas sobre uma história local. Na década posterior ao último grupo de organizadores dos festejos formado pela administração municipal, o jornal executor da tarefa de divulgar as festas de maio – *Caderno Especial* de 1996 – é produzido como suplemento da edição, mas destina pouco espaço para anunciá-las, limitando-se à programação comemorativa e assim num grau não tão forte étnico como em publicações anteriores ou como no *Semanário* de 2006. Esta publicação, além de anunciar a programação comemorativa, a demarca a partir de um tom mais marcadamente étnico teuto-brasileiro, em função das reivindicações à imigração alemã que, de certa forma, generaliza ou prepondera a narrativa acerca da população local. O rejuvenescimento econômico presente nos textos do

---

<sup>207</sup> Turismo. (SEMANÁRIO de 2006, p. 5).

<sup>208</sup> Turismo. (SEMANÁRIO de 2006, p. 4).

<sup>209</sup> Museu em casa – Residência-museu constitui um acervo rico e diversificado no município. (SEMANÁRIO de 2006, p. 3).

<sup>210</sup> Cultura. (SEMANÁRIO de 2006, p. 6).

*Semanário de 2006*, também é analisado de acordo com as intrigas configuradas, sendo o fator econômico elemento importante para a realização dos eventos comemorativos, pois ora se constituem em seu propulsor, ora não, em razão das conjunturas a que se inserem. Matizes temporais, assim, exibem a contemporaneidade das publicações conforme os estratos que as compõem. Neste sentido, segundo Koselleck (2014, p. 246):

Nossa história contemporânea contém estruturas que não são inerentes só a ela mesma. Existem constelações repetíveis, efeitos de longo prazo, presencialidades de atitudes arcaicas, regularidades em sequências de eventos – e só a história pode informar o historiador contemporâneo sobre sua atualidade.

Os concursos de beleza, que atribuem a si uma responsabilidade de representar a mulher do município, e são encontrados tanto nas narrativas das publicações analisadas no primeiro ponto de estudo (capítulo 2), como também no *Caderno Especial* de 1996, permanecem, pois o *Semanário de 2006* também os destaca<sup>211</sup>. Como analisado, as narrativas jornalísticas dos impressos analisados configuram enredos para a trajetória local. Um passado heroico é um estrato temporal em latência, pois subsiste, embora seus graus sejam tramados de maneira diferente conforme o período em que se insere. Já um passado traumático continua não havendo sinal nas narrativas históricas tramadas pelos jornais, o que poderia ser compreensível, devido as edições se comprometerem com um evento comemorativo e festivo. No entanto, sendo um dos poucos meios que tramam uma história local que é acessada pela população, atestam, alimentados pelas festividades de maio, uma história cultivada pelo predomínio étnico que permite uma determinada compreensão de presente – como intitula este subcapítulo. Um presente hábil a fomentar, por exemplo, preconceitos de raça, cor, etnia, religião e gênero.

#### 4.2 “140 ANOS DE MUITA HISTÓRIA”<sup>212</sup>

Finalizando a investigação acerca das narrativas construídas acerca da história da cidade de Estrela através de suas obras comemorativas, analisamos neste subcapítulo a edição mais recente que foi produzida em uma data fechada de aniversário de emancipação: aquela referente aos 140 anos do município, que foi publicada em maio de 2016. Com sua imagem de capa e legenda já perscrutadas no subcapítulo 2.1 do primeiro ponto de estudo desta tese, burilamos as demais narrativas presentes na edição que reatualizam uma história municipal a

<sup>211</sup> ParkChoppFest – concurso Miss Estrela será hoje e terá presença da Miss Brasil. (SEMANÁRIO de 2006, p. 21).

<sup>212</sup> Trecho da frase que legenda a capa do Especial de 2016. (CADERNO Especial de 2016, p. 1 (capa)).

partir da conformação de enredos que reivindicam uma tradição inventada para Estrela. Omissões, escolhas, formatos, composição, hierarquização de textos e imagens e ainda o alinhamento ou não com os fatos políticos nacionais são artifícios narrativos configurados que podem produzir um senso sobre uma história do município. Funcionando como uma estratégia de perenização do acontecimento eleito, aqui entendido como um acontecimento fundador que homogeneiza fatos e que, de acordo com Ricoeur (2007, p. 60), também apaga tramas:

[...] a espécie de perenização, operada pela série das reafirmações rituais [...] não faz de nossas comemorações o ato mais loucamente desesperado para fazer frente ao esquecimento em sua mais sorrateira forma de apagamento dos rastros, de devastação? Ora, esse esquecimento parece operar no ponto de articulação do tempo e do movimento físico, naquele ponto em que [...] o tempo ‘consome’ e ‘desfaz’”.

Dessa forma, sob a legenda “não tem futuro se o povo não cultiva o amor ao seu passado”(CADERNO Especial de 2016, p. 1 (capa)) na imagem que ilustra sua capa (Anexo B) e assim inaugura as narrativas sobre um passado-presente-futuro heroico creditado à imigração alemã, o *Suplemento Especial* de 2016 – aqui referenciado como “*Especial de 2016*” – reatualiza o ritual de aniversário através de suas matérias que proporcionam um excesso de memória e, simultaneamente, de esquecimento, operando narrativas que selecionam, segundo os editores, o que é digno de ser publicitado.

Desde o início dos anos 2000, segundo Schwingel (2018), são disponibilizadas as edições do jornal *Nova Geração* em versão online. Os impressos são efetuados em máquinas rotativas pertencentes à RBS (Rede Brasil Sul de Televisão), empresa filiada à rede Globo de televisão. O *Especial de 2016* foi acessado e arquivado neste mesmo ano da publicação para esta pesquisa, e o arquivamento foi importante em razão de os semanários anteriores a agosto de 2017 não estarem mais disponíveis online. Com uma tiragem de 1530 unidades de sua versão impressa, segundo Schwingel, o jornal atinge 14 mil acessos por mês em sua versão online – forma de divulgação que, conforme Arnt (2002, p.1), “[...] amplia, redobra, multiplica o potencial do jornalismo impresso.”. Ainda segundo o autor, os avanços na telemática entre os anos 1990 e 2000 permitiram aos computadores funcionarem como instrumento de mediação dos processos comunicacionais, configurando uma nova linguagem e adaptando uma nova forma de divulgar a informação.

Um “presente hipertrofiado” que, combinado com o medo do esquecimento, busca uma *patrimonialização galopante*, conforme Hartog (2006, p. 265), pode ajudar a explicar a sobrevivência das festividades de maio e a participação popular em suas atrações tão

noticiadas. Esta relação contemporânea com o tempo encontra ainda nas novas formas de comunicação baseadas em redes sociais locais o acesso virtual ao que grupos de interesse pretendem informar. Nessa lógica, o jornal *Nova Geração* também conta com a divulgação e apuração de matérias por meio das redes sociais Facebook e Instagram, que somam mais de 16 mil seguidores. Há ainda o aplicativo do jornal para celular, que é gratuito e possui atualização diária, o que corrobora com a afirmação de Dosse (2013, p. 260), segundo o qual “[...] a informação contemporânea aproxima consideravelmente o acontecimento das massas que tomam o conhecimento do mesmo e têm a impressão de participarem dele.”. Além do alcance mais amplo do público, a veiculação das matérias do jornal pelos meios digitais também se caracteriza pela coloração de todas as suas páginas, o que no *Especial de 2016* se traduz em títulos, fotografias e ilustrações coloridas, e em margens ilustradas com as cores presentes na bandeira do município. Em relação à publicidade, a edição destina aproximadamente 60% de seu espaço aos anúncios que, junto com as assinaturas, compõem sua renda. As vendas em bancas são, de acordo com Schwingel (2018), inexpressivas.

Sem editorial a apresentar a edição, o *Especial de 2016* anuncia em sua contracapa a equipe profissional encarregada pela publicação. Atualmente com uma mulher como proprietária, Carine Schwingel, que representa a atuação feminina ampliada na publicação, o expediente também exhibe responsáveis pelo setor financeiro, comercial, fotográfico, de arte e editoração, de texto e colaboradores envolvidos. Diferente das primeiras obras analisadas nesta tese, verificamos que o corpo profissional no que tange aos jornais analisados especializa-se com o tempo e não encontramos mais o status amadorístico assinalado no histórico do jornal *Nova Geração* em 1976 (SUPLEMENTO de 1976, p. 39).

Identificando-se como publicação especial de aniversário, o semanário dedica suas 32 páginas a informar aspectos sobretudo culturais da cidade. Inicialmente, as páginas narram uma história do município que explica o nome de Estrela a partir da lenda já narrada nas edições anteriores, reforça a narrativa de que a cidade foi colonizada pelos imigrantes oriundos dos estados alemães – o que é possível de ser visualizado em traços arquitetônicos que reproduzem o enxaimel, de acordo com o texto – e também destaca o setor educacional e a culinária característica do município, que oferece “[...] desde o tradicional churrasco gaúcho até as delícias da cozinha alemã com pratos à base de carne de porco, batata cozida a vapor, chucrute e cucas.” (CADERNO Especial de 2016, p. 2), segundo a edição. O processo emancipacionista, narrado em conformidade com as datas políticas anunciadas pelo álbum de 1926 e destacando as primeiras indústrias, escolas e o comércio da cidade, não menciona

povos indígenas presentes na região, fazendo coro à ideia de vazio populacional antes da colonização no território, como intrigado em edições já analisadas.

Na continuidade das matérias configuradas para o *Especial de 2016, Nova Geração* se ocupa em um segundo momento das atrações programadas para o 140º aniversário do município. A Maifest, promovida pelo governo municipal e entidades como o Rotary Club e a Comunidade Evangélica de Estrela, como em outras edições, é divulgada sob o título de “Maifest: programação diversificada” (CADERNO Especial de 2016, p. 4). Nas atrações programadas, no entanto, observamos que os programas são diversificados em certa medida, pois não expandem-se muito além dos eventos entendidos como germânicos ou então daqueles relacionados a uma cultura sul-rio-grandense que enaltece a figura do “gaúcho”: baile da melhor idade, torneio do boi, shows de rock e de música sul-rio-grandense chamada gauchesca, jogos germânicos no ParkChoopFest, grenais<sup>213</sup>, Festival do Chucrute, o chamado “típico” café colonial alemão, e jantar com comida alemã e cerveja. O Festival do Chucrute possui ainda páginas dedicadas à forma como é organizado, onde são destacadas as pessoas que realizam trabalho voluntário para planejar e realizar sua decoração com guirlandas confeccionadas com ciprestes locais e para preparar a culinária do evento, que inclui o chucrute, as cucas, as linguças e o Joelho de Porco. Também há espaço destinado ao Grupo Folclórico de Danças Alemãs, que conta com um histórico sobre o mesmo, e é ilustrado com imagens dos dançarinos, e com mensagens dos seus integrantes parabenizando a cidade e relatando a importância da existência do grupo para o município.

Fazendo referência a uma germanidade, o *Especial de 2016* ainda a refere nas sessões reservadas à culinária e aos monumentos existentes na cidade. Na primeira, intitulada como “As delícias da culinária alemã”, a proprietária de um restaurante local chamado “Blumenau” que, de acordo com a matéria, “[...] leva o nome germânico, [...] apresenta duas tradicionais receitas alemãs típicas do mês de maio em Estrela: o *Einsbein* (Joelho de Porco) e o chucrute.” (CADERNO Especial de 2016, p. 8). Colorida com as cores vermelha, dourada e preta, referenciando as cores presentes na bandeira alemã, o mote étnico também é enredado na página em uma coluna assinada por uma chefe de cozinha. Com o título “A influência da gastronomia alemã” (CADERNO Especial de 2016, p. 8), a coluna narra de forma generalista como a alimentação foi um elemento adaptado pelos imigrantes quando chegaram na região: “Influenciados pelos conhecimentos e cultura de sua terra-mãe, os alemães que cá chegaram adaptaram receitas” (CADERNO Especial de 2016, p. 8). Mencionando a mudança no clima

<sup>213</sup> “Grenais” é a forma como popularmente são chamados os jogos de futebol entre equipes representantes do Sport Club Internacional e do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, dois times de futebol sul-rio-grandenses.

no novo território, o trabalho nas lavouras dos imigrantes e a armazenagem dos alimentos como outras questões que explicariam as adequações realizadas e influenciadas pelos imigrantes alemães, a coluna completa o enredo da sessão, que é exclusivista, pois não há referência à outras culturas que trariam alguma ressonância à culinária local.

Em relação à sessão chamada “Marcos que marcam a história – alguns fatos da história estão registrados em pedras que eternizam os momentos” (CADERNO Especial de 2016, p. 10), monumentos erigidos em Estrela são enfocados incluindo breves descrições sobre o tema que homenageiam e sobre o momento em que foram inaugurados. Entre os dez monumentos apresentados – o referente à primeira casa construída na cidade, idealizado pelo Centro Cultural 25 de Julho do Vale do Taquari<sup>214</sup>; o marco do centenário da colonização alemã no Brasil; o monumento ao cascalho, que busca lembrar a submersão do cascalho pela represa das águas do rio Taquari; aquele que representa o 60º aniversário do jornal *O Paladino*; o marco dos 75 anos de emancipação de Estrela; a homenagem às mães idealizada pelo Rotary Club; o referente ao sesquicentenário da Revolução Farroupilha; os mascotes Chuc e Rute, mencionados na introdução desta tese; o monumento à carta-testamento do ex-presidente Vargas, idealizado nos anos 1950 pelo então governador do estado, Leonel Brizola e inaugurado em diversas cidades sul-rio-grandenses; e a estátua referente à Antônio Vitor Sampaio Menna Barreto, entendido como fundador da cidade – verificamos que há identificação com uma germanidade em alguns deles. Desde o monumento referente ao centenário da colonização alemã, passando pelos mascotes Chuc e Rute e pela localização do marco referente à primeira casa construída na cidade, que foi idealizado por uma entidade que desenvolve atividades ligadas a uma germanidade e que atualmente sedia a Casa-Museu do casal Schinke, observamos o quanto a temática étnica voltada aos teuto-brasileiros se encontra no âmbito simbólico dos vetores memoriais presentes em Estrela e como eles estão direcionados de maneira exclusiva aos imigrantes alemães e descendentes, quando referentes aos grupos formadores do município.

Esse sentido exclusivista sofre rompimentos na trama desenvolvida pela publicação em momentos onde elementos considerados de uma cultura sul-rio-grandenses tocam alguns temas e atrações das festividades de maio nas matérias engendradas. Enredando justamente aspectos não relacionados a uma cultura teuto-brasileira, a edição apresenta duas matérias que especificam a presença de outros traços culturais na região: uma relacionada aos italianos e seus descendentes – chamados de “gringos” pelos estrelenses – e a segunda fazendo

---

<sup>214</sup> O Centro Cultural 25 de Julho do Vale do Taquari Nota é abordado no quarto ponto de estudo (capítulo 5) desta tese.

referência precisa à cultura sul-rio-grandense, entendida como “gaúcha”. Num sentido de acréscimo a uma trama construída em um tom exclusivista, portanto, os descendentes de italianos – ou “gringos” – e os “gaúchos” aparecem na narrativa como elementos adicionais: “E tem os gaúchos!! Tradicionalismo da cidade também veste bombachas e vestidos de prenda. E muitas vezes se move a cavalo”<sup>215</sup> – intitula-se uma matéria, enquanto que a outra é nomeada com a frase – “Os gringos e sua colonização em Estrela – italianos criaram a Società Italiana Fiori Dei Piani para incentivar a cultura na cidade”<sup>216</sup>.

Somado a uma cultura local narrada pelo matiz de “típica” alemã, segundo as demais matérias que a elencam como algo dado e natural, o “tradicionalismo gaúcho” é referido no texto como cultura crescente de admiradores na cidade. Anunciando a maior participação de pessoas nos dois CTG’s registrados em Estrela, um dos membros da patronagem de um dos Centros não deixa de fazer referência à ideia de que o município tem “origem” alemã, o que justificaria o ainda parco número de integrantes no grupo, por exemplo: “Claro que ele [o CTG] não é tão atuante e histórico como em outras cidades, até pela origem germânica que é muito forte, também bonita, e à qual respeitamos. [...]” (CADERNO Especial de 2016, p. 18-19). Além da participação popular nas ações promovidas pelos CTG’s, a matéria ainda narra que a prefeitura municipal vem os incentivando, mas que o apoio de pessoas e empresas da região ainda são necessários.

Na matéria que adiciona os descendentes de italianos à narrativa configurada pela publicação, é informada a chegada destes à região, há mais de 40 anos, e os primeiros presidentes da Società Italiana Fiori Dei Piani, Sociedade criada por estes a fim de reunir o maior número de “gringos” e simpatizantes da região em 1994. Promovendo atividades como o “Tiro ao Prato”, o coral, os grupos de danças folclóricas italianas, de cantoria e o curso de idioma italiano, a sede social também conta com uma biblioteca cujos livros versam sobre a imigração italiana. Nesta perspectiva étnica, que aborda os descendentes de italianos para além dos alemães em Estrela, há ainda uma crônica na edição que contempla os dois grupos de maneira a narrar em tom jocoso suas diferenças<sup>217</sup>. Uma certa rivalidade entre as duas etnias é configurada a fim de identificar qual é a mais perfeita. Em sua conclusão, referindo que cada uma é perfeita em sua diferença, a crônica busca apaziguar qualquer rivalidade existente entre descendentes de italianos e de alemães na região. Observamos aqui, que

<sup>215</sup> E tem os gaúchos!! Tradicionalismo da cidade também veste bombachas e vestidos de prenda. E muitas vezes se move a cavalo. (CADERNO Especial 2016, p. 17).

<sup>216</sup> Os gringos e sua colonização em Estrela – italianos criaram a Società Italiana Fiori Dei Piani para incentivar a cultura na cidade. (CADERNO Especial de 2016, p. 18-19).

<sup>217</sup> Deus, alemães e gringos. (CADERNO Especial de 2016, p. 30).

embora o grupo étnico ítalo-brasileiro faça parte do enredo da publicação, o *Especial* referente aos 140 anos do município ainda configura preponderância ao grupo étnico teuto-brasileiro. Demais formas étnicas, quando lembradas, são tramadas como grupos que representam uma diversidade no município. Observamos, no entanto, que esta diversidade, quando lembrada, é possível de ser elencada, determinada na narrativa, de modo que não se apresenta como diluída entre a população, caracterizada pela busca de uma homogeneização da cultura teuta, como nas demais obras analisadas.

Na busca por configurar uma exclusividade à história local, o *Especial de 2016* também endossa determinada forma de contá-la. Dessa forma, o acontecimento engendrado em maio figura-se historicamente por esquecimentos que deturpam a realidade local, de acordo com as fontes aqui analisadas. Segundo Matheus (2010, p. 66), “Se o acontecimento não é um dado da realidade, mas um produto da articulação narrativa, então será a capacidade de verossimilhança, ou seja, de produzir concordância na narrativa, que fará com que esse acontecimento seja crível.”. Dessa forma, o acontecimento “[...] funciona como o ponto de convergência em torno do qual se disputam os sentidos.”. Assim, não apenas grupos são esquecidos, mas também a forma como a história é narrada cria conjecturas que sanam interesses de grupos determinados.

Além das tramas encontradas nas publicações referentes ao aniversário de Estrela, há alguns livros sobre uma história do município produzidos por historiadores e memorialistas locais. Estes materiais são abordados em uma matéria do *Especial de 2016* chamada “Os registros históricos”<sup>218</sup>. Quatro livros e uma obra comemorativa, o Álbum de 1926 que é analisado no primeiro ponto de estudo (capítulo 2) desta tese, são apresentados através das imagens de suas capas e com uma breve descrição sobre seus temas e o nome dos autores. Além da obra “O município de Estrela – História e Crônica”, de Lothar Hessel, escrita em 1983, e do livro “Estrela – Ontem e Hoje”, de José Alfredo Schierholt, de 2002, utilizados como referência nesta tese, e que configuram narrativas lineares e laudatórias sobre o município – o primeiro livro tramando acontecimentos políticos sobre Estrela, mas sem abrir possibilidade para um história mais diversificada, e o segundo abordando também esta perspectiva política, mas permitindo análise mais ampla sobre os povos indígenas que habitavam a região antes da emancipação, apesar de também estar marcado por um viés menos culturalista – também são exibidos o livro didático “Estrela – nosso município”, escrito em 1999 por S. Koch e Susana Mendonça, que apresenta informações e imagens sobre o

---

<sup>218</sup> Os registros históricos. (CADERNO Especial de 2006, p. 23).

município, e o livro “Perfis de Estrela”, organizado por Werner Schinke, um dos idealizadores da Casa-Museu existente em Estrela, em 2012. Na obra, Schinke publicou relatos e notícias de um estrelense que nos anos 1940 escrevia para o semanário local, *O Paladino* e para o jornal estadual *Correio do Povo*.

Definindo Estrela como um município com “[...] facilidades de uma pequena cidade e opções e diversidade de uma cidade de médio porte.”<sup>219</sup>, o prefeito Rafael Mallmann, representante do MDB, homenageia Estrela em mensagem transcrita no *Especial de 2016*. Outros partidos políticos que patrocinam a edição, como o PP, o PSB, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido Verde e o PTB igualmente deixam mensagem que parabeniza a cidade pelos 140 anos<sup>220</sup>, e um deputado estadual do PTB ainda figura em mensagem pessoal que afirma “As lutas do teu passado, edificaram este nosso belo presente!” (JORNAL NOVA GERAÇÃO, 2016, p. 9) – fica a reflexão sobre qual passado ele se refere. Como nas demais publicações analisadas, não há referência ao contexto nacional mais amplo como, no caso, ao processo que levou à remoção do governo da então presidenta do Brasil Dilma Rousseff, do PT<sup>221</sup>.

Como estamos analisando, os silêncios e os esquecimentos muitas vezes conscientes constroem significados que as narrativas configuram. Nas fontes comemorativas sobre o aniversário de Estrela verificamos que a não menção sobre alguns temas é histórica. Uma história sobre o município se inscreve assim como essencialista e é tingida pelo tom exclusivista que demarca uma cultura entendida como teuta. Nas tramas comemorativas, o passado que se quer lembrar é também aquele que pode sustentar o enredo construído no presente a fim de possibilitar determinado futuro. Conforme Barbosa (2001, p. 111), “O passado, convocado para intensificar o presente, passa a ser elemento de identificação para todos os que participam do mesmo gesto comemorativo e se instaura como prenúncio do futuro.”. Reivindicando então um futuro, a frase que legenda a imagem de capa do *Especial de 2016* (Anexo B), analisada no primeiro ponto de estudo (capítulo 2) desta tese – “Não tem futuro se o povo não cultiva o amor ao seu passado: 140 anos de muita história” – estabelece com suas matérias um sentido hermenêutico que configura uma narrativa de futuro baseada em um passado presente heroico. A sobrevivência de um passado presente traumático, no entanto, não se encontra nestas narrativas publicadas oficialmente no tempo sobre o qual

---

<sup>219</sup> Mensagem do prefeito de Estrela. (JORNAL NOVA GERAÇÃO, 2016, p. 5).

<sup>220</sup> Mensagens dos partidos políticos e de deputado estadual. (JORNAL NOVA GERAÇÃO, 2016, p. 9).

<sup>221</sup> Situação que marcou a política nacional em um processo parlamentar que teve início em dezembro de 2015 e se encerrou em agosto de 2016, provocou o início de uma ruptura democrática e ocasionou discordâncias ou concordâncias acerca da legitimidade de sua motivação entre a população brasileira, não é referida na edição.

investigamos. A memória, lacuna entre tempo e narrativa percebida por Ricoeur (2007, p. 17) e que impulsionou a escrita da obra “A Memória, a História, o Esquecimento” pelo autor, é entendida aqui também como ponte, como nível intermediário que possibilita um sentido histórico sobre o tema analisado nesta tese. Nos próximos subcapítulos, as memórias presentes de pessoas que vivenciaram um passado entendido como traumático – referente a Campanha de Nacionalização varguista – são analisadas de modo a configurar o sentido narrativo desta tese.

#### 4.3 INIMIGOS DA PÁTRIA EM POTENCIAL

As narrativas configuradas pelas publicações analisadas nesta tese tramam silenciamentos e esquecimentos acerca da história do município de Estrela que apresentam. Os subcapítulos que seguem oportunizam o cruzamento destes enredos – estes passados presentes marcados por um sentido heroico sobre os imigrantes alemães e seus descendentes em Estrela – com narrativas orais sobre um passado vivenciado por pessoas que habitaram a região do Alto Taquari no período entre os anos 1930 e 1940. A Campanha de Nacionalização varguista se tornou um passado que é presente nas memórias destas pessoas. É, portanto, um estrato temporal que contemporaneamente denuncia momentos traumáticos sobre prisões, delações, tortura e invasões a domicílios daqueles considerados inimigos da pátria em potencial.

Assim como o passado presente heroico, que se construiu historicamente como nuance temporal configurada de modo a obliterar momentos de tensão vivenciados por teuto-brasileiros, o passado presente que chamamos de traumático nesta tese também não está enredado apenas em traumas. Os estratos temporais se entrecruzam para se estruturar, mas são metodologicamente separados para serem identificados e possibilitarem um entendimento historiográfico da temática em questão. Assim como na construção de uma identidade étnica, que seleciona os traços culturais que irão identificar seus integrantes a fim de estabelecer limites étnicos que a diferenciam de outros grupos – no caso dos imigrantes alemães e seus descendentes as associações, o *ethos* do trabalho e o uso cotidiano da língua alemã, segundo Seyferth (1994), por exemplo – precisamos, segundo Koselleck (2014, p. 221) “[...] aprender a identificar os diversos estratos, a diferenciar entre estratos que podem mudar rapidamente, estratos que só se transformam lentamente e estratos mais duradouros [...]”. Desse modo, distinguimos metodologicamente dois estratos temporais nesta tese, o heroico e o traumático

que se estruturam sem deixarmos de compreendê-los como resultantes de intersecções com demais estratos temporais subsistentes.

A memória, neste sentido, não é uma “[...] grandeza estável que continua a atuar de forma imutável. Ela está sujeita aos efeitos [...], que podem condicionar, recalcar e canalizar a memória, transformando as lembranças que se têm dela.”, conforme Koselleck (2014, p. 253). Está sujeita, portanto, aos arranjos que a temporalidade condicionou até o tempo presente. A Campanha de Nacionalização – período nem sempre lembrado pelos narradores com este nome ou nem sempre vinculado ao governo autoritário de Getúlio Vargas – é narrada contemporaneamente pelo seguinte tópico frasal lançado às pessoas entrevistadas: “o tempo em que foi proibido falar em alemão”. A partir deste tópico inicial, temas que funcionavam como vetores de memória instrumentalizaram a autora nas entrevistas e possibilitam esta narrativa historiográfica nos eixos temáticos que enredam estes subcapítulos: inicialmente voltado às situações repressivas que envolveram prisões, vigilância e delações, e em seguida sendo direcionado às interdições cotidianas em locais de sociabilidade: a escola, os bailes e as igrejas. Todos eixos são transversalizados pela questão do medo que as pessoas tinham em se expressar em idioma que não fosse o vernáculo, mas também por algumas doses humorísticas segundo as formas como driblavam as ações de fiscais e delatores, os “deutscher fresser”<sup>222</sup>, que poderiam os denunciar para agentes da polícia.

A pouca relação entre as proibições (como não ouvir rádio ou canções em idioma alemão, não se comunicar ou não possuir objetos com inscrições também neste idioma) e o contexto político nacional mais amplo, o Estado Novo implantado em 1937, quando o governo impunha autoritariamente medidas nacionalizantes à população, se presentifica nas narrativas orais quando as proibições são questionadas sobre seu alcance, se ocorriam em demais lugares e se tinham motivação política. Apesar de compreenderem as ações de fiscalização, delação e tortura como locais, a associação com a 2ª Guerra Mundial era mais referenciada em função da repercussão que a Alemanha nazista teve numa temporalidade subsequente à guerra. A impossibilidade de expressar o idioma aprendido com os pais na época é narrada por Serenita: “[...] prendiam muito os que falavam alemão. Simplesmente não podia falar alemão, só português.” (RUSCHEL, 2010), e Eugênio, que compreende a proibição como um problema localizado, expressa: “Ora, a questão muito foi daqui da localidade, não era em toda parte” (NOLL, 2010). Já Antônio Victório, que trabalhava como

---

<sup>222</sup> “Deutscher Fresser” é tradução alemã que os narradores utilizam para a expressão “comedor de alemão”. Os “deutscher fresser” eram, segundo os entrevistados, civis, em sua maioria vizinhos, que em virtude de alguma rixa pessoal com algum imigrante alemão ou descendente, o delatava para o delegado municipal ou algum agente a serviço da polícia.

cozinheiro na casa de um professor, e por isso costumava ouvir os assuntos políticos conversados na roda de amigos deste, estabelece relação entre os acontecimentos locais e a política estadonovista (BOHN, 2010).

Nas memórias narradas por Antônio Victório, o Estado Novo é entendido como ditatorial e a 2ª Guerra Mundial é correlacionada ao contexto brasileiro em função da perseguição àqueles que falavam o idioma alemão e discutiam as questões políticas do momento. Na casa do professor de Antônio Victório, era habitual a reunião de amigos para conversar sobre a Ação Católica, da qual o professor era presidente, assim como ler e discutir o que os jornais noticiavam:

Antes da noite então os amigos dele se reuniam pra tomar chimarrão e olhar os jornais [*A Nação* e o *Neue Deutsche Zeitung*]. Aí aparecia nos jornais aquelas manchetes ‘os alemães nazistas afundaram mais um navio brasileiro’ e vinham as notícias da guerra. ‘Hitler invadiu a Áustria primeiro, começou a invadir os países ao redor’ e então eles liam e comentavam essas notícias dos jornais. (BOHN, 2010).

Abrir a casa para discussão de acontecimentos políticos propiciou, segundo Antônio Victório, a escuta ao que era conversado na roda de amigos do professor por espíões, que o consideravam um “nazista camuflado”. De acordo com Antônio Victório, a espionagem ocorria porque “[...] alguém depois andou fazendo fofoca de que esse grupo da Ação Católica era camuflado, que de fato era um grupo nazista, que torciam para a Alemanha e [...] nazista camuflado, já diz tudo né. Mas não era, era a Ação Católica” (BOHN, 2010). A desconfiança à rede estabelecida pelo professor e as escutas às conversas o levou a prisão, também narrada por Antônio Victório:

Então em 1942 ele [o professor] foi fazer suas férias na casa dos pais dele em Santa Cruz e, no dia que ele voltou, alguém noticiou: ‘agora ele está de volta!’. No outro dia que ele voltou bateu a polícia de Estrela lá. Era um 29, um [...] como se diz hoje um delegado, naquele tempo tinha outro nome, era tempo da ditadura, não era prefeito que tinha, era intendente [...] não tinha eleições democráticas. Getúlio não era democracia (pausa). Então no outro dia bateu lá um 29, com um(s) policial(ais) e um tal de delegado de Estrela e perguntaram por ele, rodearam ele, fizeram mil perguntas, revistaram toda a casa, levaram junto [o professor]. Não tinha armas, mas ele tinha um binóculo, um binoculzinho, assim, de observar coisas. Ele tinha o rádio à galena, rádio era coisa de luxo, porque tava começando o rádio naquele tempo. Rádio de galena era um radiozinho barato que os pobres tinham, ele era pobre. Se botava ele [o rádio] lá na torre da igreja pra se pegar alguma coisinha. Os primeiros rádios eram de galena, não tinha alto-falante, nem nada, era fraquinho. Levaram junto esse binóculo e tudo que era livro que tinha em alemão dentro de casa [...] livros inocentes que a Alemanha mandava pra nós, de cantos pra escola, todos os cantos em alemão, que cantávamos na escola e também nos cultos. Então alguém tava de olho, a gente sabe mais ou menos quem foi, um inimigo que ele tinha, não vou dizer o nome, porque foi o grande suspeito que fez essas denúncias. Era alguém que morava lá, uma pessoa normal. Havia uma rixazinha, já to dizendo demais. Então ele foi preso naquele dia, levaram ele pra Estrela, ficou três semanas

lá retido. Não numa cadeia assim [...] era mais a base de perguntas e coisas, então levavam lá pra descobrir qualquer coisa, e continuavam chamando gente de Corvo, no fim aquela vila não tinha mais um homem em casa. Eram chamados a Estrela pra depor, pra espionar, pra falar [...]. Então ‘você gostaria que a Alemanha ganhasse a guerra?’ O sentimento era muito natural, né, a gente não tava contra a Alemanha, mas depois quando veio aquela guerra assim, o sangue pede isso, de fato a gente torcia pra Alemanha, mas não pra arrasar nós aqui no Brasil. E o [...] [professor] foi o primeiro, ficou três semanas, os outros ficaram menos. De repente, num dia voltou todo batalhão pra casa, mandaram de volta. (BOHN, 2010).

Em razão de conviver no mesmo ambiente onde aconteciam as discussões entre os amigos do professor, o narrador afirma que o fato de ser um jovem de menoridade o livrou da prisão: “Não me levou preso [o policial] porque eu era menor, se não naquele dia eu também ia junto. Porque eu era quem tava mais envolvido com aquele grupo. De repente podiam ter me levado, porque na ditadura vale tudo né” (BOHN, 2010). Se o grupo que compunha os encontros na casa do professor tinha ideias nazistas ou não, não encontramos documentos para comprovar. O que a narrativa de Antônio Victório permite compreendermos é a situação de que as reuniões de grupos podiam ser entendidas como suspeitas pelos agentes policiais e os levavam à espionagem dos ambientes onde aconteciam. Além disso, delações também ocorriam, tanto por fofoca, segundo a narrativa, como em decorrência de rixas pessoais, que são lembradas por Antônio Victório. O período estadonovista deixou para o narrador, portanto, a lembrança de um período marcado pelas tensões que presenciou e pela dificuldade em enfrentá-las: “A gente não podia protestar, não era democracia. Não existia greve, nem nada. Sabe como é a ditadura, tem que baixar a cabeça se não apanha, vai pra cadeia e não pode nem protestar. Ditadura é assim né, o chefe é um né” (BOHN, 2010).

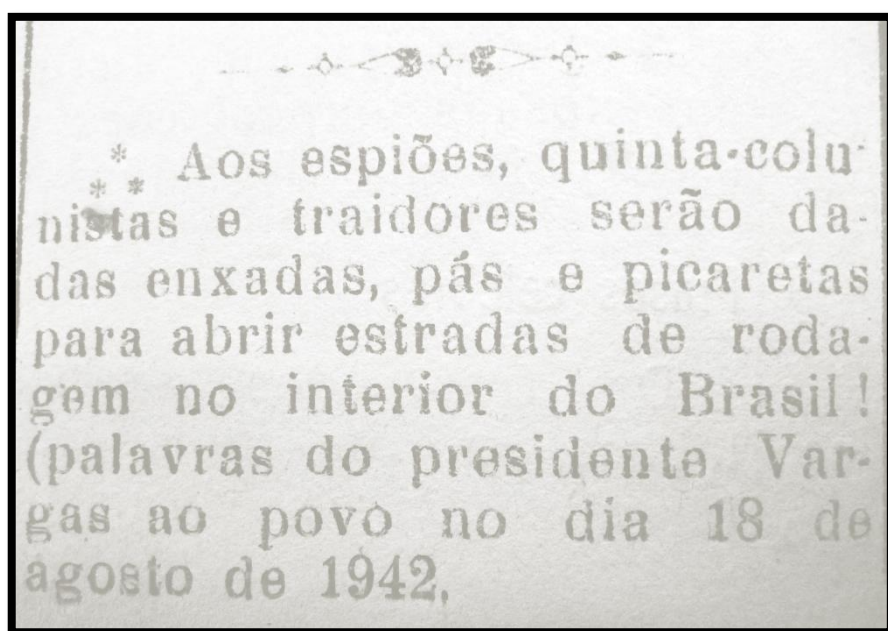
Além da sensação de impotência diante das atitudes policiais – em parte noticiadas em *O Paladino*, conforme figuras 12 e 13 do segundo ponto de estudo desta tese –, narrada por Antônio Victório, os anos 1930 e 1940 também foram marcados por casos de tortura que ultrapassavam o limite da prisão, como em outro caso lembrado por Antônio Victório:

Então aconteceu muita coisa, em Arroio do Meio tinha um [sobrenome germânico] que, [...] só porque era de origem alemã, levaram ele e castigaram ele pra confessar mais coisas [...] então eles não falavam contra si, eram castigados pra dizer a verdade, apanhavam. Esse Mathias<sup>223</sup>, disseram que botaram ele num tanque com água até aqui (altura do pescoço) e com uma bomba, não podia parar, não sei quantas horas [...] uma bomba daquelas de bombear água pra fora, daquelas manuais, pois não tinha eletricidade. E com a água até aqui (altura do pescoço) fica bombeando se não se morre afogado, e os pés presos embaixo. Ele sobreviveu porque no fim deixaram ele tantas horas e [...] com aquela ânsia de morte, (pensava:) ‘agora vou morrer afogado’ [...], mas ele não mudou a conversa. (BOHN, 2010).

<sup>223</sup> Os nomes expressos pelos narradores durante as entrevistas aparecem como fictícios nesta tese.

Além da tortura via instrumentos como o narrado acima, os entrevistados também relatam outras formas de violência àqueles que eram capturados pelos policiais: pessoas que apanhavam na prisão, como menciona Antônio Victório, por exemplo, e pessoas que eram recrutadas para cumprir serviços públicos no município. A figura 20, nota publicada no jornal produzido na cidade próxima, Taquari, assevera o que é narrado por entrevistados:

Figura 20 - Cartaz colocado nos muros do município de Estrela proibindo o uso dos idiomas alemão, italiano e japonês durante o Estado Novo



Fonte: O TAQUARYENSE, ano LVI, n. 2842, p. 2, 26 set. 1942, matéria local.

Como afirma Carneiro (1999, p. 336), “Esses regulamentos traduziam-se como ‘atos legais de violência’, dando a necessária autoridade à ação policial”. E assim, casos de abuso da autoridade eram recorrentes. O memorialista lajeadense Lampert (2011, p. 7-8), por exemplo, narra o que além do cárcere, junto à presos comuns, podia ser imposto na prisão:

Flagrado falando alemão, o preso era conduzido ‘por diante’ até a prisão, onde passava a noite em vigília junto com presos comuns na mesma cela. Na manhã seguinte, lhe era entregue um balde, um escovão e sabão, e forçado a lavar a latrina externa do presídio, que atendia os presos, soldados e visitantes. Depois de humilhado ao máximo era mandado para casa.

A mera comunicação em idioma alemão era taxada como criminosa. De acordo com Gertz (2005, p. 57) “[...] a ‘nacionalização’, na maioria dos casos, derivou muito mais da ojeriza que se tinha ao ‘exótico’ do que de fatos concretos que pudessem ser classificados como inequivocamente ‘subversivos’”. Se alguns dos fatos eram ou não subversivos, não

podemos comprovar. No entanto, apenas a pronúncia no idioma alemão – muitas vezes o único idioma falado por alguns moradores – era motivo de medo dos teuto-brasileiros. Martha, por exemplo, narra uma situação vivenciada por seu sogro:

Aí o meu sogro e o padre Jorge fugiram ligeiro pra casa, porque viram aquele cara que denunciava tudo, né? Pegaram e foram pra casa [...] mas pegaram uns quantos! Tinha a procissão de Corpus Christi aí uns quantos colonos tavam lá capinando na praça enquanto a procissão passava [...] (PETRY, 2013).

Capinar um terreno determinado pelos policiais, como expresso pelas enxadas, pás e picaretas da nota acima (Figura 20), é algo comumente narrado pelos entrevistados. Ida, irmã de Martha, continua a fala desta mencionando a situação: “Eles foram presos na época da procissão de Corpus Christi, aí eles botaram eles pra capinar para desaforo. Aí eles se ajoelharam lá [...]. Foram presos também” (MALLMANN, 2013). As irmãs ainda contam o caso de um padeiro que “falou alemão, porque era alemão” e, ao escapar de um serviço público a que fora imposto, foi preso e teve um destino infeliz: tortura e enforcamento. Segundo Ida, “O José foi agredido sim, eles botavam eles num tonel” (MALLMANN, 2013), e Martha continua: “Até na água tinham posto, o José quase foi afogado [...]. Eles apanhavam” (PETRY, 2013). Quando questionadas sobre como a notícia da morte foi divulgada e recebida pela população local, Ida narra: “Ah, foi um choque né? A gente sabia que o coitado era um cara honesto, uma pessoa boa [...]. E no fim não aguentou. Outros conseguiram passar por cima [...] muitos foram presos também” (MALLMANN, 2013).

Ressaltamos ainda que muitas destas lembranças são configuradas como “memória por tabela”. Situações que narradores “ouviam falar” fazem parte dos processos memoriais como transferências, projeções que se remetem a outros eventos vividos pela pessoa ou narrados por pessoas durante sua vida, segundo Pollak (1992). Assim, a memória se constitui no entrecruzamento dos estratos temporais que paralelamente convivem com ela de modo que, como afirma Koselleck (2014, p. 253), “Os fatores que formam a consciência apresentam, portanto, estratos múltiplos”. Nessa forma, outro caso de tortura na prisão é rememorado pelo que Délcia ouviu falar em algum momento de sua vida:

O pai do Jairo, ele era da Alemanha [...] ele falava alemão e português também no fim, mas quando ele falou alemão, eles levaram ele lá pra Porto Alegre – assim contaram, né? – e daí eles botavam umas barra de gelo e ele ficou três semanas pingando aquelas barra porque ele falava alemão [...]. Ele era da Alemanha. É, assim, e pingava aquela água gelada no inverno [...]. E ele sem roupa, parece [...]. Isto eles contaram, eu não sei se é ou não é. (FREITAS, 2013).

As maneiras como pessoas eram torturadas variavam segundo as narrativas. A ideia de abrigar a todo custo um alemão foi situação registrada por Fáveri em sua pesquisa sobre as memórias do período no estado de Santa Catarina. Segundo a historiadora, uma das práticas utilizadas pelos policiais era fazer com que o preso ingerisse óleo:

A prática de violentar o estrangeiro, obrigando-o a engolir óleo (diesel, óleo queimado, de rícino, misturado com gasolina), aparece com sentido simbólico de ‘batismo’ [...] [se tornar brasileiro após ingerir óleo]; ou, noutra leitura, forma de humilhar e fazer abrigar-se através da violência física, mas também psicológica, forçando-o a renegar sua cultura e seus valores. (FÁVERO, 2005, p. 264).

Por tabela, a entrevistada Renate – nascida em 1941 – narra o processo da prisão do pai. Um pastor luterano que foi deslocado a uma colônia penal do Rio Grande do Sul:

Mas o meu pai, assim, eles passaram maus bocados com esse negócio de estar lá na colônia penal [...] lá eles até se davam bem, eles tinham muita folia porque toda a alemoada tava junto lá, plantavam batata e não se esforçavam muito, mas quando ele foi solto, depois de um mês, porque ele veio de vapor [...]. Ele disse que ele comprou um Correio do Povo, se escondeu atrás daquele Correio do Povo e fez de conta que entendia aquilo para não precisar falar com ninguém, né? (HILGEMANN, 2010).

Ainda criança durante o período da nacionalização forçada, a memória construída por Renate sobre a prisão do pai traz também o elemento religioso neste processo. Padres e pastores tiveram que adaptar os cultos e missas em conformidade ao que era normatizado, como analisamos no segundo ponto de estudo desta tese (capítulo 3). O motivo da prisão do pai teria relação com as intervenções pelas quais as igrejas passaram, conforme Renate:

Isso alguém deve ter dado parte [...]. Ele só sabia falar alemão, aí então a igreja naquela época mandava estudantes que davam apoio e que tinham que assumir o serviço falando português, e que também tinham que dar aula [...]. Então meu pai aprendeu português assim, né. Mas isso era proibido para todo mundo, quem era alemão, ia preso. (HILGEMANN, 2010).

Quanto à forma como se deu a captura do pai, a trama configurada por Renate narra uma revista aos objetos da casa realizada pelos policiais, situação também relatada por outros entrevistados: “Vasculharam. Entraram no escritório, né. Jogaram tudo no chão, alguns livros levaram junto, que eles achavam que fosse nazista, mas meu pai acho que nem tinha [...]. Mas quando tu não entende nada, tu acha que tudo é nazista, porque era em alemão” (HILGEMANN, 2010). Assim, qualquer documento escrito no idioma alemão encontrado nas residências, ou alguma reunião de imigrantes ou descendentes de alemães poderia justificar a mobilização policial. O contexto histórico do período – uma guerra mundial conglomerada a

um projeto político nacional no qual a modernização do país passava por questões identitárias, de assunção patriótica – produziu um ambiente propício às investidas autoritárias, dado o fato de a nação brasileira ter se estruturado política e historicamente pela diversidade étnica.

Os “fãs de Hitler”, como são chamadas algumas pessoas que se encontravam na denominada “Hitler Haus”<sup>224</sup>, onde havia reuniões lideradas por uma mulher, de acordo com uma estrelense entrevistada, Tea, talvez poderiam ter alguma ligação nazista. Apesar disso, não encontramos fontes acerca destes encontros além da configuração narrativa, que é um demonstrativo das tensões provocadas nos teuto-brasileiros sobre o período. Segundo Tea, “A Jussara então era um pouco mais instruída, era uma senhora solteira, e ela então lia em alemão e explicava muita coisa, porque eles tinham vindo recentemente da Alemanha. [...] meu pai nunca participou, mas a mãe gostava dessas coisas [...]” (HUNEMEIER, 2010). Encontros de teuto-brasileiros eram uma ligação ao regime instaurado na Alemanha em potencial para as autoridades policiais. Assim, as suspeitas avolumavam-se.

Quando questionados sobre a guerra, muitos narradores evocam Hitler na lembrança e buscam fazer no presente associações entre a etnia germânica, os parentes que continuavam na Alemanha no período e o regime nazista, considerado hoje negativo. Entre as narrativas, os entrevistados abordam se as pessoas eram favoráveis ou não ao fascista alemão, mas não identificam entre os apoiadores do regime seus familiares, ou então os colocam como ignorantes ao que era efetivado pelos nazistas, como narra Ida:

Tinha muito alemão que era a favor do Hitler, porque a gente não sabia até que ponto, o que era, quem era o Hitler! Aí muito alemão era a favor. Tinham os, agora até fala nesta novela né? Dos integralistas! Eles eram, até o meu irmão, o Luiz, ele era a favor dos integralistas [...] não sei se fazia parte, mas era a favor. Porque não sabiam exatamente o que era, o significado. Mas depois que o pessoal se inteirou dessas barbaridades que foram feitas, aí [...]. (MALLMANN, 2013).

Afirmar que “não sabiam exatamente o que era” realizado pelos nazistas, ou defendido pelos integralistas não deixa de ser uma maneira de os entrevistados não comprometerem pessoas e se colocarem como passivos ao que acontecia. A narrativa que se configura diante das entrevistas realizadas trama que o fato de ser imigrante alemão ou descendente não significava uma adesão ao regime, mas sim um apoio à Alemanha na guerra em virtude desta ser identificada como lugar de nascimento ou de origem familiar. Tea expressa que “Quem era alemão sempre torceu pra Alemanha!” (HUNEMEIER, 2010), e Renate afirma: “Acho que dos alemães a grande maioria era ‘nós vamos ganhar, nós vamos vencer’, e daí o Hitler lá

---

<sup>224</sup> Traduzido para “Casa de Hitler”.

também mentia, sempre tava ganhando as batalhas, e acho que era bem o contrário, então [...]” (HILGEMANN, 2010).

Narrar, ainda que brevemente, sobre adesões políticas no período também produz lembranças sobre as pessoas que eram arregimentadas a participar dos confrontos, que envolveram a atuação de soldados brasileiros na Europa. Através das lembranças narradas nas entrevistas, a possibilidade de familiares serem alistados na época é recordada como momento de sofrimento. Ermilda, por exemplo, que teve um irmão que, apesar de convocado, não fora chamado, fala que a sua mãe “[...] até doente ficou, porque ela sofria do coração [...] então isso afetou muito” (JAEGER, 2013). A notícia da convocação do irmão para a mãe de Ermilda foi tão triste, que levou essa ao falecimento antes de saber que o filho não chegou a ser chamado, segundo a narradora. As irmãs Delcia e Wally, em suas entrevistas, também narram com pesar o momento em que temiam o alistamento do pai e dos tios à guerra:

Aí eu sei que um ano, não sei o ano, nós fomos lavar roupa e a mãe foi junto, em um arroio, e ali tinha uma pontezinha e ali as pessoas estavam passando com o cavalo pra ir pra Estrela, porque eles foram chamados [para a guerra], e a mãe chorava muito [...]. Aquilo tudo tu grava, pequeninha como tu é, tu vai gravando [...]. E eu ‘Que que é isso? O que que é isso?’ e a mãe disse “Tem guerra, eles vão pra Alemanha, e a próxima o pai vai ir também, e o tio André e o tio Alair [...]”. E aquilo eu gravei. Depois eles choravam também, a mãe contou pras tia que o pai, mais tarde ia faltar gente, e que a mãe chorava porque ela com duas filhas lá, e de onde ia vir o alimento? (LOHMANN, 2013).

O sofrimento da mãe enunciado pelas irmãs oportuniza também observarmos, de maneira geral, o lugar ocupado pela mulher no período analisado. Assim como demais narrativas analisadas nos permitem essa reflexão, o relato das irmãs sobre este episódio específico acerca do alistamento do pai demonstra a preocupação da mãe no provimento das necessidades das filhas, caso seu marido fosse recrutado. Em grande parte, mulheres se responsabilizavam pelos trabalhos domésticos e pela educação dos filhos, enquanto os homens eram incumbidos de um trabalho que suprisse os gastos financeiros da família. O trabalho no campo também caracterizava a forma como eram abastecidos muitos teuto-brasileiros, e nesse caso também homens costumavam ser mais expostos ao contato com pessoas para além do núcleo familiar – o que necessitava de cuidados com a fala proibida no idioma alemão –, enquanto que mulheres se ocupavam dos afazeres domésticos.

A violência durante a Campanha nacionalista não se efetivou apenas fisicamente, como as narrativas acima anunciam. Simbolicamente, como demonstram os sofrimentos narrados, também se violentava suspeitos em função de encontros que realizavam ou de falarem o idioma alemão, de modo que amigos e familiares mantinham o medo nas ações que

tomavam. Alguns teuto-brasileiros também eram delatados em função de rixas pessoais, brigas entre vizinhos e disputa de poder. Infiltrados, os “deutscher fresser”, aqueles que não pertenciam à polícia mas delatavam situações que poderiam comprometer de alguma forma os teuto-brasileiros em troca de favores ou dinheiro, aparecem muito nos relatos dos entrevistados. Segundo o historiador local Schierholt (1992, p. 166), “Para receber favores ou praticar vingança, muitas pessoas se escondiam junto às paredes para ouvir, no recesso do lar, em reuniões familiares e comunitárias, a fala estrangeira, nem que fossem orações.”. Desse modo, de acordo com Fáveri (2005, p. 113), os cuidados ultrapassavam o ambiente externo das casas, entrando no recinto pessoal das famílias: “Oportunizada a denúncia, ficavam legitimadas as detenções e por esse motivo a intolerância ultrapassou fronteiras do admissível e entrou nos espaços privados: o medo silenciou e levou à autovigilância; era um tempo de perseguição, de rancores.”.

A fala de Eli, que ainda quando entrevistado demonstrava consternação diante dos fatos lembrados sobre o “período da proibição do alemão” e a ação dos infiltrados, exemplifica a forma como essa violência simbólica operava. Ocorrendo como um fato comum a invasão de agentes policiais às residências de teuto-brasileiros, que procuravam objetos ou materiais com inscrições que remetessem à Alemanha, o diário escrito pelo avô de Eli, que contava a viagem da Alemanha ao Brasil em idioma alemão, fora confiscado. Além do confisco, no entanto, tiveram outro destino as narrativas do avô, como narra Eli:

O pai do meu pai, que eu não conheci, era alemão, ele veio da Alemanha com um livro em que tomou nota de toda viagem. Não sei se são dezoito meses ou oito meses viajando em alto mar. O vô anotava num livro tudo, que ele veio da Europa, a viagem, tudo. Mas escrito em alemão. Daí ele [o infiltrado] foi ‘pega lá’ e tocou fogo no livro. Ele era carrasco mesmo [...] ele era tão cretino que [dizia]: ‘pra não te prender, eu quero linguça, quero banha’. Essa cretinice. Mas não era só ele, tinham muitos em outros lugares. O meu irmão tem ódio hoje ainda do [infiltrado]. (HART, 2010).

Queimado em frente aos familiares por um delator bastante presente nas narrativas dos estrelenses<sup>225</sup>, o diário representava parte da memória familiar que era apagada. Na fala de Eli também observamos a condição estabelecida pelo delator para não prender o familiar daquele: através da chantagem. Verificamos ainda o ressentimento mantido atualmente diante dos fatos, como demonstrado narrativamente pelo ódio do irmão de Eli ao infiltrado que incinerou o diário do avô. As ações dos delatores, chamados de infiltrados, portanto, ultrapassavam a

<sup>225</sup> Bastante presente nas narrativas dos estrelenses, o nome deste infiltrado era constantemente solicitado para não ser revelado pelos entrevistados. De acordo com estes, o fato de a cidade ser pequena e de os descendentes do infiltrado estarem vivos impossibilitava esta inscrição.

delação e resultavam em atos como o descrito que denunciavam situações de abuso de poder por aqueles que tinham algo contra os teuto-brasileiros. De acordo com Canceli (1993, p. 140),

Sob uma estratégia de poder embasada no pressuposto de que formas discordantes de pensamento ou ação queriam dizer sentimentos antipatrióticos e indignos, e que o terror e o medo eram indispensáveis para manter a salvo os lares e as famílias, a população agia mais uma vez como delatora.

Neste sentido, casos de delação estiveram presentes na maior parte das narrativas analisadas e destaca-se o que infiltrados recebiam em troca. Ida, por exemplo, narra: “Tinha lá o Jairo, que ele adorava contar as coisas para a polícia para ele ganhar [...]. Não sei, a confiança da polícia, né? Não sei se ganhava alguma coisa por fora [...] ficava espiando nas casas pra ver se alguém falava alemão, para contar para eles.” (MALLMANN, 2013), e Wally também relata um episódio que envolve as denúncias:

Isso foi aqui em Lajeado, isso eu me lembro que tinha um, eu não lembro o nome dele, então ele passava nas casas e quem falava alemão ele denunciava. Ele era aquele brasileiro puro, nato [...] então ele passava e escutou o nosso vizinho que tinha padaria, o Antônio, e ele escutou e ele foi pra cadeia. Tava falando alemão dentro de casa com a mulher dele. (LOHMANN, 2013).

Nas residências, o medo acerca das medidas repressivas efetuadas a partir das delações incentivava os teuto-brasileiros a organizarem esconderijos para os materiais que referenciavam a Alemanha. Em relação às apreensões realizadas, aos motivos dignos de suspeição e aos abusos de poder, o memorialista Lampert escreveu:

Espingardas de caça e revólveres de defesa pessoal foram confiscados dos suspeitos, sem recibo. Seus registros de propriedade foram requisitados com endosso em branco e sumiram-se na neblina. Rádios, automóveis, máquinas fotográficas também. O telefone, telégrafo e o correio censurados. Se alguém tivesse sobrenome alemão, já era suspeito. Se abandonado ou influente, já era um sujeito perigoso. Se fosse evangélico, muito pior. Se tivesse sido membro da Ação Integralista já era considerado um traidor em potencial e nefasto espião do Eixo. Criou-se um clima de terror e propício para extorsão de dinheiro de vítimas inocentes e indefesas. Eram obtidos ‘empréstimos’, que jamais seriam ressarcidos. (LAMPERT, 2011, p. 8).

A entrevistada Martha lembra dos livros apreendidos pelo pai de uma colega sua da escola:

Eu tinha uma colega, ela fez o ginásio em Lajeado [...]. Ela era filha do [...], aqueles tempos os senhores da polícia se dizia amanuense, na época o jardim, aí a gente fazia lições junto, ia junto no ginásio, aí eles tinham os livros em alemão que eles tinham apreendido, aí diz assim a mãe dela ‘olha ali os livros da alemoadá’, que ali embaixo tava [...]. Eu ficava bem quietinha e tudo, não abria a boca pra nada [...]. (PETRY, 2013).

E Gerda (MÜLLER, 2010) narra que o pai queimou diversos livros escritos em idioma alemão no forno da casa afim de evitar apreensões. Com o mesmo objetivo, outros narradores recordam a tática de esconder materiais, como Martha: “A gente teve que esconder do lado do forno, onde tinha um defumador. A gente escondeu ali dentro. A gente tinha que esconder tudo! Nós tínhamos aquelas revistas alemãs e tudo [...]. A gente teve que se desfazer de tudo” (PETRY, 2013), Ermilda: “É, porque as pessoas às vezes tinham um livro em casa em alemão, e eles escondiam com medo que eles viessem e iam ser presos [...]” (JAEGER, 2013) e Walter, que afirma: “Não, não [...]. A gente tinha em casa livros em alemão e essas coisas, então a gente teve que dar um sumiço neles, né? Mas isso com certeza!” (JAEGER, 2013).

Além dos objetos com inscrição no idioma alemão, havia outro item que exigia o cuidado dos teuto-brasileiros: o rádio. Instrumento suspeito de servir como um receptivo da “*Deutsche Welle*” (transmissão de notícias da guerra diretamente da Alemanha) através das ondas curtas, os rádios passaram a ser meios de comunicação proibidos de serem ouvidos no que tangia aos assuntos informados em idioma alemão. Dessa forma, diversos entrevistados configuram narrativas sobre a escuta escondida das notícias do rádio, pois além de ser um meio que divulgava notícias na língua que compreendiam, também recebiam informações sobre o conflito que ocorria onde alguns parentes seus habitavam. Segundo Herta, que era agregada na residência de uma família de imigrantes alemães no período, teuto-brasileiros se reuniam na casa para obter informações sobre a guerra pelo rádio dos amigos, mas faziam isso escondidos:

[...] a polícia desconfiava que tinha alguma coisa lá [na casa da família] mas eles não descobriam o que era. Porque eles [os que estavam reunidos] faziam de conta que estavam ali [dentro casa], mas uma outra ficava no rádio e tomava nota das notícias, numa casinha de lenha. Tomava nota de como era: ‘tantas pessoas morreram, e isso aconteceu, e esses passavam fome’, [notícias] da guerra lá da Alemanha. Deutsche Welle, se diz, esse rádio alemão, pegava a notícia de lá. Ela tomava nota com atenção e então quando a polícia ia embora, ela saía e contava tudo para os outros que estavam lá reunidos. Ninguém desconfiava que lá tinha rádio, ou alguma coisa [...] era um galpão bem nos fundos da casa. Todos estavam nervosos, porque tinham pais e irmãos lá [na Alemanha]. (BIRCK, 2010).

Os parentes que continuavam na Alemanha preocupavam os familiares de Eli, por exemplo, que tinha um irmão naquele país. De acordo com o narrador, as notícias do rádio eram ouvidas com seus irmãos na casa de um amigo, devido ao alto custo do aparelho, que era encontrado nas casas das famílias mais abastadas. A angústia gerada pelas interdições em ouvir rádio é narrada por Eli ao lembrar a relação com sua mãe, que rezava enquanto os filhos iam escutar as notícias:

A mãe quase não dormia. Como o meu irmão mais velho, ele ia na, eles iam no pai do Alcides, acho que duas vezes por semana eles iam escutar, escutar o Adolf Hitler lá, mas a mãe [dizia]: ‘isso tá proibido, vocês vão aí olha, vocês vão aí presos, eu vou deixar vocês’. (HART, 2010).

A tensão em torno das escutas escondidas fazia com que imigrantes alemães e descendentes buscassem diferentes formas de se informar sobre a guerra. Pedro, por exemplo, recorda o fato de que seu tio fora preso por estar ouvindo a “Alemanha de dentro do galinheiro” e ser delatado (MÜLLER, 2010), e Gerda expressa os cuidados da escuta dentro de casa:

Então eu lembro que os dois [rádios], escondidos lá em casa, na sala assim, com tudo, janela, tudo fechado, tudo trancado para ouvir as notícias que a, como se diz, que as ondas curtas transmitiam. Então eles conseguiam pegar alguma coisa, para ter alguma notícia de lá [Alemanha], porque todos eles tinham parentes. Então era uma preocupação pelo parentesco também, né que ficou lá. (MÜLLER, 2010).

Ida também narra a necessidade da escuta do rádio escondido pelo seu irmão: “Primeiro tempo, o meu irmão mais velho, este que faleceu primeiro, ele escutava Alemanha [...] escutava escondido sempre” (MALLMANN, 2013), enquanto que Tea relata a apreensão do aparelho de seu pai:

E aí eles recolheram o rádio do meu pai, e quem usou ele foi o delegado daquela vez que tava aqui na delegacia, e aí o pai era muito amigo, ele não matava uma mosca nem se metia, porque ele era ‘assim’, né? Aí dentro de um mês eles devolveram o rádio pra ele, mas ele veio todo lacrado, que ele não podia escutar a Alemanha [...]. (HUNEMEIER, 2010).

Como possuir um rádio era algo que dependia de boas condições financeiras, Renate fala que era um aparelho pertencente à elite: “As pessoas de mais posses tinham rádio, mas os outros não tinham [...] depois que [...] ter um rádio era caríssimo” (HILGEMANN, 2010). Ao narrarem sobre demais objetos que faziam alguma referência à Alemanha, e então aptos à apreensão, Wally sinalizou um relógio pendurado na parede da sala onde ocorria a entrevista e afirmou:

Eu sei que o vô do meu marido, ele tinha esse relógio, e esse relógio era da Alemanha [...] ele tinha uma águia assim em cima, a águia era o símbolo da Alemanha. Então eles contavam que tava roubando tudo, os rádio e relógios alemão, tudo [...] eles tavam tirando, né? Aqui em Lajeado. Aí eles cerraram a águia e esconderam, enterraram ela, e nunca mais acharam (risos) (LOHMANN, 2013).

Funcionando como um vetor de memória contemporaneamente, o relógio lembra a Wally situações que fizeram parte do cotidiano daqueles que tinham alguma ligação com os

alemães. Ouvir as notícias sobre a guerra que eram transmitidas pelo rádio de forma escondida, reunirem-se de forma que não ultrapassasse apenas a suspeita e acobertar objetos que podiam fazer alguma referência à Alemanha, como observamos, foram ações que faziam parte do cotidiano de imigrantes alemães e descendentes que, para os agentes policiais, eram inimigos da pátria em potencial. O medo, dessa forma, se fazia presente em função das possibilidades e ações de prisão, delação e tortura. A violência, portanto, também era simbólica e rixas pessoais, que por muitas vezes poderiam ser motivadas por conflitos de ordem que não fosse apenas étnica, mas também por tensões pessoais entre os vizinhos e demais habitantes das cidades, tiveram nesse contexto alguma justificativa para se efetivarem. Vinganças para com os teuto-brasileiros que, por vezes entendidos como preconceituosos por julgarem-se responsáveis pelo progresso da região em detrimento de outros grupos étnicos, também puderam ter espaço e, dessa forma, as narrativas analisadas a seguir também tramam como os cenários escolar, religioso e de festa, onde aconteciam os bailes de kerb's, ambientaram esse processo de (des)nacionalização.

#### 4.4 SOCIABILIDADE VIGIADA

Os espaços de sociabilidade frequentados por teuto-brasileiros durante a Campanha de Nacionalização como os bailes, as igrejas e as escolas foram lugares de interferência policial, como analisamos no segundo ponto de estudo desta tese (capítulo 3). Era preciso criar táticas que driblassem as ações proibitivas que desencadeavam momentos repressivos durante o Estado Novo, segundo as memórias narradas contemporaneamente. Como referido acima, rixas pessoais algumas vezes eram o motivo de delações. Situações que marcam uma diferenciação entre teuto-brasileiros e outros grupos étnicos na região são encontradas nas intrigas configuradas durante as entrevistas. Mencionado como “inveja” o que os “pelo duro” sentiam em relação aos teuto-brasileiros, este motivo é narrado pelos entrevistados como propulsor de algumas rixas inter étnicas. Segundo a interpretação dos narradores, a inveja se dava devido ao progresso e prosperidade que os “alemães” desenvolveram na agricultura da região, como narra Antônio Victório:

Era uma gente lusa que tinha muita raiva dos alemães, muita inveja. Então naturalmente aquela inveja deles desde o começo [quando os alemães chegaram ao Brasil] persistiu, porque os alemães vinham aqui, faziam agricultura e prosperavam, tinham casa bonita e tudo, e os outros queriam sombra e água fresca. Tinha gente que não era autoridade nem nada, mas iam denunciar. Nas estradas, se alguém dizia ‘guten morgen’, ao invés de bom dia, já chegava. Não precisava nem de testemunha, ia lá, denunciava e eram presos. (BOHN, 2010).

No mesmo sentido, Eugênio relata: “Era, como eu posso te dizer, ciúmes, inveja. Os alemães estavam indo muito bem e eles, pra trás, né.” (NOLL, 2010). Nesta diferenciação presente nas narrativas orais, soma-se o *ethos* do trabalho, concepção construída pelo grupo teuto-brasileiro de que o povo alemão é trabalhador e persistente na labuta diária que engrandece uma nação. Eli, por exemplo, credita aos imigrantes o fato de o Brasil ter se desenvolvido:

Graças aos estrangeiros que vieram pra cá que o nosso Brasil é fantástico, né. Apesar de tanta pilantragem e tudo, mas graças aos imigrantes que vieram de fora. Mas é o poder. Tem uma frase de Abraham Lincoln: ‘se queres conhecer o homem, dê-lhe o poder’, é uma coisa assim. (HART, 2010).

Dando entendimento à ideia de que durante o Estado Novo outros grupos étnicos que não apenas o teuto-brasileiro teriam poder, a narrativa de Eli destina aos primeiros o fato de julgarem os imigrantes e descendentes durante a Campanha de Nacionalização. Nesse sentido, a análise de Fáveri sobre esta situação de disputa inter étnica em Santa Catarina nos permite observar que o preconceito procedeu em demais locais onde a Campanha nacionalista se efetivou:

A intolerância, via de regra, se dá no confronto relacional, ou relações de poder e, no caso das relações durante a Segunda Guerra Mundial, em Santa Catarina, a intolerância para com os estrangeiros e descendentes era também uma resposta aos preconceitos destes para com os brasileiros, e de larga data. Sem culpados ou inocentes, portanto. O que não quer dizer que devemos aceitá-la como natural, pelo contrário (FÁVERI, 2005, p. 127).

Sendo uma resposta ao preconceito dos imigrantes alemães e descendentes para com os brasileiros, como afirma a historiadora para o caso catarinense, também podemos reafirmar o fato na região do Alto Taquari a qual pertence Estrela. Ainda hoje, a referência a pessoas que não possuem descendência europeia é expressada por descendentes de imigrantes alemães, que os chamam de “pelo duro”. Em contrapartida, no entanto, a expressão “alemão batata” também é comum no caso contrário. A intolerância ao diferente, portanto, é mais um passado-presente em Estrela, como ainda podemos observar na parábola que o padre Álvaro afirma narrar aos seus catequizandos:

[...] hoje, as crianças e jovens não sabem [...] eles têm vergonha de falar alemão. Então quando eles são muito assim, quando percebem que são superiores, eu conto a história da gata que foi comer queijinho com seus gatinhos na cozinha e advertiu: “cuidado com o cachorro, ele é safado”. Quando muito bem estavam comendo o queijo, o cachorro meteu a cabeça dentro da cozinha, a gata viu e mais que depressa fez assim: “au, au, au”, e o cachorro estranhou isso, deu meia volta. Aí ela disse pros

seus filhinhos: ‘eu sempre digo, é bom conhecer dois idiomas’. (NOSCHANG, 2010).

É importante saber dois idiomas para evitar surpresas como as vivenciadas por teuto-brasileiros durante o governo Vargas, procura ensinar o padre. Trata-se de uma questão digna de ser discutida com seus ouvintes porque, segundo o padre, atualmente não há o interesse em aprender o idioma alemão com os familiares mais antigos. Entendendo essa questão como um dos desdobramentos da Campanha nacionalista, Fáveri afirma:

A língua passou a delimitar a fronteira entre o atrasado colono e o civilizado, ou seja, a geração do pós-guerra cresceu com vergonha do sotaque, aprendeu o português e “desaprendeu” a língua dos pais e avós, emudeceu. A campanha de nacionalização forçada, somada ao medo de falar e os traumas daí resultantes, a necessidade de inserção na sociedade brasileira, no contraponto ao sentimento penoso de rebaixamento, e o medo de cair no ridículo diante dos outros, os obrigou ao “esquecimento” da língua materna. (FÁVERI, 2005, p. 442).

Referida pelo padre Álvaro, ao narrar sobre a Campanha nacionalista em Estrela, por Fáveri, ao analisar o contexto mais amplo em Santa Catarina, e ainda por Barretto (2003, p. 56), quando especifica o caso da cidade catarinense de Blumenau através de entrevistas realizadas com teuto-brasileiros, a vergonha aparece como consequência presente que, de certa forma, contradiz-se com o apelo turístico germânico usado por instâncias políticas e econômicas. Desse modo, a vergonha do sotaque, preconceito e trauma construído a partir de ações como a apreensão de objetos, a vigilância às casas, as prisões e torturas tiveram efeitos históricos que refiguram-se a cada tempo presente. A proibição da fala em idioma alemão, imposta via cartazes anexados nos muros da cidade (Figura 21) foi sentida, segundo as narrativas dos entrevistados, também em ambientes de sociabilidade como os bailes.

Figura 21- Cartaz colocado nos muros do município de Estrela proibindo o uso dos idiomas alemão, italiano e japonês durante o Estado Novo



Fonte: Documento cedido por Flávio Jaeger, morador do município de Estrela. Na parte inferior do cartaz consta o carimbo da Delegacia de Polícia do município.

A interdição à fala no idioma alemão repercutia nas idas aos bailes de Kerb's da região. Evitando contratempos, os músicos tocavam apenas base instrumental das músicas alemãs, sem cantar a letra. Dessa forma, Eli e Serenita narram, respectivamente: “Os músicos eram espertos, pra que vão fazer confusão? Era só bandinha. Banda não cantando não tem problema. [...] Mas não foi tão duro, terminou a guerra, terminou tudo” (HART, 2010), e “A gente cantava, mas durante a guerra não” (RUSCHEL, 2010). Se em relação às músicas tocar a base instrumental resolvia a questão do idioma nos bailes, essa dificuldade se impunha nos finais das festas, quando a embriaguez obstaculizava esse cuidado, conforme narra Silvino:

Os rapazes iam com as gurias para casa e se escondia nas canas um policial, do lado da estrada. Quando eles passavam lá e ‘papapa’ [falavam] em alemão, prendiam e o rapaz ali vinha de a pé até a cadeia. Dormia ali. [risos] No outro dia arrancava um dia de inço aí nas ruas [...] pagava o serviço, mas feito pela delegacia e não pela prefeitura. (BIRCK, 2010).

Escondidos “nas canas”, conforme as memórias de Silvino, nos arredores dos salões de baile ou nos matagais próximos a fim de controlar os teuto-brasileiros, policiais também os acompanhavam dentro dos estabelecimentos e na condução destes aos bailes que eram destinados à diversão. Redobravam-se os cuidados devido à vigilância intensificada, de acordo com Antônio Victório:

Lá em Corvo só tinha um brigadiano, ele ia pros bailes também pra ver se ninguém falava alemão e [...] que condução? Era lá no Ano Bom, caminhão de carga só. Ônibus ainda não existia, caminhão de carga, tudo mundo ia em pé no caminhão. Naquele baile lá no Ano Bom, que ficava a uns 4 ou 5 km para o interior e o brigadiano ia nesse mesmo caminhão. E esse alemão ficou muito faceiro no baile e umas que outras [bebidas] [...] começou a cantar em alemão, ele tava um pouquinho

‘floriado’ [alcoholizado], né e começou a cantar em alemão. E o brigadiano foi lá e eles tinham uma espadinha curta e falou: ‘para de cantar em alemão’ e ele não parou, aí [o brigadiano] bateu no rosto dele, aí ele [o alemão] disse em português bravo: ‘bate aqui também’ [no outro lado do rosto]. Mas ficou preso ali até que terminasse o baile pra poder voltar com o caminhão. Eu não estava no baile porque era criança ainda, mas contaram essa história (pausa). Na volta pra casa do baile, ele [o alemão] não pode nem voltar pra casa dele, o caminhão passou na frente da casa dele e foi levado para Porto Alegre. Levavam para Porto Alegre os mais suspeitos. (BOHN, 2010).

Interrompendo momentos de diversão, a vigilância dos agentes policiais tornava os bailes locais de controle comportamental. Apesar da tática de não cantar a letra das músicas alemãs que os músicos utilizavam, momentos de embriaguez dos imigrantes alemães e descendentes forneciam as situações que interessavam aos policiais. Além dos ambientes festivos, o controle sobre os teuto-brasileiros se efetivava também nas escolas. Aulas ministradas por algum professor ou professora da comunidade, conhecido entre os habitantes e que falava no idioma alemão com os alunos eram formas como a educação era administrado nessas regiões de imigração àqueles que as frequentavam. As normas federais estabelecidas com a Campanha de Nacionalização impuseram mudanças nesta forma de organização, como explica Olavo Black, em textos memorialísticos:

Nos educandários de maior expressão, foram introduzidos ‘professores de nacionalização’. Em localidades de menor porte, ditos doutrinadores, literalmente mesmo contra a vontade da comunidade, assumiam a direção das escolas, sob desapropriação, em detrimento do antigo professor. [...] Em 1939, em Lajeado, a enviada governamental, sob este prisma, tentou impedir o Diretor Dick de lecionar ‘matérias de nacionalização’, como português, geografia e história. Arbitrariamente alegou que, pela nova lei, tais matérias deveriam ser ministradas por brasileiros e que ele era de origem (BLACK, 2004, p. 68).

Marcado pela fiscalização conforme indicavam os Termos de Inspeção analisados no segundo ponto de estudo desta tese, o ensino foi passível de alterações não apenas pela assiduidade dos alunos, como também pela forma como estes aprendiam as lições. Sentida de forma abrupta segundo entrevistados, a mudança de idioma ocorreu de forma repentina, sendo estabelecida sem ser concedido um período de adaptação pelas turmas, acostumadas até então com a aula desenvolvida em alemão. Como todas as pessoas entrevistadas eram bastante jovens durante os anos 1930 e 1940, as lembranças sobre a escola estiveram presentes em todas as narrativas. Ida, por exemplo, narra as dificuldades que vivenciou na escola ao lado da irmã, Martha:

Quando nós fomos para Arroio do Meio a gente não falava nada em português. Nada, nada, nada! Por isso que quando nós saímos de Conventos nós estávamos na 4º série, e quando nós chegamos em Arroio do Meio nós passamos para a 3º por

causa da língua, porque nós não sabíamos falar, tivemos que primeiro aprender. (MALLMANN, 2013).

A alteração de nível escolar, da 4ª para a 3ª série, referida por Ida em virtude do idioma português ainda não aprendido, é memória presente pelas demais pessoas entrevistadas. Silvino narra uma mudança no material escolar e lembra da impossibilidade de questionar a situação, pois não poderia fazer isso no idioma falado, o alemão:

Nos dois primeiros anos eu ainda escrevia em alemão, depois vieram as guerras e coisas e aí começaram a proibir. Aí cada um ganhou um livro em tradução, alemão para o português. E eu já escrevia em alemão tudo, e então foi uma coisa pesada. Foi de uma semana pra outra. O delegado daqui era muito rígido na época. Foi uma transição meio rápida. A gente não sabia nada e não podia nem falar em alemão. (BIRCK, 2010).

Questionada pela professora sobre o idioma falado pelos estudantes, Wally expressa hoje a ingenuidade como respondeu a professora na época: “Pra tu ver como eu era burrinha! Quando eu fui no colégio a professora perguntou ‘É da Alemanha?’ e eu aponte logo o dedo e disse ‘sou da Alemanha!’” (LOHMANN, 2013). Ainda crianças e adolescentes durante o Estado Novo, imigrantes e descendentes tinham que aprender rapidamente o idioma que não costumavam falar em casa para cumprir as novas exigências escolares. Álvaro recorda a arbitrariedade como autoridades agiam:

E lembro então que veio uma fiscal da Secretaria da Educação para ver se ainda tinha livros alemães no colégio. O professor já tinha advertido: ‘não tragam nenhum livro em alemão’. E o professor também nos comunicou: ‘daqui pra frente não se pode dizer mais nenhuma palavra em alemão, né, e no recreio, não falem nenhuma palavra em alemão. Quem falar, me avisem, que eu vou dar um castigo pra não esquecer’. E o primeiro e o único que falou uma palavra em alemão foi o Souza (risos) o Carlos, nosso colega. Nós estávamos em redor de um poço, aí ele disse o seguinte: “olha um ‘frosch’ [sapo, em alemão] (risos), pronto, então ele não pôde ir pro recreio no dia seguinte, né. (NOSCHANG, 2010).

E Tea reforça o fato da interferência governamental nas escolas ao afirmar que “A escola já era governada por uma delegada, que foi por muitos anos delegada de ensino aqui em Estrela, que foi a [?]. Ela visitava as escolas” (HUNEMEIER, 2010). Além da fiscalização e da troca de professores que ministrassem aula no vernáculo, qualquer escola com denominação que fizesse alguma referência aos alemães tinha que modificar o nome que a identificava, como lembra Black (2004, p. 69): “[...] a maioria das escolas foi obrigada a alterar sua denominação, pois não poderia permanecer nenhum vestígio de germanidade. Passou-se, assim, a homenagear grandes e desconhecidos vultos nacionais, sem afinidade e identidade com o local.”. Não passando apenas pela identificação da escola e pelo dever de as

aulas serem ministradas em português, no entanto, a Campanha nacionalista exigia também o ensino do civismo e a participação escolar nos momentos de comemoração patriótica sob pena de perder a subvenção governamental. Assim, segundo Antônio Victório:

O português e o patriotismo, isso tudo existia muito forte, hino nacional e as horas cívicas a gente fazia, era obrigatório fazer hora cívica. Mas o alemão não era proibido, até nós tínhamos aqueles primeiros livros com as duas línguas, traduzindo [...] por que em casa só se falava em alemão. Depois da guerra ainda vinham alunos que mal sabia dizer bom dia, pois em casa só falavam em alemão. (BOHN, 2010).

Narrativa reforçada por Walter: “Foi justamente o governo do Getúlio Vargas que estimulou isso. Tinha muito essa questão de civismo, paradas da juventude que dava na rua, a gente aprendia na escola a cantar os hinos [...]. Era Hino Nacional, era Hino da Bandeira, Hino da Independência, enfim” (JAEGER, 2013). Semelhante ao que narra Herta, sobre a programação escolar:

Na escola da Delfina também tinha hora cívica. Cantar o hino (pausa). Tinha uma hora de hora cívica por semana. Se iniciava com o hino e depois o professor explicava as coisas. Sobre o Brasil? Sim, a hora cívica era só sobre isso, o patriotismo. Iniciava com o hino nacional e o hino da bandeira, isso a gente sabia na ponta da língua (BIRCK, 2010).

Aprender a cantar os hinos e o significado das cores da bandeira, por exemplo, eram atividades inseridas no programa escolar que precisou incluir um ensino de enaltecimento patriótico. A participação nas marchas que homenageavam a nação em 7 de setembro, comemorando a independência, também contava com o cumprimento do roteiro pelos alunos. Ao narrarem memórias sobre estes eventos, os entrevistados lembram dos desfiles cívicos como extensão das atividades escolares e o memorialista Bergesch, um dos alunos escolhidos na escola para representar os estudantes do interior do estado nos festejos da Semana da Pátria de 1940 em Porto Alegre, explica em seu livro que todos os rapazes convocados deveriam estar vestidos de calças azuis, camisa branca e tênis.

Durante a viagem até a capital do estado, Bergesch (2000, p. 26) escreve que “[...] sempre sob os cuidados duma professora, a qual denominavam Dona Branca e mãe dos coloninhos” os alunos estiveram acompanhados. Chegando em Porto Alegre, no entanto, os estudantes foram acomodados em casas de famílias que tinham se prontificado a hospedá-los. Na capital, o memorialista escreve ainda ter visualizado “[...] vários lindos desfiles pelas avenidas da cidade.”, uma das ações educativas fomentada pela Secretaria de Educação e Saúde Pública. O historiador Kreutz (2005, p. 75) subdivide as ações educativas promovidas pelo secretário Coelho de Souza em escolares e extraescolares. Enquanto que as ações

escolares se remetiam à expansão da rede escolar estadual, à nacionalização rigorosa do sistema escolar particular, à criação do Corpo de Delegados Escolares Regionais e de Orientadores Técnicos, em 1939, as medidas extraescolares incluíam as Caravanas Nacionalistas, realizadas em várias partes do estado, a Parada da Juventude Brasileira no dia 5 de setembro, e as caravanas, que levavam todo ano quinhentos “coloninhos”, principalmente de regiões de imigração alemã, para ficarem por sete dias na capital do estado, onde deveriam participar das comemorações da Semana da Pátria.

Em relação ao fechamento de escolas em função de não terem cumprido as determinações exigidas pela Secretaria de Educação e Saúde Pública, como analisamos no segundo ponto de estudo desta tese (capítulo 3), o Colégio Lajeadense estudado por Faleiro (2005) é rememorado também nas narrativas. O memorialista Lampert (2011, p. 11) escreve:

Outra violência descabida foi o fechamento do Colégio Lajeadense, acusado de defender supostas ideologias nazistas. O Colégio Evangélico era bilíngue e nada mais do que isso. O aluno era instruído em todas as matérias em português e alemão. Tinha fama de disciplinador e de elevado nível didático. A comunidade inteira revoltou-se e o Colégio terminou reaberto, vigiado e trocando de nome para Colégio Alberto Torres.

Outro ambiente que figura nas memórias sobre o período são as igrejas, como já abordamos. As memórias corroboram as fontes analisadas no terceiro capítulo e demonstram como as medidas estadonovistas impactavam o cotidiano dos teuto-brasileiros religiosos, fossem católicos ou evangélicos. Segundo Noschang (2010):

E as pessoas idosas não sabiam falar português. E ali então também na Igreja, não se podia mais fazer sermão em alemão, tinha que ser em português. Já antes se falavam duas línguas, sermão em português e depois alemão. Daí por diante só português e as pessoas não entendiam mais nada, de modo que a própria catequese, evangelização, ficou muito prejudicada, porque as pessoas não entendiam o português, né.

A catequese e a evangelização prejudicadas, como narra Álvaro, também fazem parte do repertório de lembranças de Walter. Evangélico, as memórias deste trazem à tona as tensões que envolveram o Pastor Dohms, as comunidades evangélicas locais e a Secretaria de Educação e Saúde Pública, como abordamos. Conforme Walter,

Bom, na evangélica tinha [...] os cultos eram só em alemão, os pastores eram todos alemães, então teve um tempo durante este período que quase que não tinha mais culto na igreja evangélica. Eu me lembro que eu fiz minha comunhão aqui, que eu devia ter o que? 13 anos? Lá em 41 ou 42 [...]. Na época já tava proibido, que foi na guerra do Brasil, né? E as aulas de preparação para a comunhão eram em alemão, tudo em alemão [...]. Eu sei que eu passei muito trabalho para entender em alemão, e

eu entendia um pouco, aí tinha que decorar certas coisas que o pastor perguntava [...]. Eu apanhei um pouco para chegar lá [...]. (JAEGER, 2013).

A comunicação entre os pastores locais e os catequistas se tornara complicada, assim como a realização dos cultos onde, de acordo com Antônio Victório, “[...] eles entravam nos domingos pra ver quem tinha livro de reza em alemão e conforme a conversa lá, ainda levavam junto [prendiam], se alguém protestava” (BOHN, 2010). E nas missas católicas, segundo Silvino, a fiscalização também ocorria dentro da igreja: “Cantávamos em alemão na Igreja. Depois foi mudado e a Igreja foi obrigada a botar a bandeira brasileira de um lado do altar e a outra do estado, algo assim. Mas tinha que ter, era obrigado a ter uma bandeira do Brasil, lá no altar” (BIRCK, 2010). Passando pelos locais religiosos, portanto, as interdições dominavam a fala e as orações pessoais, que deveriam ser no vernáculo. A fixação das bandeiras no altar também modificava o cenário religioso, somando informação visual desconexa com o sentido pregado. Realizando-se nos locais de convivência social, dessa forma, as interdições reprimiam hábitos cotidianos comuns entre as pessoas. De acordo com Carneiro,

Sua ação diária [da repressão], calcada em constantes relatórios de vigilância domiciliar, busca e apreensão de provas comprometedoras e constantes prisões acompanhadas de intensos interrogatórios registrados como meros ‘termos de declaração’, perseguia um único objetivo: dominar pela força, definindo as fronteiras entre o lícito e o ilícito. (CARNEIRO, 1999, p. 336).

Fronteira esta, onde cabiam todas as formas de acusação que identificassem qualquer ligação pessoal com a Alemanha na região do Alto Taquari. Efetivando-se nos locais religiosos, de educação e também de diversão, como analisamos, a Campanha de Nacionalização intervinha desde os espaços públicos aos mais íntimos dos teuto-brasileiros, e nada disso é sequer expresso nas publicações comemorativas ou nos jornais que se propõe a contar a história do município de Estrela, sobrando à memória daqueles que ainda podem narrar sobre o período uma maneira de alcançar aquele passado. Um passado remodelado no tempo presente. Como afirma Ricoeur (2007, p. 108),

[...] é à memória que está vinculado o sentido da orientação na passagem do tempo; orientação em mão dupla, do passado para o futuro, de trás para frente, por assim dizer, segundo a flecha do tempo da mudança, mas também do futuro para o passado, segundo o movimento inverso de trânsito da expectativa à lembrança, através do presente vivo.

Assim, não fossem as narrativas configuradas pelas pessoas entrevistadas, a memória sobre a nacionalização forçada nos anos 1930 e 1940 seria ainda mais tabelada, contada por

filhos e netos que talvez ouviram seus antecedentes. Entendendo que “[...] podemos supor que os prazos de experiência são, em grande medida, específicos de cada geração.”, segundo Koselleck (2014, p. 34), seria necessária a existência de arquivo público municipal em Estrela, como analisamos adiante, assim como a promoção de debate público em locais como escolas, bibliotecas ou centros culturais que discutissem acerca da história regional, permitindo a reflexão sobre o quanto esse passado interfere ou explica situações do tempo presente na cidade de Estrela.



## 5 TEMPO PRESENTE: PASSADOS ADMINISTRADOS NO PRESENTE

“[...] passado opera subterraneamente no presente, alicerçando e por vezes solapando nossa própria inserção no mundo.”

(DARNTON, R. O Beijo de Lamourette, 2010. Apresentação).

No tempo presente, em dois de setembro de 2018, o Museu Nacional, sediado no Rio de Janeiro e integrado ao Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que é vinculada ao Ministério da Educação, foi atingido por um incêndio. Com as causas ainda sendo apuradas, o incêndio maculou um acervo de mais de 20 milhões de fontes que preservavam memórias tanto sobre os diversos grupos populacionais aos quais integravam, quanto sobre a história científica nacional. Em seus 200 anos de história, a instituição científica mais antiga do país assegurava um patrimônio cultural que, em sua materialidade e imaterialidade, afluía saberes acerca do território desde antes da chegada europeus e sobre as maneiras como parte do conhecimento histórico foi sendo construído em nossa nação. Questionamos: que tempo presente é esse? Por mais que o incêndio seja um ocorrido do tempo imediato e seus motivos possam ser explicados por danos elétricos, por exemplo, cabe atentarmos para o fato de que o Museu Nacional, que era financiado com recursos da UFRJ, sofria a queda de repasses da instituição desde 2014, quando a universidade teve cortes orçamentários definidos pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e créditos suplementares até 2017 – sem contar que a execução de 2018 ainda não fora fechada durante a escrita desta tese<sup>226</sup>. Questões financeiras, portanto, devem ser investigadas para compreender o acontecimento. E para além de identificarmos a situação sobre os reajustes financeiros, cabe ainda o estudo acerca de quais e porque determinados programas são priorizados num amplo contexto de recuo de investimento nacional a áreas ligadas à ciência e tecnologia especialmente depois da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016<sup>227</sup>, conhecida como Emenda do Teto de Gastos Públicos, que promete vigorar por vinte anos no país e firmou-se com a justificativa de uma crise econômica nacional.

<sup>226</sup> Estas informações estão contidas em nota oficial sobre o orçamento da UFRJ publicada no sítio eletrônico oficial da universidade em 04 set. 2018. A nota ainda informa que a universidade prevê que fechará o ano de 2018 com déficit de R\$ 160 milhões. Nota oficial disponível em: <<https://ufrj.br/noticia/2018/09/04/nota-sobre-orcamento-da-ufrj>>. Acesso em: 05 set. 2018.

<sup>227</sup> A Emenda Constitucional 95/2016 foi encaminhada como Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241/16) pelo presidente da república Michel Temer e promulgada pelo Congresso Nacional em 15 de dezembro de 2016.

O caso do Museu Nacional, que contingencia o tempo presente, deve ser investigado, portanto, a partir dos passados que causaram os cortes orçamentários e pelo histórico descaso nacional no tratamento disponibilizado à cultura, à memória, à educação e à ciência pelos gestores e poderes públicos constituídos. Como denuncia uma nota oficial assinada pela reitoria da UFRJ após o ocorrido, a situação desdobra-se no que “Trata-se [*sic*] de um projeto de país que reduz às cinzas a nossa memória.”<sup>228</sup>. Apesar de o incêndio se apresentar como ocorrência imediata, a situação das instituições destinadas à salvaguarda, preservação e pesquisa de materiais referenciais são presentes advindos de estratos temporais anteriores que são também responsáveis e ajudam a explicar comportamentos culturais da população, afinal o que sabemos e como sabemos sobre nosso tempo organiza e respalda ações contemporâneas. Este fato, de dimensão nacional, abre e amplia a discussão não apenas sobre o desempenho da administração das instituições culturais em âmbito local – visto que, segundo Gonçalves (2014, p. 93) há “[...] poucos estudos sobre as instâncias estaduais e, em menor número, sobre as instâncias municipais.” dedicadas à preservação – mas, principalmente, sobre a necessidade de que eles devem, antes de tudo, existir. A implantação dessas instituições, ou como aquelas que existem gestam e têm responsabilidade sobre a memória local são discutidas neste capítulo ao especificar o município de Estrela.

As narrativas comemorativas promovidas pelo poder público municipal e a documentação localizada sobre o período estadonovista no município permitem observarmos alguns passados que habitam um presente estrelense no capítulo anterior. Seja perscrutando edições jornalísticas contemporâneas, seja ouvindo e analisando memórias de estrelenses sobre um passado refigurado atualmente, verificamos a permanência de uma narrativa oficial que enaltece uma identidade ética em detrimento de outras, e trama-a de uma determinada forma. No tempo presente, as torturas, delações e perseguições ocorridas durante a Campanha de Nacionalização varguista são apenas ouvidas – e questionamos até quando? – ou, no máximo, presentes em fontes engavetadas em residências ou instituições que não têm como finalidade a gestão desse tipo documental (excetamos os documentos pesquisados no arquivo histórico do município de Lajeado que, de maneira sistemática, organiza a documentação pública em seu poder). Desse modo, diante de intrigas comemorativas enaltecidas sobre uma história local, um passado desarmônico é conscientemente esquecido por aqueles que elaboraram ou participaram de comissões que promoveram a elaboração desses materiais e festividades. Atentando ao fato de que esta tese exemplifica obliterações e

---

<sup>228</sup> Nota sobre o Museu Nacional publicada no sítio eletrônico oficial da universidade em 03 set. 2018. (Disponível em: <<https://ufrj.br/noticia/2018/09/05/nota-sobre-o-museu-nacional>>. Acesso em: 05 set. 2018).

formas narrativas configuradas no que tange à imigração alemã em Estrela, devem ser problematizadas as narrativas ou a falta das mesmas no que tange aos demais grupos étnicos locais. Considerando a afirmação de Adichie, de que “Quando nós rejeitamos uma única história, quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso”<sup>229</sup>, os questionamentos apontados nos permitem analisar a construção histórica e buscar respostas para a problematização que intitula esta tese: com quantos passados se faz um presente, e como oportunizar uma justa memória sobre a imigração alemã.

Nos referimos a “um presente” porque este também é entendido em sua pluralidade neste estudo. Se, conforme o espaço de experiência, confrontamos determinado horizonte de expectativas e esta tensão explica o tempo histórico (o regime de historicidade), agentes em posição social que detém poderes econômicos, políticos e culturais possuem possibilidade maior de arranjar novas expectativas quando selecionam e enredam certos passados. Ofertam-se, assim, leituras do tempo presente que propiciam formas como nos comportamos, como interpretamos a sociedade onde habitamos constituindo, então, regimes de historicidade. Dessa forma, o tempo presente aqui analisado não exclui outras maneiras de ler um presente, mas a narrativa historiográfica desta tese leva em consideração, através das fontes analisadas, o modo como um presente de exaltação étnica teuto-brasileira, ou então uma narrativa contemporânea excludente, determinista e que possibilitou a formação de uma elite local em redes constituídas de sociabilidade, foi historicamente enredada.

Concordando com Ricoeur (2007, p. 147) que “[...] ninguém se dedica a explicar uma sequência de acontecimentos sem recorrer a uma colocação em forma literária expressa de caráter narrativo, retórico ou imaginativo.”, esta tese discute a forma como o regime de historicidade contemporâneo no ambiente estudado – entrecruzado basicamente por um passado-presente heroico, outro traumático e uma expectativa de futuro que visa manter o enredo étnico historicamente narrado – vem se elucubrando nas instituições arquivísticas, nos itinerários turísticos e formas de expressão cultural anunciadas e apoiadas pelo poder público municipal. Resultante, portanto, de espaços de experiência narrados em “estrato de tempo I” (capítulo 2) e “estrato de tempo II” (capítulo 3), os passados presentes (capítulo 4) são aqui analisados (capítulo 5) em sua relação com a História Pública, seus mecanismos que acabam ou não por manter um *status quo* de predominância étnica de acordo com os grupos que os

---

<sup>229</sup> Chimamanda Ngozi Adichie, em seu discurso proferido pelo TED (*Technology, Entertainment and Design*), nos Estados Unidos, em 2009. O discurso da escritora está disponível no YouTube em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>>. Acesso em: 03 out. 2018.

forjam, e as possibilidades de que outras narrativas alcancem acesso, disponibilidade e endosso pela sociedade local. Assim, dividido em 3 subcapítulos, o tempo presente aqui narrado é analisado inicialmente na discussão sobre as instituições arquivísticas municipais, depois sobre expressões culturais desenvolvidas no município e, por fim, refletindo sobre a relação destas formas de contar história com e para o público, e analisando os presentes que ajudam a conformar

## 5.1 PASSADOS SELECIONADOS

“O passado é tudo aquilo que você lembra, imagina que se lembra, se convence que lembra ou finge que se lembra”, afirma Vicente, personagem interpretado pelo ator Lázaro Ramos no filme brasileiro *O Vendedor de Passados*, lançado em 2015. Baseado no romance homônimo<sup>230</sup> do escritor angolano José Eduardo Agualusa<sup>231</sup> em 2004, no qual a relação entre os personagens se constitui em uma metáfora para abordar os usos do tempo passado pela nova elite angolana após a independência do país<sup>232</sup>, o filme brasileiro retoma o mote das implicações e abusos que a simples invenção de um passado sem referencial algum, seja para uma pessoa, seja para um povoado, pode acarretar. Defendendo a dimensão inventada e imaginada do passado na afirmação citada, o alfarrabista Vicente se sustenta a partir de seu trabalho como vendedor de passados que cria (a partir de uma espécie de “decoupage” com fotos, cartas, diários e jornais) a fim de atender aos anseios de clientes que procuram por uma história diferente daquela que realmente vivenciaram. A criação de passados, sem base documental que os confirmem, enquadra-se no problema das narrativas sobre passados que desconsideram fatos, inibem o protagonismo de algumas pessoas ou enalteçam ações de outras e, conseqüentemente, geram novos comportamentos sociais e afirmam construções identitárias conforme os indícios aqui levantados, que se referem a uma germanidade considerada natural no município de Estrela.

---

<sup>230</sup> O filme brasileiro foi inspirado no romance “O Vendedor de Passados”, escrito por José Eduardo Agualusa e lançado em 2004.

<sup>231</sup> Nascido em 1960, José Eduardo Agualusa vivenciou o momento marcado pela guerra de independência angolana e, conseqüentemente, as tragédias dela decorrente. A miséria, a corrupção e as disputas pelo poder pelas facções locais são temáticas que pautam sua escrita.

<sup>232</sup> Com a recorrente ideia de questionar e problematizar os usos, no presente, de um passado marcado pela dominação portuguesa no território angolano, Agualusa enfoca identidades forjadas por um vendedor de passados para satisfazer clientes dispostos a se engajarem num novo contexto político que o país, agora independente, demandava. Descender dos “heróis” nacionais era um passado que, viabilizado pelo trabalho do vendedor de passados, concedia credibilidade àqueles que buscavam se afirmar nas lutas políticas daquele presente.

O caráter da invenção e das diferentes narrativas elaboradas sobre o passado é uma questão tratada neste subcapítulo, que busca, para além de analisar como os poderes públicos se responsabilizam pela documentação histórica, refletir sobre as implicações que suas ações acarretam para o ofício de historiadores e para a construção da história pública. Neste sentido, a discussão acerca da (in)existência de espaços de preservação documental e sua gestão, como os arquivos públicos municipais é fundamental para a discussão pois, como aponta Bloch (2001, p. 83):

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.

Referenciais para a construção de uma memória social e, conseqüentemente, de elaborações identitárias locais, os arquivos – sejam públicos ou privados – são também espaços chave para o ofício de grande parte de historiadores e demais pessoas que pesquisam acontecimentos ou trajetórias sobre instituições e habitantes locais. Uma grande dificuldade encontrada em nosso *métier* como historiadores ou no trabalho de demais pesquisadores e memorialistas, no entanto, ocorre quando essas instituições não podem ser acessíveis simplesmente pelo fato de inexistirem. Negando o princípio básico da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º e inciso XXXIII, de que

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

a não institucionalização de arquivos públicos municipais demonstra também o descaso e a irresponsabilidade dos órgãos públicos e seus agentes para com a preservação dos documentos historicamente produzidos em cada localidade. De acordo com uma matéria veiculada no site da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)<sup>233</sup>, em dezembro de 2014, e reproduzida na página eletrônica do Arquivo Nacional do Ministério da Justiça<sup>234</sup>, dos 5.570

<sup>233</sup> Empresa Brasil de Comunicação S/A, “Governo quer estimular criação de arquivos municipais em todo o país”, matéria disponibilizada em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2014-12/governo-quer-estimular-criacao-de-arquivos-municipais-em-todo-o-pais>>. Acesso em: 09 set. 2018.

<sup>234</sup> Arquivo Nacional, “Governo quer estimular criação de arquivos municipais em todo o país”. Matéria disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=2224&sid=119>>. Acesso em: 06 set. 2016.

municípios brasileiros, apenas três por cento possuem um espaço adequado para a guarda de documentos – e Estrela não se encontra entre eles. A posição do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)<sup>235</sup>, vinculado ao Arquivo Nacional, denota a preocupação decorrente desta baixa porcentagem de âmbito nacional em manifestação publicada na sua página oficial:

A inexistência de um programa de gestão de documentos e informações de forma integrada tem como consequência grave a perda, o extravio ou a destruição indiscriminada do patrimônio documental público, podendo acarretar danos irreparáveis à administração pública, ao direito fundamental dos cidadãos de acesso aos documentos públicos e às informações neles contidas, ao direito à história e à memória cultural do município e do país. A Lei de Arquivos determina, em seu art. 9º, que a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público, no âmbito do município, será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública, na sua específica esfera de competência. Desta forma, a ausência do arquivo público municipal, torna vulnerável a Administração, uma vez que a eliminação de documentos públicos municipais se faz em desrespeito à Lei federal de Arquivos<sup>236</sup>.

A referência, na manifestação, à Lei de Arquivos, lei federal nº 8.159, de 1991, remete a outra esfera do problema que este dispositivo constitucional visa regulamentar: tanto a gestão, como a proteção especial a documentos de arquivos, fica instituída como dever do poder público, em todas suas esferas. Ou seja, condição indispensável para operacionalizar o trabalho sobre o conjunto documental, a gestão de documentos exige recursos fundamentais que racionalizam o processo de constituição dos arquivos. Face a esta questão, cabe atentarmos para mais um dispositivo legal que versa sobre o tratamento das informações públicas: a Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que, ao regulamentar especialmente o artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, busca garantir o acesso à informação pública, democratizando o acesso à informação no plano legal.

Amparados legalmente no que tange à acessibilidade documental, é necessário, no entanto, levarmos em consideração o dado de que a quantidade de arquivos públicos municipais no país é exígua. Para além disso, ainda, contamos com o fato de que, algumas

<sup>235</sup> Criado pelo artigo 26 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o CONARQ tem, “[...] por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo”, de acordo com o artigo 1º do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

<sup>236</sup> Página oficial do CONARQ, “O arquivo público municipal”, informação disponibilizada em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/o-arquivo-publico-municipal.html>>. Acesso em: 09 set. 2018. Esta mesma informação encontra-se no folder da Campanha de Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais, intitulado: “Arquivos Públicos Municipais – mais transparência pública, mais informação, mais memória e mais cidadania”, sem data, p. 8, que está disponível no sítio eletrônico da instituição: <[http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/Campanha/Textos/folder\\_arquivo\\_publico\\_municipal.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/Campanha/Textos/folder_arquivo_publico_municipal.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2018.

vezes, estes poucos arquivos que existem são administrados com dificuldades e negligenciados como política pública local:

É [...] impossível garantir convenientemente acesso a algo que não se controla, não se conserva, não se conhece, não se compreende: o adequado tratamento técnico dos conjuntos documentais arquivísticos é condição fundamental de sua acessibilidade. Daí a extrema relevância da gestão documental; daí, particularmente, a importância dos procedimentos de classificação e avaliação documental, todos supondo sua realização por pessoal preparado para tarefas tão complexas (o que remete, inevitavelmente, à sua qualificação e ao problema da formação dos profissionais de arquivo). [...]. (GONÇALVES, 2013, p. 282).

Levando em conta as dificuldades e carências em relação à institucionalização e à manutenção de arquivos municipais apontadas, e com objetivos que visam “sensibilizar” e “informar” autoridades públicas e cidadãos sobre a “[...] importância dos arquivos públicos para a boa governança, construção da memória e preservação da identidade histórica e cultural da comunidade local”<sup>237</sup>, o CONARQ desenvolveu a Campanha de Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais, em dezembro de 2014, apesar de preocupar-se com esta questão desde a sua criação. Com a finalidade de “[...] apoiar os municípios brasileiros a tornar a administração pública municipal mais transparente e eficaz, garantindo dessa forma o direito de acesso às informações e servindo como instrumento para o exercício pleno da cidadania.”<sup>238</sup>, a Campanha realizada pelo órgão responsável, entre outros pontos, pela orientação normativa em relação aos arquivos, tem como uma de suas principais preocupações a questão da necessidade de implementação de políticas públicas de gestão de documentos por parte dos entes públicos municipais.

Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela Campanha, O CONARQ desenvolveu um documento explicativo sobre esta em formato de folder, no qual, além de informar as metas estabelecidas pela mesma, discorre sobre a legislação nacional que regulamenta o acesso à informação como dever do Estado e direito do cidadão. O documento também elucida funções e finalidades atribuídas a um arquivo municipal, que incluem:

[...] implementar, avaliar e monitorar políticas públicas de gestão de documentos e informações, envolvendo importante conjunto de programas de gestão, tratamento técnico, transferência, recolhimento, preservação, disponibilização e divulgação de

<sup>237</sup> Informe sobre a Campanha de Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais, na página eletrônica oficial do CONARQ. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/campanha.html>>. Acesso em: 09 set. 2018.

<sup>238</sup> Ibidem.

documentos e informações produzidos, recebidos e acumulados pelo poder público municipal, em qualquer suporte ou formato<sup>239</sup>.

Ainda no folder, são destacadas a responsabilidade e os deveres dos agentes públicos municipais em relação à institucionalização e à manutenção dos arquivos, ressaltando o fato de que, caso o gestor público infrinja as medidas legais, estará sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa. No que tange à participação do CONARQ neste processo de “sensibilização” dos agentes das entidades municipais à implementação dos arquivos, o documento versa sobre ações cooperativas do órgão e indica instrumentos para auxiliar os municípios no tocante à criação e à institucionalização dos arquivos, como: a disponibilização de publicações (a “cartilha” intitulada “Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania”; normas e diretrizes voltadas para a gestão, tratamento técnico, preservação e acesso aos documentos arquivísticos tanto em formato analógico quanto digital; “publicações técnicas”), um “Programa de Institucionalização e implantação de arquivos municipais”, orientações técnicas e, por fim, capacitação e treinamento de agentes públicos municipais através de cursos presenciais e à distância, seminários e vídeos educacionais.

Uma série de publicações como “cartilhas”, “guias”, “modelos institucionais”, “diretrizes” e “recomendações” disponibilizadas no site do CONARQ certamente representa o empenho da instituição na didatização e acessibilidade de informações técnicas necessárias para os gestores municipais iniciarem o processo de constituição dos arquivos locais. A questão que permanece, no entanto é: em que medida essa quantidade de dados técnicos se torna inteligível entre aqueles que são/serão responsabilizados, nos diversos municípios, pela operacionalização desta tarefa? Lembrando, ainda, o despreparo profissional de muitas destas pessoas, que não possuem uma formação específica ou então desejável para atuar nestas instituições. Em que proporção as orientações técnicas, capacitações e seminários anunciados pelo CONARQ são demandados pelos agentes locais? Podemos defender que as ações desenvolvidas pelo CONARQ devam ser elaboradas como uma via de mão dupla, em conjunto com os gestores locais – e estes, contando com a participação dos cidadãos neste processo. Como alerta Gonçalves (2013, p. 282),

---

<sup>239</sup> Folder “Arquivos Públicos Municipais – mais transparência pública, mais informação, mais memória e mais cidadania”, sem data, p.7. Disponível na página eletrônica do CONARQ: <[http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/Campanha/Textos/folder\\_arquivo\\_publico\\_municipal.pdf](http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/Campanha/Textos/folder_arquivo_publico_municipal.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2018.

[...] Garantir o acesso aos documentos públicos de arquivo envolve, consequentemente, fortalecer as instituições arquivísticas públicas: seu papel social deve se tornar mais claro e mais visível, ao mesmo tempo que elas necessitam ser percebidas socialmente como relevantes e confiáveis (e obviamente fazer jus a essa percepção).

Ao mesmo tempo em que instigam, estas questões provocam especialmente a pesquisadores, memorialistas e historiadores, que muitas vezes se deparam com a falta de uma gestão municipal de arquivos, com descaso, ou até mesmo com inexistência destas instituições. Contra uma mera “decoupage” de um passado, forjado apenas com base na imaginação, como fazia o personagem de *O Vendedor de Passados*, Vicente, com seus clientes, “[...] a historiografia aborda um passado racionalmente verificável” (KOSELLECK, 2014, p. 267). Neste sentido, espaços onde se reúna, organize e proteja a documentação local, são estritamente necessários para possibilitar acesso e publicização de fontes que oportunizam a elaboração de narrativas históricas e de espaços públicos de memória, estimulando, com a participação dos cidadãos, o compartilhamento de histórias “[...] rumo a um terreno público verdadeiramente inclusivo, contestado, aberto e dialógico [...]” (FRISCH, 2016, p. 61).

Segundo o filme ao qual partimos para desenvolver a problemática sobre a institucionalização dos arquivos, as responsabilidades dos poderes públicos e as consequências para o desenvolvimento da história pública acerca das funções e finalidades dos arquivos municipais, após ter comprado, do personagem Vicente, um passado sem qualquer tipo de vinculação com a sua vivência anterior, uma cliente associa publicamente sua nova história – por meio de uma falsa autobiografia – a um trauma socialmente compartilhado: a ditadura argentina. A situação toma dimensões que se desdobram em consequências impensáveis por Vicente, quando da criação desse passado, meses antes. Observamos aí um abuso: o uso público, no tempo presente, de um passado inventado com base em um fato ocorrido recentemente e, por isso, tão presente na memória social. Sem intenção de nos determos mais longamente sobre o filme, nos interessa o enredo construído em torno da temática dos abusos públicos possibilitados quando não podemos livremente acessar, verificar e comprovar as evidências nas quais nos pautamos para elaborar um discurso sobre o passado.

Caracterizando como uma das singularidades da História do Tempo Presente a ideia de esta residir na “contemporaneidade do não contemporâneo”, Dosse (2012, p. 6) aponta para uma importante questão de âmbito temporal: a do “presente do passado incorporado” – aqui pluralizado –, ou seja, de que um presente é construído com base nos passados narrados, e os incorpora. Nesse sentido, ao investigar um presente, historiadores atentam-se, entre outros

fatores, às diversas representações que o tempo passado apresenta nos documentos examinados no tempo atual. Sempre, contudo, cientes dos possíveis lapsos deixados ao longo do período temporal a que se debruçam, afinal, a história está cheia de lacunas, ou daquilo que Sarlo (2007, p. 9) chama de “inabordável”.

Em Estrela, a narrativa de um passado presente que se manifesta aparentemente desprovido de tensões, consensual e harmônico nas festividades e narrativas promovidas pelo poder público municipal deve ser problematizada por pesquisadores e pode ser motivo de contestação de grupos sociais considerados aliados do discurso oficialmente elaborado. É justamente pelos usos aos quais as os eventos e comemorações estão sujeitas que, conforme Ricoeur (2007, p. 98-104), podem ocorrer abusos da memória ou, no caso, do esquecimento. Qual, ou quais passados estão ofuscados por essa coesão social propagada no presente? A existência de um arquivo público municipal, que oportunizasse a construção de uma história local racionalmente verificável, certamente poderia preservar fontes que fornecessem indícios para ajudar a responder a questão, que se torna, todavia, impraticável, pois Estrela faz parte dos 97 por cento de municípios sem arquivos históricos municipais no Brasil.

Impraticável a pesquisa num arquivo municipal público, impossível a procura de outros locais ou agentes sociais que possam guardar fontes sobre o passado? Não. Neste sentido, para orientar o início desta busca, a historiografia fornece questões chave de problematização – por exemplo, no caso desta tese, a referência de que os municípios marcados pela imigração alemã nas regiões sul do Brasil foram alvo da Campanha de Nacionalização varguista é um fato investigado e afirmado por historiadores que funcionou como gatilho para questionar uma história turisticamente apresentada no município de Estrela. A historiografia, portanto, fornece uma base para as perguntas – não ingênuas, como afirma Prost (2008, p. 75) – de historiadores: “[...] ela [a questão] permite construir fatos -, ele [o historiador] tem uma ideia das fontes e dos documentos que lhe permitirão resolvê-la, ou seja, também uma primeira ideia do procedimento a adotar para abordá-los”.

Sem um arquivo público municipal, mas com as questões a serem problematizadas, pesquisadores lançam mão de alternativas de pesquisa como, por exemplo, a coleta de testemunhos via História Oral que, no caso desta investigação, permitiu compreensões tanto acerca do período estadonovista na região, como das formas como ele é lembrado no presente diante de um esquecimento historicamente produzido nas obras comemorativas e festividades de aniversário promovidas pelo poder público municipal. Metodologia proficiente para a construção da História do Tempo Presente e igualmente utilizada na consecução de uma escrita da história pública, a História Oral possibilita uma autoridade compartilhada, no

sentido de que “[...] na natureza da história oral e da história pública *nós* não somos a única autoridade, os únicos intérpretes, os únicos autores-historiadores. Em vez disso, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição, compartilhado” (FRISCH, 2016, p. 62).

Segundo Portelli (2006, p. 111), “[...] tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem”. Na História Oral, tomamos conhecimento das representações das pessoas sobre os fatos, o que é significativo para o trabalho de historiadores e demais pesquisadores. Fundamental, no entanto, é conhecermos os fatos para cruzarmos às representações e, a partir disso, tentarmos compreender, com aporte teórico, o porquê de ser representado daquela forma. Para além das narrativas elaboradas por moradores de Estrela no presente, os testemunhos podem ainda oportunizar outras formas de acessar e verificar passados marcados por dissensões ocultadas nos mecanismos públicos que intentam agir como vetores de memória no tempo presente, como as festividades, monumentos e roteiros turísticos.

Ao narrarem e, dessa forma, construírem uma temporalidade que fornecesse sentido ao seu passado, muitas das pessoas entrevistadas procuravam objetos, fotos e documentos sobre o período da Campanha nacionalista. Salvo-condutos<sup>240</sup> (como o apresentado no Anexo E), cadernos e até cartazes que eram espalhados pelos muros do município (figura 21, capítulo 4) traziam à tona novos documentos para o estudo sobre aquele passado marcado pela nacionalização forçada. Conforme Cunha (2008, p. 118) “Ao iluminar esses papéis ‘ordinários’ pode-se pensar na importância de uma *memória de papel* para o reconhecimento de diferentes práticas, costumes, rituais, ações e sociabilidades como ponto de partida para reinventar outros presentes [...]”. Cada material encontrado nas residências pelos narradores, interpretado e significado por eles como fonte histórica a partir de questionamentos efetuados nas entrevistas, desdobrava-se em novas evidências pela forma de autoridade compartilhada.

Na pesquisa de campo desenvolvida em Estrela e região, a falta de arquivo municipal foi também lograda pela colaboração das pessoas familiarmente ligadas aos jornais *O Taquaryense* e *O Paladino*, que permitiram o acesso a fontes que preencheram algumas lacunas sem as quais o enredo desta tese não se completaria. Enquanto que as páginas do semanário estrelense propiciaram, dentre outras questões, averiguar situações como a censura

<sup>240</sup> O uso de salvo-condutos tinha a função de justificar a viagem das pessoas que transitavam de um município a outro e tinha o papel de controlar quem entrava ou saía de uma localidade. Segundo Cancelli (1993, p. 138), pelo sistema de salvo-conduto implantado pela Polícia Civil do Distrito Federal, os “estrangeiros do Eixo” deveriam apresentar obrigatoriamente o documento, enquanto que “Aos demais, brasileiros e estrangeiros naturalizados era ‘aconselhada’ a retirada do documento. O passe poderia ser permanente ou temporário, sendo que os súditos do Eixo tinham acesso apenas a documentos temporários”.

aos meios de comunicação que circulavam em idioma alemão durante o Estado Novo, como analisamos, o jornal de Taquari serviu como contraponto que, apenas em vernáculo, endossava as imposições que o governo determinava, para além dos acontecimentos relacionados à Campanha nacionalista em âmbito local. Os dois semanários não contam, atualmente, com o apoio dos poderes públicos locais para garantir a devida proteção, com controle de umidade e temperatura das edições, por exemplo, que deveriam receber. Parcerias para uma possível digitalização e manutenção até deram pistas de serem realizadas, mas não se concretizaram. Resulta daí que a possibilidade de manusear e pesquisar as quatro longas páginas de cada edição de *O Paladino* e *O Taquaryense* se torna viável apenas devido à vontade pessoal daqueles que se preocupam com preservação da história local e, também, de suas famílias, como é o caso dos dois semanários. Observamos aí mais um elemento patente na direção de pensarmos uma história pública: a atuação *colaborativa*, como ressaltam Mauad, Almeida e Santhiago (2016, p. 12), “[...] na qual diferentes agentes produtores trabalham dialogicamente”.

Para além do fator colaborativo de cidadãos da região que se mobilizaram para recobrar fontes acerca de um passado, a “sorte”, o acaso também teve seu lugar na pesquisa. Se, por um lado, a “sorte” é interessante ao surpreender a quem pesquisa através de um documento inesperado, por outro, remonta à ideia de que, caso o município possuísse um arquivo público organizado, as fontes poderiam se transformar em um registro acessível a todos e, além disso, a administração da instituição poderia impedir um possível descarte de determinada fonte documental. Com as fontes encontradas na Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Estrela, por exemplo, o que sucedeu remete à máxima: “estar no lugar certo, na hora certa”. Cerca de cinco pilhas de documentos aleatórios depositados no corredor da instituição tinham dois destinos possíveis: o descarte, ou o envio para alguma instância dentro da igreja, em outra cidade. Para a pesquisa sobre a fiscalização e os cuidados que os pastores e fiéis deveriam manter durante o período em que “era proibido falar em alemão”, a oportunidade de fotografar a documentação antes do seu próximo destino trouxe à tona materiais (cartas, correspondências, atas, fonogramas, entre outros) que permitiram uma análise acerca das relações eclesiais locais. Também na IECLB, mas mais especificamente nos ambientes destinados aos ensaios, à guarda de vestimentas ou materiais para os bailes e ao escritório dos Grupos Folclóricos de Danças Alemãs de Estrela, é organizado pelo instrutor dos Grupos um acervo que guarda documentos sobre os integrantes, as viagens realizadas, os folders e recortes de textos de revistas e jornais que mencionam as atividades e itinerários realizados pelos dançarinos. São materiais que, apesar de selecionados e por vezes

incompletos ou sem a exata referência, o que demandaria uma gestão documental adequada, aludem à memória que os responsáveis pelo acervo pretendem evocar.

Dentre as instituições privadas que contém espaços de preservação documental e disponibilizam o acesso ao público em geral, desde que agendada visita, além do acervo de *O Taquaryense* em Taquari e mencionado anteriormente, Estrela conta com o memorial da SOGES e com o acervo do jornal *Nova Geração*. Organizado conforme descrição no subcapítulo 3.3, o memorial expõe a documentação em sentido narrativo que expressa uma história dividida basicamente em dois períodos: o germânico, da fundação da Sociedade até o ano da intervenção policial em 1942, e outro sem denominação específica, que avança até os dias atuais. Na sede do jornal *Nova Geração*, todas as edições do semanário estão disponíveis para acesso e pesquisa em um acervo destinado à consulta pública. Os jornais estão encadernados por ano e organizados em um armário mas, como os documentos da SOGES e dos Grupos Folclóricos, não há um cuidado especializado em relação à preservação física dos documentos.

Outras duas possibilidades de pesquisa documental e espaços de divulgação de uma história sobre Estrela acontecem virtualmente. A partir de uma página eletrônica chamada “Nossa Dica”<sup>241</sup>, que foi desenvolvida em 2007 e é mantida pelo jornalista e radialista local, João André Mallmann, diversos documentos são arrolados através de fotografias postadas na página e contam com comentários narrados pelo autor da mesma sobre o contexto a que se referem. O acervo digital de Mallmann é estimado em 87 mil fotografias que se referem a paisagens da cidade, documentos institucionais e pessoais sobre Estrela. Segundo o autor da página, muitas das fotografias estão sob seu poder, e em relação aos comentários escritos nas imagens, ele afirma que: “[...] são de pesquisas minhas através de relatos nas visitas que tenho feito às pessoas ligadas à nossa história ou descendentes das mesmas. Também me faço valer de um acervo muito grande de material para a minha pesquisa: jornais, cartazes, fotos, revistas e livros.” (MALLMANN, 2018). Mallmann também desenvolveu um trabalho educativo em escolas do município no ano de 2015, onde realizou palestras e expôs as fotografias arquivadas em seu acervo pessoal.

O segundo espaço virtual de divulgação sobre acontecimentos do município é o blog da Organização Não-Governamental “Associação Estrelense de Proteção ao Ambiente Natural” (AEPAN-ONG)<sup>242</sup>, criada em 1992 por um biólogo e farmacêutico, de acordo com o

---

<sup>241</sup> A página eletrônica administrada por João André Mallmann, mais conhecido como Jam Brasil, localiza-se no endereço eletrônico: <<http://www.nossadica.com.br/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>242</sup> O sítio eletrônico do blog está disponível em: <<http://lajeadores.blogspot.com/>>. Acesso em: 03 out. 2018.

atual administrador, Airton Engster dos Santos. A página eletrônica mantém informações atualizadas acerca de eventos sociais municipais ilustradas com fotografias e a organização não-governamental (ONG) possui “[...] objetos, documentos, fotos, filmes, livros doados por pessoas que estão realmente interessados em preservar a história”, como afirma Santos (2018). Como objetivo, “[...] a AEPAN quer estimular a reflexão sobre a importância de preservar materiais que poderá servir de testemunho para gerações futuras.” *[sic]*, segundo o administrador. Para a escrita desta tese, as formas de divulgação em meios virtuais sobre Estrela – tanto o sítio eletrônico “Nossa Dica”, quanto o blog da AEPAN – permitiram o acesso a informações de nível local em ambientes fora do território da cidade e, embora não seja gestada por profissionais com formação específica na área, o que possivelmente traria outras formas de acesso e ampliaria os temas captados sobre os assuntos pesquisados, as páginas são referenciais de história realizadas pelo público – mesmo que a forma de organização e o poder sobre os documentos seja questionável.

No âmbito do poder público, Estrela conta com a Biblioteca Pública Municipal Francisco Reckziegel Assis Sampaio, a casa de cultura (Centro Cultura e Turismo Bertholdo Gausmann), o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Vereadores que está em processo de organização, o Centro Cultural e a Casa de Artesanato Indígena. Apesar de não serem arquivos, os dois primeiros guardam materiais acerca de uma história local que podem ser acessados por todo cidadão que buscar fontes documentais na instituição. A biblioteca, local onde foram localizadas fontes que deram sentido a narrativa configurada a esta tese – o CD-ROM com as publicações comemorativas entre os anos 1920 e 1980 – e a casa de cultura que abriga a SECULTUR, onde os folders do roteiro turístico Delícias da Colônia – anunciado na introdução desta tese – e jornais a partir da década de 1990 foram consultados para esta pesquisa, igualmente são ambientes onde a história pública se inscreve, visto que são armazenados materiais em armários, prateleiras, estantes que distinguem-se como fontes históricas, mesmo que não estejam organizados de maneira que possibilite o fácil acesso do público ou dependam de uma procura que percorra lugares de guarda de documentos administrativos em fase corrente da instituição.

O Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Vereadores, idealizado em 2006 pelo então presidente da Câmara e atual vice-prefeito da cidade sob a legenda do Partido Verde (PV)<sup>243</sup>, Valmor Griebeler, tem por finalidade “Preservar a memória da casa e atender os dispositivos legais.”, segundo Daniel Pedrini Ribeiro, supervisor administrativo da Casa

---

<sup>243</sup> O prefeito do município de Estrela, Carlos Rafael Mallmann, administra a cidade sob a legenda do PMDB – atual MDB.

(RIBEIRO, 2018). Ainda não estruturada especialmente como arquivo em 2018, uma sala na câmara com armários e um modelo de trabalho foi destinada à função, mas geralmente permanece fechada e não dispõe de controles técnicos para a preservação dos materiais. Raríssimas visitas frequentam o espaço, e quando há materiais referentes ao legislativo que são organizados em um tema, podem vir a ser expostos conforme alguma decisão do supervisor da casa, de acordo com Ribeiro (2018).

Fazendo jus a um grupo historicamente desvalorizado das narrativas comemorativas ou festejos de aniversário do município, em julho de 2018, foi entregue a uma comunidade indígena local, o povo Kaingang, espaços destinados à valorização e educação comunitária. Tendo que modificar sua área de vivência devido à duplicação de uma rodovia federal que passa pelo município, ficou estabelecido um Plano Básico Ambiental (PBA) para a Aldeia, chamada Jamã Ty Tahn. Através do PBA, foram construídas uma escola comunitária, um Centro Cultural e uma Casa de Artesanato que, conforme explica a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em sua página eletrônica, “[...] servirá como ponto de comercialização de artesanato tradicional indígena, confeccionado com cipós, taquaras, sementes, porongos e demais matérias-primas sustentáveis, a fim de garantir a geração de renda comunitária aos integrantes da Aldeia.”<sup>244</sup>. Em virtude de a implementação desses espaços ser uma informação recentemente divulgada, cabe aguardar se eles efetivamente receberão atenção do poder público. De qualquer forma, é uma notícia que estimula a reflexão sobre a participação desses povos na construção da história pública local.

Retomando Bloch (2001, p. 83), os documentos certamente não aparecem aqui ou ali por um misterioso decreto dos deuses, mas sim como desdobramento de ações humanas historicamente situadas. No caso de Estrela, os documentos fornecidos pela população local para a construção desta pesquisa possibilitaram o acesso a fontes públicas que, tendo interesses e vinculações públicas, estavam restritas ao âmbito privado e demonstraram como a participação cidadã é significativa no processo de compreensão e problematização da história ao revelar tensões ocultas seja pelas comemorações públicas que enaltecem uma versão identitária, seja pela inexistência de arquivos públicos que possibilitem o acesso a fontes de um passado tão presente. Para algumas das pessoas entrevistadas que visualizavam o chamado “desfile típico” que abre o Festival do Chucrute elaborado no município, e que nos deteremos posteriormente, preencher as ruas de Estrela sob uma narrativa heroica e harmônica sobre um

---

<sup>244</sup> “Comunidade Kaingang recebe Casa de Artesanato em Estrela-RS”, matéria disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4960-comunidade-kaingang-recebe-casa-de-artesanato-em-estrela-rs>>. Acesso em: 11 set. 2018.

passado, talvez a conversa durante a entrevista possa ter recobrado memórias antes guardadas para o espaço privado. Ou então, ao menos pode ter suscitado a interrogação de moradores locais para uma intriga que, além de enaltecedora em torno do imigrante alemão, é exclusivista, pois oblitera a diversidade étnica que compõe a localidade.

Depender de “acazos”, da “sorte” e de ações de “salvamento” de documentos públicos prestes a serem descartados não deveria se constituir uma prática recorrente do trabalho de historiadores ou demais pesquisadores e, de maneira alguma, traz benefícios às instituições locais. Pelo contrário, o depósito de documentos em “salinhas” vagas, em gavetas e armários trancados, ou ainda encaixotados em algum canto qualquer das instituições nega, por um lado, um direito básico dos cidadãos – de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou coletivo, como previsto na Constituição Federal – e oculta, por outro lado, possíveis escritas sobre passados por historiadores e pesquisadores. Arquivos poderiam tornar visíveis registros acerca dos passados *para* e *em* colaboração com a população e, talvez, ajudariam a evitar abusos provocados por um esquecimento, por um ocultamento – muitas vezes nada ingênuo – de informações de caráter público.

Não é pretensão afirmar, também, que a existência de arquivos municipais evite qualquer tipo de esquecimentos. Meramente existir, sem fazer parte do cotidiano da população e sem ser percebido como relevante socialmente, não garante a funcionalidade do arquivo. A preocupação com a preservação, com um programa de gestão documental e de informações de maneira integrada, o preparo de pessoal qualificado e a disponibilização de documentos e informações são responsabilidades do poder público, e a ele cabe realizar este processo de maneira a incluir a sociedade.

Como afirma Albuquerque Júnior (2012, p. 65), “Os historiadores, embora não deixem de ser, hoje, vendedores de passados, quase sempre a preço vil, devem fazê-lo não a serviço do branqueamento, da limpeza, da assepsia do passado, como vemos recorrentemente acontecer na mídia, nos meios de comunicação de massa” –, e nas comemorações, poderíamos acrescentar. Os meios que ofertam possibilidades para a história pública, além de pelejarem pela democratização do acesso à informação historicamente construída, se efetivam com a colaboração dos agentes sociais na construção das narrativas sobre passados. Construídos a partir de uma autoridade compartilhada, busca-se atravessar “o abismo entre a torre de marfim e o mundo real”<sup>245</sup> (LIDDINGTON, 2011, p. 42). Cabe a uma história pública e do tempo presente ser “agente do luto social”, problematizando os pontos de cristalização

---

<sup>245</sup> Referência da autora ao anúncio de um cartaz sobre congresso de história pública do Ruskin College.

das memórias, analisando suas funções políticas, os significados atribuídos a eles ao longo do tempo, assim como os agentes sociais e institucionais envolvidos em sua constante elaboração. Perscrutar estes aspectos muda o foco de um enaltecimento para um estranhamento que ajude a revelar os dissensos encobertos pela falsa impressão de que exista uma harmonia consensual nas histórias contadas.

## 5.2 FORMAS DE EXPRESSÃO CULTURAL

Menos de dez dias após o incêndio no Museu Nacional integrado a UFRJ, o presidente do Brasil, Michel Temer, enviou para análise do Congresso Nacional uma medida provisória (MP 850/18) que autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência Brasileira de Museus (ABRAM), instituição de personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e utilidade pública que, quando instituída, autoriza a extinção do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), uma autarquia federal. Junto a esta medida, foi submetida a MP 851/18, que estabelece um marco regulatório para captação de recursos privados por meio de fundos patrimoniais às instituições museais. Reunido no mesmo mês do incêndio ao Museu com empresários e presidentes de bancos públicos e privados, segundo informação divulgada no sítio eletrônico do jornal Estadão<sup>246</sup>, o governo discutiu sobre a gestão e apoio ao Museu Nacional diante do ocorrido, mas não contou com a participação de pessoas ligadas às áreas mais envolvidas no assunto.

Criado em 2009 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o IBRAM, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), foi instituído após amplos debates com atores da área dos museus e agentes da sociedade civil em um processo democrático e participativo, e foi responsável pela criação e manutenção da Política Nacional de Museus (PMN). Sujeita a crítica advinda de setores de universidades, sindicatos e trabalhadores de instituições museais, a medida provisória referente à criação da ABRAM motivou atos, movimentos de alunos dos cursos de Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia, oficinas, assembleias, manifestações e declarações públicas que a renegam. Em nota de repúdio às duas medidas provisórias, o Conselho Federal de Museologia (COFEM), por exemplo, declarou que “Com autoritarismo, sem consultar as instituições da área museológica e a sociedade civil [...]”, o governo usou o incêndio no Museu Nacional como justificativa “[...] para formalizar um projeto de governo liberalizante onde mais uma vez o Estado abre mão do seu patrimônio e de sua

<sup>246</sup> Governo avalia medida provisória para desvincular Museu Nacional da UFRJ. (Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,governo-avalia-medida-provisoria-para-desvincular-museu-nacional-da-ufrj,70002491430>>. Acesso em: 11 set. 2018).

responsabilidade sobre ele.”<sup>247</sup>. Faltando menos de um mês para as eleições presidenciais no país quando enviadas para apreciação do Congresso Nacional, as medidas provisórias alteram profundamente as funções e finalidades museais, de modo que as manifestações contrárias a seus textos possuem legitimidade. Não apreciadas pelo Congresso Nacional até o final da escrita desta tese, as medidas permanecem alvos de crítica e pedido de suspensão por setores sociais organizados.

Historicamente marcadas pela desvalorização dos poderes públicos, com poucos momentos de exceção, as instituições culturais – e fruto delas, o desenvolvimento da pesquisa e extensão – passam por um momento em que avanços recentes nas políticas públicas museais sofrem reveses a partir de atos governamentais. Seguindo a ideia enunciada no subcapítulo anterior, que apontava a parca quantidade de arquivos municipais no Brasil e especificava o caso de Estrela, nos detemos aqui às atrações culturais fomentadas na cidade – reforçando que são poucas e, quando surgem, se ocupam geralmente de uma narrativa étnica que enaltece ou se refere especialmente aos teuto-brasileiros. Para exemplificar a partir de dados do setor museal, de acordo com o IBGE 27,2 por cento dos municípios brasileiros possuíam museu em 2014 – ano mais recente da pesquisa sobre o tema – e, mesmo que as regiões sul e sudeste apresentam a maior quantidade destes equipamentos culturais, o município de Estrela não se encaixa nesta conta em razão de o poder público local nunca ter criado e mantido um museu municipal (IBGE, 2014).

Diante dos novos desafios políticos que as instituições culturais podem enfrentar a partir da possível aprovação da ABRAM e de cortes orçamentários que já vêm sendo realizados, cabe defendermos o desenvolvimento de ações que preservem a cultura como bem público e, em consequência, instituições regidas por princípios constitucionais como a cidadania, o pluralismo político e a dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988). Em Estrela não há um museu público, embora exista um projeto de que uma edificação de 1914 na cidade seja restaurada e adaptada para abrigar a instituição futuramente. A proposta é que o museu municipal seja viabilizado em vista de o município ter sido contemplado em 2011<sup>248</sup> pelo

---

<sup>247</sup> Nota de repúdio às medidas provisórias (MP 850/18 e MP 851/18) publicada pelo COFEM em: 12 set. 2018 em sua página eletrônica oficial. Disponível em: <<http://cofem.org.br/nota-de-repudio/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

<sup>248</sup> Resultado da seleção do Programa de Fomento aos Museus – IBRAM 2011. Disponível em: <[http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/12/Resultados\\_Fomento2011.pdf](http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/12/Resultados_Fomento2011.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2018.

programa “Mais Museus”, projeto elaborado pelo Ministério da Cultura<sup>249</sup>. Estrela possui, no entanto, um museu privado. Trata-se da Casa-Museu referida na introdução deste trabalho, que se ocupa da exposição de materiais identificados como representantes dos imigrantes alemães e seus descendentes na cidade – ideia que, apesar de legítima, reforça a unicidade narrativa étnica sobre o município que é configurada nas publicações comemorativas promovidas pelo poder público.

Conforme Knauss (2018, p. 145), “[...] a relação dos museus com seus públicos não pode ser naturalizada e nem se resume à neutralidade”, portanto, cabe atentarmos quais usos de um passado, ou quais passados são referenciados dentre os materiais expostos. Sendo um museu criado por um casal de moradores do município, em sua própria residência, convém destacar que ambos são descendentes de imigrantes alemães. Com mais de duas mil peças catalogadas, o museu é divulgado pela prefeitura como “[...] referencial de cultura e turismo por seu notável acervo histórico e cultural da imigração alemã.”<sup>250</sup>. O fato de existir museus constituídos de modo particular é uma das maneiras de um público interagir com o conhecimento histórico e expressa como compreendem situações com o tempo, afinal como também afirma Knauss (2018, p. 145), “[...] não seria demasiado dizer que os museus se afirmam como um universo de exercício de história pública.”. Corroborando, de certa forma, com o enredo que o poder público historicamente configurou sobre o município, o museu se estabelece como consensual a uma história local oficialmente narrada, não apresentando dissonâncias que caracterizam o campo do patrimônio cultural.

Outro atrativo turístico responsável pela visita de muitas pessoas a Estrela é o Festival do Chucrute que, existente no município desde 1966, participa historicamente dos eventos comemorativos de aniversário de Estrela e está presente nas fontes de pesquisa analisadas nesta tese. Evento que na contemporaneidade abre a “Maifest”, o Festival é realizado pela Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Estrela e, através das apresentações dos Grupos Folclóricos de Danças Alemãs, evoca uma germanidade à festividade organizada pelo governo municipal, como narrado no sítio oficial do festival, que o apresenta em 2018: “Não há nada mais tradicional, original e encantador em termos de costumes, folclore e tradição germânica em todo o estado, sendo um dos mais antigos eventos do gênero de todo o país.

<sup>249</sup> O projeto Mais Museus foi criado em 2007 com base na Política Nacional de Museus (PNM) e é voltado para cidades onde não existem ainda unidades museológicas constituídas. Projetos técnicos são selecionadas pelo IBRAM dentro do Programa “Museu, Memória e Cidadania” em municípios com até 50 mil habitantes.

<sup>250</sup> Informação disponível na parte dedicada ao turismo no sítio eletrônico oficial do município. (Disponível em: <<https://estrela.atende.net/#!/tipo/pagina/valor/41>>. Acesso em: 15 set. 2018).

Venha viver o mais típico e bonito evento da colônia alemã!”<sup>251</sup>. Respondendo parte da questão que intitula este estudo, verificamos que este presente é feito com passados reiterados em diversas publicações que enaltecem um componente étnico em detrimento de outros, ou seja, o Festival faz referência a um público determinado da cidade, embora aberto ao público em geral – o que, inclusive, interessa economicamente os promotores e fomenta o turismo local. Assim, segundo Nicolini (2013, p. 164), “[...] diante das tensões e lutas pela hegemonia cultural no território, os Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela e o Festival do Chucrute vêm divulgando uma identidade principal, que serve de inspiração para as suas manifestações – a identidade germânica ou teuto-brasileira.”.

O fato de ser o mais antigo conjunto de danças folclóricas alemãs ininterruptas no Brasil, permanecer em atividades e viabilizar a divulgação dos Grupos Folclóricos de Danças Alemãs via apresentações nacionais e internacionais oportunizou ao Festival do Chucrute figurar em um projeto de lei de um deputado estadual estrelense em 2006. Sob a legenda do PMDB, hoje MDB, o deputado protocolou o projeto à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS) com o objetivo de tornar o Festival do Chucrute patrimônio cultural do estado (PL 216/2006). Em matéria reproduzida no sítio oficial da ALERGS<sup>252</sup>, no entanto, verificamos uma questão histórica a ser corrigida. Inicialmente, afirmando que a festa é uma homenagem justa aos imigrantes alemães, estes são referenciados no texto como pessoas que chegaram ao estado no século XVIII, entretanto, a primeira leva de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul ocorreu em 1824 e se estabeleceu no município de São Leopoldo. O texto ainda narra uma trajetória histórica do festival, iniciado a partir do ensino das danças consideradas típicas por um casal ligado à Comunidade Evangélica do município. Na justificativa enviada para apreciação do legislativo, o deputado valoriza o festival como sendo a mais antiga festa anual do Estado e corrobora o histórico enredado pela matéria mencionada. Configura-se, dessa forma, uma significação que não é intrínseca ao Festival, mas socialmente construída por grupos específicos, como afirma Meneses (2012, p. 32) acerca dos bens culturais, que são:

[...] coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizadas pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc. – e, em suma, seus *valores*.

<sup>251</sup> Texto que integra a sessão chamada “Sobre a festa”, no site oficial do Festival do Chucrute. (Disponível em: <<http://festivaldochucrute.com.br/sobre-a-festa/>>. Acesso em: 15 set. 2018).

<sup>252</sup> “Festival do Chucrute deverá virar patrimônio cultural do Estado”. Matéria disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdMateria/146312/language/pt-BR/Default.aspx>>. Acesso em: 15 set. 2018.

O Projeto de Lei tramitou entre maio e dezembro de 2006, quando arquivado. Dois pareceres favoráveis ao mesmo referenciam a antiguidade do evento, retomando a afirmação do deputado no projeto de que o festival é “[...] a mais antiga festa anual do Estado.” (PL 216/2006). A ideia que define um patrimônio cultural tendo como critério apenas sua antiguidade, tão problematizada e superada pelos estudos patrimoniais recentes, portanto, prevalece. A temporalidade constitui elemento imprescindível para compreender algo como patrimônio cultural, no entanto não é a distância temporal que irá definir seu valor patrimonial. Apesar desta tentativa de registrar o Festival do Chucrute como patrimônio cultural, o município de Estrela não possui bens tombados, registrados ou chancelados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE-RS). A patrimonialização do Festival do Chucrute traria uma nova justificativa para sua manutenção e talvez seria uma notícia que estimularia outras expressões culturais no município ao debate sobre o assunto, de modo que ampliaria a discussão envolvendo o público e impulsionaria novos instrumentos memoriais para contar e disputar uma história, concordando com as afirmações de Borges e Bauer (2018, p. 34):

A incursão dos “novos” ou “outros” patrimônios em instituições e/ou espaços de memória, é acompanhada pelo incentivo à participação cidadã, colocando novos e importantes desafios ao campo do patrimônio cultural. Um deles fica evidenciado pela aparente contradição dentro de um campo que busca cada vez mais a profissionalização e, ao mesmo tempo, propõe (e recebe como demanda) a participação das comunidades.

O patrimônio cultural, tombado, registrado, chancelado oficialmente ou não, pode passar ainda por más apropriações do turismo, quando passados são usados para endossar narrativas e se esquecer de outras. Passados selecionados podem fazer presentes exclusivistas, uníssonos, que oportunizam o perigo de uma história única, como alertou Adichie em discurso proferido em 2009<sup>253</sup>. A “Maifest” que comemora o aniversário de emancipação de Estrela pode conter estas questões em algumas atividades oferecidas à população e aos turistas, como anunciado na introdução desta tese. Em 2013, quando entrevistado por um jornal lajeadense em virtude da comemoração dos 137 anos de emancipação de Estrela, por exemplo, o prefeito municipal afirmara: “Admiro os estrelenses pela paixão que têm pela cultura germânica. Observar toda essa gente que compareceu para prestigiar a abertura de nossa festa me dá muito orgulho”<sup>254</sup>. O informativo, que também discorria sobre a

<sup>253</sup> O discurso da escritora está disponível no YouTube em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>>. Acesso em: 15 set. 2018.

<sup>254</sup> “Começa a Maifest dos 137 anos”. (O INFORMATIVO DO VALE, ano XLII, p. 4, 18 e 19 maio 2013).

programação da festividade, anunciava que: “Até o dia 26, a cultura alemã seguirá sendo cultuada por meio de músicas, dança e gastronomia típica” (O INFORMATIVO DO VALE, ano XLII, p. 4, 18 e 19 maio 2013). Observamos assim como um passado heroico, historicamente narrado, se presentifica de diversas formas no município. Em 2018, uma cultura teuta continua sendo reforçada, como afirma o secretário de Esporte e Lazer da cidade em matéria divulgada na página eletrônica de um grupo de comunicação lajeadense: “É uma festa que visa a divulgação e o resgate da colonização alemã”<sup>255</sup>. Ressaltamos ainda que a referência a uma germanidade não se trataria de algo questionável, caso apresentada com equidade dentre as culturas locais e possibilitando novas narrativas.

Para além das festividades e atividades que as compõem, o turismo em Estrela é divulgado pelo também não patrimonializado Roteiro Delícias da Colônia, também conhecido pelo visitante segundo o passeio que forjamos na introdução desta tese. Único trajeto turístico planejado neste formato, o Roteiro criado em 2002 pela SECULTUR, em parceria com proprietários e empreendedores locais, pela empresa de viagens e turismo Imitur, e pelos poderes públicos municipais das cidades partícipes do roteiro, Colinas e Imigrante, novamente evoca uma etnicidade teuta por espaços que perpassa. Anunciando o contato com elementos que referenciam a imigração alemã, e não apontando culturas que podem ser relacionadas com outros grupos étnicos, o itinerário dos trajetos acaba por também reforçar a narrativa étnica de tom exclusivista configurada pelas publicações comemorativas promovidas pelo poder público – o que também se presentifica nos monumentos a que a introdução desta tese se deteve. Dessa forma, verificamos como a narrativa que enreda um passado heroico permanece presente através de repetições que resultam num “excesso de memória”, expressão que, segundo Ricoeur (2007, p. 92): “[...] lembra muito a compulsão de repetição, a qual, segundo Freud, nos leva a substituir a lembrança verdadeira, pela qual o presente estaria reconciliado com o [um] passado [...]” por simplesmente um passado presente com enredos que se reatualizam a cada repetição, seja pelas publicações comemorativas, pelos objetos que são expostos na Casa-museu, pelas atividades programadas para a Maifest, pelo itinerário projetado para o Roteiro Turístico Delícias da Colônia, seja pelo Festival do Chucrute com as danças dos Grupos Folclóricos de Danças Alemãs.

---

<sup>255</sup> “Maifest 2018 será lançada terça-feira em Estrela”, Grupo Independente de comunicação, situado no município vizinho de Estrela, Lajeado. (Disponível em: <<http://independente.com.br/maifest-2018-sera-lancada-terca-feira-em-estrela-2/>>. Acesso em: 15 set. 2018).

Em 2016, a câmara municipal aprovou a criação tanto do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)<sup>256</sup>, como do Fundo Municipal do Turismo (FUMTUR)<sup>257</sup>. Enquanto que o COMTUR se estabeleceu como órgão consultivo, normativo, deliberativo e de assessoramento – formado por representantes da esfera pública e de entidades como a Associação Comercial e Industrial de Estrela (CACIS), a Faculdade La Salle, a Associação dos Artesãos de Estrela, o Roteiro Delícias da Colônia, a Aturdec, agências de viagem e turismo e hotéis – e tem a função de opinar sobre questões voltadas ao turismo, o FUMTUR tem como finalidade apoiar projetos turísticos com recursos aplicados no financiamento total ou parcial de atividades e projetos desenvolvidos pela SECULTUR. Embora partindo de Projetos de Lei com interessantes objetivos em torno das políticas culturais, desde a aprovação dos mesmos, que ocorreu em outubro de 2016, até outubro de 2018, não há projetos ou entidades voltadas ao turismo local que foram contemplados pelo Fundo Municipal do Turismo (OLIVEIRA, 2018).

Estes mecanismos culturais, sejam mantidos pelo poder público e/ou privado – informação que deve ser considerada, pois a configuração de enredos para a sua divulgação, acesso e, principalmente, para os sentidos que pretendem evocar – são demonstrativos acerca de um presente oficialmente aceito e propagado em Estrela por derivação de um passado heroico. Um passado que se mantém presente, pois repetidamente é acionado e possibilita a manutenção de um *status quo* de predominância étnica teuta de acordo com grupos que as forjam. Em Estrela, enquanto que as publicações comemorativas e diversas expressões culturais destacadas e financiadas pelo poder público ratificam uma narrativa heroica sobre uma história do município, e algumas formas culturais financiadas pelo poder privado robustecem esta intriga, cabe observarmos quem são seus produtores. Enquanto que, dentre os 23 administradores municipais de Estrela do período que abarca as fontes aqui analisadas, entre o ano de 1926 e 2018<sup>258</sup> –, que variam entre intendentess, prefeitos nomeados, eleitos ou reeleitos em sufrágio universal ou indiretamente e administradores que permaneceram no cargo por decisão de instância superior – 16 possuem sobrenomes identificados como alemães. Como produtores deste enredo com uma dimensão temporal passado presente,

<sup>256</sup> O Conselho Municipal de Turismo foi criado com Projeto de Lei n° 084-04/2016.

<sup>257</sup> O Fundo Municipal do Turismo foi criado a partir do Projeto de Lei n° 083-04/2016.

<sup>258</sup> Os administradores municipais de Estrela entre 1926 e 2018 foram: André Marcolino Mallmann, Augusto Frederico Markus, Martin Leonardo, José Hauschild Filho, Edmundo Alfredo Steyer, João Sabino Mena Barreto, Cláudio de Toledo Mércio, Acelino Pauletti, Luís Amado de Figueiredo, Oscar Leopoldo Kasper, Adão Henrique Fett, Ito João Snel, Aloysio Valentim Schwertner, Aloysio Pedro Knecht, Bertoldo Gausmann, Gabriel Aloísio Mallmann, Hélio Musskopf, Orlando Schaeffer, Leonildo José Mariani, Günther Ricardo Wagner, Geraldo Fernando Manica, Celso Brönstrup e Carlos Rafael Mallmann.

também incluímos jornalistas – profissionais ou amadores –, membros das Comissões de Festejos dos eventos que analisamos através dos jornais e edições comemorativas, e demais pessoas que voluntariamente atuam e/ou atuaram nestas festividades e expressões culturais. Uma rede de sociabilidades foi sendo construída, sem esquecer que muitas destas pessoas participavam ou ocupavam postos importantes de associações ou clubes locais, eram proprietários de empreendimentos na cidade e se constituem em uma maioria masculina.

Um enredo de base exclusivista e étnica, dessa forma, teceu historicamente publicações, incentivou festividades e hoje se presentifica em expressões culturais analisadas. A narrativa heroica pouco concede espaço para outras maneiras de refigurar o tempo passado no tempo presente. Além da quebra desta narrativa aqui exemplificada pelos traumas gerados a partir da Campanha de Nacionalização, passados referentes aos povos indígenas e ao povo negro na cidade também costumam ser esquecidos, o que interfere na possibilidade de uma construção da história que seja pública e colonizando aquela que é oficialmente narrada. Como afirma Rovai (2018, p. 307), neste sentido “[...] é necessário a ‘descolonização da história’, inserindo as disputas em torno das memórias, da etnicidade, das subalternidades e das resistências que podem implodir enquadramentos dominantes.”, como este estudo defende.

### 5.3 DEIXA OS HISTORIADORES PARA LÁ. SERÁ?

Com a resposta “[...] deixa os historiadores para lá.” em entrevista ao noticiário da maior emissora de televisão do país, a rede Globo de telecomunicações<sup>259</sup>, uma concessão pública, em 28 de agosto de 2018 o candidato à presidência do Brasil pelo Partido Social Liberal (PSL), Jair Bolsonaro<sup>260</sup> negava a legitimidade do trabalho historiográfico sobre o golpe militar que assolou a nação em 1964. Chamado de “revolução” pelo candidato, o golpe que deu início à ditadura militar brasileira e a possibilidade de este acontecer novamente esteve presente dentre as perguntas realizadas pelos jornalistas do noticiário, que também sabatinou outros candidatos mais bem colocados nas pesquisas eleitorais<sup>261</sup> daquele período.

<sup>259</sup> “Jair Bolsonaro (PSL) é entrevistado no Jornal Nacional”. Matéria disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/28/jair-bolsonaro-psl-e-entrevistado-no-jornal-nacional.ghtml>>. Acesso em: 19 set. 2018.

<sup>260</sup> Jair Bolsonaro venceu as eleições para presidência do Brasil em 28 de outubro de 2018, quando disputava no segundo turno com Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT).

<sup>261</sup> Entre os candidatos entrevistados para o noticiário Jornal Nacional, além de Jair Bolsonaro, foram sabatinados Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista (PDT); Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Marina Silva, da Rede Sustentabilidade (Rede); e Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como os historiadores atuam, como se comunicam com o público e também a questão sobre os usos e abusos que este (o público) faz acerca do conhecimento histórico são pontos de problematização deste subcapítulo.

Uma história oficialmente narrada que se baseia num passado presente heroico em Estrela, assim como seus usos e abusos em eventos e expressões culturais locais são pontos que se inserem na discussão acerca da participação de historiadores nesse contexto e de como as instituições e atrações culturais guardam memórias que explicam e significam ações contemporâneas. O incêndio no Museu Nacional, as medidas provisórias mencionadas que deliberam sobre as instituições museais e a fala do então candidato referido acerca do trabalho dos historiadores, não fosse a atuação destes profissionais e interessados em pesquisar seriamente os acontecimentos, poderiam endossar a afirmação do personagem Vicente, do filme *O Vendedor de Passados* que referenciamos neste capítulo: “O passado é tudo aquilo que você lembra, imagina que se lembra, se convence que lembra ou finge que se lembra”. Instituições culturais e profissionais da área valorizados pelo poder público e o incentivo de políticas públicas voltadas à preservação e educação para o patrimônio cultural brasileiro são questões fundamentais para o desenvolvimento cultural. Ressaltamos, ainda, que tais reivindicações apenas têm razão de existir quando acessíveis, dialogadas e construídas *para e com* o público, numa “atitude historiadora” – como expressa Mauad (2018, p. 40) e se remete Santhiago (2018, p. 324), ao escrever sobre a história pública, entendida: “[...] como uma vasta e generosa arena de diálogo e compartilhamento – nunca carente de conflito, contradição, até mesmo aporia –, e não como um campo profissional/acadêmico orientado por disputas pelo controle unívoco e excludente de uma definição.”.

Com a finalidade de discutir “O resgate de raízes históricas e culturais dos municípios do Vale do Taquari”, como propôs o título dos anais publicados para os *I e II Simpósios Raízes do Vale*, que aconteceram em Lajeado no final dos anos 1990 e contaram apenas com estas duas edições, a discussão sobre uma história regional teve espaço entre historiadores acadêmicos e memorialistas locais. Promovida pela prefeitura da cidade que sediou o evento, a Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES), a 3ª Delegacia de Educação<sup>262</sup>, e a Associação Nacional de Pesquisadores de História (ANPUH), o evento enfatiza, segundo Nicolini (2013, p. 57), a “[...] imigração italiana e germânica no Vale do Taquari.” e, em descrição do evento (na introdução dos anais do evento), verificamos como a preocupação em preservar uma narrativa étnica deve ser priorizada nas “atuais gerações”, que têm “[...]”

---

<sup>262</sup> Hoje denominada 3ª Coordenadoria Regional de Educação.

limitado conhecimento e consciência quanto às suas origens [...] e não se importam ou até mesmo desprezam qualquer preocupação que se relacione às origens [...]” (SCHIERHOLT, 2000, p.9). Percebe-se, dessa forma, um desassossego em relação a como pessoas mais jovens lidam com o tema de sua procedência e a necessidade que os organizadores do evento têm em disseminar a ideia de uma preservação do mesmo.

Entre os elaboradores dos simpósios, estava Waldemar Richter que, quando presidia o Centro de Cultura Alemã de Lajeado<sup>263</sup> em 1995, idealizou fundar uma Rede de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras. Após reuniões realizadas em diversas cidades sul-rio-grandenses, em 1997 fundou-se a então chamada “Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras” na cidade de Lajeado. Entre as finalidades da Associação, é proposto como anuncia o sítio eletrônico oficial da Associação<sup>264</sup>:

[...] promover, a nível nacional, a escrita da história das comunidades e regiões colonizadas por imigrantes alemães e/ou descendentes, mediante as seguintes ações, além da promoção de eventos: 1) incentivo à localização de acervos; 2) criação de Núcleos Regionais; 3) incentivo à pesquisa genealógica; 4) estímulo à criação de Centros de Cultura Alemã e incentivo ao ensino da língua alemã.

Em relação à participação pública em seminários e encontros promovidos pela Associação, suas programações contam com certa participação de atores sociais ligados a instituições culturais do estado e convidam o público em geral. Na página oficial, a Associação destaca também que neles “[...] se reúnem pesquisadores atuantes em suas comunidades, escolas, universidades, museus e arquivos, centros de genealogia, secretarias municipais de educação e cultura, bem como na mídia impressa e radiofônica [...]”<sup>265</sup>, enfim, algo que merece ser pesquisado quanto aos temas trabalhados e como são discutidas histórias municipais onde uma narrativa teuto-brasileira prevalece sobre outras. Não se pode esquecer,

<sup>263</sup> O Centro de Cultura Alemã de Lajeado foi fundado no dia 14 de julho de 1992 afim de “[...] realizar um trabalho em favor do resgate, preservação, cultivo e divulgação dos valores culturais, herança legada dos antepassados alemães.” Entre suas atividades, está a realização de encontros “[...] da dança folclórica, como nossa festa denominada ‘VOLKSTANZFEST’, encontro Infantil de Danças Folclóricas Alemãs, como também a realização de campeonatos de ‘EISSTOCKSPORT’, esporte típico da cultura alemã, que reúne amigos e famílias em competições.”, segundo informa a página do centro na rede social facebook (não foi encontrado um sítio eletrônico do Centro). (Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/ccalajeado/about/>>. Acesso em: 19 set. 2018).

<sup>264</sup> Sítio eletrônico oficial da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras disponível em: <<http://anphcomunidadeuteutobrasileiras.blogspot.com/>>. Acesso em: 19 set. 2018.

<sup>265</sup> Sítio eletrônico oficial da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras disponível em: <<http://anphcomunidadeuteutobrasileiras.blogspot.com/>>. Acesso em: 19 set. 2018.

ainda, que os eventos são promovidos pela Associação que se dedica aos estudos das Comunidades Teuto-Brasileiras – uma etnicidade determinada –, e também caberia uma análise sobre os locais onde associações e grupos de pesquisa desse tipo – que abordam etnicidades – atuam. Na região do Vale do Taquari, por exemplo, não há informações sobre a atuação mais intensa de demais associações de pesquisa de cunho identitário como a Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras ou da Associação Nacional dos Pesquisadores da História das Comunidades Ítalo-brasileiras – fundada em 2009 na cidade de Garibaldi, localizada na região serrana que é marcada pela imigração italiana no estado. No Brasil contamos com outros agrupamentos de pesquisa sobre identidades, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), criada em 2005, e a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), que no ano 2000 foi criada no I Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as. Diferente das duas primeiras associações citadas, estas não estabelecem suas pesquisas em regiões tão determinadas, haja vista a vasta ocupação territorial dos povos indígenas e negros no país e as disputas identitárias que envolvem seus participantes com outros grupos sociais. Estudos dedicados aos descendentes de imigrantes alemães que, em virtude de uma sensação de aceleração do tempo característica do presentismo, se dispersam no território (inter)nacional e assim possuem mais possibilidade de trocar experiências com outros grupos identitários do que no tempo passado, precisam cada vez mais investigar uma interação social que amplie pesquisas até então dedicadas à apenas a uma forma de identificação.

Ainda abarcando a questão identitária na região do Vale do Taquari, no ano 2000 a Secretaria de Cultura e Turismo do município de Lajeado promoveu a publicação de um livro de fotografias sobre a arquitetura em enxaimel, caracterizada como germânica, preservada em municípios vizinhos a Estrela. Consideradas pelos autores como edificações que “[...] remanescem do período pioneiro” (COLLISCHONN; RICHTER, 2000, p. 3) – como se antes dos imigrantes alemães o território constituía um vazio populacional – o livro preconizou a construção do *Deutscher Kolonie Park*, hoje chamado Parque Histórico de Lajeado<sup>266</sup>, que recebeu diversas construções restauradas e remanejadas de onde se localizavam para se enquadrar como espaço de memória em 2002. Aberto ao público sem cobrança de ingresso, o parque é mais um demonstrativo de como uma germanidade é utilizada no presente sendo reatualizada a todo momento e prevalece. Como entendem os autores da publicação sobre a

---

<sup>266</sup> O Parque deixou de ser chamado “*Deutscher Kolonie Park*” em função de que grupos descendentes de imigrantes italianos sentiram-se à margem da constituição do ambiente, que contém apenas edificações entendidas como germânicas.

arquitetura em enxaimel, “[...] observamos que cada vez mais europeus de língua alemã se interessam pelo destino de seus conterrâneos que emigraram para o Brasil no século XIX.” (COLLISCHONN; RICHTER, 2000, p. 4) – uma situação considerada positiva ainda para a economia local, que hospeda, alimenta e vende produtos a alguns turistas inebriados com uma germanidade tida como natural e requerida como algo a ser fomentado pelas atuais gerações conforme narrado na introdução dos anais dos *I e II Simpósios Raízes do Vale*, publicado em 2000.

Essas referências sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul somam-se ainda às atividades desenvolvidas e estimuladas pelo Centro Cultural 25 de Julho de Porto Alegre. Fundado em 1951, por idealizadores do movimento chamado Socorro Europa Faminta (SEF)<sup>267</sup>, o Centro leva este nome em função de a data referir-se ao dia de chegada da primeira leva de imigrantes alemães que se fixou na atual cidade de São Leopoldo<sup>268</sup>. Antes da fundação do Centro, segundo o Gertz (2005, p. 5):

Aquilo que mais se aproximou de uma instância representativa [da população teuto-brasileira] – mesmo que de âmbito local – foi a Liga de Sociedades Alemãs (Verband Deutscher Vereine), em Porto Alegre, criada no final do século XIX, [...] Na década de 1930, fora criada uma Federação 25 de Julho, que pretendia representar os alemães e descendentes de todo o país, mas ela foi envolvida no torvelinho causado pelo levante dos integralistas contra Getúlio Vargas, em maio de 1938, e desapareceu.

Assim, em 1951 criou-se o primeiro Centro Cultural 25 de Julho que, da capital sul-rio-grandense, deveria servir de modelo a demais Centros. Diversas atividades culturais passaram a ser desenvolvidas pela reunião desses Centros, que passou a ser chamado de Federação dos Centros Culturais 25 de Julho e “[...] perdurou por todo o restante da segunda metade do século XX” de acordo com Gertz (2015, p. 5). No tempo presente, em algumas cidades marcadas pela imigração alemã são mantidas sedes de Centros como esse, onde são realizadas atividades com as comunidades locais. Estrela faz parte do Centro Cultural 25 de Julho do Vale do Taquari, que teve como cofundador Werner Schinke em 1982, o mesmo memorialista que habita e criou, junto com a esposa Gisela Schinke, a Casa-museu que funciona em Estrela. Entre as atividades realizadas pelo Centro encontramos os cursos de

<sup>267</sup> O movimento SEF tinha como objetivo angariar vestimentas, mantimentos e objetos para as populações europeias que viveram a guerra e “[...] pretendeu gerar efeitos internos sobre os cidadãos de origem alemã” no estado, segundo Gertz (2015, p. 5).

<sup>268</sup> O dia 25 de julho também é a data institucionalizada como “Dia do colono” desde 1934. Sobre as ressignificações acerca desta comemoração, conferir Roswithia Weber - As comemorações da imigração no Rio Grande do Sul: o 25 de Julho, uma data e muitas histórias, 2013.

idioma, oficinas de teatro, música e de dança entendidas como folclóricas pelos participantes do Centro.

Outra reunião de pessoas com intuito de discutir as questões históricas da região se dá na participação das assembleias do Instituto Histórico e Geográfico do Vale do Taquari (IHGVT). Criado em 1986, o Instituto teve como sócio fundador José Alfredo Schierholt, memorialista local que escreveu livros sobre uma história regional – utilizados dentre as referências para a escrita desta tese –, organizou os anais dos *I e II Simpósios Raízes do Vale*, e participa ativamente de eventos que discutem acontecimentos históricos da região. Além de Schierholt, os associados ao IHGVT são pessoas interessadas pelos temas abordados em suas reuniões, outros memorialistas locais como Werner Schinke – também mencionado em sua atuação e criação da Casa-museu de Estrela e como cofundador do Centro Cultural 25 de Julho do Vale do Taquari – e acadêmicos (professores e alunos) do curso de História da UNIVATES, instituição de ensino superior localizada em Lajeado. As atividades do Instituto incluem encontros a fim de discutir e planejar inserções em situações que envolvem temas históricos no Vale “[...] aproximando os sócios mais antigos e a nova geração (sobretudo de historiadores)” (VOLKMER, 2018).

Em nível acadêmico, para além da participação da UNIVATES como apoiadora dos *I e II Simpósios Raízes do Vale* e de seus professores como apresentadores de trabalho e conferencistas em encontros e seminários realizados pela Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras e pelo IHGVT, verificamos artigos e dissertações de mestrado que discutem questões identitárias específicas da região. Entre as dissertações que abordam esta temática, encontramos as de Nicolini (2013), Werle (2014) e Silva (2016). Na primeira dissertação, defendida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz (UNISC), Nicolini analisa a construção de uma identidade territorial no Vale do Taquari a partir das manifestações culturais dos Grupos Folclóricos de Danças Alemãs de Estrela e do Festival do Chucrute, que são identificadas como expressões da germanidade e não levam em consideração outras etnias que fizeram parte da formação histórica do município. Werle foca em sua dissertação, que foi defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o período da nacionalização forçada varguista a partir das memórias narradas por habitantes locais que vivenciaram o período. Já no trabalho de Silva, que foi defendido no Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento da UNIVATES, o grupo indígena Kaingang da aldeia Jamã Ty Tahn é analisado como protagonista diante do avanço desenvolvimentista da região. Sendo trabalhos recentes, observamos que são

pesquisas que privilegiam a questão do conflito étnico a partir do município de Estrela. E enquanto que os dois primeiros trabalhos abordam disputas identitárias partindo dos imigrantes alemães e seus descendentes (ou seja, mantendo de certa forma a predominância étnica narrativa tão explorada pelas publicações comemorativas, mesmo que a desconstruindo), a dissertação de Silva (2016) destaca-se em virtude de tratar o tema a partir dos Kaingang, o que oferece outro ponto de observação para os estudos da temática.

As instituições de ensino superior sediadas no Vale do Taquari, são a Faculdade de Tecnologia La Salle-Estrela e a UNIVATES. A primeira, vinculada a Rede La Salle e existente no município como instituição privada sem fins lucrativos desde 2007, oferece cursos presenciais e à distância de graduação<sup>269</sup> e pós-graduação<sup>270</sup>, desenvolve pesquisas<sup>271</sup> e cursos de extensão<sup>272</sup> para a comunidade. Não há curso de História ou de alguma disciplina que discuta mais especificamente temas sobre a formação étnica da região, a não ser o mestrado profissional em Memória Social e Bens Culturais que, oferecido pela primeira vez na unidade de Estrela da Rede La Salle no segundo semestre de 2018, talvez referira o tema, por mais que o curso seja planejado de maneira a ser oferecido igualmente para todas as unidades.

A UNIVATES, com sede no município de Lajeado desde 1997<sup>273</sup> é uma instituição de ensino superior privada sem fins lucrativos mantida pela Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social (FUVATES). A instituição oferece o curso de graduação em História desde o ano 2000 nas modalidades presencial e à distância. Professores participam de atividades nas instituições culturais que versam sobre história na região e ministram disciplinas como “Estágio em Patrimônio Cultural”, em que algum acervo local é

---

<sup>269</sup> O ensino de graduação na Faculdade La Salle destina-se às áreas de gestão de negócios, agronegócio e engenharias.

<sup>270</sup> Os cursos de pós-graduação oferecidos pela Faculdade são: Docência no ensino superior: práxis educativa; Gestão empresarial; MBA em gestão comercial, marketing e vendas; MBA em gestão de pessoas e liderança coach; MBA em gestão empresarial; MBA em gestão estratégica de projetos; MBA em gestão financeira; Neurociência do desenvolvimento e excelência humana; e Tecnologias google for education.

<sup>271</sup> As linhas de pesquisa trabalhadas são: Gestão de Negócios Familiares e Desenvolvimento Regional Sustentável; Organizações e Novas Tecnologias; Formação De Professores, Teorias e Práticas Educativas; Identidade, Pedagogia e Educação Lassalista; Estratégias Regionais e Desenvolvimento Sustentável.

<sup>272</sup> Entre setembro e outubro de 2018, os cursos de extensão oferecidos pela Faculdade La Salle são: Risotos Italianos; Workshop de Produção Acadêmico-Científica - Produção científico-acadêmica para estudantes em fase de TCC; Economia Criativa I; Educação Alimentar; Workshop de Produção Acadêmico-Científica - Publicação científico-acadêmica; Elaboração de procedimentos operacionais padronizados (pop) para serviços de alimentação; curso cuidador de idosos - nível intermediário; Economia Criativa II; Boas Práticas de Salão de Beleza; Curso de Manipulação de Kefir.

<sup>273</sup> Segundo o sítio eletrônico oficial da universidade, “Em 17 de janeiro de 1969 surgiram em Lajeado os primeiros cursos superiores como extensão da Universidade de Caxias do Sul, passando para uma fundação local em 1972.” A UNIVATES surge em 1997 com a fusão das duas faculdades existentes.

pesquisado e “História Regional”, quando é priorizado o estudo sobre a região do Vale do Taquari, segundo Volkmer (2018). Dois projetos de extensão que o curso de História promove, “Arqueólogo por um Dia” e “História e Cultura Kaingang”, se traduzem em maneiras de ampliar os conceitos identitários na região em conjunto com a comunidade e, nesse sentido, trabalhos desenvolvidos na universidade em pesquisas durante a graduação e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC’s) envolvem estudos sobre povos formadores de Estrela, como as pesquisas sobre presença escrava no município (VOLKMER, 2018).

Analizamos, portanto, um passado presente heroico manifestado contemporaneamente nos jornais analisados no terceiro ponto de estudo desta tese (capítulo 4), difundido nos eventos comemorativos da emancipação de Estrela e latente ou até mesmo patente em atividades desenvolvidas por instituições culturais que de maneira geral encobrem passados desarmonicos à narrativa oficial. Exemplificamos este encobrimento com um tema que, por mais que identifique um passado obliterado – um passado traumático referente a Campanha de Nacionalização –, permanece presente nas memórias daqueles que ainda estão vivos para o narrar. Não deixa de ser um passado ligado ao grupo étnico predominante nas narrativas oficiais, tanto é que é nomeado como traumático em função de ser relacionado aos imigrantes alemães e seus descendentes. Se for pensado em relação a outro grupo étnico, pode se enquadrar em outra adjetivação, no entanto. Demais passados poderiam, portanto, ainda se inscrever nesta narrativa historiográfica que objetiva refletir lacunas ou esquecimentos que uma história oficialmente configurada engendra. Os estudos recentes desenvolvidos na UNIVATES sobre o povo Kaingang são um exemplo de demais passados presentes oficialmente esquecidos, e tanto historiadores como memorialistas e pesquisadores interessados em um trabalho sério e que tenha o compromisso ético com a pesquisa são exemplos de pessoas que pretendem não apenas a escrita de histórias democráticas, como também a participação do público que se encontra narrado nelas. Assim, a justa medida nas histórias construídas e levadas ao público deva ser seu propósito ou, como afirma Brulon (2014, p. 42) ao se referir ao significado de palavras como “participação” e “comunidade” na discussão sobre os museus comunitários e ecomuseus: “[...] é inevitável que ‘a vontade do grupo’ seja constantemente o resultado de negociações no grupo e não a vontade da maioria, de fato.” E referindo um elemento que exerce função fundamental nessas configurações narrativas, a memória que propicia diferentes usos e abusos na construção e imposição de significados, Ricoeur afirma:

No plano mais profundo, o das mediações simbólicas da ação, a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa. [...] É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração. [...] Contudo, é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. A dominação [...] não se limita à coerção física. (RICOEUR, 2007, p. 98).

Diante dessas problematizações, questionamos a afirmação manifestada por um candidato à presidência nacional de 2018, que intitula este subcapítulo: “deixa os historiadores para lá”. Que histórias são contadas, que passados são elencados sem a análise de historiadores que buscam investigar a parcialidade de eventos que determinados grupos narram? Um enredo historicamente narrado com a predominância de um grupo social abre possibilidades para que o tempo presente esqueça ou ignore conscientemente traços de diversidade cultural. A forma como os passados são administrados ao longo da história cria presentes convenientes aos responsáveis por essa gestão. Portanto, elucidar os agentes que atuam nos diferentes lugares e tempos, suas ligações tramadas em redes de sociabilidade e os distintos acontecimentos históricos (inter)nacionais e/ou locais que lhes configuram, denotam passados que formam determinado presente. São liames que tem nos historiadores e em demais agentes preocupadas em minuciar seriamente estes estratos, pessoas que buscam formas de explorar a temporalidade e de tratar as diversidades culturais de maneira ética, buscando uma justa memória – o que nos permite responder: “deixem não apenas os historiadores, como também demais pessoas interessadas em discutir história agir, construir e ter liberdade para verbalizar história”. Como afirma Rovai, ao escrever sobre o significado de uma história pública na América Latina:

Falar de história pública na América Latina significa a construção de uma plataforma de observação, pesquisa e reescrita de narrativas que contribua para colocar no cenário público grupos a quem se ignorava ou, no máximo, sobre quem se escrevia a partir de estranhamentos culturais; tidos como exóticos ou eternas vítimas, negando-lhes a capacidade de se contar e construir a si mesmos como sujeitos. (ROVAI, 2018, p. 307).

Envolve-se nessa discussão que enfatiza o papel de historiadores na divulgação e construção do conhecimento histórico a situação que estes encontram na maneira como é entendida sua profissão na esfera legal do país. No ano de 2009, uma iniciativa no sentido de regulamentar a profissão de historiador foi elaborada por um senador da república, Paulo Paim do PT, e pelo Senado Federal através de um Projeto Lei do Senado (PLS 368/2009) que regulava o exercício da profissão e dava outras providências. Partindo desta Casa Legislativa,

a proposta já vem sendo discutida com algumas modificações em projetos encetados por parlamentares via Câmara Federal desde 1968, quando então a denominação de Historiógrafo referia historiadores profissionais e, no caso da proposta de 1968, um arquivamento foi engendrado “[...] por intervenção direta de representantes do regime militar no Congresso, pelo fato dele advir do Movimento Estudantil, uma das principais forças de contestação ao regime, naquele momento.” (ANPUH, 2010)<sup>274</sup>.

Passível assim de aprovações em algumas Comissões, emendas substitutivas, arquivamentos e polêmicas acadêmicas e em setores da imprensa (ANPUH, 2014, p. 361), a proposta incitou Projetos de Lei que tramitaram em diversas instâncias legislativas emergidas pela Câmara Federal. Atualmente, após o texto do PLS 368/2009 ter passado por negociações e modificações administradas pela Associação Nacional de História (ANPUH), e sofrer o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD 3/2015), aguarda apreciação do Senado Federal e tramita como Projeto Lei 4.699/2012. A necessidade de regulamentação é explicada em posicionamento da ANPUH publicado em 2014 que aborda que a atuação de historiadores em ambientes que ultrapassam a sala de aula deva ser considerada legítima no âmbito legal:

Nas tradições do Estado brasileiro, a ausência de lei regulamentadora implica desvantagens profissionais significativas. Os órgãos públicos como tribunais, casas legislativas, arquivos, bibliotecas, museus, etc. só podem fazer concurso para historiador se houver a regulamentação. Na ausência da lei, deixam de abrir vagas para esses profissionais ou, em certos casos, lançam mão de arranjos ou improvisações.

O PL 4.699/2012 assegurará o exercício da profissão aos diplomados na área ou àqueles com cinco anos de atividade na função a contar da promulgação da lei. Diante das instituições culturais referidas no município de Estrela, ou então daquelas inexistentes na cidade – como um museu público e um arquivo municipal –, a presença de historiadores em seus quadros contribuiria com a divulgação, busca, questionamento e organização das referências sobre histórias locais. Historiadores diplomados recebem ensino teórico, prático e metodológico nas universidades que, em conjunto com os saberes das comunidades locais, adquirem a possibilidades de proporcionar o estudo de histórias democráticas, não laudatórias e fundamentadas.

Em Estrela, historiadores com formação na área encontram-se nas salas de aula do ensino básico, embora uma historiadora que atuava como professora na rede de ensino municipal tenha sido chamada a atuar nas atividades desenvolvidas pela SECULTUR no ano

<sup>274</sup> Informação descrita no “Dossiê sobre a Regulamentação da Profissão de Historiador”, documento elaborado em 2010 pela Associação Nacional de História (ANPUH), que foi fundada no ano de 1961.

de 2010. A participação da historiadora vem ocorrendo na cidade em ações como a idealização do Projeto de Lei 080-01/2017, que altera a Lei Municipal 6.667/2015 (RIO GRANDE DO SUL, 2017) de criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais a fim de adequá-la às novas exigências do Plano Nacional de Cultura<sup>275</sup> e o desenvolvimento de alguns projetos financiados pelo Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais (Pró-Cultura RS)<sup>276</sup> do Rio Grande do Sul. Dentre os eventos apoiados pelo Pró-Cultura em Estrela desde a vigência do sistema de fomento e segundo seu sítio eletrônico oficial<sup>277</sup>, estão a Feira do Livro de Estrela; o Natal no município; festejos ligados à Semana Farroupilha; oficina de escrita e leitura; a Multifeira (uma feira da indústria, comércio, agronegócio local e exposição de animais); Estrelas em Movimento<sup>278</sup>; Quarteada do Vale do Taquari<sup>279</sup>; uma peça teatral de Don Quixote; a publicação do livro Perfis de Estrela, de uma literatura local e o Park Chopp Fest. Observamos, desta forma, que além das atrações promovidas pelo poder público municipal na Maifest, o Pró-Cultura oportuniza a realização de alguns eventos que superam a predominância étnica teuto-brasileira dos festejos de maio, mas destaca atrações voltadas ao reforço da identidade sul-rio-grandense em festividades que remetem a um tradicionalismo do estado, ao Movimento Farroupilha do século XIX e as chamadas de nativistas.

Além das funções de cunho burocrático desenvolvidas pela historiadora deslocada do ensino básico municipal em Estrela para a SECULTUR, os memorialistas locais referenciados nesta tese desempenham importante papel na construção de uma história local. Embora haja em alguns momentos conflitos ou discordâncias na forma como atuam entre si mesmos ou com historiadores acadêmicos, estes personagens podem ser entendidos como fontes de estudo diante do lugar que ocupam, dos objetivos e materiais que elaboram sobre a cidade.

---

<sup>275</sup> O Plano Nacional de Cultura (PNC) foi instituído pela Lei 12.343/2010. E tem duração de dez anos (2020) com a finalidade de desenvolver a planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo.

<sup>276</sup> O Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais (PRÓ-CULTURA) do Rio Grande do Sul foi instituído pela Lei Estadual 13.490/2010.

<sup>277</sup> Sítio eletrônico oficial do Pró-Cultura disponível em: <<http://www.procultura.rs.gov.br/>>. Acesso em: 01 out. 2018.

<sup>278</sup> Evento que conta com “[...] artistas locais e regionais compondo a programação cultural do evento, com espetáculos musicais de artistas envolvidos com o Núcleo de Cultura do município e convidados especiais.”, segundo o sítio eletrônico oficial do sistema Pró-Cultura. Disponível em: <[http://www.procultura.rs.gov.br/ver\\_projeto.php?cod=14756&consultaProjeto=1&situacaoProjeto=&nroProjeto=&municipioProjeto=0&nomeProjeto=estrelas%20em%20movimento&segmentoCultural=0&aprovado=s=>](http://www.procultura.rs.gov.br/ver_projeto.php?cod=14756&consultaProjeto=1&situacaoProjeto=&nroProjeto=&municipioProjeto=0&nomeProjeto=estrelas%20em%20movimento&segmentoCultural=0&aprovado=s=>)>. Acesso em: 01 out. 2018.

<sup>279</sup> Evento “[...] com shows para difundir e descentralizar composições da música nativista e da música instrumental do tradicionalismo do estado do Rio Grande do Sul.”, de acordo com o sítio eletrônico oficial do sistema Pró-Cultura. Disponível em: <[http://www.procultura.rs.gov.br/ver\\_projeto.php?cod=14355](http://www.procultura.rs.gov.br/ver_projeto.php?cod=14355)>. Acesso em: 01 out. 2018.

Enquanto que Ferreira (2012, p. 119), que ao referenciá-los como *history makers* afirma que “[...] seus trabalhos não seguem as regras básicas do ofício do historiador, que envolvem a leitura de extensa bibliografia e o direcionamento das pesquisas de acordo com as lacunas e problemáticas do campo.”, e possui razão, não podemos deixar de considerar a proximidade e o alcance que os seus trabalhos engendam. No caso de Estrela, por mais que os memorialistas não possuam maneiras de arquivar os documentos que contêm nas condições ideias de temperatura e umidade, higienizados e manipulados com luvas e máscara de proteção, e ainda que façam recortes e seleções em fontes e não saibam ou não queiram revelar de onde ou de quem procederam, são muitas vezes os únicos portadores de determinados documentos e protegem-nos da forma como melhor concebem esta ação e com recursos próprios. Visto que o poder público deixa a desejar em ações de preservação e criação de instituições de guarda dos documentos, e que os memorialistas são pessoas com interesses históricos variados que não tiveram acesso ao ensino superior em História, cabe aos historiadores profissionais não apenas criticar desajustes quando aparecem, mas também construir redes com memorialistas e demais habitantes locais a fim de compartilhar e adquirir saberes para que a história seja uma construção pública, onde a alteridade seja ponto de partida para a configuração de narrativas democráticas, fundamentadas e éticas. Assim, a história pública, segundo Santhiago (2018, p. 326-327):

[...] pôde ser vista como uma tábua de salvação, e não mais como um cordão de perguntas inconvenientes (Quem constrói a história? Quem a consome? Quem está em condições de consumi-la? Quem decide o que é relevante enquanto história?). Por um lado, como o rótulo capaz de oferecer identidade e legitimidade profissional para o historiador que já atuava fora da sala de aula, sem reconhecimento dos pares [...]. Também o rótulo capaz de promover situações e espaços de intercâmbio, discussões de boas práticas, em torno de atividades até então realizadas de maneira intuitiva ou voluntarista.

Nascido na Inglaterra nos anos 1970, e ganhando “[...] espaço no Canadá, Austrália, Itália, África do Sul e Estados Unidos” (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 7), o conceito de história pública recebe diferentes tonalidades nos diversos países onde se insere justamente por não impor uma definição, mas receber moldes que dependerão das demandas sociais de cada lugar. No Brasil, as discussões acadêmicas sobre o conceito tiveram impulso a partir de 2011 com o Curso de Introdução à História Pública, oferecido pela Universidade de São Paulo (USP), e com o primeiro Simpósio Internacional de História Pública, acontecido também na USP em 2012, quando foi fundada a Rede Brasileira de História Pública (RBHP). Embora a ideia de construir uma história *para* e *com* o público já existisse no país desde atividades de

extensão, projetos de pesquisa e práticas de ensino desenvolvidas a partir do meio acadêmico, até eventos comemorativos organizados em localidades, passando por exposições de obras de arte, criações musicais, escritos e intervenções em palestras por memorialistas, é recente a discussão deste conceito na academia e, com isso, uma abertura e recepção maior dos trabalhos desenvolvidos em torno do tema nas universidades – que cada vez mais o entendem como um novo campo de estudo e prática – como também nas atividades desenvolvidas fora do círculo acadêmico, que passam a receber um reconhecimento e uma curiosidade mais ampla de seus expectadores. Nesse sentido, afirma Santhiago (2018, p. 324) que “No arco de menos de uma década – os anos 2010 –, a história pública deixou de ser uma prática marginal, se não virtualmente desconhecida, para se transformar em uma das expressões mais atraentes e inovadoras da historiografia contemporânea.”.

No Brasil, a conjuntura presente evoca situações que propiciam comparações com passados recentes, haja vista diferenças na forma como são conduzidas política, econômica e socialmente. O momento pode ser entendido como emergência de um estrato temporal então oculto, em razão de consideramos a forma como o tempo é entendido nesta tese, que busca em autores como Koselleck o entendimento de que a persistência ou não de traços ressonantes de um tempo anterior graduam e permitem observar quão novas são as circunstâncias atuais. Assim, perceber uma novidade, como também identificá-la como emersão de um estrato de tempo anterior, “[...] cabe à reflexão histórica” pois, segundo o historiador, “Nós, historiadores, precisamos aprender a identificar os diversos estratos, a diferenciar entre estratos que podem mudar rapidamente, estratos que só se transformam lentamente e estratos mais duradouros, que contêm as possibilidades da repetibilidade” (KOSELLECK, 2014, p. 221).

O caso do incêndio ao Museu Nacional em setembro de 2018 e os decretos oficiais expedidos pelo governo diante desta circunstância, que abriram e compuseram a narrativa deste capítulo, propiciaram a reflexão em setores políticos, midiáticos, culturais e científicos brasileiros que problematizaram a situação em relação aos investimentos, à segurança e à gestão das instituições culturais e científicas no país. Analisando os estratos temporais que compõem este tempo presente, observamos ainda que as áreas da ciência, tecnologia e cultura no Brasil vêm sofrendo desgastes em função de reajustes políticos que partiram de ações como a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 pelo congresso nacional que pautou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) proposto para 2019 e instrumentalizou discussões acerca do orçamento destinado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por exemplo. Considerando a expansão de acesso ao ensino superior e seu investimento através de políticas públicas como o Programa Universidade Para Todos

(Prouni) sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2004 e institucionalizado em 2005, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) instituído em 2007 pelo mesmo presidente, a situação se apresenta como nova no contexto nacional.

Medidas provisórias, emendas constitucionais e sanções governamentais não apenas regulam recursos a determinadas áreas, como também engendram a criação e/ou extinção de órgãos públicos em nível nacional que refletem na administração de instituições municipais e na forma como são priorizadas pelas ações discutidas nas prefeituras. A forma como as medidas em torno das instituições culturais, dos eventos comemorativos e do apoio fomentado às expressões culturais das cidades são encetadas se constituem em elementos importantes para explicar comportamentos culturais como aqueles derivados de uma narrativa predominantemente étnica em Estrela ensejam. Além disso, as pessoas responsáveis pela criação, apoio e/ou manutenção de atividades culturais locais também produzem intervenções que em muitos casos acordam com sua classe social, descendência e rede de sociabilidade. Quando explicitadas, estas facetas podem ajudar a responder e explicar processos históricos de longa duração ao público em um momento em que a participação popular passa a ser mais possibilitada em virtude de maior democratização à educação, espaços de consumo e eventos num país pós-redemocratização. Assim, automaticamente, pessoas de diversas etnias e classes sociais querem se ver e fazer parte das histórias de cada localidade e se permitem questionar os passados presentes publicamente apresentados.

Seria então passado aquilo que fingimos, nos convencemos ou imaginamos que lembramos (parafraseando a afirmação de Vicente, o personagem de *O Vendedor de Passados*)? Assim como Ricoeur (2010) entende que narrar significa estabelecer um círculo hermenêutico que organiza nossas ideias, instituições públicas destinadas à guarda, proteção e publicação de documentos públicos constroem enredos e possibilitam o acesso de pessoas que refigurarão passados que irão conformar diferentes presentes. A metodologia como as fontes históricas são arranjadas e, ao mesmo tempo, as lacunas abertas em virtude de muitas inexistirem ordenam estratos temporais que obedecem a quem os organizou, por isso o público deve ter livre acesso ao que lhe pertence e essas instituições devem ser gestadas de maneira que o formato da organização seja informado e justificado a quem solicitar, assim como pautadas por profissionais éticos e pela disponibilidade em receber materiais que irão acrescentar ao acervo. Em Estrela, a documentação localizada na maioria das vezes em acervos pessoais e então não disponibilizadas ao público referenciam um passado publicamente escondido sobre determinados episódios, ao contrário de narrativas escritas com

uma forma de observar o tempo numa projeção evolutiva e num passado creditado a um grupo étnico específico sem a participação social de outras etnicidades envolvidas. O incêndio no Museu Nacional apagou presentes e futuros ao fazer sumir passados. As lacunas documentais em Estrela, para não apagar ainda mais presentes e futuros, dependem de ações efetivas de acessibilidade que o poder público tem o dever de assumir de forma democrática e podem contar com a atuação de memorialistas, interessados nas histórias locais e historiadores que acrescentam referenciais teóricos e metodológicos fundamentais para reconhecidamente não serem “deixados para lá”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Somos a memória que temos  
e a responsabilidade que assumimos.  
Sem memória não existimos,  
sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.  
(José Saramago)*

Com quantos passados se faz um presente? São diversos os passados refigurados nos presentes e graduados conforme os estratos de tempo que emergem ou permanecem subsumidos, o que irá depender de alguns fatores, como: as pessoas com algum poder para condicionar determinadas situações, a quem estas são destinadas e sob a autorização de quem; acontecimentos nacionais e internacionais de conflitos, paz ou desesperança; atos de protesto ou manifestações políticas; motivos diversos que estimulam ações – desde pessoais, morais, étnicos ou políticos, por exemplo. Nesta tese são analisados fatores que explicam e gradua estratos temporais configurados temporalmente no que tange à imigração alemã no município de Estrela, no Rio Grande do Sul, e as reelaborações construídas sobre o tema no presente em sua interação com demais expressões culturais que recebem contemporaneamente algum destaque no município.

Partindo de um roteiro que atualmente um visitante à cidade encontraria num primeiro momento, passamos, na introdução, pelo monumento que homenageia os imigrantes alemães através das duas grandes estátuas do casal Chuc e Rute – denominação que faz referência ao festejo que convida turistas e contém uma programação com atrações que representam o que os organizadores consideram como “típico”: o Festival do Chucrute. Localizado na rodovia de entrada da cidade, o monumento apresenta o casal vestindo trajes semelhantes aos utilizados pelos Grupos de Danças Folclóricas Alemãs de Estrela, conjunto artístico presente no Festival do Chucrute existente desde os anos 1960. Após passar pelo monumento, o visitante adentra o município pelo pórtico de acesso que igualmente referencia a imigração alemã através das direções que apontam seus portais. Ao buscar uma atração turística para participar, o visitante encontra o “Roteiro Delícias da Colônia”, onde saboreia produtos coloniais, visualiza construções em estilo enxaimel e conhece pontos identificados como teuto-brasileiros, segundo orienta o folder do Roteiro, que é disponibilizado nos idiomas português, espanhol e alemão. A Casa-museu do casal Schinke, com seus objetos representativos da imigração alemã e a “Maifest” são outras referências que, ao final da visita, permitem constatar ao menos os três aspectos sobre a narrativa que comportam: é sobre a imigração alemã, é

praticamente exclusiva a ela, e está relacionada a uma determinada forma de ser narrada – remete a um passado heroico, entendido como natural e essencial.

Ao longo dos dois pontos de estudo iniciais (capítulos 2 e 3) investigamos como, historicamente esta narrativa heroica se configura. A partir de uma análise diacrônica, através da investigação de livreto, álbuns, revista, suplemento e catálogo comemorativos promovidos pelo poder público municipal a fim de marcar as festividades da data da emancipação de Estrela. Normalmente publicadas em datas fechadas (que marcam os 50, 75, 78 [a fim de homenagear os 75 anos], 90, 92, 100 e 110 aos 111 anos da emancipação) as obras são perscrutadas em relação a como, de período em período, a narrativa vai se reatualizando: sempre acumulando estratos temporais e associando um caráter heroico a fatos que interessam de ser mencionados à intriga que é configurada.

Nos cinquenta anos da emancipação de Estrela, 1926, ano que também inicia o período temporal que delimita esta tese, é idealizado o “Album Commemorativo do Cincoentenário do Município de Estrella”, portanto, primeira obra analisada. Elaborado pelo poder público municipal e possivelmente idealizado pelos integrantes da Comissão dos Festejos de comemoração ao cinquentenário de emancipação, o Álbum de 1926 se apresenta como um compêndio documental. Também chamada de *Monographia de Estrella*, a publicação seleciona imagens e conteúdos narrados em um sentido linear e progressista dos atos político-administrativos desenvolvidos principalmente pelos administradores da cidade. Com uma narrativa factual, explicativa e linear acerca da história do município, como caracterizavam-se formas de escrita e concepções de história no período, a publicação configura-se por um viés marcadamente étnico, mas sem um apelo heroico – o que pode ser explicado em função de que no início do século XX os imigrantes, que chegavam à cidade, iniciavam suas redes de sociabilidade e talvez não se deparavam com confrontos étnicos que pudessem ser compreendidos como ameaças para a manutenção do grupo – como acontece nos anos 1930 e 1940 e é traduzido com forte apelo étnico nas obras analisadas a partir da década de 1950. Aproximado à ideia de ser uma obra com a finalidade de se tornar um registro histórico de Estrela, o Álbum se assemelha mais a um livro do que a um simples material informativo.

As próximas obras comemorativas publicadas datam dos anos 1950, num salto temporal que oblitera os anos 1930 e 1940. Lançada em 1951 e idealizada por Arnaldo José Diel, tanto a Revista “Jubileu de Diamante de Estrêla”, quanto o Livreto “O Alto Taquari – aspectos de seu desenvolvimento, homenagem ao 75º aniversário da emancipação política de Estrêla” que foi publicado em 1954 e idealizado por João Oliveira Belo, receberam apoio e

incentivo dos membros da Comissão dos Festejos de 1951 e do poder público municipal de cada período. Saindo de um período marcado pelo governo autoritário getulista e pela tensão provocada pela Segunda Guerra Mundial, a década de 1950 parece caracterizada por um abrandamento político maior, apesar de mudanças socioeconômicas nacionais. Nas obras comemorativas, o Álbum de 1926 fornece o ponto de partida para a configuração das narrativas que se apresentam mais resumidas, com uma escrita menos truncada e mais fecunda de juízos de valor. Cedendo espaço em relação ao tom narrativo orientado pelo viés político da década de 1920, o viés econômico adquire maior robustez nas obras dos anos 1950, sem abrir mão daquele. Palavras como “progresso”, “possibilidades”, “desenvolvimento”, e “futuro”, sinalizam que a construção de uma narrativa que creditava certa “pujança” econômica do município aos imigrantes alemães e seus descendentes, na medida em que a associava aos mesmos adjetivos como povo “trabalhador”, “laborioso”, “pioneiro” e “desbravador”, se desenvolve no sentido narrativo heroico. Apesar destas reorientações narrativas em relação ao Álbum de 1926, o sentido cronológico e linear das seções destinadas a narrar uma história do município permanecem nas obras relativas aos anos 1950. Enfatizando, portanto um desenvolvimento e progresso na cidade possibilitado à custa do sacrifício dos imigrantes alemães – o que permite o entendimento de que se trata de um município industrializado e urbano – a narrativa das obras minimiza o fato de que a maior receita de Estrela provinha da produção desenvolvida na zona rural, onde habitava a maioria de seus habitantes. As imagens das publicações referentes aos anos 1950, com sentido não apenas ilustrativo, possibilitam ainda observar as redes de sociabilidade locais através das reproduções de residências de pessoas que ocupavam cargos de chefia ou participavam de comissões e clubes sociais representando uma elite local majoritariamente marcada por homens brancos.

Nos anos 1960, as edições analisadas comprovam através de suas narrativas uma manutenção do passado heroico atribuído aos imigrantes alemães e seus descendentes como configuram as obras dos anos 1950, apesar de se ocuparem sobretudo a um elogio aos administradores políticos locais e seus feitos. É amenizado, assim, o tom marcadamente étnico e econômico das publicações da década anterior. Em um momento político nacional em que o golpe militar de 1964 se desenvolveria ainda por vinte e um anos, o “Album Oficial da Feira de Maio de 66” e o “Album da Feira de Maio de 1968” são edições publicadas em um período em que a prefeitura municipal era administrada por representante políticos do Partido Libertador (PL) que, em 1965, fora extinto em função do Ato Institucional nº 2. O bipartidarismo também instituído pelo ato possivelmente tenha atraído o prefeito para a

ARENA mas, segundo as intrigas desenvolvidas nos álbuns não há indicações sobre o tenso momento político sobre o qual o país passava ou algum conflito que tenha ocorrido na cidade. Produzidas com o apoio do poder público municipal, os adjetivos reservados aos imigrantes alemães e descendentes nas obras anteriores são estendidos para todas as outras pessoas que trabalham para o que é considerado o progresso do município, embora a positividade voltada ao grupo étnico teuto-brasileiro predomine. As Festas de Maio (FEMAI, como passaram a ser chamadas) passam a incluir mulheres na realização dos Álbuns e dos festejos, para além de comporem do quadro de rainhas e princesas das comemorações e, entre os integrantes das Comissões dos Festejos a composição das pessoas que integravam as comissões seguia a mesma lógica dos demais eventos: integravam diferentes cargos públicos, ocupavam postos diretivos em clubes sociais, atuavam no comércio e indústria locais, ou seja, retroalimentava-se nos eventos as redes de sociabilidade locais.

Os anos 1970 e 1980, ainda balizados pela ditadura civil-militar brasileira e suas consequências, participam da análise diacrônica metodologicamente estabelecida para analisar como a ideia de um passado heroico foi se atualizando em um passado presente segundo nos permitem observar as publicações comemorativas. O Suplemento especial do jornal *Nova Geração* de 1976, “Estrela 100 anos”, e o Catálogo de 1987, “Estrela dos 110 aos 111 anos” são analisados em suas narrativas, sendo que este é última e mais recente publicação comemorativa impressa promovida especialmente pelo poder público municipal que fora localizada – uma responsabilidade que a mídia impressa institucional local passa a assumir nos próximos anos. O regime político nacional que vingava em 1976, embora não explícito na narrativa, aparece subliminarmente no tom otimista como são elaborados os textos e em táticas editoriais utilizadas que puderam firmar uma posição do informativo, que conta com um aparato profissional masculino e feminino.

No Suplemento de 1976, Álbum de 1926 serve como fonte para a configuração da parte histórica do município narrada, embora não seja referenciado. Embora retome, em menor grau, o tom étnico que marcou as publicações dos anos 1950, a edição orienta narrativamente em tom épico a história do município em função do estabelecimento dos imigrantes alemães e seus descendentes qualificados como pioneiros e desbravadores. Uma diferença em termos de conteúdo, no entanto, acontece quando um texto do Suplemento cita a existência do trabalho escravo em Estrela, que merece investigação. Já o contato dos colonizadores com os grupos indígenas que habitavam a região num período anterior à emancipação, aparece narrado como harmônico no Catálogo de 1987, que embora reserve uma página para contextualizar historicamente a data, direciona o enredo a aspectos então

atuais sobre a administração local. De maneira geral, as publicações produzidas nas décadas de 1970 e 1980 buscam maior enfoque no contexto administrativo de cada período a que se referem. Ambas edições não se voltam especialmente aos festejos de maio, anunciando sua programação e seus eventos, como acontece nas outras publicações comemorativas analisadas e o setor do turismo é pela primeira vez referenciado, nos anos 1970, a partir da criação de uma companhia de economia mista e da construção de um hotel na cidade que, em eventos como as festividades do Baile do Chucrute, os Kerbs e o Baile do Chopp, ofereceriam comodidade ao turista em conjunto com os restaurantes com “pratos da cozinha alemã” e os cafés coloniais.

Após uma análise de caráter diacrônico através de publicações comemorativas, que além certificarem os aspectos que um visitante pode encontrar em um passeio à cidade – narrativas que mencionam praticamente os imigrantes alemães e descendentes como formadores e responsáveis por um progresso da cidade, de modo que sejam obliterados demais grupos étnicos, portanto, um enredo sobre a imigração alemã, que tende a ser exclusivista, e está relacionada a uma determinada forma de ser narrado: um passado heroico –, também possibilitam observar a evolução técnica e profissional que tiveram as formas de comunicação impressa em Estrela, o terceiro capítulo permite desconstruir, de certa forma, um caráter hermético desta intriga. No período correspondente às obras comemorativas, entre os anos 1930 e 1940 não apenas inexistem publicações que homenageiam a data de emancipação da cidade, como também este período é vagamente narrado quando históricos do município são apresentados e poucas linhas são demandadas para tratar um conflituoso período político nacional: o Estado Novo. Uma análise sincrônica sobre um dos momentos em que Getúlio Vargas governou a nação é então realizada.

Eixos temáticos são metodologicamente elaborados para construir uma narrativa historiográfica que analisa tanto ações desenvolvidas por autoridades locais, como instâncias passíveis de interdição em Estrela durante o governo getulista que, apesar de avanços desenvolvidos a partir da Era Vargas, foi responsável pela repressão a determinados grupos étnicos que não se enquadravam no perfil nacional que a ditadura estadonovista elaborava. Assim, inicialmente analisando o comportamento da imprensa local através de seu conteúdo e das maneiras como era mantida, são investigados os jornais *O Paladino* e *O Taquaryense*. Enquanto que *O Paladino* consistia em um semanário bilíngue editado na zona de imigração alemã, Estrela, *O Taquaryense* se trata de um jornal que circula (ainda atualmente) em vernáculo e está sediado no município próximo de Taquari, de colonização açoriana. Apesar de os dois impressos narrarem diversas matérias jornalísticas locais ou compradas sobre a

Campanha de Nacionalização durante o Estado Novo, tiveram diferentes tratamentos das autoridades locais em função do alinhamento ou não ao regime. Enquanto que *O Paladino* sofreu intervenções em relação ao Serviço Especial de Informação ao Estrangeiro, ao conteúdo de matérias locais que lançava e foi forçadamente suspenso em 1941, *O Taquaryense*, que demonstrava alinhamento ao regime conforme suas matérias que positivavam as ações governamentais e as relações firmadas entre o editor do semanário e o prefeito nomeado em 1938, não foi passível de interdições e ainda recebeu o registro do DIP em 1941.

Além das interferências e regulamentações impostas à imprensa regional no período, clubes ginásticos de Estrela e escolas da localidade foram ambientes que também passaram por algumas alterações via imposição governamental. A SOGES, por exemplo, clube ginástico que foi considerado espaço de preservação de identidade étnica teuto-brasileira pelas autoridades policiais locais, teve uma nova diretoria e presidente impostos após intervenção declarada pela delegacia de polícia da cidade. Os homens que participavam da antiga diretoria são pessoas que também participavam de eventos comemorativos locais, e a nova diretoria caracterizava-se por homens com sobrenomes não germânicos em sua maioria. A SOGES, até então denominada Sociedade Gymnastica Turn-Verein, teve seu nome “abrasileirado” pela forma como é chamada nos dias atuais e reorientou a forma caracterizada germânica como os eventos que prestava se constituíam. Cabe ressaltar, ainda, que o associativismo étnico representou resistência às imposições nacionalmente estabelecidas para grupos locais que tinha os clubes como espaços de sociabilidade,

No âmbito escolar, medidas de nacionalização de ensino se efetivaram mediante fiscalização e censura por agentes do governo sobre instituições de ensino que não tiveram um mínimo período concedido para adaptarem-se às novas normas, o que excluía um possível sentido pedagógico da Campanha de Nacionalização varguista. Em 1938, o decreto estadual sul-rio-grandense assinado como Reforma da Lei de Nacionalização, proveu de bases legais as ações das autoridades policiais em relação ao campo educativo. Medidas como a proibição da atuação de diretores estrangeiros e professores que não falassem o idioma português nas escolas; a subvenção de governo estrangeiro; a exclusividade do ensino em língua vernácula e o cumprimento rigoroso das determinações de caráter civil emanadas pela Secretaria da Educação e Saúde Pública no estado, foram somadas às ações que já vinham ocorrendo em função das medidas nacionais afirmadas. Documentos como um Livro de Relação de Aulas, um Livro de Inspeção das aulas de Lajeado e um relatório expedido por prefeito da região ao Interventor Cordeiro de Farias comprovam as diversas intervenções a que conteúdos

escolares, funcionários e alunos eram submetidos, além dos casos de escolas que foram abruptamente fechadas.

A análise sincrônica que perpassa um período histórico superficialmente abordado pelas obras comemorativas, além de oportunizar conhecer maneiras como imigrantes alemães e descendentes vivenciaram momentos traumáticos em instituições como escolas, clubes ginásticos e em formas de comunicação, como na imprensa local, também comprovou a intensidade das ações governamentais sob formas íntimas de expressão, como a religiosa. As religiões católica e evangélica, sendo esta a mais atingida, foram ambientes fiscalizados, cerceados e, até certo ponto, negociados entre religiosos, a Secretaria de Educação e Saúde Pública e autoridades policiais do estado. A impossibilidade de os cultos, missas, OASE's e encontros religiosos como o catecismo serem realizados no idioma alemão provocou tensões como as fontes documentais encontradas na IECLB de Estrela denunciavam.

Fatos históricos participam da composição de estratos temporais que, ao longo do tempo, emergem ou submergem, se reatualizando em presentes. Dependendo de formas sociais como as pessoas se organizam no presente, dos poderes que grupos sociais constituem, da forma como situações são ou não aceitas, os passados são reivindicados, abusados ou até manipulados. A partir de momentos vivenciados por estrelenses durante o Estado Novo, e das formas como um passado sobre a cidade é narrado nas obras comemorativas, esta tese, ao questionar os passados que “fazem” presentes, analisa o envolvimento destes passados considerados heroico e traumático no tempo presente. Especificando o caso da imigração alemã na cidade, esta escrita se configura nestes estratos temporais mas, caso detivesse a análise sobre outros grupos étnicos, passados diferentes poderiam se somar ao enredo configurado sobre o tempo presente. Através da análise de impressos contemporâneos que circulam no município, e das memórias presentes que pessoas narram sobre a nacionalização forçada dos anos 1930 e 1940, verificamos que um passado heroico é presente nas matérias jornalísticas analisadas e nas festividades públicas promovidas pelo poder público municipal, mas também que um passado traumático sobrevive entre descendentes de imigrantes alemães que o narram. Reservadas ao ambiente privado, e expressadas em conversas com os netos, os filhos e pesquisadores sobre histórias locais, como no caso desta tese, as memórias sobre o Estado Novo ainda resistem.

Importante enfatizar que os passados presentes, por mais que pareçam se opor, persistem como condição ou resistência um do outro. Memórias da dor podem encontrar alento enquanto os desfiles “típicos” exibem uma felicidade naturalizada na figura do imigrante alemão, e narrativas heroicas não seriam assim enredadas caso não tivessem

traumas a esconder, por exemplo. O passado presente heroico, assim, analisado a partir das edições do jornal local *Nova Geração* referentes às décadas de 1990, 2000 e 2010 correspondem às datas de aniversário de emancipação de Estrela em seus 120, 130 e 140 anos. Atribuindo para si o papel das narrativas comemorativas a partir dos anos 1990, os semanários adquirem um espaço de poder no gerenciamento dos sentidos a elas atribuídos entre a influência ainda ativa do poder público municipal, visto o contrato do informativo com a prefeitura. Além de criar enredos sobre as comemorações, as edições de aniversário também as constituem, pois são esperadas pelos cidadãos como cobertura dos festejos, de modo que complementam seu ciclo de duração. Os graus de enaltecimento a uma identificação étnica teuto-brasileira variam, mas sempre aparecem através das atrações confirmadas na programação exposta dos eventos. O passado que se quer lembrar através das narrativas compostas no presente, sustenta um enredo que possibilita determinadas expectativas futuras, portanto a manutenção de um poder narrativo que determina comportamentos, espaços de experiência e horizontes de expectativas, como demonstram os espaços existentes destinados à memória local.

Entre as pessoas que ajudaram a construir essa narrativa historiográfica através do tempo concedido a narrar suas memórias sobre o período em que “não podia falar alemão”, nem todas continuam vivas. O que foi gravado e transcrito nas entrevistas, assim como os documentos que os narradores procuraram entre folhas aleatórias dentro de alguma gaveta, prateleira ou tonel, possibilitou compreender um passado traumático que resiste, que permanece presente em Estrela apesar de publicamente obliterado. Nem sempre estabelecendo relação entre os acontecimentos locais e a política estadonovista ou a Segunda Guerra Mundial, algumas pessoas entrevistadas, que eram crianças ou adolescentes entre 1937 e 1945, não responsabilizam as ações geradas a partir da campanha de Nacionalização ao governo Vargas. Lembradas em função do contexto vivido por cada narrador no presente, casos traumáticos de tortura, delação, prisão e vigilância estão entre as memórias lembradas sobre fatos acontecidos na região de Estrela que condizem com situações ocorridas em demais municípios marcados pela imigração, conforme a historiografia sul-rio-grandense que se dedica ao tema aborda. Nas entrevistas realizadas sob a metodologia da História Oral, rixas entre vizinhos, disputas de poder e a ação dos “deutscher fresser” demonstram relações sociais controversas que muitas vezes podiam nem ter teor étnico, mas encontraram na Campanha nacionalista motivo para se desenvolver. A distância temporal do período narrado também possibilita hoje que as táticas utilizadas para driblar fiscais e delatores sejam lembradas com humor, no entanto as dificuldades lembradas sobre um momento em que que

precisaram mudar os sobrenomes, esconder livros ou objetos com inscrição alemã e escutar notícias sobre a guerra no rádio escondidos se encontram entre as memórias que documentos oficiais não narram:

Infelizmente aconteceram muitas coisas que a gente fez assim de esquecer e já não se lembra mais. A gente mesmo passou pro esquecimento já para não lembrar mais daquelas partes negras que passaram. [O que ocorreu] não era do querer da gente, estávamos loucos pra ver a página virar. (BIRCK, 2010).

O que Silvino narra expressa a forma como aquele passado é lembrado por muitos descendentes de imigrantes alemães. Ver a página virar era uma forma de pensar naquele passado como se não tivesse existido, ou melhor, de nem pensar sobre aquele passado. A esse passado, no entanto, existe a memória, existe o presente. Passado presente.

Até quando esse passado presente, que precisaria de suportes materiais não apenas para se prolongar, como também para ser debatido publicamente – ensinado nas escolas locais, referenciado para explicar ações contemporâneas e questionado para projetar futuros – resistirá? Um passado presente heroico, histórica e constantemente narrado nas páginas dos impressos comemorativos e divulgado na programação das Festas de Maio, seja através dos desfiles “típicos”, dos Jogos Germânicos, das danças dos Grupos Folclóricos de Danças Alemãs ou da receptividade ao município pelo casal Chuc e Rute, silencia um passado presente traumático. E por que um passado traumático mereceria ser narrado, debatido e questionado? Segundo o autor que embasou a análise temporal desta tese, Koselleck (2014, p. 117):

[...] o que nos importam todas essas histórias? Para que todo esse esforço de preservação e pesquisa? Decerto, não para nos elevar ao domínio dos destinos humanos, do mesmo modo que o estudo da natureza possibilita o domínio de processos naturais e os torna disponíveis para os propósitos humanos. Tampouco para que nos tornemos mais sábios. Por que as histórias prendem a nossa atenção? Para essa pergunta só existe a resposta ‘hermenêutica’: porque nós nos reconhecemos no outro, no outro humano, no outro acontecimento.

O autoritarismo varguista desenvolvido a partir das ações legitimadas durante o Estado Novo em municípios marcados pela imigração alemã, como Estrela, se trata de um passado que se torna presente principalmente por memórias narradas na contemporaneidade, pois não está reverenciado em espaços constituídos a afim de preservar este passado. A inexistência de um arquivo municipal ou um museu público em Estrela silencia histórias que o estado tem o dever de assegurar, proteger e disponibilizar. Entre ambientes de expressão cultural, salvaguarda documental ou estudo acerca dos povos formadores e constituintes da cidade,

verificamos lugares onde a etnicidade teuto-brasileira emerge, ou instituições e pesquisas científicas desenvolvidas para referendar outros grupos étnicos historicamente presentes no município. O trabalho e estudo de historiadores profissionais, somados aos saberes, às especificidades culturais e às memórias narradas pelo público local, possibilitam a construção de histórias que prezam pela justa memória, por passados presentes democraticamente analisados, no tempo presente.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. O perigo da história única. In: *TED*. Publicado por Bruno Alves no canal Youtube, 29 abr. 2012. 18m49s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>>. Acesso em: 23 jun. 2018.
- AHLERT, L.; GEDOZ, S. T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. *Estudo e Debate*, Lajeado, ano 8, n. 1, p. 49-91, 2001.
- ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. As Sombras Brancas: trauma, esquecimento e usos do passado. In: VARELA, F. et al. (Org.). *Tempo Presente & Usos do Passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 51-66.
- ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. G. de O. (Orgs.). Apresentação. In: \_\_\_\_\_. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 7-15.
- ANPUH. Posicionamento da “Associação Nacional dos Professores de História” – A Regulamentação da Profissão de Historiador: ponto de vista da ANPUH. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 51, p. 361-367, jul./dez. 2014.
- ARNT, H. Do jornal impresso ao digital: novas funções comunicacionais. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25., 1 a 5 set. 2002, Salvador. [*Trabalhos apresentados no...*]. Salvador: [s.n.], 2002. Disponível em <<http://docplayer.com.br/3073476-Do-jornal-impresso-ao-digital-novas-funcoes-comunicacionais-1.html>>. Acesso em: 18 maio 2018.
- ASSMANN, A. B.; MAZO, J. Z. As sociedades de damas atiradoras: pelos caminhos da prática do Tiro ao alvo em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. *Revista de Educação Física/UEM*, v. 24, n. 4, p. 567-580, 4. trim. 2013.
- BARBOSA, M. C. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em Questão*. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 215-234, jun./dez. 2006b.
- BARBOSA, M. C. Múltiplas formas de contar uma história... *ALCEU*, v. 10, n. 20, p. 25-40, jan./jun. 2010.
- BARBOSA, M. C. Por uma história cultural da comunicação. Entrevista concedida a Ariane Pereira. *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*, v.4, n.1, jan./jun. 2015.
- BARBOSA, M. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, M. Medios de comunicación y conmemoraciones: estrategias de reactualización y reconstrucción de la memoria. *Signo y Pensamiento*, v.20, n. 39, p. 104-112, 2001.

BARBOSA, M. Mídias e usos do passado: o esquecimento e o futuro. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 12, p.13-26, dez. 2006a.

BARRETTO, M. La delicada tarea de planificar turismo cultural: um estúdio de caso com la “germanidad” de la ciudad de Blumenau-SC (Brasil). *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 1, n. 1, p. 51-63, 2003.

BARROS, J. D’A. Paul Ricoeur: a construção da narrativa histórica. *Lusíada História*, v. 2, n. 8, p. 389-414, 2011. Disponível em: <<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lh/article/view/1566>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998. p.187-250.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BÉDARIDA, F. Tempo presente e presença da história. In.: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 219-229.

BERGESCH, H. *A Virada do Milênio: história e memória*. [S.l.]: Colinas, 2000. v.1.

BLACK, O. *Colinas da Esperança: Conventos – 150 anos de história*. Lajeado: Evangraf, 2004.

BLOCH, M. A observação histórica. In: \_\_\_\_\_. *Apologia da história, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 69-87.

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. C. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 137-166.

BORGES, L.; BAUER, V. T. Outras memórias, outros patrimônios. Desafios do fazer com e para os sujeitos envolvidos. In: \_\_\_\_\_. *História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 31-53.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-Lei 383, de 18 de abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. *Legislação Informatizada*. Brasília, DF, [1938]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. *Legislação Informatizada*. Brasília, DF, [1939]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 4.699, de 12 de novembro de 2012. Regulamenta a profissão do historiador e dá outras providências. *Proposições*. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559424>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). [Legislação]. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado 368, de 2009. Regulamenta o exercício da profissão de historiador e dá outras providências. Autoria Senador Paulo Paim. *Proposições*. Brasília, DF, [2009]. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/92804>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BREFFÉ, A. C. F. Pierre Nora, ou o historiador da memória. *História Social*, Campinas, n. 6, 1999.

BRULON, B. “Os mitos do ecomuseu: Entre a representação e a realidade dos museus comunitários”. *Musas*, Brasília/DF, n. 6, p. 30-47, 2014.

BRUM, R. F. *Caderno de pesquisa: notícias de imigrantes italianos em Porto Alegre, entre 1911 e 1937*. São Luis/MA: EDUFMA, 2009. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=vDdwCAAQBAJ&pg=PA204&lpg=PA204&dq=Eugenio+Toth+rio+grande+do+sul&source=bl&ots=QnrdZbhvFe&sig=sFiIt2REjl1N68aGmtr-FzWFpM8&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjlvP6ewprQAhXKGpAKHdfXCM8Q6AEIMTAH#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

CANCELLI, E. Natureza do movimento. *O mundo da violência: a polícia política da era Vargas*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1993.

CAPELATO, M. H. R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.

CARNEIRO, M. L. T. O Estado Novo, o DOPS e a ideologia de segurança nacional. In: PANDOLFI, D. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 327-340.

CERTEAU, M. de. A Operação Historiográfica. In.: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 56-104.

CERTEAU, M. de. *Histoire et psychanalyse entre Science et fiction*. Paris: Gallimard, 1987.

COLLISCHONN, W. H.; RICHTER, G. H. *Arquitetura em enxaimel (Fachwerk)*: Lajeado, Forquetinha e Canudos do Vale. Lajeado. [S.l.: s.n.], 2000.

CUNHA, M. T. S. Essa coisa de guardar... Homens de letras e acervos pessoais. *História da Educação*, Pelotas: UFPel, v. 12, p. 109-130, 2008.

DOSSE, F. História do tempo presente e historiografia. *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 5-22, jan./jun. 2012.

DOSSE, F. O acontecimento-monstro. In.: \_\_\_\_\_. *Renascimento do acontecimento um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: UNESP, 2013. p. 259-277.

DREHER, M. N. (org.). *Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

DREHER, M. N. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. 2. ed. ver. e ampl. São Leopoldo, RS: Sinodal, 2003.

DREHER, M. N. Luteranismo e participação política. In: \_\_\_\_\_. *Reflexões em torno de Lutero (II)*. São Leopoldo: Rotermund, 1984. p. 121-132.

DUTRA, E. *O Ardil Totalitário. Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro; Minas Gerais: Ed. da UFRJ; Ed. UFMG, 1997.

FALEIRO, S. R. *Colégio Evangélico Alberto Torres: memórias e história*. Lajeado: Univates, 2005.

FÁVERI, M. de. *Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. 2. ed. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

FERRARO, A. R.; KREIDLOW, D. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação e Realidade*, p. 179-200, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25401>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

FERREIRA, M. de M. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA F. F. et al. (Org.) *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2012.

FIORI, N. A. A nacionalização do ensino em Santa Catarina: tempos de guerra e de controle político-cultural. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, SC, n. 13, p.105-120, 2005.

FRISCH, M. A história pública não é uma via de mão única ou De A Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In.: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (Orgs.). *História pública no Brasil – sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-71.

GERTZ, R. E. Descendentes de alemães no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 27-31 de julho de 2015, Florianópolis, SC. *Anais Eletrônicos do...* Florianópolis, 2015. p. 1-13. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433352435\\_ARQUIVO\\_ReneGertz.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433352435_ARQUIVO_ReneGertz.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2018.

GERTZ, R. E. Guerra contra cidadãos. *Fronteiras*, Florianópolis, n.13, p. 43-63, 2005.

GERTZ, R. E. Identidade nacional e etnias no Brasil durante as duas Guerras Mundiais. In.: SILVA, G. V., NADER, M. B., FRANCO, S. P., (Orgs.). *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória: EDUFES: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em História, 2006. p.63-88.

GERTZ, R. E. Influencia política alemã no Brasil na década de 1930. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 7, n.1, 1996. Disponível em: <<http://www7.tau.ac.il/ojs/index.php/eial/article/view/1186/1214>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

GERTZ, R. E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História, 50).

GERTZ, R. E. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

GERTZ, R. E. Operários alemães no Rio Grande do Sul (1920-1937) ou Friederich Kniestedt também foi um imigrante alemão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v. 6, n. 11, p.75-84, set. 1985/fev. 1986.

GONÇALVES, J. A recusa do segredo: exercício de direitos e acesso a documentos públicos. *Tempo & Argumento*, v. 5, p. 266-287, 2013.

GONÇALVES, J. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. *Mouseion*, v. 19, p. 83-97, 2014.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HARTOG, F. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.22, n.36, p. 261-273, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

HESSSEL, L. F. Apreciações raciais e sociais no Alto Taquari (1910 – 1930) In: GERTZ, R. E.; FISCHER, L. A. *Nós, os Teuto-gaúchos*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 51-55.

HESSEL, L. F. *O município de Estrela: história e crônica*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Martins Livreiro, 1983.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardin Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUYSEN, A. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

IBGE. [Panorama Cidades]. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/estrela/panorama>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430780>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. *Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: cultura: 2014/IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2009.

KLIPP, C. E.; ASSMAN, A. B.; MAZO, J. Z. O “Abrasileiramento” das Associações Esportivas de Teutônia/Estrela no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Educação Física Esporte*, São Paulo, v.26, n.1, p.77-85, jan./mar. 2012.

KNAUSS, P. Quais os desafios dos museus em face da história pública? In.: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; TRINDADE, V. B. *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 141-151.

KOSELLECK, R. *Estratos do Tempo – estudos sobre História*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, R. *Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRAUSER, M. R. *Patrimônio, cultura e imigração: caracterização da arquitetura do município de Teutônia*. Lajeado, 2015. Monografia (Graduação em História) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, jul. 2015.

KREUTZ, L. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. *Fronteiras. Revista Catarinense de História*, Florianópolis, SC, n. 13, p. 65-89, 2005.

KREUTZ, M. R. et al. *Arroio do Meio: entre rios e povos*. Lajeado: Univates, 2011.

KLUG, J. Consciência Germânica e Luteranismo na Comunidade Alemã de Florianópolis (1868-1938). UFSC/CCH. 1991.

LAMPERT, L. “Muita coisa para contar... crônicas da minha infância”. Lajeado: Evangraf, 2011.

LANDO, A. M.; BARROS, E. C. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: BARROS, E. C. et al. *RS: imigração & colonização*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. (Série Documenta, 4). p. 9-46.

LIDDINGTON, J. O que é história pública? In: ALMEIDA, J. R. de; ROVAI, M. G. de O. (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

LISBOA, K. M. Insalubridade, doenças e imigração: visões alemãs sobre o Brasil. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, RJ, v.20, n.1, p.119-139, jan./mar. 2013.

LOHN, R. L. Um longo presente: o papel da imprensa no processo de redemocratização - a Folha de São Paulo em 1974. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, p. 72-107, jul./dez. 2013.

LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MARTINUZZO, J. A. Mídia e memória estudantes de jornalismo da Ufes escrevem a história da comunicação capixaba. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 3., 2005. *Preservando a memória da imprensa e construindo a história da mídia no Brasil*. Rio Grande do Sul. 2005. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1?b\\_start:int=100](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/3o-encontro-2005-1?b_start:int=100)>. Acesso em: 23 jan. 2018.

MATHEUS, L. C. *Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos*. Tese (Doutorado em comunicação), 2010. Disponível em: <[http://www.bdt.dndc.uff.br/tde\\_arquivos/28/TDE-2010-07-14T105002Z-2580/Publico/Leticia%20Cantarella%20Matheus%20tese%20Comunicacao%202010.pdf](http://www.bdt.dndc.uff.br/tde_arquivos/28/TDE-2010-07-14T105002Z-2580/Publico/Leticia%20Cantarella%20Matheus%20tese%20Comunicacao%202010.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2017.

MAUAD, A. M. “Usos do passado e história pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017)”. *História Crítica*, Bogotá, n. 68, p. 27-45, 2018.

MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (Orgs.). *História pública no Brasil* – sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MENASCHE, R.; SCHMITZ, L. C. Agricultores de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: MENASCHE, R. (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007. p. 78-99. Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/gepac/arquivos/livros/agricultura%20familiar%20a%20mesal.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In.: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília: IPHAN, 2012. *Anais do...* v.2, t.1, p. 25-39. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES\\_Ulpiano\\_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2018.

MEYER, D. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul. São Leopoldo: EDUNISC; Sinodal, 2000.

NEDEL, L. B. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Porto Alegre, 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2005.

NICOLINI, C. *A construção da identidade territorial a partir das manifestações culturais no Vale do Taquari: etnografia dos grupos de danças folclóricas alemãs de Estrela e do 47º Festival do Chucrute*. Santa Cruz do Sul, 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2013. p. 54-69 e 162-168.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993.

NORA, P. La aventura de Les lieux de mémoire. In.: BUSTILLO, J. C. *Memoria e historia*. Madrid: Marcial Pons, 1998. p. 17-34. Disponível em: <[http://www.ahistcon.org/PDF/numeros/ayer32\\_MemoriaeHistoria\\_Cuesta.pdf](http://www.ahistcon.org/PDF/numeros/ayer32_MemoriaeHistoria_Cuesta.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2018.

OLIVEN, R. G. *A Parte e O Todo: a diversidade cultural no Brasil - Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

PANDOLFI, D. C. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PANDOLFI, D. C. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). *O Brasil Republicano*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, p. 13-37, 2003.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.

PORTELLI, A. O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 103-130.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

PRATS, L. “El patrimonio cultural como recurso turístico”. In.: \_\_\_\_\_. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 2004. p. 39-56.

PROST, A. As questões do historiador. In: \_\_\_\_\_. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 75-93.

RAMOS, A. P. O Integralismo, de Héglio Trindade, quarenta anos depois: uma crítica à sua recepção. *Antíteses*, v. 7, n. 14, p. 324-347, jul./dez. 2014.

RAMOS, E. H. C. L. *O Teatro da sociabilidade: os clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras*. São Leopoldo 1858-1930. Porto Alegre, 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

RENK, V. E. A nacionalização do ensino no Paraná. *Fronteiras. Revista Catarinense de História*, Florianópolis, SC, n. 13, p. 91-104, 2005.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, P. *História e verdade*. [S.l.: s.n.], 1968.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 7.614, de 12 de dezembro de 1938. Provê sobre o ensino primário. [Legislação]. 1938. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/104104/Revista%20do%20Ensino%201940%20Abril%20-%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Estadual.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Prefeitura Municipal de Estrela. Acrescenta e altera dispositivos da Lei Municipal nº 6.667, de 01 de dezembro de 2015, que cria o Conselho Municipal de Políticas Culturais e dá outras providências. [Portal da Câmara Municipal]. Estrela, 2017. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.camaraestrela-rs.com.br/attachments/article/3245/080.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Projeto de Lei 216/2016. Declara integrante do patrimônio cultura do Estado do Rio Grande do Sul o “Festival do Chucrute” do município de Estrela/RS.

*Sistema de Proposições*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2016. Disponível em: <[http://proweb.procergs.com.br/consulta\\_proposicao.asp?SiglaTipo=PL%20&NroProposicao=216&AnoProposicao=2006](http://proweb.procergs.com.br/consulta_proposicao.asp?SiglaTipo=PL%20&NroProposicao=216&AnoProposicao=2006)>. Acesso em: 02 nov. 2018.

RIOUX, J.-P. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, A.; TÉTART, P. (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 39-50.

ROUSSO, H. *La syndrome de Vichy*. Paris: Seuil, 1987.

ROUSSO, H. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rouso. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-2016, jan./jun. 2009.

ROVAI, M. G. de O. Como e por que fomentar uma história pública latino-americana? In.: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; TRINDADE, V. B. *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 307-321.

SANTHIAGO, Ricardo. Pode-se falar de uma história pública brasileira? In.: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; TRINDADE, V. B. *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 323-338.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. [S.l.: s.n.], 2007.

SCHIERHOLT, J. A. *Cem anos de Madre Bárbara*. Lajeado: [s.n.], 1997.

SCHIERHOLT, J. A. *Estrela: ontem e hoje*. Lajeado: O autor, 2002.

SCHIERHOLT, J. A. *Lajeado I: povoamento, colonização, história política*. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SCHIERHOLT, J. A. Razões de ser do I Simpósio Raízes do Vale do Taquari. In.: SIMPÓSIO “RAÍZES DO VALE”: O RESGATE DE RAÍZES HISTÓRICAS E CULTURAIS DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI, 1. e 2., 2000, Lajeado. *Anais do...* Lajeado: Prefeitura Municipal de Lajeado; UNIVATES, 2000. p. 8-12.

SEYFERTH, G. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH C.; VASCONCELLOS, N. (Orgs.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. da ULBRA, 1994. p. 11-28.

SEYFERTH, G. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: ZARUR, G. de C. L. (Org.). *Região e tradição na América Latina*. Brasília: Ed. da UnB, 2000. p. 81-109.

SEYFERTH, G. *Nacionalismo e identidade étnica. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVA, C. *Cultura açoriana em Taquari e Paverama: costumes e religiosidade preservados ao longo do tempo*. 2009. Disponível em <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/455/1/CleidiroseSilva.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

SILVA, H. R. K. da. A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 295-330, jan./dez. 2005.

SILVA, H. R. K. da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser Alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006. (Coleção ANPUH-RS).

SILVA, J. B. S. da. *“Eles viram que o índio tem poder, né!? O protagonismo Kaingang da terra indígena jamã t? tãnh/estrela diante do avanço desenvolvimentista de uma frente pioneira*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – UNIVATES. 2017. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/7791343/juciane-beatriz-sehn-da-silva>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

SILVA, J. G. *Tempo de lembrar, tempo de esquecer... As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville*. Joinville: Univille, 2008.

SIRINELLI, J.-F. A geração. In.: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 131-137.

THOMÉ, L. N. F. *Arroio do Meio ano 50: 1934-1984*. Porto Alegre: CORAG, 1984.

TRINDADE, H. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. p. 1-4.

VOLKMER, M. S.; KRAUSER, M. R. História, cultura e patrimônio: educação para o reconhecimento da diversidade cultural. *Métis: história & cultura*, v. 15, n. 29, p. 41-59, jan./jun. 2016

WASSERMAN, C. *Palavra de Presidente*. Porto Alegre: Edufrgs, 2002, v. 1000.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. 3 ed. Brasília: Ed. da UnB, 1994. v. 1.; p. 269-277.

WEBER, R. *Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da rota romântica – RS*. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2006.

WEBER, R. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: MAUCH, C.; VASCONCELOS, N. (Orgs.) *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994. p. 105-119.

WEBER, R. *Os operários e a colmeia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

WERLE, B. *A campanha de nacionalização e sua memória no Alto Taquari (RS)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2014. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

WERLE, Bibiana. Acessibilidade documental e autoridade compartilhada: pela construção de uma história pública. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 429 - 449. maio/ago. 2017.

WILLEMS, E. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. Brasília: Cia. Ed. Nacional, 1980.

## ENTREVISTAS

BIRCK, H. R. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2010. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”]. Acervo da autora].

BOHN, A. V. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2010. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”]. Acervo da autora].

FREITAS, D. L. L. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2013. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”]. Acervo da autora].

HART, E. E. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2010. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”]. Acervo da autora].

HILGEMANN, R. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2010. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”]. Acervo da autora].

HUNEMEIER, T. M. B. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2010. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”]. Acervo da autora].

JAEGER, E. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2013. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”]. Acervo da autora].

LOHMANN, W. E. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2013. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”]. Acervo da autora].

MALLAMNN, J. A. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2018. Entrevista [Acervo da autora].

MALLMANN, I. H. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2013. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”]. Acervo da autora].

MÜLLER, G. A. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2010. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”]. Acervo da autora].

NOLL, E. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2010. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora].

NOSCHANG, A. R. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2010. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora].

OLIVEIRA, L. O. de. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2018. Entrevista [Acervo da autora].

PETRY, M. M. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2013. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora].

RIBEIRO, D. P. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2018. Entrevista [Acervo da autora].

RUSCHEL, S. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2010. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora].

SANTOS, A. E. dos. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2018. Entrevista [Acervo da autora].

SCHNORR, H. M. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2010. Entrevista. Cassete sonoro. [Entrevista concedida para o Projeto “A Campanha de Nacionalização e sua Memória no Alto Taquari (RS)”. Acervo da autora].

SCHWINGEL, C. I. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2018. Entrevista [Acervo da autora].

VOLKMER, M. S. *Entrevista concedida a Bibiana Werle*. Estrela, 2018. Entrevista [Acervo da autora].

## FONTES DOCUMENTAIS

Album da Feira de Maio de 1968, 1968. [Acervo em Cd-rom da Biblioteca Pública Municipal Francisco Recksiegel Assis Sampaio, Estrela] [Álbum de 1968].

Album Oficial da Feira de Maio de 66, 1966. [Acervo em Cd-rom da Biblioteca Pública Municipal Francisco Recksiegel Assis Sampaio, Estrela] [Álbum de 1966].

ANPUH, Associação Nacional de História, 2010.

Ata da reunião de intervenção ao Clube Ginástico Estrêla, 14 mar. 1942. [Acervo da Sociedade Ginástica Estrela].

Ata nº 9, 18 jun. 1942. [Acervo da Sociedade Ginástica Estrela].

Catálogo Estrela dos 110 aos 111 anos, 1987. [Acervo em Cd-rom da Biblioteca Pública Municipal Francisco Recksiegel Assis Sampaio, Estrela] [Catálogo de 1987].

CENSO demográfico do Estado do Rio Grande do Sul. Recenseamento Geral de 1940, 1º set. 1940. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/d\\_detalhes.php?id=765](http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=765)>. Acesso em: 14 jun. 2013.

Circular de abril de 1943, expedida pela Diretoria das Prefeituras Municipais da Secretaria do Interior, informando a Diretoria da Administração Municipal quanto às normas necessárias para a subvenção de entidades de assistência social ou cultural. [Acervo Arquivo Histórico de Lajeado].

Circular n. 526/42, 16 mar. 1942. [Acervo IECLB Estrela].

Correspondência anexa ao Regulamento de Emergência. Anexo ao Regulamento enviado pelo pastor Dohms aos pastores das comunidades do Sínido Rio-grandense, 02 fev. 1942. [Acervo IECLB Estrela].

Correspondência do Gabinete da Delegacia de Ordem Política e Social para o Pastor Dohms, 20 nov. 1939. [Acervo IECLB de Estrela].

Fichas com o histórico das OASE's de Paverama, Lajeado e Teutônia. Sem data. [Acervo IECLB Estrela].

Fonograma de intervenção à Turn Verein Estrella, 14 mar. 1942. [Acervo da Sociedade Ginástica Estrela].

Fonograma enviado pelo pastor Dohms ao pastor Sille em 18 ago. 1941. [Acervo IECLB Estrela].

Fonograma enviado pelo pastor Dohms ao pastor Sille em 30 ago. 1941. [Acervo IECLB Estrela].

Fonograma enviado pelo pastor Dohms ao pastor Sille em 30 jan. 1942. [Acervo IECLB Estrela].

Fonograma expedido em São Leopoldo no dia 08 de novembro de 1939 [Acervo IECLB Estrela].

Fonograma expedido em São Leopoldo no dia 09 de setembro de 1939. [Acervo IECLB Estrela].

**JORNAL A HORA**, 17 maio 2016. Caderno Conexão. Capa. [Acervo do Centro de Cultura e Turismo Bertholdo Gaussmann, Estrela]

**JORNAL NOVA GERAÇÃO**, ano VI, n. 284, 21 ago. 1971. [Acervo do Jornal Nova Geração]

**JORNAL NOVA GERAÇÃO**. Estrela 100 anos, suplemento especial, 1976. [Acervo em Cd-rom da Biblioteca Pública Municipal Francisco Recksiegel Assis Sampaio, Estrela]. [Suplemento de 1976].

**JORNAL NOVA GERAÇÃO**, Caderno Especial: 120 anos de Estrela. Ano 31. 17 de maio de 1996. [Acervo do Jornal Nova Geração]. [Caderno especial de 1996].

**JORNAL NOVA GERAÇÃO**, Semanário de 2006. Ano 40. 19 de maio de 2006. [Acervo do Jornal Nova Geração]. [Semanário de 2006].

**JORNAL NOVA GERAÇÃO**, 20 maio 2016. Especial Estrela 140 anos. [Acervo do Jornal Nova Geração] [Especial de 2016].

Livreto O Alto Taquari – aspectos de seu desenvolvimento, homenagem ao 75º aniversário da emancipação política de Estrêla, 1954. [Acervo em Cd-rom da Biblioteca Pública Municipal Francisco Recksiegel Assis Sampaio, Estrela] [Livreto de 1954]

Livro de Inspeção das aulas de Lajeado. [Acervo Arquivo Histórico Municipal de Lajeado. Livro nº 0897].

Livro de Relação de Aulas, 1938. [Acervo Casa do Museu, Arroio do Meio].

O Album Commemorativo do Cincoentenário do Município de Estrella 1926. Publicado em 1927? [Acervo do Centro de Cultura e Turismo Bertholdo Gaussmann, Estrela] [Álbum de 1926].

O INFORMATIVO DO VALE, ano XLII, maio 2013. [Acervo do Centro de Cultura e Turismo Bertholdo Gaussmann, Estrela].

O PALADINO, anno I, n. I, p. 1,7 set. 1921. [Acervo pessoal de Roque Schwertner, Estrela]

O PALADINO, ano 16, n. 793, 20 nov. 1937. [Acervo pessoal de Roque Schwertner, Estrela]

O PALADINO, ano 17, n. 805, 26 fev.1938. [Acervo pessoal de Roque Schwertner, Estrela]

O PALADINO, ano 17, n. 814, 30 abr. 1938. [Acervo pessoal de Roque Schwertner, Estrela]

O PALADINO, 4 jun. 1938. [Acervo pessoal de Roque Schwertner, Estrela]

O PALADINO, 30 jul. 1938. [Acervo pessoal de Roque Schwertner, Estrela]

O PALADINO, ano 18, n. 846, 10 dez. 1938. [Acervo pessoal de Roque Schwertner, Estrela]

O PALADINO, ano 18, edição de Natal, 1938. [Acervo pessoal de Roque Schwertner, Estrela]

O PALADINO, 03 jun. 1939. [Acervo pessoal de Roque Schwertner, Estrela]

O PALADINO, ano 19, n. 879, 5 ago. 1939. [Acervo pessoal de Roque Schwertner, Estrela]

O PALADINO, ano XVIII, n. 893, 11 nov. 1939. [Acervo pessoal de Roque Schwertner, Estrela]

O TAQUARYENSE, ano LI, n. 2609, 28 abr. 1938. [Acervo de *O Taquaryense*, Taquari]

O TAQUARYENSE, ano LI, n. 2614, 4 jun. 1938. [Acervo de *O Taquaryense*, Taquari]

O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2639, 26 nov. 1938. [Acervo de *O Taquaryense*, Taquari]

O TAQUARYENSE, ano LIII, n. 2709, 13 abr. 1940. [Acervo de *O Taquaryense*, Taquari]

O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2739, 21 set. 1940. [Acervo de *O Taquaryense*, Taquari]

O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2673, 29 jul. 1939. [Acervo de *O Taquaryense*, Taquari]

O TAQUARYENSE, ano LII, n. 2646, 14 jan. 1939. [Acervo de *O Taquaryense*, Taquari]

O TAQUARYENSE, ano LIV, n. 2760, p. 2, 15 fev. 1941. [Acervo de *O Taquaryense*, Taquari]

O TAQUARYENSE, ano LVI, n. 2842, 26 set. 1942. [Acervo de *O Taquaryense*, Taquari]

Regulamento de Emergência, enviado pelo pastor Dohms aos pastores das comunidades do Sínodo Rio-grandense, 02 fev. 1942. [Acervo IECLB Estrela].

Relatório correspondente ao ano de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal do Estado do Rio Grande do Sul por João Frederico Schaan – prefeito de Lajeado. 1940. [Acervo Arquivo Histórico de Lajeado].

Relatório de autor desconhecido sobre a comunidade evangélica de Lajeado. Entre 1948 e 1968, [Acervo IECLB Estrela].

Revista do Jubileu de Diamante de Estrêla, 1951. [Acervo em Cd-rom da Biblioteca Pública Municipal Francisco Recksiegel Assis Sampaio, Estrela]. [Revista de 1951].

## ANEXO A – VERSÃO EM ALEMÃO DO FOLDER DO ROTEIRO TURÍSTICO DELÍCIAS DA COLÔNIA (PARTE POSTERIOR)



### SIRLEI CHOCOLATES – SCHOKOLADE SIRLEI

Schokolade handwerklich hergestellt. Das grosse Differenzial besteht in der Qualitaet der Produkte und der schoenen Verpackungen.

#### BESCHREIBUNG

Sirlei Chocolates befindet sich in der Ortschaft Costão, und ist auch einer der Gruender der touristischen Tour. Die Besitzer, Harry und Ariete Sirlei haben ihr Geschaef unter grossen Schwierigkeiten angefangen. Heute arbeiten ausser ihnen zwei Kinder und einige andere mit. In bestimmten Jahreszeiten muessen auch anderwaertige Helfer kontraktiert werden. Sie koennen dort aus einem kleinen Schokoladenbecher den Likoer probieren, danach den Becher essen.

#### ANBIETER:

- Schokoladeangebote zum Kauf
- Schokoladenkosten
- Personalisierung spezielle Schokoladen und Verpackungen.

#### KONTAKTE

Fone: (51) 3792.0036  
comercial@sirleischocolates.com.br



### CONVENTO SÃO BOAVENTURA – KLOSTER ST. BOAVENTURA

Die Ruhe und das gute Klima bieten ein gutes Ambiente zum ausruhen.

#### BESCHREIBUNG

Die gute Luft, die das auf einer bergigen Anhoche gelene Kloster umgibt, und die Ruhe die dort herrscht, laden fuer jegliche Aktivitaeten ein. Der Bau des Klosters begann Ende des Jahres 1939 bis 1952. Realisiert wurde der Bau von hollaendischen Geistlichen. Der Bau ist bogenfoermig und aus Sandstein errichtet, diese Sandsteine stammen von dem eigenen Grundstueck. Bei der Konstruktion halfen die Leute aus Daltro Filho und Umgebung.

#### ES WIRD GEBOTEN

- Das Haus empfaeng Gaeste, auch Gruppen, die Ruhe und Stille geniessen wollen.
- Es bietet Uebernachtung, Mahlzeiten und eine schoene Landschaft mit viel Ruhe.
- Besichtigung der Kapelle
- Besuch zum Grab von Dom Aloisio Lorscheiter

#### KONTAKTE

Tel: (51) 3754.2021 • FAX: (51) 3754.2014  
conventofranciscano\_daltrofilho@yahoo.com.br  
Bairro Daltro Filho - Imigrante / RS



TURISTISCHE  
KOLONIALTOUR  
"DELIKATESSEN  
DER KOLONIE"

- Die Kolonial Route bietet zuerst eine Rundfahrt durch die Stadt Estrela mit einigen historischen Ansichten. Dazu gehoert auch die COOPEDRAS - mit der Industrialisierung und Verkauf von Halbedelsteinen, die Schnapsbrennerei Berwanger, wo man durch Begleitung den Prozess der Destillation vom Schnaps im eigenen Bereich, ein altes Fachwerkhaus, beobachten und geniessen kann.

- Zum Mittagessen in Restaurants mit guten, abwechslungsreichen Menüs.

- Zum Nachtlisch, Schokolade von SIRLEI die sich durch ihre Qualitaet und ihre entzueckende Verpackung unterscheiden.

- Blumenstadt Colinas, danach ein Besuch in dem Haus des Handwerks und der Kolonialprodukte bei der alten Bahnstation. Bei vorheriger Anmeldung koennen die Besucher einen guten kolonial Kaffee geniessen und Kolonialprodukte einkaufen.

- Im Munizip Imigrantes kann man ausser der Besichtigung der Kakteenfarm, die groesste von Latein Amerika, auch einen Besuch zum Kloster Boaventura machen. Dieses Kloster, in den vierziger Jahren aus Sandstein erbaut, bietet Raum fuer Ausfluegler, Gruppen, zur Erholung oder auch fuer Tagungen. Es bietet Mahlzeiten und ist in einer schoenen ruhigen Landschaft gelegen.

- Es gib auch noch eine Gelgenheit die Straussen-Ecke kennen zu lernen, sich die Aufzucht an zu schauen und Handarbeiten zu erwerben. Besuche muessen vor angemeldet sein.

- Dies alles ist in einer angenehmen Spazierfahrt mit inbegriffen.



**ANEXO B – CAPA DA EDIÇÃO ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO DE 140 ANOS DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO JORNAL NOVA GERAÇÃO, DATADO DE 20 DE MAIO DE 2016.**





**ANEXO C – REGULAMENTO DE EMERGÊNCIA, ENVIADO PELO PASTOR  
DOHMS AOS PASTORES DAS COMUNIDADES DO SÍNODO RIO-GRANDENSE.  
IECLB DE ESTRELA, 02 FEV. 1942.**

## Regulamento de emergência.

Não sendo lícito o uso do ritual e dos cânticos de praxe, a comunidade, no entanto, não poderá deixar de reunir-se regularmente aos domingos, destinados ao culto, afim-de, congregando-se e orando em seus corações, se edificarem uns aos outros.

O pastor, nestas horas de devoção, lerá o evangelho ou a epístola, prescritos para o respectivo domingo e ao alcance de todos em suas bíblias, com a meditação traduzida do „Livro Eclesiástico para as Comunidades“, seguindo-se a celebração do batismo ou da Santa Ceia, uma oração final e a coleta.

Desta maneira, serão as horas de devoção celebrações dos sacramentos.

O órgão, além dos prelúdios etc., sempre tocará os cânticos sacros da época, que, porém, não podem ser cantados.

N. B. As mencionadas meditações serão remetidas aos senhores pastores pelo Sinodo Riograndense.

Para preservar a unidade da Igreja e para evitar inconvenientes, desaconselho a leitura de meditações de autoria própria; estas regalias sempre dependem de licença especial e, para as comunidades situadas nos distritos urbanos, a autorização será dada individualmente.

Na leitura do evangelho e da meditação, como em geral, deve ser guardada cuidadosamente a dignidade da Igreja.

Sendo os templos considerados lugares públicos, a conversação, porventura feita na igreja, após a hora da devoção, não poderá ser feita em línguas proibidas pela polícia.

As orações, o quanto possível, devem ser conhecidas por todos os assistentes, como, por exemplo a oração do Senhor.

O batismo, a confirmação, a solenização do casamento, a Santa Ceia, o entérro serão celebrados segunda a agenda traduzida.

A confirmação, a realizar-se na época da páscoa dêste ano, deverá ser celebrada o quanto antes.

Sobre a preparação dos confirmandos para a confirmação, a realizar-se na época do advento, as instruções serão baixadas depois da páscoa.

Não haverá cultos juvenis. A juventude assistirá às horas de devoção, destinadas a toda a comunidade.

Solicito, insistentemente, a continuação do trabalho de assistência das senhoras evangélicas das comunidades, desaconselhando, porém, as reuniões de costume.

Deve ser prestada especial atenção à cura espiritual.

São Leopoldo, 2 de fevereiro de 1942.

D. H. Dohms,  
Presidente do Sinodo Riograndense



**ANEXO D – CORRESPONDÊNCIA ANEXA AO REGULAMENTO DE  
EMERGÊNCIA. ANEXO AO REGULAMENTO ENVIADO PELO PASTOR  
DOHMS AOS PASTORES DAS COMUNIDADES DO SÍNIDO RIO-GRANDENSE.  
IECLB DE ESTRELA, 02 FEV. 1942.**

do Riograndense  
Presidente  
N.º 362/42  
[92]

São Leopoldo, 2 de fevereiro de 1942.

Instruções governamentais, decorrentes da atual situação política, entre outras, proibem o uso da língua alemã em todos os lugares públicos, inclusive templos, cemitérios, etc.

Nessa situação, a Igreja Evangélica de confissão luterana, representada pelo Sínodo Riograndense, espera, mais uma vez, que comunidades e pastores prestem estrita obediência às instruções proibitivas das autoridades civis.

Suspendendo a pregação em língua alemã e o uso público do ritual e hinário da Igreja, ordeno seja observado, para a vida eclesiástica, um regulamento de emergência, *rel. crist.* em conformidade com as proibições policiais.

Continuando, demais, em vigor a „Ordem da Vida Eclesiástica nas Comunidades do Sínodo Riograndense“, devemos ter o máximo cuidado na conservação da comunidade, do seu caráter estritamente luterano, da sua conexão no amor fraternal não fingido, da assistência mútua entre todos, cumprindo, desta maneira, fielmente todos os deveres de membros de uma comunidade da Igreja da Reforma.

Evitemos, com a nossa atitude cristã luterana cada vez mais definida, qualquer aparência falsa.

Lembro, novamente, que a Igreja Luterana não procura arregimentar prosélitos entre os membros de outras igrejas, nem da igreja romana. Fiquemos fiéis à fé herdada e sempre avivada pelo culto que rendemos em nossos corações, dentro de casa ou dentro da igreja, ao Deus vivo que reina, Ele só, sobre todas as criaturas.

Ele, o Deus de paz, seja com todos vós.

D. Dohms



**ANEXO E: SALVO-CONDUTO EMITIDO PELA DELEGACIA DE ARROIO DO MEIO EM 20 DEZ. 1939**

REPUBLICA DOS E. U. DO BRASIL

Estado do Rio Grande do Sul

**REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA**

Extra..... REGIÃO POLICIAL

Delegacia de Polícia

Arroio do Meio, 20 de Dezembro de 1939

**Salvo - Conduto N.º 115**

Válido somente por 60 dias.

Nome: Henrique Schneider

Nacionalidade: brasileiro

Idade: 64 anos

Profissão: Comerciante

Residência: Arroio do Meio

Destino: Cachoeira - Ijuhy

Assinatura do portador:

*Henrique Schneider*

SELOS

DELEGACIA DE POLÍCIA

300 300 300 200

DE 1939

TESOURO NACIONAL

OBSERVAÇÕES

Acompanha sua esposa, dona Bernardina Schneider

*Polícia de Arroio do Meio*

DELEGADO DE POLÍCIA

Nenhum impedimento existe a respeito do portador, pelo que as autoridades que dêste tiverem conhecimento não deverão opôr-lhe quaesquer embaraços.

Não tem valor a fotografia abaixo, que não tiver o carimbo desta delegacia,